



**PLANEJAMENTO  
E GESTÃO PÚBLICA  
DO TURISMO  
E DO LAZER**

**MIRLEIDE CHAAR BAHIA  
SILVIO LIMA FIGUEIREDO**

(ORGANIZADORES)

PLANEJAMENTO  
E GESTÃO PÚBLICA  
DO TURISMO  
E DO LAZER



### **Universidade Federal do Pará**

Reitor: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor: Horácio Schneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho



### **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

Diretor Geral: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Armin Mathis

### **Conselho Editorial**

Durbens Martins Nascimento – Presidente

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

Armin Mathis

Lairson Costa

Nírvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Silvio José de Lima Figueiredo

Simaia do Socorro Sales das Mercês

### **Coordenadora de Comunicação e Difusão Científica**

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

### **Comissão Editorial**

Durbens Martins Nascimento – NAEA

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos – NAEA

Armin Mathis – NAEA

Flávio Gaitán – UNILA

Gisela Leitão – EUC (Colômbia)

Lucimara Costa – UFAM

Lairson Costa – NAEA

Marion Glaser – LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva – UFT

Nírvia Ravena – NAEA

Oriana Trindade de Almeida – NAEA

Peter May – UFRJ

Renato Boschi – IESP-UERJ

Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA

Simaia do Socorro Sales das Mercês – NAEA

MIRLEIDE CHAAR BAHIA  
SILVIO LIMA FIGUEIREDO  
Organizadores

PLANEJAMENTO  
E GESTÃO PÚBLICA  
DO TURISMO  
E DO LAZER

Belém | NAEA  
2016

**Editoração**

Ione Sena

**Capa**

Andrea Pinheiro

**Revisão**

Roseany Caxias Lima

Copyright dos autores

**Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)**  
**Biblioteca do NAEA/UFPA**

---

Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer / Mirleide Chaar Bahia, Silvio Lima Figueiredo Organizadores. – Belém: NAEA, 2016.

446p.: il.; 23 cm

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-151-5

1. Turismo. 2. Lazer. 3. Planejamento. 4. Gestão Pública. I. Bahia, Mirleide Chaar, Figueiredo, Silvio Lima. II. Título.

CDD 22. ed. 306.4812

---

NAEA

Rua Augusto Correa, 1

Campus Universitário do Guamá – Setor Profissional

CEP 66.075-110 • (91) 3201-7231 • naea@ufpa.br

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	9
APRESENTAÇÃO .....	13
INTRODUÇÃO .....	17
Parque Horto Florestal em Castanhal-PA: a importância do lugar para os moradores do entorno .....	25
<i>Antonielly Oliveira da Silva   Mirleide Chaar Bahia</i>	
Lazer DA/NA Floresta: as práticas de lazer dos moradores e visitantes da ilha do Combú Belém-PA .....	45
<i>Douglas Carvalho Rocha   Lucília da Silva Matos</i>	
Planejamento de equipamentos e ações de lazer e aventura do parque estadual no Utinga (PEUt) .....	67
<i>Bruno Borges   Mirleide Chaar Bahia</i>	
Manejo e interpretação ambiental da trilha das samambaias no refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia - Marituba - Pará: uma proposta de intervenção .....	83
<i>Heliani do Socorro Ferreira de Sá   Laisse Lima Palheta   Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues de Almeida</i>	
Planejamento, gestão e uso público do museu parque seringal em Ananindeua-Pará .....	107
<i>José Fernando Moreira de Sousa   Kelly Moreira de Carvalho   Mirleide Chaar Bahia</i>	

Do audiovisual à visitação, um convite aos patrimônios de Belém: palácios e palacetes .....	127
<i>Carla Beatriz Campos Dias   Silvio Lima Figueiredo</i>	
Centro de artesanato e cultura do Miriti de Abaetetuba-PA: dinâmicas de uso .....	149
<i>Eleonai dos Santos Pinheiro   Mirleide Chaar Bahia</i>	
Patrimônio sociocultural na Amazônia: as vivências de lazer no Museu Professor Antonio Gonzaga da Rocha em Portel/ Marajó - PA	165
<i>Ilka Pampolha Araújo Almeida   Patrícia de Araújo</i>	
A imagem da cidade de Belém-PA como atrativo principal para divulgação como destino turístico: turismo cinematográfico na capital paraense .....	185
<i>Marcos André de Menezes Costa   Maria Goretti da Costa Tavares</i>	
Turismo em comunidades do Pará: as concepções que norteiam o turismo de base comunitária em Boa Vista do Acará .....	207
<i>Cássia Araújo Mareco   Neila Cabral</i>	
A gestão pública do lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da praça do operário, no município de Breves-PA .....	225
<i>Vandacy da Silva Castro   Cleber Augusto Trindade Castro</i>	
Lazer como mecanismo de apropriação democrática dos espaços públicos: um estudo sobre as práticas de lazer na estação das docas em Belém-PA .....	251
<i>Pablo Vitor Viana Pereira   Lucília da Silva Matos</i>	
Shopping center como espaço de lazer: o caso do Pátio Belém ....	271
<i>Thiliane Regina Barbosa Meguis   Cleber Augusto Trindade Castro</i>	

Lazer na velhice: um estudo a partir das reflexões e vivências dos idosos do centro de convivência da terceira idade Zoé Gueiros, Belém-PA .....	293
<i>Tainah da Cruz Sousa   Lucília da Silva Matos</i>	
Pontos turísticos de Belém: um estudo dos problemas operacionais na prestação de serviço do guia de turismo .....	313
<i>Ângela Cristina do Mar de Jesus   José Maria Reis e Souza Junior</i>	
Gestão pública do turismo: uma análise do processo de qualificação do lazer e do turismo na Orla Fluvial de Belém-PA .....	335
<i>Jean Cláudio Carneiro Miranda   Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega</i>	
Participação popular e políticas públicas para o turismo: uma avaliação do Portal da Amazônia, Belém-PA .....	357
<i>Andréa Marília Demetrio Gaia Vieira   Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega</i>	
Características, desafios e perspectivas do turismo no plano plurianual da prefeitura de Belém nos anos 2014 – 2017 .....	381
<i>Francisco Soares Chagas Neto   Oriana Trindade Almeida</i>	
Implementação de projeto de infraestrutura de transporte no polo turístico Marajó-PA e desafios à gestão intersetorial .....	403
<i>Raissa Maciel da Silva   Simaia Mercês</i>	
Turismo, desenvolvimento e políticas públicas .....	421
<i>Juliana Hamoy   Kassia Farias   Silvio Lima Figueiredo</i>	





## PREFÁCIO

Nos dias atuais, vivemos uma crescente valorização do lazer e do turismo como possibilidades de vivências cotidianas da população brasileira. Assim, lazer e turismo são fenômenos culturais que, por meio de sua prática, podem proporcionar desenvolvimento pessoal e social de seus participantes. Diante disso, é fundamental compreendê-los como objetos social e historicamente constituídos, intimamente relacionados à cultura, que abarcam possibilidades e múltiplas experiências para sujeitos de diferentes faixas etárias, grupos, classes sociais, credos e etnias.

Lazer e turismo podem, então, ser compreendidos como um direito de cidadania, presente em propostas, projetos e ações desenvolvidos pelos grupos sociais e comunidades, pelo poder público, pela sociedade civil e também pelas empresas privadas.

Especificamente sobre a Gestão Pública do lazer e do turismo, entendo que a sua profissionalização deve, necessariamente, passar pela formação de gestores e profissionais. Nesse sentido, é fundamental a promoção do lazer e do turismo como direitos sociais, pois dessa forma os resultados poderão ser observados na qualificação da utilização dos recursos humanos e financeiros para a conquista dos objetivos sociais a eles associados.

Apesar de a produção do conhecimento ter sido ampliada por uma política científica brasileira que envolve o desenvolvimento dos programas de pós-graduação e o financiamento de pesquisas e publicação dessa produção em livros e periódicos, a produção em lazer e turismo ainda é bem recente, mas vem recebendo investimentos públicos e esforços de pesquisadores interessados no desenvolvimento desses campos para além de uma perspectiva técnica.

Todas essas questões passam pela necessidade de realização de um número maior de estudos e pesquisas que possam qualificar a formação e a intervenção nos campos do lazer e do turismo e, nesse caso, no âmbito do planejamento e da gestão pública. Os esforços por essa

ampliação podem ser visualizados no número ampliado de grupos de pesquisa e pesquisadores vinculados a universidades públicas e privadas existentes em todas as regiões de nosso país. Apesar disso, ainda são poucas as iniciativas que se apresentam na Região Norte do Brasil, região onde há um número reduzido de atores e programas de pós-graduação interessados em discutir essas temáticas.

Por isso, foi com grande alegria que tive a honra de receber o convite para fazer o prefácio dessa obra organizada pelos amigos Mirleide Char Bahia e Silvio José de Lima Figueiredo. Além do laço que nos une em nossas trajetórias pessoais e profissionais, ressalto a qualidade do trabalho que os pesquisadores desenvolvem na Universidade Federal do Pará, integrando e mobilizando ações no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Destaco, ainda, que os organizadores têm uma importante atuação nas ações desenvolvidas nos campos de estudos de lazer e de turismo, e este livro é fruto de um desses projetos: o Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer, realizado pela Universidade Federal do Pará, em 2014-2015, que contou com a participação de alunos formados em diferentes áreas, demonstrando o potencial interdisciplinar dos campos de lazer e de turismo.

O resultado das pesquisas desenvolvidas no curso está sintetizado nos vinte textos publicados neste livro, que constituem fontes importantes sobre o “planejamento e a gestão pública do turismo e do lazer”, em experiências existentes em Belém e em outros municípios do Estado do Pará. Os estudos instigam os leitores sobre questões referentes aos espaços e aos equipamentos públicos; ao planejamento e à gestão; às políticas públicas e à participação popular; ao turismo e ao desenvolvimento local; ao lazer, ao turismo, à cidade e ao patrimônio; ao manejo e interpretação ambiental; e a outros temas importantes abordados na obra.

Destaco que o livro permite uma visão geral do estágio em que se encontra o conhecimento produzido nessa área, que é carente de publicações com a qualidade encontrada nesta obra organizada. O

conteúdo da obra pode ser de interesse de estudantes, profissionais e pesquisadores de diferentes áreas, tais como Administração, Arquitetura, Ciências Políticas, Ciências Sociais, Economia, Educação, Educação Física, Gestão Pública, História, Hotelaria, Turismo, entre outras.

A importância e a atualidade deste livro fazem com que esta obra seja necessária na bibliografia sobre Lazer, Turismo, planejamento e a gestão pública no Brasil, merecendo de todos nós uma cuidadosa e atenta leitura.

Hélder Ferreira Isayama  
Agosto de 2016



## APRESENTAÇÃO

Tendo acompanhado a produção de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* – dissertações de mestrado e teses de doutorado – sobre Turismo por mais de vinte anos, percebo certa clareza e até obrigatoriedade da disseminação dos seus resultados, em geral mediante a publicação de artigos de periódicos, livros e capítulos de livros, além de outras formas de comunicação científica.

No entanto, tal cenário parece não ser compactuado quando tratamos da pós-graduação *lato sensu*, ou seja, de cursos de especialização ou aperfeiçoamento nessa área. Nestes, assim como nos mestrados e doutorados, também há um trabalho final, a monografia, como requisito parcial para a obtenção do certificado de conclusão. Mas muitas vezes essa produção permanece confinada à biblioteca da unidade universitária que organizou o curso ou encerrada na sala do professor coordenador do curso ou orientador do trabalho, sendo usada em suas atividades acadêmicas e na eventual consulta de alunos e docentes. Acredito, piamente, que há uma profusão de trabalhos científicos sobre a realidade turística em locais espalhados por todas as regiões brasileiras de que não tomamos conhecimento, simplesmente porque não atentamos para a importância da comunicação científica das monografias de especialização.

Ao ser convidada para proferir palestra no encerramento do curso de especialização *FIPAM XXV: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer*, promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, em Belém, lembrei do início dos meus estudos universitários, quando era postulado *que o turismo era uma das atividades de lazer no tempo livre*. Assim, destaco a propriedade em tratar do Turismo e do Lazer, uma vez que ambos estão associados e se integram em diferentes atividades, produtos e serviços turísticos.

Também tive a oportunidade de participar como membro de banca da defesa de uma das monografias do curso, e consultar, na sala do prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo, várias outras monografias, além de conviver com alguns dos seus docentes e alunos. Pude constatar, então, agradavelmente surpresa, o entusiasmo, o empenho e a dedicação dos professores e dos alunos unidos no estudo de realidades turísticas, considerando, de um lado, as particularidades e potencialidades da região amazônica, e, de outro, os cenários nacional e internacional do Turismo. Constatei a adequação da fundamentação teórica e da proposta metodológica, norteadoras desses trabalhos, e, especialmente, a preocupação com a disseminação dos resultados das pesquisas mediante a publicação deste livro.

Naquela ocasião, no final de 2014, expressei a minha satisfação com a seriedade do curso e a qualidade das pesquisas realizadas, a qual aumentou ao ser convidada para escrever este Prefácio. Como uma viajante que visita o planejamento e a gestão pública do Turismo e do Lazer, percorri vários caminhos que convergem para a análise e discussão em torno do patrimônio natural e cultural, da imagem do destino, do uso público e práticas de lazer, da inserção da comunidade, dos problemas operacionais na prestação de serviços e da apropriação democrática e participação popular, relacionados a diferentes fluxos e lugares turísticos.

Este livro apresenta vinte capítulos oriundos dos trabalhos de conclusão do curso acima referenciado, que não se limitam à cidade de Belém e algumas de suas principais atrações, como era esperado, pois aborda também outros lugares neste e em outros municípios, como ilhas, parques estaduais, museus, patrimônio arquitetônico, praças, centros de convivência, centros culturais, orla fluvial etc., diferentes espaços onde o planejamento e a gestão pública devem ser pensadas, planejadas e gerenciadas de forma séria, profissional, contínua e responsável.

Mas, para que isso ocorra é necessário “dissecar” a realidade turística e compreendê-la como complexa, particular e reveladora da

dinâmica e dos interesses políticos e dos processos e estratégias inerentes ao planejamento e à gestão. Há necessidade de maior responsabilidade e compromisso ético com a população local, adoção de visão estratégica a curto, médio e longo prazos, aplicação de instrumentos para a recuperação ou renovação da identidade, promoção da cidadania e cultivo ao respeito mútuo e ao zelo pelos bens públicos e privados.

Enfim, é preciso formar planejadores e gestores públicos para a área do Turismo e do Lazer, com conhecimentos teóricos e práticos sobre a temática e as suas particularidades em nosso país, tão diverso e original em cada uma das suas regiões, estados, cidades e locais. Aqui reside a principal contribuição deste livro, cuja ousadia da proposta aponta claramente para o desafio de formar profissionais para atuarem como planejadores e/ou gestores em uma área em geral pouco valorizada na esfera pública.

A lacuna do conhecimento sobre esta temática começa a ser preenchida como um mosaico em construção: cada pedaço que o compõem é diferente em cor, material, textura e design. Mas, uma vez combinado e justaposto a outro, vai configurando um mosaico criativo, original e harmônico, que, entretanto, não é fixo, mas sim dinâmico: da ordem surge a desordem, que pode ser reordenada, dando origem a novos mosaicos, maiores ou menores, mais complexos ou mais simples, incorporando ou descartando pedaços. Assim vejo o planejamento e a gestão do Turismo e do Lazer, em sua dinamicidade e flexibilidade em cenários mutantes e liquefeitos, nos quais Visitantes e Visitados praticam atividades de Lazer, convivem em diversos lugares e espaços, e usam equipamentos e serviços turísticos, tecendo relações de hospitalidade ou de hostilidade entre eles e com outros *stakeholders*, sendo um deles o Especialista em Planejamento e Gestão Pública.

Os capítulos deste livro, em seu conjunto mostram um início promissor tanto para a formação de profissionais quanto para o avanço do conhecimento sobre a temática. Parabêniso os organizadores e autores



que nos brindaram com esta obra, imprescindível à compreensão das problemáticas do Turismo e do Lazer em uma região que carece, assim como nas demais, de ações públicas pautadas nas pesquisas acadêmicas e no conhecimento aprofundado da realidade turística brasileira. Assim como eu aproveitei esta leitura, convido você, leitor, a viajar por estes caminhos e percorrer as suas ramificações que vão descortinando novas possibilidades de atuação e de investigação.

Mirian Rejowski  
São Paulo, 28 de agosto de 2016.

## Turismo e lazer, políticas públicas e relações socioeconômicas e ambientais

*Mirleide Chaar Bahia*<sup>1</sup>

*Silvio Lima Figueiredo*<sup>2</sup>

A Amazônia tem sido palco de Políticas Públicas, planejamento e gestão nos setores do turismo e do lazer desde a criação da Embratur, em 1966, em pleno governo militar, e da criação da Sudam, com planos regionais e setoriais, principalmente na área do turismo. A atividade turística, em várias regiões, tem centralidade nos debates acadêmicos, nas políticas de desenvolvimento e nos incentivos à iniciativa privada.

No caso da Amazônia, os planos e programas criados até agora têm tido sua performance prejudicada principalmente pela ausência de instrumentos de gestão que equalizem o desenvolvimento com justiça social. O turismo tem possibilidades reais de produzir e até mesmo distribuir renda, e gerar emprego, com investimentos geralmente relacionados aos investimentos públicos em infraestrutura geral. O lazer, como atividade primordial ao homem e como gerador também de renda, por meio da indústria do entretenimento, aparece nos planos e programas com esses objetivos principais.

O lazer, na configuração conhecida atualmente, surge a partir do processo de industrialização e de urbanização das cidades, uma vez que antes desse período não havia uma divisão entre instâncias tão próximas e inter-relacionadas na vida das pessoas, como o lazer, o trabalho, a natureza e a própria cidade. Com as mudanças ocorridas na sociedade, o lazer nasce da dicotomia lazer x trabalho, gerando interesses e necessidades da classe trabalhadora em reivindicá-lo e das ciências sociais em estudá-lo.

---

<sup>1</sup> Professora do NAEA/UFGA. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFGA).

<sup>2</sup> Professor do NAEA/UFGA. Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP).

O lazer – com seu caráter multidisciplinar – pode assumir um importante papel no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo de uma cidade.

Situar o lazer no mundo contemporâneo significa tentar compreendê-lo no contexto histórico, político, econômico, social e cultural da sociedade, identificando mudanças, reconhecendo diversidades e desvelando desigualdades. Desta forma, a sua compreensão deve expressar a síntese das múltiplas configurações de sociedades, instituída pela dinâmica da economia, da política e da cultura, entendendo-o como um fenômeno em permanente transformação.

Diante desse panorama, ao compreender o lazer como constituinte de uma estrutura complexa da vida social, torna-se relevante, para o meio acadêmico e para a sociedade, o desenvolvimento de pesquisas e de formação de agentes nas diversas áreas de conhecimento para a atuação no lazer.

Acredita-se, portanto, ser necessária a verticalização de estudos, por meio da pós-graduação, como um importante elemento de educação e de aprofundamento teórico-metodológico de formação de tais agentes que possam atuar de forma pedagógica e crítica na área do lazer, no sentido da possibilidade de reorganização da vida social e de adoção de novas atitudes de convívio e de questionamento da sociedade em que se vive.

O Planejamento de ações pela via do lazer e do turismo pode contribuir, efetivamente, para garantir uma vivência mais qualificada e mais emancipatória, possibilitando um olhar mais rico e prazeroso das cidades, estabelecendo pontos de referência e vínculos afetivos com estas, além de contribuir para preservar a identidade dos lugares.

Nesse sentido, este livro reúne o resultado de diversas pesquisas realizadas no Curso de Especialização em Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM XXV), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em que foi possível: contribuir no debate internacional sobre turismo e lazer e seus desafios; produzir especialistas em gestão de projetos públicos de

turismo e lazer; proporcionar espaços de intercâmbio de pesquisadores (professores, investigadores e discentes) no âmbito da Amazônia; elaborar trabalhos acadêmicos que possam dar suporte para intervenções sobre gestão pública do turismo e do lazer; articular diálogos com instituições nacionais e internacionais sobre a problemática do desenvolvimento turístico e do lazer, das políticas públicas e da gestão pública das áreas do turismo e do lazer.

A obra está organizada em vinte capítulos, os quais tratam de temáticas referentes ao Planejamento e Gestão Pública em Turismo e Lazer, com enfoques diversos que tratam de Lazer em Áreas Verdes, Patrimônio Cultural, Turismo de Base Comunitária (TBC), Lazer em Espaços Públicos Urbanos, Gestão Pública do Turismo, entre outros temas que fizeram parte das diversas linhas de pesquisa do referido curso.

No primeiro texto, denominado “Parque Horto Florestal em Castanhal-PA: a importância do lugar para os moradores do entorno”, Antonielly Oliveira da Silva e Mirleide Char Bahia realizam análises sobre as experiências vivenciadas pelos moradores do entorno do Parque Horto Florestal em Castanhal - Pará, com o fim de descrevê-las e analisá-las, no sentido de verificar como tem sido a relação destes com o local, em diferentes momentos históricos.

Em seguida, Douglas Carvalho Rocha e Lucília da Silva Matos apresentam o texto “Lazer da/na Floresta: as práticas de Lazer dos moradores e visitantes da Ilha do Combu, em Belém-PA”, com o objetivo de conhecer a realidade cultural da referida Ilha, visando levantar e analisar as atividades de lazer praticadas no cotidiano pelos seus moradores e também realizadas por visitantes, a fim de sistematizar tais práticas e construir subsídios para novos estudos, pesquisas e proposições de políticas no âmbito do lazer e do turismo na Ilha do Combu.

Bruno Borges e Mirleide Char Bahia, em “Planejamento de equipamentos e ações de Lazer e Aventura do Parque Estadual no Utinga (PEUt)”, apresentam uma proposta de implantação de quatorze equipamentos de lazer dentro do referido Parque, com o objetivo de viabilizar o planejamento e a realização de atividades de aventura na

natureza dentro do PEUt, proporcionando, a partir disso, a possibilidade de sensibilização ambiental, por meio do uso público desta Unidade de Conservação em Belém-PA.

No texto “Manejo e interpretação ambiental da Trilha das Samambaias no Refúgio de Vida Silvestre Metrôpole da Amazônia, em Marituba-Pará: uma proposta de intervenção”, Heliani do Socorro Ferreira de Sá, Laisse Lima Palheta e Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues de Almeida apresentam resultados do levantamento que realizaram sobre as possibilidades de uso público para turismo de uma trilha (Trilha das Samambaias), localizada no interior da Unidade de Conservação de Proteção Integral Estadual, denominada “Refúgio de Vida Silvestre Metrôpole da Amazônia (REVIS)”, a qual possui 6.367,27 hectares, distribuídos pelos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel do Pará e que abriga uma ampla variedade de espécies da biodiversidade amazônica, inclusive, algumas delas, inseridas na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Na sequência, José Fernando Moreira de Sousa, Kelly Moreira de Carvalho e Mirleide Chaar Bahia apresentam o texto “Planejamento, Gestão e Uso Público do Museu Parque Seringal em Ananindeua-Pará”, no qual trazem resultados da pesquisa realizada no referido espaço, analisando o planejamento, a gestão e o uso público do Museu Parque pela população moradora do entorno deste e a importância que este tem para as pessoas que o frequentam.

No capítulo “Do Audiovisual à visitação, um convite aos Patrimônios de Belém: palácios e palacetes”, Carla Beatriz Campos Dias e Silvio José de Lima Figueiredo trazem uma contribuição para a preservação e o conhecimento do patrimônio da cidade de Belém (Pará), a partir de produtos audiovisuais, propondo vídeos e materiais de *internet* para a difusão do patrimônio representado pelos chamados “palacetes”: o Palácio Antônio Lemos (Palácio Azul), hoje Museu de Arte de Belém (MABE); o Palacete Bolonha; o Palacete José Júlio de Andrade; o Palacete Augusto Montenegro, hoje Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA); e o Palacete Virgílio Sampaio, local onde hoje funciona uma instituição privada de ensino superior.

Eleonai dos Santos Pinheiro e Mirleide Char Bahia, no texto denominado “Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba-PA: dinâmicas de uso”, apresentam as formas de uso do referido Centro pelos diversos agentes (população, artesãos e poder público), buscando apresentar: os aspectos históricos da criação do Centro; sua importância para a cidade na perspectiva desses agentes; quem são os frequentadores deste local; e quais são as ações que o poder público utiliza para dinamizar o espaço.

Em seguida, o texto “Patrimônio Sociocultural na Amazônia: as vivências de Lazer no Museu Professor Antonio Gonzaga da Rocha em Portel/ Marajó – PA”, apresentado por Ilka Pampolha Araújo Almeida e Patrícia de Araújo, traz uma análise das vivências da comunidade local no Museu Professor Antonio Gonzaga da Rocha, em Portel/Marajó/PA, revelando que o local é visto como patrimônio cultural pela comunidade local de Portel, contudo há pouca visitação desses moradores, visto que o espaço não chama atenção por fatores como sacralidade do lugar, questões de acesso e falta de atividades criativas que envolvam o patrimônio local.

Marcos André de Menezes Costa e Maria Goretti da Costa Tavares, no capítulo seguinte, denominado “A Imagem da cidade de Belém-PA como atrativo principal para divulgação como destino turístico: Turismo Cinematográfico na capital paraense”, buscam apresentar como o turismo cinematográfico pode contribuir na exposição da imagem turística da capital paraense, mostrando a relação do turismo com o cinema, a relação com uma *film commission* e como a cidade de Brasília se tornou referência nesse segmento no Brasil, demonstrando haver amplas possibilidades para essa divulgação, pois a cidade possui diferenciados atrativos naturais, patrimoniais, culturais e potenciais turísticos para atrair turistas.

No texto “Turismo em comunidades do Pará: as concepções que norteiam o Turismo de Base Comunitária em Boa Vista do Acará”, Cássia Araújo Mareco e Neila Cabral escolhem como *locus* de estudo uma comunidade que já atua há cinco anos com atividades turísticas,

agregada à principal atividade: o fornecimento de matéria-prima à “Natura cosméticos” e constataram que esta iniciativa apresenta algumas características do Turismo de Base Comunitária (TBC) e que, embora tenham constatado que essa atividade não atende a todas as características, tal iniciativa pode ser considerada um exemplo de turismo de base local.

No capítulo seguinte, Vandacy da Silva Castro e Cleber Augusto Trindade Castro apresentam “A Gestão Pública do Lazer em Espaços Públicos Urbanos: um estudo de caso da Praça do Operário, no município de Breves-PA”, demonstrando a dinâmica social do lazer nesse espaço, a participação popular na gestão e a dinâmica entre poder público e sociedade local, constatando que a estruturação e destinações funcionais recentes da praça não foram amplamente discutidas com a sociedade de Breves, sendo negligenciado nessa ação uma série de demandas dessa sociedade, apesar da referida Praça configurar-se como importante espaço urbano de lazer da cidade.

Em “Lazer como mecanismo de apropriação democrática dos Espaços Públicos: um estudo sobre as práticas de Lazer na Estação das Docas em Belém-PA”, Pablo Vítor Viana Pereira e Lucília da Silva Matos trazem uma análise sobre as diferentes práticas de lazer vivenciadas na Estação das Docas, a fim de refletir sobre o processo de apropriação/pertencimento da população com este espaço, além de buscar identificar e analisar se há barreiras para a vivência do lazer, e quais são essas barreiras.

Na sequência, Thiliane Regina Barbosa Meguis e Cleber Augusto Trindade Castro desenvolvem o texto “*Shopping Center* como Espaço de Lazer: o caso do Pátio Belém”, buscando apresentar a compreensão sobre os diferentes usos dos *shopping centers*, a partir do caso do Pátio Belém e os seus diferentes agentes, e as práticas sociais de lazer que os frequentadores do *shopping* costumam realizar e as oferecidas no referido *shopping*, com o intuito de analisar o planejamento e a gestão do lazer neste ambiente.

No capítulo intitulado “Lazer na Velhice: um estudo a partir das reflexões e vivências dos idosos do Centro de Convivência da Terceira

Idade Zoé Gueiros, Belém-PA”, Tainah da Cruz Sousa e Lucília da Silva Matos se propõem a demonstrar a análise realizada no que está escrito nos documentos do Centro e o que os idosos vivem e falam sobre o lazer e o ser idoso e apresentam reflexões e indicativos para os problemas analisados.

Ângela Cristina do Mar de Jesus e José Maria Reis e Souza Junior apresentam o capítulo “Pontos Turísticos de Belém: um estudo dos problemas operacionais na prestação de serviço do Guia de Turismo”, identificando os problemas operacionais nos pontos turísticos de Belém do Pará e apresentando sugestões para os espaços que foram avaliados pelos Guias de Turismo Regional/PA (Estação das Docas, Complexo do Ver-o-Peso, Complexo Feliz Lusitânia, Parque Ambiental e Zoológico Mangal das Graças, espaço São José Liberto, Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré e Parque Zobotânico Museu Paraense Emilio Goeldi), com o objetivo de contribuir para o reconhecimento de que a cidade e seus atrativos estarão organizados e estruturados de forma benéfica, tanto para os moradores, como espaço de lazer, quanto aos que visitam, como experiência turística.

O capítulo seguinte, “Gestão Pública do Turismo: uma análise do processo de qualificação do Lazer e do Turismo na orla fluvial de Belém-PA”, traz uma contribuição de Jean Cláudio Carneiro Miranda e Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega sobre a gestão pública do turismo e do lazer na orla fluvial de Belém (especificamente os casos do Complexo Ver-o-Rio e do Portal da Amazônia), demonstrando que essas ações são estratégias que o estado vem utilizando para revitalizar as orlas, denominadas “marketing das cidades”, com fins de atrair novos investidores, gerar novas receitas por meio de impostos, entre outros, porém a população que reside nestas áreas vem sendo penalizada nesse processo.

No texto “Participação Popular e Políticas Públicas para o Turismo: uma avaliação do Portal da Amazônia, Belém-PA”, Andréa Marília Demétrio Gaia Vieira e Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega discorrem sobre a relevância da participação popular no processo de desenvolvimento de políticas públicas e ações voltadas ao setor turístico, uma vez que, além de o turismo ser considerado como vetor de desenvolvimento econômico,



deve ser entendido, também, pelo seu papel social, pois impacta em diversos campos, tais como ambiental, histórico, cultural, urbanístico, lazer e espacial. Os autores analisam, desta forma, a dimensão do protagonismo do cidadão nos processos de elaboração, a implantação e o acompanhamento das políticas públicas voltadas para o turismo, e por meio de quais mecanismos isso se dá.

Francisco Soares Chagas Neto e Oriana Trindade Almeida trazem no texto “Características, desafios e perspectivas do Turismo no Plano Plurianual da Prefeitura de Belém nos anos 2014-2017” uma análise sobre as características, desafios e perspectivas da Gestão Pública em Turismo baseados nas ações delineadas no Plano Plurianual 2014-2017 e a importância de um planejamento turístico estratégico para o aumento de investimentos no setor.

No capítulo “Implementação de projeto de infraestrutura de transporte no Polo Turístico Marajó-PA e desafios à gestão intersetorial”, Raissa Maciel da Silva e Simaia Mercês analisam o caso do projeto Melhoria de Acessibilidade Fluvial e Terrestre do Marajó, que integra o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (Plano Ver-o-Pará), a partir de investigação sobre a efetivação de projeto de infraestrutura de transporte para área de interesse turístico na Amazônia brasileira e de indicativos encontrados como responsáveis pela não implementação de intervenções propostas, enfatizando a importância da gestão intersetorial para o desenvolvimento tanto do turismo como do transporte local.

Por fim, o texto “Turismo, desenvolvimento e políticas públicas”, de Juliana Hamoy, Kassia Farias e Silvio Lima Figueiredo, apresenta debate teórico acerca do fenômeno turístico e da atividade turística, e as possibilidades de planejamento, gestão e desenvolvimento do setor, a partir de chaves teóricas sobre desenvolvimento regional e políticas públicas, para contribuir no entendimento dos possíveis efeitos do turismo na sociedade.

# PARQUE HORTO FLORESTAL EM CASTANHAL-PA: A IMPORTÂNCIA DO LUGAR PARA OS MORADORES DO ENTORNO

*Antonielly Oliveira da Silva<sup>1</sup>*

*Mirleide Chaar Bahia<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Com o advento da modernidade e da tecnologia, as transformações nos espaços e lugares são cada vez mais evidentes, pois a todo tempo depara-se com esta realidade. No entanto, o que não se pode deixar de considerar é o fato de que, nestes mesmos ambientes, ocorrem experiências com significados especiais, causados justamente pela relação com os mesmos. Por isso, dificilmente são esquecidos, ainda que ocorram certas modificações nestes ambientes, pois o lugar continuará tendo um significado para as pessoas.

O Parque Horto Florestal, objeto deste estudo, é uma Área de Preservação Permanente (APP) e está localizado em um dos bairros centrais de Castanhal-PA. Possui 17,8 hectares de essência florestal, com uma extensão significativa de área verde, além de possuir também um grande número de espécies animais, algumas em extinção.

---

<sup>1</sup> Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer, Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará - NAEA/UFGPA). E-mail: antonielly\_@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade; Professora/Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA - Campus Belém) e da Faculdade de Educação Física (FEF - Campus Castanhal) da Universidade Federal do Pará (UFGPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012, sem paginação).

As experiências das pessoas, no que se refere ao lazer, podem se dar em diversos lugares e, neste estudo, o ambiente a ser analisado é o meio natural (o Parque), justamente porque, com esse processo de modernização e urbanização, é o meio que mais tem sofrido com as modificações, tendo como resultado a diminuição das áreas verdes nas cidades, o que limita e diminui a interação ser humano-natureza que, baseado em algumas pesquisas referentes a essa abordagem, apresentam pontos importantes que são gerados por esse contato e que podem deixar de existir se não houver ações que modifiquem essa realidade.

Neste sentido, a presente pesquisa teve por objetivo analisar as experiências vivenciadas pelos moradores do entorno do Parque Horto Florestal e como tem sido a relação dos mesmos com este local, em diferentes momentos históricos. A metodologia, de caráter qualitativo, utilizou levantamentos bibliográficos e pesquisa de campo, tendo sido realizadas etapas de observação não-participante e entrevistas semiestruturadas com os gestores do parque e moradores da área.

## O LUGAR COMO ESPAÇO VIVIDO

Em estudos da geografia humana, passou-se a considerar “o lugar” para além do sentido espacial, voltando-se mais para as questões das experiências e significados, um entendimento que se torna importante para a presente pesquisa.

Quando o assunto se refere a lugar e espaço, um dos autores que mais se destaca é Yu Fu Tuan. Isto ocorre, principalmente, pela sua obra *topophilia*, publicada em 1974, em que o mesmo pesquisava as atitudes dos seres humanos em relação ao ambiente e à utilização de conceitos

espaciais mais adequados do que “paisagem”, como era explorada pela geografia cultural, com características mais subjetivas e antropocêntricas, fazendo aporte à fenomenologia existencialista e estruturalista (HOLZER, 2003). Neste sentido, “topofilia” é um neologismo utilizado para expressar, em sentido amplo, todo o laço afetivo dos seres humanos com o meio ambiente material (TUAN, 1980).

O conceito de lugar passa a transpor o sentido puramente locacional e começa a ser visto como algo fundamental de se compreender o ser humano e sua forma de existir no mundo. Este passa a ser conceituado como uma entidade única, um conjunto “especial”, que tem história e significado, onde encarna as experiências e aspirações das pessoas, não sendo somente um fato a ser explicado nesta ampla estrutura do espaço, pois ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhes atribuem sentido e significado (TUAN *apud* HOLZER, 1999).

Desta forma, tem-se o lugar como o plano no qual tudo acontece, em que podem ser analisadas as emoções, intenções, experiências, sentidos e significados, ganhando importância na forma de ver o mundo, seus padrões objetivos, nas crenças das pessoas e nos significados subjetivos atribuídos pelas mesmas aos lugares, sabendo que os conteúdos do mundo e do lugar são “produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com coisas e os outros” (HOLZER, 1999, p. 70).

A análise do lugar ocorre a partir da experiência, pois “é a experiência, individual ou coletiva, que torna os lugares visíveis” (TUAN *apud* HOLZER, 1999, p. 71). Assim, o lugar é o núcleo em que se abrigam os sentidos, os valores e tudo aquilo que produz significados para alguém ou para um grupo. Este se liga às vivências, experiências e às apreensões do mundo que são guardadas na memória.

As memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam os lugares como referências e cenários para uma constante visita ao passado trazendo em si, os mais diversos sentimentos, sonhos e percepções (ANDRADE, 2008, p. 570).

É nesta perspectiva que o lugar se diferencia do espaço e dos demais aspectos estudados na geografia como território, paisagem e outros, pois, demonstra não estar preso somente ao sentido locacional (físico), mas ganha uma importância em si (sentido simbólico), sendo justificada pela interação e relação subjetiva entre pessoa/objeto, pessoa/ambiente e pessoa/pessoa.

Para Carlos (2007), é no “lugar” que se desenvolve o sentido simbólico da vida em todas as suas dimensões, na construção do mundo e na troca de experiências presentes no cotidiano, se transformando por meio do uso e da forma com que cada pessoa ou comunidade se apropria desse ambiente.

As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007, p. 17).

É por meio das percepções e da forma de ver e estar no mundo que surgem as experiências pelas quais o ser humano apreende o mundo e tudo o que há nele, dotando-o de valores, sentidos e significados.

É através de seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua (CARLOS, 2007, p. 17).

Assim, como descreve Andrade (2008, p. 570), “a apropriação simbólica do espaço acumulada de sentimentos e pertinências, o particulariza e o transforma em lugar”, fazendo com que as marcas das experiências, a memória e as lembranças transformem simples espaços físicos em “lugares”, carregados de sensações, afeições e referências da experiência vivida no lar, na escola, no trabalho, na natureza, no meio urbano, entre outros.

## O SER HUMANO E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA

O ser humano vive e se envolve com o que está ao seu redor de forma diferenciada, seja no meio natural, social, urbano ou familiar, pois, as experiências ali vividas estão ligadas à percepção de cada pessoa, e estas se baseiam na cultura de cada indivíduo, fazendo com que as diferentes atribuições de sentidos e significados aconteçam (TUAN, 1980). Neste sentido, a percepção humana se dá de várias formas como, por exemplo, corporal, cognitiva, emocional, sensorial e outras; além disso, as experiências podem ocorrer em diversos ambientes e de diversas formas.

Algo interessante a ser analisado é a relação do ser humano e a percepção deste com o meio natural, que cada vez mais tem se tornado distante, pois “mesmo que os seres humanos sejam “naturais” e a vida em si seja natural, a natureza como um todo tem sido considerada de maneira exterior aos homens e às sociedades” (MARINHO, 2007, p. 172). Isto mostra que enquanto sociedade, vive-se sob o desejo de apropriação da natureza, e não de se reconhecer como fazendo parte desta.

No entanto, “amar, respeitar e compartilhar a natureza é possível e absolutamente necessário” (MENDONÇA, 2007, p. 141). Assim, a natureza, por sua vez, também é capaz de despertar no ser humano os mais diferentes sentimentos e emoções possíveis.

Nela também permeia um certo tipo de celebração social. As árvores, as sombras, as trilhas, as cachoeiras, os rios e lagos, as pedras e montanhas, as flores; todo este cenário natural representa a possibilidade de ser vivida, conforme descreve Maffesoli, uma “mistura de afetos e de emoções comuns”. O meio natural representa, portanto, um lugar que pode ser emocionalmente vivido. Atribuo esta conotação ao mencionar a natureza enquanto espetáculo. Espetáculo no sentido dos sentimentos que nela (e com ela) podem ser vividos (MARINHO, 2007, p. 179).

Esta forma de ver a natureza influencia no relacionamento ou no cuidado com a mesma, pois mediante a percepção que se tem do lugar,

as experiências e atitudes com o mesmo terão sentido e significado diferentes. Para cada pessoa, a forma com que ocorre o relacionamento com um ambiente é diferente; por exemplo, a vivência e percepção de um adulto com o meio natural é muito diferente da vivência e percepção de uma criança.

Para a criança, mais do que ter uma vista sossegada do lugar, é ter a possibilidade de usufruir de certos objetos, além das sensações físicas a que estão sujeitas. A criança quando se relaciona com o meio natural se desprende de tudo para viver o ambiente de forma mais suave, inconsciente com o mundo físico, algo que prevaleceu no passado, quando o ritmo da vida era mais lento e que ainda desfruta disto (TUAN, 1980).

Assim, o adulto, ou melhor, o ser humano tecnológico tem, atualmente, um envolvimento com a natureza de forma mais recreacional do que propriamente vocacional (TUAN, 1980). Ou seja, quando ocorre um contato com a natureza é mais por questões de momento de lazer e de aventura do que propriamente para vivenciar a natureza no seu âmbito geral, e essa diferença está na forma como cada um se apropria dela.

A natureza produz sensações deleitáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidos. O adulto deve aprender a ser complacente e descuidado como uma criança, se quiser desfrutar polimorficamente da natureza (TUAN, 1980, p. 111).

Mesmo com essas diferenças de percepções, a natureza não deixa de causar sensações àqueles que têm contato com ela.

As mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como o contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecida; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou sentimento afetivo por lugares que se conhece bem (TUAN, 1980, p. 108).

Assim, é praticamente impossível estar no meio natural e não sofrer alguma influência do mesmo, ainda que pequena, pois “o prazer visual da natureza varia em tipo e intensidade” (TUAN, 1980, p. 109). Não apenas

isso, mas “a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos” (TUAN, 1980, p. 110), o que contribui para uma maior percepção e afinidade com a mesma.

Com o crescimento urbano, um dos maiores problemas que se enfrenta corresponde à diminuição das áreas verdes, pois atualmente restam poucas áreas naturais, o que limita a relação do ser humano com a natureza, pois estas áreas poderiam proporcionar a interação entre o ser humano e o meio ambiente. Dessa forma, ocorrem os impasses na interação das pessoas com o meio ambiente, que até mesmo pela realidade da modernidade tem diminuído, pois “na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais” (TUAN, 1980, p.110).

Mas o que ainda gera esperança é o fato de saber que “quando uma sociedade alcança um certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza” (TUAN, 1980, p. 118). Isso é um indício da importância do contato e das experiências com o meio natural, pois assim como o lazer, que pode ser conceituado como “tempo/espaco propício para a vivência de uma multiplicidade de experiências classificadas como não pertencentes ao mundo do trabalho” (WERNECK *apud* GOMES; MELO, 2003, p. 25), o contato com a natureza ganha importância e significado também dentro da perspectiva ser humano-trabalho-vida urbana.

Para Tuan (1980), é a partir da vida corrida no ambiente urbano que se faz com que o meio natural seja pensado como um ambiente propício a experiências com sentido emocional ou simbólico. “Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo” (TUAN, 1980, p. 107). Assim, a natureza torna-se importante na vida do ser humano, pois “O sensível vivido num dado lugar (neste caso específico, a natureza) com os outros é consideravelmente relevante para a história humana” (MARINHO, 2007, p. 179).

Há a necessidade de se preservar e conservar as áreas verdes ainda existentes, pois além da necessidade do contato com a natureza



supracitado, ainda há o fato de que o ser humano em contato com a natureza tem a possibilidade de conhecer a si e ao outro, pois “a oportunidade de estar em relação com o meio natural possibilita o reconhecimento do outro e de nós mesmo” (MARINHO, 2007, p. 179), e influencia na organização e convívio em sociedade.

As pessoas, tendo espaços como estes, acabam ganhando novas possibilidades de ampliar suas experiências em diversos lugares, nos quais podem utilizá-los como espaço para práticas corporais, momentos de reflexão e outros. Segundo Marinho (2011, p. 176), “as pessoas não vivem e brincam no ambiente natural, mas convivem e brincam com o ambiente, do qual elas fazem parte, devendo respeitar como deveriam respeitar a si mesmo”. Desta forma, a vivência no meio natural se torna imprescindível para o ser humano e seu apego ao lugar.

Essas atividades requerem os elementos naturais para o seu desenvolvimento, de formas distintas e específicas, despertando novas sensibilidades em diferentes níveis. As intensas manifestações corporais, aí vividas, permitem que as experiências na relação corpo-natureza expressem uma tentativa de reconhecimento do meio e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos como parte desse meio (MARINHO *apud* MARINHO, 2011, p. 169).

Afinal, estas atividades são “as celebrações do corpo, do sexo, da imagem, da amizade, da ‘comédia’ do esporte... o denominador comum é o lugar onde se faz essa celebração. Assim o lugar torna-se laço” (MAFFESOLI *apud* MARINHO, 2007, p. 178). Tudo isto pode existir no convívio com a natureza, assim como em tantos outros lugares que, por meio das vivências e experiências, ganham sentidos e significados para os seres humanos.

## **TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA**

A presente pesquisa teve caráter qualitativo e pretendeu responder a questões particulares, ocupando-se nas ciências sociais com um nível

de realidade que não pode ou deve ser quantificada. Neste sentido, trabalhou com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e também das atitudes (MINAYO, 2008) e foi realizada em uma Área de Preservação Permanente (APP), denominada “Parque Horto Florestal”, localizada no município de Castanhal/PA.

Para a compreensão e análise dos dados, foi utilizado referencial teórico sobre a temática, o que proporcionou o desenvolvimento da mesma, ampliando a visão quanto à problemática levantada. Para a obtenção de dados e descrição da área, foram realizadas visitas técnicas no local e observações não-participantes, além de entrevistas semiestruturadas com gestores ou outros responsáveis pela área.

Para analisar como se deu, historicamente, a relação dos moradores com o lugar e como está se dando esta relação atualmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os mesmo e conversas informais, o que resultou no relato de muitos moradores que puderam descrever e contar suas histórias, fator importante para alcançar os objetivos da mesma.

A história do lugar contada no lugar da história, tendo como narrador os antigos moradores, desembaraça nós atados pelo tempo, aflora nas lembranças as marcas da memória em busca de interpretações e até justificativas das mudanças contemporâneas (ANDRADE, 2008, p. 572).

A pesquisa contou com a participação de seis moradores do bairro, com idade entre 22 anos e 73 anos, que viveram e vivem no mesmo lugar experiências diferenciadas, cada um de acordo com o seu tempo e intensidade. O critério para a participação da pesquisa se deu por meio da disposição e da voluntariedade de cada entrevistado. Para a identificação dos moradores mais antigos, foi feito um mapeamento das residências correspondentes aos mesmos. A pesquisa foi desenvolvida também por meio da observação não participante, fazendo uso do diário de campo, do registro fotográfico com o uso de aparelhos eletrônicos, como câmera fotográfica para facilitar a ilustração do lugar e celulares para a gravação de áudios. Os procedimentos éticos da pesquisa foram

tomados por meio da assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) apresentado ao coordenador e aos moradores.

## **O PARQUE HORTO FLORESTAL E SUAS CARACTERÍSTICAS**

O Parque Horto Florestal está localizado em um dos bairros centrais da cidade de Castanhal, a qual se localiza no nordeste Paraense. Esta área possui 17,8 hectares, com uma extensão de 1.000 m<sup>2</sup> de frente e 700m<sup>2</sup> de fundo, com 150 espécies florestais como Seringueira, Castanheira, Jatobá, Ipês, além de outras espécies que foram plantadas como o cupuaçu, o cacau, o açaí, temperos nativos e o açaí chumbinho. Também conta com um número significativo de espécies animais que tendem a aumentar com a prática de soltura existente neste lugar.

Segundo o profissional responsável pelos cuidados com a vegetação do Parque, inicialmente esta área pertencia ao município de Castanhal, mas depois foi cedida ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Atualmente, o Parque é uma área pertencente ao IBAMA, com gerência do Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas se encontra sob os cuidados da Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Castanhal - PA, a qual, por meio de um convênio, passou a ser responsável pela fiscalização da área e conta com parcerias da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Secretária Executiva de Agricultura (SAGRI) e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), além da parceria informal como a Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ).

O Parque era uma área de proteção, mas devido a sua extensão de áreas verdes, seus recursos naturais das nascentes e o grande volume de reserva ambiental com produtos vegetais e animais, tornou-se uma Área de Preservação Permanente (APP), o que justifica a limitação quanto ao acesso ao local por parte dos moradores do município. Por estar localizada em uma área urbana e apresentar dificuldades no que se refere ao cercamento desta, é possível observar ações prejudiciais por parte de alguns moradores em relação ao meio natural, como o despejo de lixo no local.

No entanto, a entrada de pessoas não é totalmente proibida, pois podem ocorrer por meio de agendamentos feitos diretamente com os responsáveis no local. Geralmente, as visitas passam a ser mais frequentes em períodos próximos às datas comemorativas, como o dia da árvore, o dia do meio ambiente, entre outras. Como atração para os visitantes, a área dispõe de trilhas que podem ser realizadas sob o cuidado dos profissionais do local, além de palestras proferidas pelos mesmos.

Além destas ações para a população, o Parque Horto Florestal disponibiliza para as comunidades vizinhas produtos ou recursos extraídos de projetos existentes neste espaço, como: desenvolvimento agrário, plantação de mudas, projeto suíno, projeto de piscicultura, horta, arborização e manutenção dos canteiros e jardins da cidade e outros.

Atualmente, a área está com oito projetos em funcionamento e o Parque ainda conta com quatro profissionais especializados: um agrônomo, um veterinário e dois técnicos. Além destes, há três gerentes de campo e alguns profissionais do setor administrativo. O horário de funcionamento para as visitas é de 7h00 às 13h00, de segunda a sexta, e podem ser agendadas por interesses individual ou coletivo.

## **AS EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES EM RELAÇÃO AO PARQUE HORTO FLORESTAL**

Ao chegar próximo do Parque, encanta-se inicialmente com as árvores, o clima e os sons emitidos pelos animais existentes no local, dando um ar calmo ou mesmo interiorano, que logo se desfaz ao se avistar as residências próximas, que estão separadas apenas por uma rua asfaltada.

Para compreender um pouco a relação dos moradores com o local, basta parar e observar como estes interagem e constroem sua relação com o mesmo. A rua que fica em frente ao Parque Horto Florestal está sempre movimentada pelo trânsito dos moradores do entorno e de outros residentes da cidade. São carros, motocicletas, bicicletas e outros; são pessoas com idas e vindas a destinos como escola, trabalho, visitas

e tantos outros que não se limitam ao uso exclusivo da rua, mas também de partes do Parque como caminhos por aberturas existentes no muro, ou mesmo a utilização deste como passagem.

Essas e tantas outras ações podem ser observadas entre os moradores e a área como fatores significantes para a produção e (re) produção de experiências. No entanto, melhor que observar é saber por meio dos próprios moradores como vem se dando esta interação ao longo dos tempos, afinal “a população se constitui a mais importante ferramenta já que é depositária de informações, registrosêmicos e sentimentos afetivos, resultado de uma relação com base na topofilia” (ANDRADE, 2008, p. 571).

Neste sentido, a pesquisa se constitui a partir dos relatos dos moradores sobre o Parque Horto Florestal e tudo o que está ao seu redor. Assim, passa-se a conhecer este lugar que, segundo os relatos da maioria dos moradores, tempos atrás, como tantos outros bairros do município, tinha poucas residências, todas de taipa rodeadas de mato e com apenas um caminho pequeno que cada vez se firmava pelos passos dos moradores e de seus meios de transportes.

Este caminho que hoje se constitui na rua que separa as residências do Parque ficou conhecido como “rua do arame”, pois segundo seus moradores o “Florestal” era cercado apenas por arames, o que resultou no nome pelo qual a rua é conhecida até os dias atuais.

Tanto as residências, a rua e o ambiente natural davam a este lugar um aspecto interiorano, como relata um dos entrevistados.

Eu comparava aqui, antigamente, nesse tempo, eu comparava tipo um interior, tipo, tipo interior, aí saía, terminava ali o muro que não era muro na época, era cerca, aí terminava lá a cerca, aí chegava pra nós. Pra mim, assim eu entendia que aqui era uma colônia, terminava lá, o canto do muro já era cidade (Informação verbal)<sup>3</sup>.

Isto se dava pela paisagem local e a forma pacata de viver de cada morador, pois estes tinham como rotina diária a escola para as crianças,

<sup>3</sup> J.T.A., de 42 anos, morador do bairro há 30 anos.

o trabalho formal para alguns e o trabalho de casa para a maioria das mulheres; somente nos horários da tarde é que alguns homens se reuniam e iam brincar de bola no campo dentro do Horto destinado para eles e os adolescentes ocupavam o outro campo, correspondente a eles.

Nesses momentos, segundo este morador, as meninas estavam ajudando suas mães com os afazeres de casa e as que se encontravam desocupadas brincavam no entorno do Parque, onde o chão se constituía em uma quantidade maior de areia. Ao contrário do que existe hoje, em que há mais vegetação e mato no lugar, era nesse local, na areia, que elas construía casinhas, brincavam de boneca e tudo o que era possível para as suas imaginações.

Também era nesta parte do Parque que alguns meninos, os que não gostavam de jogar bola ou por se machucar com facilidade na atividade, preferiam brincar de carrinho.

Por volta de 18h00, a maioria dessas crianças e adolescentes se reunia no local, onde hoje corresponde a entrada do Horto, para brincar de pira se esconde, caí no poço e outras, que só tinham fim quando os pais os chamavam para jantar. De acordo com o referido entrevistado, foram nestes momentos de brincadeiras que muitos começaram a se relacionar, o que resultou em muitas uniões com o surgimento de filhos e netos.

Era também na rua que eles se organizavam e brincavam de queimada, bandeirinha e outras, que são lembradas com um olhar saudoso para a rua onde acontecia tudo isso, como se novamente fosse algo possível de ser vivido por ele, pois a “memória e a paisagem se comunicam por meio do olhar, resgatados por lembranças de tempos vividos e construídos na paisagem local” (ANDRADE, 2008, p. 571).

À noite, segundo este morador, alguns vizinhos se reuniam e iam para a casa de um Senhor conhecido por Zé Paraibano, que na época era o morador com melhores condições financeiras do bairro e podia dispor de uma casa grande e aparelhos eletrônicos, como televisão, que era novidade para muitos e possível para poucos. Era por meio deste aparelho que eles se comunicavam com o mundo, através dos programas jornalísticos, dos programas de comédias e outros.

Era neste ritmo que tanto a vida deste morador como a de muitos outros habitantes do local ia tomando forma, nesta relação do bairro com o Parque Horto Florestal como uma extensão de suas moradias. Alguns sentiam este lugar tão seu que tinham a liberdade de, à tarde, pendurar suas redes debaixo das árvores e desfrutar da tranquilidade e das sombras formadas pelas mesmas; estas sombras faziam com que este morador, enquanto criança, sentisse um imenso prazer pela existência desta área, pois lhe proporcionavam um espaço para o aumento das suas diversões. Este pensamento ganhou mais importância com o passar dos tempos, ao ver que esta área não tinha uma importância apenas por causa das sombras, mas por ser útil para a existência humana.

É por meio dessa utilidade, gerada pelos recursos naturais existentes na área, que muitas donas de casas se reuniam nesta localidade, nos tempos em que o saneamento básico era mais precário, para fazer uso das águas do Parque como único recurso disponível, pois sofriam com a frequente falta d'água.

Aqui faltava água, de primeiro, que meu Deus do céu! Faltava muita água. Aí, a gente ia pro igarapé pra ir, às vezes tinha só aquele aterrado, a gente levava enxada e cavava pra formar igarapé (Informação verbal)<sup>4</sup>.

O único meio que as donas de casa tinham era ir para o “Florestal” e usar o igarapé do local para as lavagens de roupas e higiene pessoal. Nestes momentos era quando mais se acentuavam a relação das donas de casas com este espaço e um momento a mais para seus filhos desfrutarem dos igarapés sob os olhos atentos de suas mães, pois nos outros momentos elas estavam em casa cuidando dos afazeres domésticos, e por receios dos animais existentes na área, evitavam entrar no “Florestal” e pediam aos filhos que fizessem o mesmo.

Os tempos foram passando e a modernidade foi chegando e alcançando os moradores do bairro, que foram deixando esta dependência do local, seja para auxílio do dia a dia ou para a busca de diversão.

---

<sup>4</sup> R.C.T.A, de 57 anos, moradora do bairro.

Segundo um dos moradores do local (J.T.A.), eles foram trocando as velhas brincadeiras pelos aparelhos eletrônicos, que se tornaram mais fáceis de serem adquiridos. Assim, foi diminuindo a maioria das práticas que fizeram parte da sua juventude e hoje, seus sobrinhos não as conhecem, ou não têm o costume de praticá-las; isso faz com que ele reflita e tenha como conclusão, que seus tempos de meninos eram melhores dos que hoje; ele acompanha, por tudo, pelas conversas, brincadeiras e valores em relação à criação dos filhos.

Isto fica evidente não apenas na fala dele, como também na de outra moradora do local (N.M.N, de 22 anos), que sempre morou neste lugar e pôde, ainda quando criança, desfrutar dos igarapés, dos campos e das brincadeiras realizadas no “Florestal”; hoje ela tem um filho de quatro anos e sente por ele não ter as mesmas possibilidades que ela teve quando criança. Este fato acontece não pela falta de espaço, mas pela falta de segurança no local.

O lugar continua o mermo, as mermas árvores estão aí, o mermo chão tá lá, o mermo caminho que nós andava tá lá, o mermo igarapé tá lá do mermo jeitinho, só o que mudou, por que a gente não pode ir lá. Porque o aumento da violência, entendeu? (Informação verbal)<sup>5</sup>.

Segundo alguns relatos, com o passar dos tempos, as ações ilícitas deixaram esta área marcada pelo aumento da violência e colocam os moradores em risco, o que limita o contato da população com este espaço de forma mais livre. Em função disso, os moradores desse bairro passaram a sofrer com a má fama do lugar, causada por tais ações, e passaram a ter uma série de inconvenientes ao tirar os documentos, ao procurar trabalho, por exemplo, pois para tudo isto é necessário apresentar o endereço de suas residências e as pessoas, ao saberem que se tratava de moradores do “Florestal”, como é conhecida esta área, se sentiam inseguras e temerosas, fazendo destas informações uma generalização coletiva.

---

<sup>5</sup> J.T.A., de 42 anos, morador do bairro há 30 anos.



No entanto, mesmo com todos esses problemas, alguns moradores ligados pelo que viveram durante todo esse tempo neste local confessam sentir amor e verdadeiro apego ao lugar, como observado na expressão da dona C.M.P, de 63 anos e moradora do bairro há 31 anos: “gosto, adoro, amo a casa e amo também a floresta, melhor que ocê já sabe, não adianta falar”.

Dessa forma, observa-se que atualmente os moradores estão limitados ao que acontece no lugar. Mas segundo alguns relatos, a situação já foi mais crítica e tem diminuído muito atualmente, mas mesmo assim eles não sentem segurança em entrar com a mesma liberdade na área. Devido a estas ações ilícitas na área, a fiscalização, tanto por parte dos profissionais da área, como do policiamento, passou a ser maior, o que gera certo temor por parte dos moradores, com a possibilidade de serem confundidos. Para eles, a ação que poderia ocorrer para facilitar a interação com este espaço de forma mais livre, tanto para eles como para os demais moradores do município, é a criação do Parque Ambiental, que segundo eles é uma promessa antiga que até hoje não puderam constatar.

Assim, a relação que pode ser observada entre os moradores e o Parque, nos dias atuais, está relacionada mais às entradas nas proximidades da área, facilitada pelas aberturas do muro, para catar castanhas, o uso de partes da área como caminho e alguns espaços de lazer, como o campinho de futebol de várzea e o de vôlei, que podem ser vistos por todos.

Além dessas ações, é possível ver moradores sentados no que restou do muro e alguns em cadeiras entre ele e parte do Parque; ou por ações como a do J.T.A., que, por sentir falta da liberdade de acesso ao lugar, pede autorização para caminhar e desfrutar da ação da natureza como um exercício e uma forma de voltar ao passado e se reconhecer como parte integrante daquele lugar.

Conhecer sua própria história, seu caminho percorrido é um exercício de auto-reconhecimento, de integração temporal, aonde as imagens do passado projetadas são transformadas através do sentimento de pertença, afetividade e de identidade local (THOMPSON *apud* ANDRADE, 2008, p.572).

Dessa forma, as experiências dos moradores com o Parque Horto Florestal têm se dado, no dia a dia, com intensidades e formas diferenciadas, de acordo com a compreensão e necessidade de cada um.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada pessoa vive e se apropria dos lugares de forma diferenciada, muitas inspiradas pela cultura, por pensamentos ideológicos, pelas rotinas pertencentes a cada ser e por outras variáveis. Com a natureza, as experiências podem ser apropriadas da mesma forma, por meio do dia a dia, das diversas necessidades pessoais ou coletivas e outras que se exprimem na forma de viver e pensar o lugar.

Neste sentido, a pesquisa obteve como resultado a análise das vivências, por meio de relatos e histórias descritas por moradores, os quais têm em suas memórias momentos vivos, frutos de cada ação realizada no bairro, na rua, na casa, nas vizinhanças e também no meio natural, que compreende todo o Parque Horto Florestal, em uma relação de dependência e pertencimento a este lugar.

O lazer, como um tempo disponível a ser vivido, pode ser observado nos momentos de interação da população com o espaço, como uma forma de divertimento e descanso na ruptura do que tem se constituído como tempo de ocupação referente aos trabalhos formais ou de casa e aos tempos de escola.

A pesquisa também teve como resultado a verificação da facilidade com que certos espaços tendem a se transformar em lugar, como a casa, a rua e o meio natural, por meio da vida diária e das brincadeiras, momentos tão fáceis de serem guardados na memória e tão expressivos ao serem lembrados quando remetidos novamente, pois, de fato, se tornaram experiências.

Muitas dessas experiências hoje não podem ser vividas da mesma forma, como acontecia anteriormente, pois a modernidade, no que se refere às facilidades em relação a divertimentos, distrações e aquisição de bens, de certa forma, provocou a diminuição de atividades importantes,

como as brincadeiras de rua, conversas em frente à casa, o prazer em estar em contato com a natureza sem se preocupar se há ou não área para se manter em “comunicação”, práticas tão importantes para dar sentido ao lugar. Fora isso, ainda ocorre o aumento da violência, que limita as pessoas de viverem de forma mais segura os espaços e refuta o direito destas de vivenciar aquilo que está ao seu redor de forma adequada e no tempo desejável.

Por meio da pesquisa, também foi possível observar a importância de um meio natural como facilitador no desenvolvimento pessoal e social daqueles que puderam ter contato com o mesmo, além de ampliar os espaços específicos para as diversas possibilidades de lazer.

Por essas e outras razões supracitadas, devem ser pensadas pelo poder público diversas medidas de preservação, conservação e manutenção de áreas com tais importâncias, além de medidas que garantam a segurança e a vivência de lazer de forma diversificada nessas áreas, tendo como auxílio a realização de pesquisas como esta, que possam ampliar o conhecimento em relação a tal abordagem e subsidiar a implantação de Políticas Públicas voltadas ao Planejamento e a gestão de áreas verdes nas cidades.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. *PASSOS: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. Vol. 6, n. 3, 2008. p. 590.

BRASIL. *Lei N.º 12.651*, de 25 de maio de 2012. Brasília, DF, 2012.

CARLOS, A. F. A. *O Lugar no/do mundo*. FFLCH: São Paulo, 2007.

GOMES, C. L, MELO, V. A. Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*. Porto Alegre, V. 9, n° 1, p. 23-44, Janeiro/abril de 2003.

HOLZER, W. O conceito de lugar na Geografia Cultural – Humanista: Uma contribuição para a geografia contemporânea. *GEOgraphia* – Ano V. n° 10, 2003.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. *Revista Território*. Rio de Janeiro, Ano IV. n° 7, p. 67-78, jul./dez.1999.

MARINHO, A. Conexão entre Lazer, Esporte e Natureza. In: MARINHO, A., COSTA, E. T, SCHWARTZ, G.M (orgs). V Congresso Brasileiro de Atividade de Aventura. São Bernardo do Campo / 2010. *Entre o Urbano e a Natureza: a Inclusão na Aventura*. Ed. Lexia: São Paulo, 2011.

MARINHO, A. Do Bambi ao Rambo ou do Rambo ao Bambi? As relações com (e na) natureza. In: *Meio ambiente, Esporte, Lazer e Turismo: Estudos e Pesquisas no Brasil 1967-2007*; Ed. Gama Filho: Rio de Janeiro, 2007.

TUAN, Y. F. *Topofilia: um Estudo da Percepção, Atitude e Valores do Meio Ambiente*. Ed. DIFEL: São Paulo/Rio de Janeiro, 1980.



# LAZER DA/NA FLORESTA: AS PRÁTICAS DE LAZER DOS MORADORES E VISITANTES DA ILHA DO COMBU, BELÉM-PA

*Douglas Carvalho Rocha*<sup>1</sup>

*Lucília da Silva Matos*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Belém é uma cidade de cheiros, sabores e ritmos que dão um significado diferenciado ao tempo disponível para o lazer, com a presença marcante da culinária regional exótica: o tacacá, a maniçoba, o pato no tucupi; das frutas perfumadas e saborosas: o açaí, o cupuaçu e o bacuri; das músicas e danças: o carimbó, o siriá, o lundu, o boi e o brega; dos folguedos populares: como os cordões de pássaros e as festas religiosas; das aparelhagens de som que anunciam o início das “ruas de lazer” e das festas, dos jogos e das brincadeiras que se organizam nas ruas. Essa mistura faz da moça Belém, uma cidade única, plena de charme e tradição (MATOS, 2001).

Essas características que dão a Belém esse tom peculiar são também resultantes da cultura vivida nas dezenas de ilhas que compõem a sua geografia. Segundo levantamento feito pela Companhia de Desenvolvimento de Belém (CODEM), a cidade de Belém é cercada por 39 ilhas, por isso é considerada a cidade do Brasil com maior número de

---

<sup>1</sup> Licenciado em Educação Física (UFPA). Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (FIPAM-NAEA-UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Lazer e Ludicidade na Amazônia. E-mail: doug\_carvalho@outlook.com.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Especialização “FIPAM XXV: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer” do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará (UFPA/Campus Belém); Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Lazer e Ludicidade na Amazônia - MOÇARAI; luciliasmatos@gmail.com.

ilhas, como segue a citação: “nenhuma cidade do Brasil apresenta tão numeroso constelário de ilhas como Belém”, de fato, é notório perceber a cidade cercada por todos os lados de horizontes verdes, que despertam a curiosidade de quem observa (MOREIRA, 1966, p.27*apud* DERGAM, 2006, p.18).

Entre essas ilhas, encontra-se a Ilha do Combu, localizada às margens do rio Guamá, a aproximadamente 15 minutos da capital, em trajeto realizado por embarcações. A Ilha foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA) pela Lei nº 6.083, de novembro de 1997, e tem características tipicamente tropicais, com áreas de várzea e de terra firme, e onde predomina a existência de espécies de fauna e flora típicas da Amazônia, entre as quais o açaí, que é abundante na região e a principal fonte de subsistência dos moradores (BATISTA, 2011).

De acordo com o SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000), APA (Área de Proteção Ambiental) é uma área geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e bem-estar da população ali existente. Tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Diante desse fato surgiram algumas indagações: quais são as formas de divertimento dos moradores da Ilha do Combu? Quais os espaços/equipamentos de lazer existentes na ilha? Até que ponto as práticas de lazer da cidade do outro lado do rio (Belém) influenciam as práticas de lazer na Ilha? A ilha é procurada por visitantes para quais tipos de práticas de lazer?

Buscando respostas para estas indagações, situaremos o lazer como a principal categoria social desta pesquisa, a partir do entendimento deste como um fenômeno sociocultural surgido na modernidade, e resultante de disputas e contradições sociais próprias da sociedade capitalista, vivenciado no tempo disponível entre as obrigações familiares, de trabalho, fisiológicas, mas sempre influenciando e sendo influenciado

por estas. As práticas culturais vividas no tempo/espaço disponível (físico-esportivas, artísticas, manuais, intelectuais, sociais e turísticas), em geral se caracterizam como de livre escolha dos sujeitos e são praticadas pelo prazer que podem proporcionar (MARCELLINO, 2002; MELO 2006). O lazer é reconhecido hegemonicamente como expressão da cultura nas sociedades urbanas. E nesta pesquisa estamos interessados em entender também como ele é vivido pelas comunidades ribeirinhas da Amazônia, visto que estas têm especificidades em suas relações sociais.

A Ilha do Combu, *locus* privilegiado da pesquisa, caracteriza-se também como um espaço para as práticas de lazer na natureza, e é procurada por pessoas da Região Metropolitana de Belém e por visitantes turistas provenientes de outros estados e países, que se deslocam até a ilha em busca de atividades culturais de lazer. As mais procuradas estão classificadas como “sociais” (MARCELLINO, 2002), e são vivenciadas nos diversos restaurantes localizados na Ilha. Lá os visitantes têm a oportunidade de almoçar, conversar, contemplar a natureza, além de poder tomar banho de rio, participar de alguns eventos festivos promovidos nos restaurantes, entre outras atividades.

O artigo tem como objetivo conhecer a realidade cultural da Ilha do Combu, visando levantar e analisar as atividades de lazer praticadas no cotidiano pelos seus moradores e também realizadas por visitantes, a fim de sistematizar tais práticas e construir subsídios para novos estudos, pesquisas e proposições de políticas no âmbito do lazer e turismo na Ilha.

## **CAMINHOS PERCORRIDOS NAS ÁGUAS QUE NOS CONDUZEM E BANHAM A ILHA DO COMBU**

Este artigo refere-se à sistematização dos resultados de uma pesquisa de campo que teve como principal *locus* a Ilha do Combu, mas o olhar esteve direcionado, especificamente, para o cotidiano de lazer dos moradores e dos visitantes da Ilha.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Teixeira (2010), tem as seguintes características:



O pesquisador observa os fatos sob a óptica de alguém interno à organização; a pesquisa busca uma profunda compreensão do contexto da situação; a pesquisa enfatiza o processo dos acontecimentos, isto é, a sequência dos fatos ao longo do tempo; o enfoque da pesquisa é mais desestruturado, não há hipóteses fortes no início da pesquisa. Isso confere à pesquisa bastante flexibilidade; a pesquisa geralmente emprega mais de uma fonte de dados (TEIXEIRA, 2010, p.137 - 138).

Nesta perspectiva, procuramos evidenciar o significado do lugar, sob a ótica dos sujeitos interlocutores da pesquisa, a subjetividade dos respectivos modos de vida e percepção do mundo e as relações entre o homem e a natureza, no sentido de identificar as formas de lazer e quais os sentidos e significados dessas experiências para o ambiente que habitam ou frequentam, visando conhecer e analisar o cotidiano da floresta a partir das práticas de lazer vivenciadas pelos moradores e visitantes.

A ilha é entrecortada pelos chamados “furos”, que cumprem a função de estreitos caminhos que dão acesso aos espaços internos dela. A pesquisa de campo foi realizada mais precisamente no furo da Paciência, adotando-se como critério de escolha o fato de que neste local encontram-se os dois maiores e mais visitados restaurantes da ilha, e de haver outros pequenos restaurantes ao longo desse furo. Destaca-se também que neste local encontram-se o único posto de saúde e a única escola da ilha, além da “fábrica artesanal de chocolate de cacau”, que atualmente é uma atração turística da Ilha do Combu.

A pesquisa possui um caráter exploratório, que, segundo Gil (1999, p. 43), “visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo; e possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores”.

Na primeira etapa da pesquisa (novembro e dezembro de 2014), desenvolvemos um processo de observação do cotidiano vivido a partir de um roteiro previamente elaborado. Tivemos a oportunidade de visitar a ilha para um primeiro reconhecimento, seja frequentando alguns

restaurantes, seja indo aos locais de moradia dos nativos da Ilha. O processo de observação foi registrado em diário de campo, instrumento utilizado neste estudo, com o objetivo de registrar os dados e fatos no momento da observação, para depois estudá-los e analisá-los, como nos orienta Vianna:

As notas de campo devem ser feitas imediatamente, na medida do possível. Muitos observadores, durante o processo de observação, fazem apenas simples anotações para mais tarde desenvolvê-las, detalhando os diferentes aspectos que foram observados. As notas de campo devem relatar aquilo que ocorreu, quando ocorreu, em relação a que ou a quem está ocorrendo, quem disse o que foi dito e que mudanças ocorreram no contexto. É necessário que as observações sejam concretas, devendo o observador evitar o emprego de palavras abstratas ou sujeitas a múltiplas interpretações (VIANNA, 2003, p. 31).

Na segunda etapa da pesquisa (janeiro de 2015), também utilizamos como técnica metodológica as entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro previamente elaborado. Demo (1995) afirma que a entrevista semiestruturada é uma atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade. Por sua vez, Minayo (2001) afirma que:

Para essa modalidade de abordagem, o roteiro deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficientes em tópicos que contemplem a abrangência das informações esperadas. Os tópicos devem funcionar apenas como lembretes, devendo, na medida do possível, ser memorizados pelo investigador quando está em campo. Servindo de orientação e guia para o andamento da interlocução, o roteiro deve ser construído de forma que permita flexibilidade nas conversas e absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância (MINAYO, 2001, p.191).

Os interlocutores entrevistados foram identificados pelas seguintes características: moradores da ilha, visitantes da ilha e proprietários dos restaurantes (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos interlocutores entrevistados

INTERLOCUTORES	N.º DE ENTREVISTADOS	DESCRIÇÃO
Moradores da Ilha	10	Pessoas que nasceram ou moram na Ilha há pelo menos cinco anos.
Visitantes	10	Pessoas que moram na RMB e fora do estado ou do país.
Proprietários de restaurantes	03	Empresários ou gerentes dos restaurantes que funcionam na Ilha; e alguns são moradores da Ilha.

Organização: Rocha, 2015.

Para o melhor desenvolvimento das entrevistas, foram utilizados gravadores, com o consentimento dos entrevistados. As entrevistas foram transcritas e organizadas por temas, segundo o objetivo da pesquisa, e analisadas a partir do referencial teórico selecionado para esta abordagem.

As principais referências que dão suporte teórico a esta pesquisa são Bahia (2007; 2008), Batista (2011); Dergan (2006), Gomes (2003), Matos (2001) e Marcellino (2000; 2003), de modo que todo o material proveniente do campo foi organizado e confrontado com as teorias desses autores, fundamentalmente nas áreas do Lazer e Turismo.

## A ILHA DO COMBU COMO OPÇÃO DE LAZER: LIMITES E POSSIBILIDADES

A Ilha do Combu tem se caracterizado como uma das opções de lazer na cidade de Belém. O próprio deslocamento da cidade para a Ilha permite que a maioria dos visitantes tenha contato com paisagens e sensações diferenciadas das que têm no seu dia-a-dia, pois a única forma de deslocamento para a Ilha é o transporte fluvial, por meio de pequenas embarcações coloridas que partem do trapiche localizado na Praça Princesa Izabel, no bairro da Condor, em Belém. Ali então começa o passeio de barco que dura aproximadamente 15 minutos, dependendo da maré, e custa, em média, R\$ 4,00 (quatro reais) por pessoa.

Em poucos minutos, pode-se chegar do outro lado da margem do rio Guamá, tendo a oportunidade de se deparar com uma realidade totalmente diferente, pois ali se encontra um pedaço da floresta amazônica, cuja paisagem destaca-se pelo colorido das águas barrentas do rio, pelo verde da mata, pelos animais, pelas casas dos moradores e pelos trapiches e restaurantes localizados nos furos que dão acesso à Ilha do Combu. Nos finais de semana, principalmente, o número de embarcações particulares (lanchas e *jetski*) e de transportes de visitantes (barcos e lanchas) aumenta consideravelmente, trazendo pessoas que desejam ter um maior convívio com a natureza, degustar iguarias amazônicas oferecidas pelos inúmeros restaurantes, conversar e relaxar em meio à floresta, na beira do rio, de onde se pode visualizar a cidade.

Por outro lado, os moradores da floresta ou aqueles que vivem à beira-rio na Amazônia, entre os quais se incluem os moradores da Ilha do Combu, acessam as práticas de lazer a partir de suas condições socioambientais: na relação com os recursos oferecidos pela floresta, o fluxo das marés e a natureza em geral. Assim, a sua relação trabalho/lazer se dá em patamares diferenciados, da forma como o lazer acontece para a maioria das pessoas que vive nos centros urbanos.

Sabemos que na modernidade, principalmente a partir do século XIX, houve uma mudança de enfoque determinante para a compreensão das práticas lúdicas que aconteciam no cotidiano da sociedade urbano-industrial. Por muito tempo, a dimensão de tempo/espço teve a natureza como determinante das relações socioculturais, sem haver, necessariamente, uma ruptura dos tempos de trabalho com os de festejos e outras práticas lúdicas. Com as mudanças no âmbito do trabalho e das novas formas de organização social, que passam a se constituir com o acirramento do capitalismo, o tempo de referência deixa de ser o da natureza e passa a ser o tempo artificial dos relógios da fábrica, do trabalho etc. É nesta perspectiva que surge a categoria lazer, e este passa a ser visto como tempo/espço propício para vivências e diversas experiências classificadas como não pertencentes ao mundo do trabalho,

de modo que essa passa a ser a referência hegemônica, principalmente nas modernas sociedades urbano-industriais.

Como afirma Werneck (2003), o lazer surge nas sociedades urbano-industriais a partir de um período histórico (modernidade) em que se passa a valorizar a força de trabalho para o acúmulo de capital, e logo se percebe e se reivindica uma menor jornada de trabalho para se usufruir o tempo livre para o lazer. A partir de então, o lazer foi se constituindo como um fenômeno social, que também passou a ser estudado e, como resultado, tem-se uma série de pesquisas e publicações que vêm tentando dar conta das diversas problemáticas que emergem das práticas de lazer nas sociedades modernas.

Embora essa visão de tempo para as práticas lúdicas passe a ser a referência hegemônica, ela não é monolítica, de modo que existem experiências diversificadas nas comunidades em que as práticas de lazer e a relação entre lazer e trabalho se configuram em perspectivas diferenciadas, como é o caso de muitos moradores da Ilha do Combu.

Um estudo feito por Dergan (2006) verificou que entre as práticas surgidas a partir da década de 1980 do século XX, as atividades turísticas no Combu forjam, criam e recriam naturezas dos espaços e dos tempos. Neste sentido, podemos perceber um turismo como principal atrativo para o lazer na ilha, mas que também vem carregado de ideologias de quem procura, seja o visitante, o morador ou o dono de restaurante, e logo se mostra o que o visitante quer ver; assim, forjam-se ambientes e constroem-se espaços para a atividade turística, porém camuflando culturas e urbanizando ambientes na floresta – aspectos até certo ponto presentes quando conhecemos os grandes restaurantes existentes na Ilha.

Esta é uma característica do turismo e lazer na ilha, e que, pelo fato de ainda não ser massificado pelas propagandas televisivas e grandes agências de turismo, poderia ser estruturado de forma diferenciada, tendo como referência o turismo de base comunitária.

Segundo Tavares (2010), o turismo de base comunitária coloca em jogo o território e as relações da sociedade com a natureza, não podendo ser formulado sem levar em consideração o contexto, as

práticas ambientais e os saberes dos atores sociais presentes nos territórios recortados para a implantação de ações voltadas para a atividade turística. Nesse sentido, devem-se formular políticas públicas abrangentes, que levem em consideração principalmente a realidade do lugar e os atrativos culturais neles contidos, para que se possa ter a identificação com o que se mostra a quem busca a atividade turística e de lazer, de forma que haja mobilização e empenho dos atores sociais na perspectiva de atividades sustentáveis, ou seja, que a forma de desenvolvimento da atividade turística e de lazer não seja degradante e nociva apenas para o ambiente, mas também para os habitantes locais.

Segundo Bahia *et al.* (2008), é importante ressaltar que categorias como lazer e turismo são complementares, mas não significam a mesma coisa, pois a compreensão de lazer remete a uma amplitude de outros conteúdos culturais. Já para Villaverde (2003), parece razoável admitir que a atividade turística esteja inserida num universo mais amplo, o do lazer, o que torna imprescindível discuti-los conjuntamente. Nesta perspectiva, podemos observar que as duas categorias estão entrelaçadas, principalmente, pela vivência em áreas de preservação da natureza, como no caso deste estudo, pois na Ilha do Combu utiliza-se do turismo como ferramenta de lazer nos espaços que a ilha oferece.

Uma das grandes dificuldades destacadas pelos interlocutores da pesquisa para a prática mais estruturada de turismo e lazer na Ilha é o deslocamento, pois a principal forma de acesso a ela é por meio de pequenas embarcações conduzidas por barqueiros que fazem a travessia a partir da Praça Princesa Izabel, no bairro do Condor. No entanto, a praça encontra-se em péssimas condições, abandonada, suja, com algumas áreas invadidas pela vegetação; além disso, ela vem servindo de abrigo para moradores de rua e há relatos de assaltos frequentes, de modo que o ambiente se torna soturno, não havendo nenhum tipo de segurança para as pessoas que pretendem embarcar para a Ilha do Combu ou para qualquer outro destino.

Diante desses fatos, alguns proprietários de restaurantes localizados na margem da Ilha vêm assumindo o pagamento de seguranças para ficarem na praça, principalmente nos finais de semana, para não perderem a sua clientela. Ao perguntarmos sobre a questão das políticas públicas de segurança, infraestrutura e ações de turismo e lazer para a Ilha, uma das interlocutoras fez o seguinte relato:

Olha, existe a pretensão de [...], mas a pretensão é longe do que a gente precisa, né? Uma prova disso é o próprio terminal de embarque. Vocês devem ter vindo pela Praça Princesa Izabel e devem ter visto que não tem nada que possa atender o turista, nem de nada, absolutamente nada e ainda é muito perigoso (Dona de restaurante na Ilha do Combu, 48 anos. Entrevista concedida no dia 18 de janeiro de 2015).

O turista ou visitante que deseja conhecer a Ilha, na maioria das vezes, terá que fazê-lo por conta própria, correndo todos os riscos que a travessia oferece. Percebe-se a falta de políticas públicas de acesso ao local.

É nesta lógica que buscamos um olhar crítico com relação aos indivíduos envolvidos nesta pesquisa realizada na “Ilha do Combu”, tanto em relação aos seus moradores quanto aos visitantes, pois, se por um lado as experiências vividas pelos moradores do Combu estão cercadas de significados próprios da cultura ribeirinha, referentes às práticas cotidianas e ao seu modo de vida - o banho de rio, a pelada, o bilhar, o empinar pipa (ou papagaio), as caminhadas na mata, a pesca, a caça, o artesanato, as conversas nos trapiches à beira do rio contemplando a natureza -, até que ponto essas práticas são influenciadas pelas vivências urbanas?; por outro lado, percebemos que o modismo e principalmente a alienação em relação ao conhecimento sobre o modo de vida dos moradores locais estão presentes no uso do espaço do rio e do entorno da Ilha, daí a necessidade de entender como os visitantes – moradores da cidade de Belém e turistas – veem esta comunidade, e quais são as atividades de lazer que se desenvolvem na Ilha.

## LAZER DA FLORESTA: OS ESPAÇOS E AS EXPERIÊNCIAS DE LAZER DOS MORADORES DA ILHA DO COMBU

Segundo Batista (2011), o ribeirão, enquanto categoria designativa, favorece a identificação de elementos definitórios, como modos de vida, aproveitamento e exploração de recursos naturais, ocupação e apropriação do território, identidade cultural simbólica, crenças e valores. Nesse contexto, os moradores da Ilha do Combu têm uma cultura ribeirinha que os define na sua relação com o lugar, no sentido e significado que dá a estes, características específicas e um modo de vida próprio e diferenciado dos que moram na cidade de Belém e também em outros lugares.

Neste sentido, classificamos como o lazer “da” floresta as práticas e as experiências de lazer das pessoas que moram na Ilha do Combu que, portanto, usam os espaços em vivências de lazer historicamente construídas na cultura dessa comunidade. Por outro lado, classificamos como o lazer “na” floresta as práticas e experiências dos visitantes da Ilha do Combu, uma vez que as formas de lazer se limitam aos espaços dos restaurantes e a práticas ainda bastante urbanizadas.

O espaço é entendido como suporte para os equipamentos e os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade. [...], conclui-se que é possível se exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas é impossível fazer um lazer sem a existência de um espaço (MARCELLINO, 2006, p. 66).

Os equipamentos de lazer da Ilha do Combu caracterizam-se como não específicos, pois em nossas observações e nos relatos dos moradores verificamos que, com exceção de um campo de futebol improvisado, não há espaços destinados especificamente ao lazer (cinemas, teatros, praças, quadras etc.). Nesse sentido, diferentemente das cidades, há espaço, daí que a vivência do lazer se dá em outra lógica bastante próxima das outras dimensões da vida, como do trabalho, da religião, do deslocamento, da alimentação etc.



No entanto, mesmo assim os moradores querem usufruir e terem o direito de acesso a alguns desses equipamentos específicos de lazer:

Aqui a gente não tem lugares assim pra diversão, né? [...] só os mais jovens que têm as festas pra ir, os bares que têm aí na beira do rio. Eu não gosto disso, e também tem que ter dinheiro pra ir, né? (Moradora da ilha, 52 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Logo, se percebe na Ilha do Combu a ausência de equipamentos construídos para o lazer, mas a floresta existe como espaço de convivência e de relações sociais entre os indivíduos que ali residem, no caso, a floresta e tudo que nela existe (rio, árvores, cipós, terra, plantas), transformando aquele espaço em experiência de lazer.

Não distante da cidade de Belém e das influências trazidas pela urbanidade, os moradores da ilha, cercados pela natureza, criam suas identidades culturais nas quais a floresta tem uma influência muito forte. Por ser o seu espaço de convivência, usam os elementos e coisas que esta proporciona para as suas práticas de lazer, por exemplo, tomar banho no rio é uma prática muito comum.

Aqui não tem muita opção não, então a gente inventa, toma banho no rio, às vezes vai ali pro bar pra beber uma com os conhecido, joga bola às vezes quando dá, também gosto muito de assistir jogo na televisão [...] e também gosto das festas que têm aqui à noite. Lá no Ilha Bela sempre tem festa (Morador do Combu, 23 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Nas observações em campo e nas entrevistas, identificamos as principais práticas de lazer dos moradores, entre as quais se destacam as festas religiosas, os torneios de futebol, os jogos escolares e as manifestações culturais dos grupos folclóricos.

### ***Festas religiosas***

Na ilha, existem igrejas católicas e evangélicas. Alguns entrevistados relataram que pela religião protestante, acontecem encontros de grupos

de senhoras e jovens, que se reúnem com frequência. Portanto, pelos relatos, podemos afirmar que nessas vivências estão os conteúdos que o lazer proporciona, pois, por meio desses encontros, eles conversam, distraem-se, contam histórias da vida cotidiana, confraternizam-se e criam laços de sociabilidade.

Tem, e aqui na Ilha do Combu, vamos dizer assim, a maioria da população é evangélica e têm as festividades deles, né? Tem festa do grupo de oração das senhoras, tem dos jovens; aí no período de férias tem a escola dominical bíblica que eles fazem; e a católica é bem pouca aqui na Ilha, mas nas outras ao redor é mais forte, aí tem a festividade de cada comunidade [...] tem a Madre Paulina no Periquitaquara, a de Santo Antônio, aí tem Santa Maria, e assim vai [...] e todos são convidados a participar, né? Pessoas daqui que vão pra lá, as de lá vêm pra cá, e assim acontece (Moradora do Combu, 27 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

### ***Campeonatos de futebol***

Outras possibilidades de lazer dos moradores caracterizam-se como atividades físico-esportivas, como os campeonatos amadores de futebol. Na ilha existem espaços com o campo de futebol improvisado, construído pelos moradores para estas práticas. Assim, visitantes de outras ilhas são convidados a competir nos torneios de futebol organizados em equipes de solteiros contra casados, entre outros campeonatos.

Tem os jogos de futebol, às vezes torneio de solteiro contra casado, né? Aí vêm pessoas lá do outro furo, de outras ilhas pra jogar contra os time daqui, tem também os grupos folclóricos, né? Eu faço parte de um aqui na ilha; a gente dança quadrinha, carimbó (Moradora da ilha, 26 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

### ***Jogos escolares das ilhas***

Promovido pela escola municipal que funciona na Ilha do Combu, os jogos escolares buscam, por meio de atividades lúdicas, o reforço da identidade ribeirinha, com atividades que remetem, principalmente, ao

ambiente da floresta, como subir em açazeiros para apanhar o fruto em menor tempo, retirá-los do cacho e acondicioná-los em paneiros (cestos feitos com tala de palmeiras da região amazônica) e a confecção da peconha (objeto feito de forma artesanal com a folha da palmeira de açaí, que serve para prender os pés e subir no caule e apanhar os cachos de açaí no topo da palmeira), entre as principais atividades dos jogos que contam com alunos moradores da Ilha do Combu e de outras ilhas vizinhas. Esses jogos promovidos pela escola em uma determinada data do ano ganha ares de festa e grande confraternização, uma vez que a escola é a promotora, mas a floresta é a grande anfitriã.

### ***Grupos folclóricos***

Nas entrevistas, os jovens relataram a existência de um grupo folclórico da ilha. Neste grupo, os jovens reúnem-se para ensaiar, dançar e se apresentar nas festas populares, principalmente no grupo de carimbó e quadrilha junina.

### ***Brincadeiras, conversas e contemplação da natureza***

É comum entre as crianças da ilha as brincadeiras de faz-de-conta sobre a vida cotidiana dos adultos, retrato da realidade vivida na ilha, do que é significativo na realidade do dia a dia, como: pescar, colher açaí, cacau, fazer embarcações, entre outras.

Isso pode ser verificado no estudo feito por Teixeira e Alves (2008), que constataram que a beira do rio constitui o principal local das brincadeiras das crianças da Ilha do Combu. Podemos observar nas falas dos interlocutores que o rio tem um significado importante com relação à vida das crianças, mas também dos adultos, que fazem dele o seu principal meio para o lazer, seja na contemplação da paisagem ou nas brincadeiras.

Saio com meus amigos aqui da Ilha pra conversar, tomar banho no rio, apanhar fruta, namorar, ir pra festa que tem de vez em quando; é isso, eu gosto das pessoas daqui (Morador do Combu, 19 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Como nos diz Souza (2007), a primeira referência da vida ribeirinha relaciona-se à dinâmica e aos cursos fluviais da Amazônia. Sua importância revela a sobrevivência e o desenvolvimento de várias localidades que são entremeadas pelas águas, pois é por meio delas que a cotidianidade se reproduz material e imaterialmente. Por meio dos cursos fluviais, se especializam sonhos, desejos, encontros e modos de vida, e o homem amazônida cria os seus próprios mecanismos de usar o espaço e o tempo de trabalho e de lazer. Nesse sentido, muitas práticas de lazer vividas têm o rio como referência, visto que este está relacionado ao cotidiano das pessoas que habitam a Ilha do Combu. Logo, o rio torna-se um dos principais espaços para a vivência de diversas atividades de lazer.

Percebe-se, porém, que devido à falta de equipamentos, de espaços específicos e à ausência de uma política de animação cultural que valorize os saberes e as práticas tradicionais da Ilha, há uma forte influência das práticas culturais urbanas, descontextualizadas da dimensão cultural da Ilha, como em alguns eventos organizados neste ambiente:

[...] Sou contra umas *raves* que acontecem aqui, porque é muita droga, prostituição, tudo que não presta. As pessoas vêm de Belém fazer festa, não é morador da Ilha, não; são empresários de Belém que vêm. Às vezes, dura dois dias; todo mundo sabe que tem. Mas tem também as festas de aparelhagem, que é muito bacana, em alguns restaurantes na beira do rio que acontecem (Moradora do Combu, 26 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Nesse sentido, o lazer “da” floresta acaba sofrendo ações exógenas e trazendo consigo prejuízos para a juventude, uma vez que algumas festas de aparelhagem, as *raves* promovidas por empresários e promotores da cidade, acabam servindo para o uso de drogas, prostituição juvenil e um rompimento com a cultura da Ilha em suas práticas de lazer.

## O LAZER NA FLORESTA: AS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DE LAZER DOS VISITANTES NA ILHA DO COMBU

Nas nossas observações, percebemos que há diversos restaurantes na Ilha<sup>3</sup>, para todos os gostos e tipos de públicos. Podemos afirmar que, além da natureza, os restaurantes são os principais atrativos para os visitantes, uma vez que a maioria dos entrevistados passou a visitar a ilha para apreciar o que a culinária amazônica tem a oferecer. Em um espaço de floresta, e ao mesmo tempo na beira do rio, com vista para Belém, o contraste é notório: estar na floresta e olhar uma cidade de concreto, que parece tão longe e tão perto.

No entanto, as atividades do lazer são bastante restritivas, uma vez que não há incentivo para que os visitantes conheçam a ilha como um todo, inclusive a cultura da comunidade local. Quando perguntamos aos visitantes se conheciam a Ilha, a resposta foi praticamente unânime – quase todos responderam que não conheciam a ilha, para além dos restaurantes.

Não conheço. Só conheci o restaurante e a comida; acho que aqui tem um grande potencial turístico porque é um pedaço da Amazônia né. É lindo isso aqui, mas falta mais estrutura – falo no sentido do deslocamento, da segurança e os preços tão exorbitantes. Acho que deveriam nos proporcionar a ida às comunidades, não ficar restrito à beira (Visitante, 36 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Observamos que os pequenos restaurantes são de moradores que dividem o mesmo espaço como moradia e local de trabalho, ou seja, fizeram da sua casa um meio de subsistência. Estes estão localizados principalmente no furo da paciência. Esses moradores comercializam refeições a preços mais acessíveis, e têm um cardápio mais reduzido em relação aos grandes restaurantes. Nos restaurantes menores, observamos que muitos moradores frequentam esses locais.

---

<sup>3</sup> Os restaurantes e bares na Ilha do Combu são: 1) Netos bar; 2) Ilha Bela; 3) Mirante da Ilha; 4) Paladar da Amazônia; 5) Combu da Amazônia; 6) Saldosa Maloca; 7) Portas Abertas; 8) Maloca da Saudade; 9) Sabor da ilha; 10) Maloca do Pedro; 11) Bar do Buá; e 12) Bar do Chico.

No ambiente frequentado principalmente por visitantes, estão os grandes restaurantes, tendo a beira do rio como palco e a cidade de Belém como vista, e as práticas e equipamentos para o lazer são vendidos a quem pode pagar. Em um desses restaurantes, um dos mais bem estruturados que atrai as pessoas de maior poder aquisitivo, observamos a existência de piscina inflável, escorregador e *playground*. Essa estrutura, segundo um dos donos do restaurante, visa dar certa modernidade ao ambiente da floresta e agradar os visitantes. Principalmente nestes restaurantes mais “sofisticados”, os moradores pouco frequentam, como segue este trecho da entrevista com uma das interlocutoras da pesquisa:

Não, são muito poucos que frequentam, acho que pro morador da Ilha acaba sendo muito comum, e sem contar que eu diria que a nossa seleção musical não agrada o morador da ilha. O morador da ilha gosta de música alta, ele gosta de festa de aparelhagem e o Saldosa Maloca ele tem uma proposta diferente, o Saldosa Maloca ele usa a música paraense de uma forma diferente, nós usamos muita; nós usamos o carimbó, nós usamos Lucinha Bastos, Nilson Chaves e vários outros cantores da terra, diferente do tecnobrega, digamos assim, que requer um volume um pouco mais alto. Então, a gente acaba que não agrada o morador da Ilha, mas eu tenho muitos moradores que trabalham comigo no restaurante, não são frequentadores, eles são trabalhadores (Dona de restaurante, 48 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

As principais vivências de lazer dos visitantes entrevistados nesta pesquisa e percebidas durante observação e registro em diário de campo são:

### ***Contemplação da natureza***

Ao tratar dos conteúdos culturais do lazer, Marcellino (2000) destaca também a prática do turismo, no qual as pessoas buscam quebrar a rotina temporal e espacial, pela busca de novas paisagens, de novas pessoas e costumes. Estes aspectos estão expressos nos trechos das entrevistas que seguem:

Venho me divertir, gosto da natureza daqui, esse ambiente agradável, fugir um pouco da cidade, sabe? Gosto de vir conversar pegando esse ventinho no rosto, isso não tem preço (Visitante, 23 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Grande parte dos visitantes vai à ilha em busca da tranquilidade e de um ambiente de natureza e ar puro, para contemplar o rio, a natureza e admirar a cidade de longe, mas ao mesmo tempo tão perto da floresta, além de apreciar a culinária amazônica, classificada como exótica, por reunir um forte teor indígena. Esta culinária, também, faz com que o visitante se interesse bastante pela gastronomia que os restaurantes oferecem.

### ***Gastronomia***

Os pratos típicos da culinária do Pará e da Amazônia, como peixes de diversas espécies que são servidos assados, cozidos, fritos e com variados acompanhamentos como o açaí, tucupi e macaxeira; os sucos de diversas frutas, como taperebá, bacuri e cupuaçu; e as sobremesas feitas com castanha-do-pará e chocolate de cacau permeiam as conversas, aguçam os sentidos e proporcionam emoções nas experiências gastronômicas na Ilha do Combu.

### ***Combuzada***

A Combuzada é uma festa organizada por estudantes de diversos cursos da Universidade Federal do Pará no restaurante “Maloca da Saudade”; ocorre de quinze em quinze dias, sempre às sextas feiras. Uma embarcação sai do trapiche da Universidade e atravessa o rio, levando os estudantes que promovem a festa com o objetivo de beber, conversar, dançar, banhar-se no rio, recitar poemas, entre outros interesses.

### ***Beber, conversar, socializar***

Procurando o papo sem compromisso, os estreitamentos afetivos por meio da amizade, da companhia, das conversas ao som de música e cerveja gelada, os vários interesses sociais se fazem presentes nas

entrevistas dos interlocutores da pesquisa; a maioria das experiências são de lazer que ocorrem nos espaços dos restaurantes e praticados por visitantes. Fora esses interesses, muitos visitantes usam os espaços dos restaurantes para tomar banho no rio, nadar próximo do trapiche ou em espaços construídos para este fim.

Eu gosto desse ambiente de mato, gosto de beber com amigos, conversar, tomar banho. À vezes, algum amigo que tem amigo com lancha a gente passeia pelos furos, se diverte e é legal a ilha, nós somos privilegiados de ter isso aqui, eu venho pela natureza mesmo [...] (Visitante, 23 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2015).

A busca pelo relaxamento, por um refúgio para relaxar e fugir do estresse faz com que cada vez mais se busque a natureza e espaços verdes para as experiências de lazer, utilizando o espaço para convivência social, contemplação etc. O discurso dos interlocutores visitantes, na maioria das entrevistas, foi a busca pelo contato com a natureza e a fuga do espaço urbanizado. Esta busca começa já na travessia, ao sentir a brisa da maré e as ondas do rio a bater no casco das embarcações que levam ao espaço de beleza e tranquilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os moradores da Ilha do Combu, com todas as peculiaridades que a cultura da floresta propicia, têm suas vivências de lazer baseadas na sua relação cotidiana com o rio, com a floresta, com as festas de santo e com tudo que permeia esse universo de águas em que estão inseridos.

Observou-se que, embora haja uma cultura lúdica muito própria da Ilha no cotidiano de lazer dos moradores, também há certa urbanidade nos hábitos, no que tange às práticas de lazer provenientes da cidade, como as festas de aparelhagem e o constante deslocamento da Ilha para a vivência de lazer na cidade de Belém. Não que isto seja um problema, ao contrário, viver e desfrutar da produção cultural existente é imprescindível. No entanto, percebemos como é fundamental



o investimento em políticas públicas que potencializem a produção cultural local, que garanta espaços e equipamentos condizentes com o ambiente da floresta, assim como animação cultural que valorize a cultura tradicional das comunidades como uma forma de fortalecimento das identidades locais.

Percebemos que para o morador da Ilha há diversificadas vivências de lazer em diálogo com a natureza, de modo que as práticas lúdicas são reveladoras de identidades específicas, na confluência com as outras dimensões da vida, constituindo, assim, o lazer da floresta. No entanto, também almejam o acesso a alguns equipamentos de lazer.

Com relação aos visitantes, percebemos que estes trazem hábitos arraigados de sua cultura urbana para o ambiente da floresta. E, embora os visitantes desejem ter vivências e experiências de lazer, estes limitam-se aos espaços dos restaurantes, tanto pela falta de incentivo de animadores culturais da/na ilha, quanto pela falta de uma educação pelo/para o lazer em ambientes que não sejam na cidade.

Diante desse contexto, faz-se necessária a implementação de políticas públicas de lazer e turismo que beneficiem moradores e visitantes. A partir da realidade investigada, sugerimos:

- Melhoria no acesso à ilha, tanto para os moradores quanto para os visitantes, com a revitalização da Praça Princesa Izabel, reforma nos trapiches, reimplantação do posto de informações turísticas, assim como a contratação de guardas municipais para a segurança do local;
- A criação de um roteiro de passeio pela ilha, com dias e horários regulares para a saída de embarcações da praça, em consonância com os moradores da Ilha e donos dos restaurantes;
- Criar, políticas de animação cultural, em parceria com os restaurantes, que promovam ações educativas voltadas para e pelo lazer, que valorizem a cultura local, respeito a floresta e permitam um maior intercâmbio entre os moradores e os visitantes;
- Incentivar a cultura lúdica tradicional da Ilha (brincadeiras, jogos, festas etc.) e a preservação da natureza, como forma de valorizar a produção cultural local.

- Construir espaços e equipamentos de lazer, em diálogo com os moradores, para conhecer a real necessidade dos residentes da comunidade, tendo em vista a adequação desses espaços à realidade amazônica.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, v. 11, p. 1-17, 2008.

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. Lazer – Meio Ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas.v. 28, n. 3, p. 173-189, maio 2007.

BATISTA, Socorro Miranda Batista. Cultura Ribeirinha: a vida cotidiana na ilha do Combu-PA. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís. *Anais...* São Luís, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DERGAN, João Marcelo Barbosa. História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combu-Belém-PA. 2006. 217f. *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Christianne L. Reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964). *Conexões*, São Paulo, v. 1, p. 1-14, 2003.

MARCELLINO, Nelson C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, Nelson C. O Lazer e os Espaços na Cidade. In ISAYAMA, Hélder e LINHALES, Meily Assbú (org). *Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneira de fazer*. Belo Horizonte Ed. UFMG. 2006, p. 65-92

\_\_\_\_\_. *Lazer e Educação*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Lazer e Humanização*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MATOS, L. S. Belém: do direito ao lazer ao direito a cidade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 117-139.

MELO, V. A. de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas: Papirus, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Jorge Alex de Almeida. Relação entre o urbano e o ribeirinho no desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim. In: Encontro Nacional da ANPUR, 12, 2007, Belém. *Anais...* Belém: ANPUR, 2007.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TEIXEIRA.S.R.S.; ALVES.J.M. O contexto das brincadeiras das crianças ribeirinhas da Ilha do Combú. *Psicol. Reflex. Crit.* v.21 n.3, Porto Alegre: 2008.

VIANNA, Heraldo Marelím. *Pesquisa em educação: a observação*. v. 5. Brasília: Plano, 2003.

VILLAVERDE, Sandoval. Refletindo sobre lazer/turismo na natureza, ética e relações de amizade. In MARINHO, A. e BRUHNS, H. T. (Orgs.) *Turismo, lazer e natureza*. Barueri (SP): Manole, 2003.

# PLANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS E AÇÕES DE LAZER E AVENTURA DO PARQUE ESTADUAL NO UTINGA (PEUt)

*Bruno Luiz Figueiredo Borges<sup>1</sup>*

*Mirleide Chaar Bahia<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A partir da concepção de que o contato com a natureza traz ao ser humano benefícios significativos, entende-se que atualmente a sociedade precisa de espaços estruturados que propiciem o contato direto com a natureza e que estes sirvam para o aproveitamento do tempo livre, a fim do usufruto de um lazer seguro e bem estruturado. Estas ações poderão contribuir para uma relação mais harmoniosa com a natureza, estimulando a conscientização da população quanto à necessidade de preservação da mesma e, dessa forma, se criar um senso de respeito do ser humano ao meio ambiente.

Percebe-se que a cidade de Belém é carente de espaços verdes públicos urbanos, por isso a implantação de ações em espaços existentes na cidade pode se tornar uma possibilidade de visitação contínua no cotidiano das pessoas, além de compor a lista de espaços para visitação turística, contribuindo também para a promoção do turismo na região e fomentando a economia do entorno. Tais ações podem vir a gerar renda para a população paraense, a exemplo de atividades semelhantes que

---

<sup>1</sup> Licenciado em Educação Física (UFPA), Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA-UFPA).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade; Professora/Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA - Campus Belém) e da Faculdade de Educação Física (FEF - Campus Castanhal) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

ocorrem em inúmeros Parques Ambientais espalhados pelo Brasil e pelo mundo, os quais são estruturados e explorados de maneira sustentável.

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) E O PARQUE DO UTINGA

Esta pesquisa compreende o meio ambiente, o qual diz respeito a um conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural e incluem toda a vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas, atmosfera e fenômenos naturais que podem ocorrer em seus limites. Meio ambiente também compreende recursos e fenômenos físicos como ar, água e clima, assim como energia, radiação, descarga elétrica, magnetismo e o ser humano.

A questão ambiental já vem sendo tratada há bastante tempo. Ainda no século XIX, fruto dessa preocupação e pós revolução industrial, foi criado no ano de 1872, o primeiro Parque Ambiental, o *Yellowstone National Park*, nos Estados Unidos da América, onde esse modelo definia “ilhas de natureza preservada”, de grande beleza cênica, para o usufruto de visitantes e não deveria haver população residente (KINKER, 2002).

Estabelecer processos participativos entre as UC, seu entorno e a sociedade em geral é muito importante para garantir a proteção, a longo prazo, dos recursos naturais. Entende-se que essa parceria é de grande valia para os gerentes de Parques Nacionais, a fim de ter simpatizantes da causa e amenizar os problemas causados pela criação desordenada das UC, com os vários problemas sociais aqui já citados.

Para Kinker (2002), o ecoturismo é uma atividade que vem sendo estimulada pelo governo federal, pois sabe-se que pode gerar renda para os parques, mediante cobrança de taxas de visitação e por meio de concessões de serviços, sendo que o aspecto mais importante é seu efeito multiplicador, que pode atingir as comunidades do entorno, considerando-se que as infraestruturas receptoras devem estar no entorno e não na área dos parques.

A lei do SNUC prevê, em seu art. 35, que até 50% e não menos que 25% dos recursos obtidos por um Parque Nacional, resultantes de

visitação, sejam aplicados na implementação, manutenção e gestão da própria unidade, visto que os governos têm cada vez menos possibilidades de arcar com essa responsabilidade. Além disso, conforme Kinker (2002), a visitação impõe custos adicionais à unidade, no que se refere à necessidade de recursos humanos capacitados, construção e manutenção de estruturas físicas e manejo da atividade.

No entanto, Costa (2007) enfatiza que grande parte dos visitantes de Parques Nacionais não se contentam somente com a contemplação das belezas ali encontradas e com a integração à natureza e, por essa razão, surge a necessidade de total integração com o meio ambiente, experimentando o local visitado e vivenciando emoções derivadas do contato direto com seus elementos naturais por meio da prática do ecoturismo e de atividades esportivas, podendo ser elas: excursionismo, caminhada, *trekking*, *mountain bike*, ciclismo, *rafting*, mergulho, canoagem, boia *cross*, entre outras.

## PARQUE ESTADUAL DO UTINGA – PEUt

O Parque Estadual do Utinga (PEUt) se localiza na região Norte do Brasil, no município de Belém, no estado do Pará, compreendendo uma área de, aproximadamente, 1.393 hectares (ha). Está situado na Avenida João Paulo II, s/n, em frente à Rua do Utinga, entre a passagem Cruzeiro e a passagem Santo Antônio.

O PEUt encontra-se inserido em uma Área de Proteção Ambiental (APA)<sup>3</sup>, sendo classificado como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral<sup>4</sup>, criada para fins de proteção do manancial de água potável do

---

<sup>3</sup> “Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, sem paginação).

<sup>4</sup> “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (BRASIL, 2000, sem paginação).

município de Belém, no Estado do Pará, abrigando uma variedade de fauna e flora, além dos lagos Bolonha e Água Preta.

A população residente no entorno imediato é de 131.253 habitantes, em área urbana de Belém e Ananindeua (bairros das Águas Lindas, Aurá, Curió-Utinga, Castanheira, Souza, Guanabara e Pedreirinha). A localização da população residente dentro do Parque é de: uma família que reside próximo ao lago Água Preta (Clube da COSANPA); dezoito famílias a leste da área, localizadas próximo à rua Osvaldo Cruz, bairro Águas Lindas; quarenta e sete famílias ao norte do parque nos bairros Castanheira e Guanabara.

A população usuária do Parque, somente com o apoio da SEMA, foi de mais de 21 mil visitantes oficiais, de janeiro a novembro de 2012. Somente com o apoio do Batalhão de Policiamento Ambiental, são, aproximadamente, 17 mil visitantes oficiais do parque, de janeiro a dezembro de 2012. Os números totais de visitantes, em 2012, portanto, contabilizam cerca de 38 mil visitantes, com o apoio dos dois órgãos oficiais que atuam no PEUt.

As atividades em desenvolvimento são educação ambiental, ecoturismo, abastecimento de água (coleta e tratamento), seminários, oficinas e palestras. Atividades em potencial são aumento do ecoturismo, recreação e educação ambiental.

## **EDUCAÇÃO PELO LAZER E PELA AVENTURA NA NATUREZA**

O lazer é um direito do cidadão, conquistado a partir da constituição de 1988, portanto, é de responsabilidade do governo prover espaços e ações de lazer para toda a sociedade, independentemente da classe social, da cor ou da religião.

A partir da compreensão do direito ao lazer, historicamente construído, se avança na discussão das possibilidades de educação por meio das vivências de lazer, pois conforme várias experiências no campo da Educação Física, pode-se observar que é possível a apropriação de vários elementos para se trabalhar a educação.

De acordo com Marinho (2004), é possível conscientizar as pessoas por meio de vivências ao ar livre, para que as mesmas possam respeitar cada vez mais a natureza e, por meio desses elementos, possam mudar suas atitudes em relação ao lixo, ao consumo de água e energia elétrica, ao respeito ao próximo etc.

Novas possibilidades de lazer surgem, a cada dia, a partir das mudanças inerentes aos seres humanos. As atividades ao ar livre, os denominados esportes de aventura, o turismo de aventura ou qualquer outra nomenclatura utilizada para se referir a estas atividades, que aqui serão denominadas de Atividade de Aventura na Natureza, vêm ganhando espaços na busca por propiciar ao ser humano um contato direto com a natureza e, ao mesmo tempo, realizar uma atividade de desafio com risco controlado, em que a intenção é a superação de limites. Essas atividades requerem os elementos naturais para o seu desenvolvimento, de formas distintas e específicas, despertando novas sensibilidades, em diferentes níveis.

As experiências íntimas do corpo com a natureza, numa perspectiva subjetiva, expressam em alguns casos uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por esse corpo na sua relação com o mundo, uma revisão de valores bem como um encontro muito particular do homem com ele mesmo [...]. Essas experiências conduzem a uma aproximação, a um reconhecimento da natureza pelo qual nos conhecemos (BRUHNS, 1997, p. 136).

Nas atividades de aventura na natureza, geralmente ocorre a integração com o meio ambiente e o sentimento de pertencimento daquele espaço. Desta forma, acredita-se que podem ser usadas essas possibilidades de lazer e transformar o processo educativo numa via de mão dupla, de forma que o participante tem a oportunidade de interagir com a natureza, experimentar novas sensações e, ao mesmo tempo, trabalhar a sensibilização e o respeito pelo meio ambiente.

De acordo com Marinho (2004), nos últimos anos intensificaram-se estudos de intervenções sobre a temática das atividades de aventura na natureza, munindo-se de ferramentas para melhor compreensão do fenômeno.



[...] as atividades de aventura na natureza não devem ser entendidas como “remédio para todos os males”, pois valores e competências nelas manifestados não se reproduzem, necessariamente. Contudo entendemos o “fenômeno da aventura” como uma oportunidade significativa para a vivência de emoções e sensações, que podem ser capazes de contribuir para mudanças de comportamentos e atitudes, atreladas às demais esferas da vida humana (MARINHO, 2004, p. 61).

Betrán (2006) ressalta que as atividades de aventura na natureza subsidiam novos padrões motores desenvolvidos na natureza, possibilitando diversos contextos ambientais. Para este autor, o indivíduo é favorecido à conscientização e sensibilização para com o meio natural e seus problemas, promovendo uma educação ambiental baseada no conhecimento das características dos ecossistemas utilizados.

Pode-se observar isso, nitidamente, em pessoas que realizam, pela primeira vez, uma atividade de aventura e que não estão familiarizadas com o meio, pois quando entram em trilhas ou na floresta manifestam expressões de nojo ao verem folhas no chão, tropeçam em raízes, se incomodam com zumbidos de insetos e se escoram nas árvores sem a preocupação com a possibilidade da existência de espinhos ou desconhecem a defesa química das plantas.

Assim, Marinho (2004) ressalta a importância da formação de condutores de atividades de aventura para que possam explicar, por exemplo: quais as variáveis fisiológicas que podem interferir numa caminhada ou em uma corrida de orientação; quais os músculos que são mais exigidos nas remadas da canoagem; como as relações sociais se estabelecem entre escaladores, entre tantas outras situações que estão envolvidas nas atividades e que estão agregadas a diferentes disciplinas e saberes. Fica explícita a necessidade da interdisciplinaridade, citada por Betrán (2006), para a realização dessas atividades, respeitando os seus riscos e limitações.

Desta forma, entende-se que as atividades de aventura possuem características totalmente inovadoras e diferenciadas dos esportes

tradicionais, quase que sempre revestidas de risco calculado e vertigem, sentimentos de liberdade e de superação também acompanham essas atividades, tornando um caminho de fácil acesso para a aprendizagem. Além disso, ainda existe a presença de inovadores equipamentos de segurança, permitindo um melhor acesso entre o praticante e o espaço destinado a essas práticas em terra, água e ar.

Nessa perspectiva, o potencial educativo dessas atividades de aventura junto à natureza parece ser muito extenso, principalmente porque facilita situações educativas em experiências pouco habituais para os participantes, possuindo um forte caráter motivador, carregadas de emoção, de significado e de intenção (PEREIRA; MONTEIRO, 1995, sem paginação).

## **LAZER E AVENTURA COMO PROPOSTA EDUCATIVA**

De acordo com Marinho (2009), atualmente as pessoas que procuram fazer atividades na natureza são, muitas vezes, impulsionadas apenas pela vontade de fazer algo novo ou mesmo pelo modismo. Mas, além disso, a autora também destaca a manifestação de uma “tendência antropológica”, em que se observa o retorno a alguns valores esquecidos. Ela se apropria do termo “nomadismo” para explicar um novo tipo de relação com o outro e com o mundo, surgindo como uma forma de reemergir o lado aventureiro das pessoas.

Nesse sentido, a autora traz o conceito e a compreensão da palavra mobilidade, como o ponto de partida para a compreensão das novas características das sociedades e das cidades contemporâneas pois, com as rotinas impostas pelo mundo contemporâneo, as pessoas têm procurado experiências novas e emocionantes que tragam a satisfação pessoal, e as atividades de aventura na natureza podem ser uma “válvula de escape” para os sufocos do dia a dia das pessoas.

Nesse contexto, Monteiro (1995) destaca que o dinamismo, marca essencial da sociedade contemporânea, traz consigo a necessidade do lazer, o qual tem sido bastante valorizado e procurado de forma obsessiva por meio de práticas, cuidados e controle corporal diversificados.

Segundo Marinho (2009), o lazer é entendido como uma das possibilidades mais procuradas pelos indivíduos em busca da fuga da mesmice e do vazio e as atividades de aventura são consideradas uma forma de “reencontro com a graça da vida” em meio a tanta insegurança urbana.

Para esse autor, o crescente interesse pelas atividades de aventura na natureza está relacionado com a visão da natureza como parceira e não mais como foco de exploração.

As experiências de lazer na natureza podem traduzir-se em um exercício reflexivo do sujeito sobre si próprio e sobre a vida no mundo, podendo-se apreender, ainda que este exercício potencializa uma relação diferenciada do sujeito com o próprio corpo e com a natureza, a qual pode traduzir-se numa revisão de valores e num particular encontro do sujeito consigo mesmo e com a alteridade (MONTEIRO, 1995, sem paginação).

Nesse contexto, o autor supracitado chegou à conclusão que as atividades de aventura na natureza possibilitam muito além da realização de exercícios físicos, mas uma relação de elo interpessoal, diminuindo as diferenças existentes nas relações, o que vai ao encontro de Marinho (2009), quando ressalta que essas atividades possibilitam uma visão diferenciada da natureza e de tudo ao seu redor.

As atividades de aventura na natureza submetem as pessoas a experiências, deslocamentos e, às vezes, a acelerações, propiciando perspectivas inusitadas, alterando a percepção do próprio corpo e do mundo ao redor (MARINHO, 2009, p. 34).

Assim, Marinho (2009) ressalta que o lazer e o turismo fornecem ao ser humano uma mudança com qualidade na utilização do tempo livre numa sociedade globalizada, pois a aventura funciona como a realização de sonhos e desejos e as atividades de aventura aparecem como um meio para as pessoas encontrarem o prazer da vida, a partir de uma nova forma de relacionamento interpessoal e com a natureza, daí a proposta de um projeto que ofereça tal possibilidade para a sociedade.

## PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA

Atualmente, no PEUt, os projetos em andamento voltados para o lazer são o projeto da Yoga e o projeto da musicalização, ambos acontecem uma vez por semana no local, com agendamento prévio feito na SEMA por meio da DIAP. Acontecem também as trilhas monitoradas por técnicos da SEMA, que são realizadas também com agendamento prévio, em que os próprios técnicos da SEMA e os estagiários realizam o acompanhamento das trilhas, ou, às vezes, passam para o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) para realizar as conduções.

Foram realizadas algumas entrevistas com visitantes do parque para fazer um levantamento do que os visitantes acham das ações realizadas dentro do PEUt. Durante a entrevista, foi abordado o porquê de as pessoas irem ao Parque do Utinga, se elas tinham conhecimento sobre equipamentos e ações de lazer e de aventura, e em especial dentro do PEUt; ainda foi abordado sobre de que forma essas pessoas tomam conhecimento de ações ou projetos que acontecem dentro do parque, quais as ações de lazer e de aventura seriam interessantes existir dentro daquele espaço e se com essas ações poderia ser trabalhada a sensibilização das pessoas para uma educação ambiental.

Após as entrevistas, se chegou à conclusão dos motivos de as pessoas irem ao PEUt. Foi observado que, na maioria das entrevistas, as pessoas responderam por ser mais seguro, principalmente para andar de bicicleta, longe dos carros, para ter contato direto com a natureza, para cuidar da saúde, em busca do lazer, para caminhar ou para correr. Sobre o conhecimento de equipamentos e ações de lazer e de aventura, a maioria dos visitantes respondeu que conhece alguns equipamentos como rapel, tirolesa, trilha, mas desconhece qualquer tipo de ação realizada dentro do PEUt pelo próprio parque, pois quando observam alguma ação sendo realizada ali, normalmente é promovida por alguma entidade de fora do parque e para um público específico, não sendo aberto ao público em geral.

Sobre como as pessoas tomam conhecimento das ações realizadas no PEUt, todos os entrevistados responderam que por meio da SEMA

não existe divulgação de qualquer tipo de ação realizada dentro do PEUt; essas pessoas ficam sabendo de alguma informação pelas mídias sociais como *Facebook* e *WhatsApp*, quando grupos de fora divulgam passeios, corridas, pedaladas que irão acontecer dentro do PEUt. Tratando-se das sugestões indicadas pelos entrevistados, foi observado uma aceitação em 100% das atividades de lazer e de aventura propostas para ser implantadas no PEUt. As pessoas relataram que seria interessante ter várias atividades dentro do PEUt, como Rapel, tirolesa, sobrevivência na selva, trilhas, observatório, canoagem, boia cross, mergulho livre, entre outras. Mas seria muito interessante ter guias e condutores na entrada do Parque para orientar os visitantes e inclusive conduzir os passeios.

Os visitantes sugeriram ideias interessantes; um deles sugeriu construir uma orla com uma pracinha no rio Guamá, onde os visitantes chegariam até o rio de bicicleta por trilhas do parque. Atualmente sequer conseguem ver o rio, pois esbarram em uma cerca da bomba elevatório, em que a COSANPA realiza a captação de água a fim de manter os níveis de água dos açudes Bolonha e Água Preta. Outra sugestão bem interessante foi da construção de uma academia ao ar livre dentro do PEUt, a qual já faz muito sucesso nas praças espalhadas na cidade. Por fim, sugeriram uma construção de pista de corrida guiada, com barras, local para abdominal, espaço para flexão de braços e assim por diante.

No quesito sobre se essas atividades poderiam contribuir para a sensibilização de uma educação ambiental, todos os participantes, sem exceção, concordaram que sim, pois a partir do momento em que os visitantes passam a entrar em contato com aquele espaço, por si só, já é gerado um respeito mútuo com o meio ambiente, mas há aqueles que ainda demoram um pouco para entender isso, e, por exemplo, bebem água de uma garrafinha e jogam a mesma no chão do parque, rapidamente um outro visitante, que teoricamente não têm nada a ver com isso, chama a atenção imediatamente. Dessa forma, as pessoas assim vão se educando, isso conforme o relato dos próprios visitantes.

Porém, foi observada ainda durante as entrevistas, a falta de lixeiras ao longo do caminho do PEUt, de placas de sinalização orientando sobre

educação ambiental e sobre os caminhos a seguir, de banheiros como infraestrutura, de torneiras de água para se lavar e limpar as bicicletas quando voltam da trilha e, por fim, de bebedouros de água, uma vez que se trata do maior reservatório de água da cidade.

Foram realizadas entrevistas também com alguns técnicos do PEUt, em que se observou que as ações ali realizadas ainda são muito pequenas; mesmo sendo proposto pelo plano de manejo, a quantidade de pessoas envolvidas para trabalhar ainda é muito pequena e os trabalhos são muito grandes. Quanto às propostas de atividades envolvidas, os técnicos acharam muito interessante, pois cumpriria a tarefa do plano de manejo em contemplar o lazer dentro do Parque e os visitantes com certeza sairiam com uma boa educação ambiental. Foi observado, porém, pelos técnicos, que as atividades precisam ser bem analisadas para não ir de encontro com as normas do PEUt em algumas áreas. Sobre os recursos para serem empregados na implantação desse projeto, os técnicos responderam que poderia ser retirada da compensação ambiental destinada ao PEUt.

Por fim, foi entrevistado o gestor do PEUt, o qual mostrou-se bem disposto e interessado a implantar esses equipamentos de lazer no PEUt, pois acha que a esse espaço precisa ser dado uma finalidade para atender de maneira digna os visitantes, e para isso já está sendo fechado todo o muro ao redor do Parque e será implantado o Amazonário, um obra de grande vulto dentro do PEUt, em comemoração aos 400 anos da cidade de Belém, e esses equipamentos serão muito bem vindos para complementar esse projeto do Utinga, pois, segundo o gestor, não terá nexos apenas a obra do Amazonário sem ter mais respaldos no parque para atender os visitantes.

Juntando todas as informações coletadas, e observando as diretrizes do SNUC para a categoria Parques, podemos chegar à conclusão de que as atividades de lazer e de aventura se enquadram dentro do ecoturismo e podem ser perfeitamente desenvolvidas dentro do Parque Estadual do Utinga.

Dentro da categoria de equipamentos de lazer, o PEUt se enquadra em equipamentos polivalentes, pois, segundo Turini (2001), esses são classificados com capacidade de receber até 5000 pessoas em eventos especiais ou finais de semana e associam instalações diversificadas. Dentro dessa categoria de equipamento também existe a categoria dos equipamentos especializados, que atendem a uma programação especializada, voltada para interesses específicos como veremos a seguir.

Nesse contexto, propõem-se com esse trabalho as seguintes atividades para serem implantadas dentro do PEUt, como equipamentos especializados de lazer a fim de contribuir com o espaço para uma melhor aceitação e qualidade daquele local:

1. *Equipamento especializado para Rapel;*
2. *Equipamento especializado de Tirolesa;*
3. *Equipamento especializado de Escalada;*
4. *Equipamento especializado de Arvorismo*
5. *Equipamento especializado de Sobrevivência na selva;*
6. *Equipamento especializado de Trilhas;*
7. *Equipamento especializado de Trilha sensorial;*
8. *Equipamento especializado de Arco e Flexa;*
9. *Equipamento especializado de Canoagem;*
10. *Equipamento especializado de Recreação;*
11. *Equipamento especializado de Observatório ou Mirante;*
12. *Equipamento especializado de Bicicletário;*
13. *Equipamento especializado de Ponto dos Guias e Condutores;*
14. *Equipamento especializado de Boia Cross.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região metropolitana de Belém é carente em áreas verdes urbanas, e esse número vem caindo ainda mais a cada ano, e o Parque Estadual do Utinga, está localizado bem no coração da região, tendo um considerável potencial de fauna e flora, podendo perfeitamente ser incluído dentro do eixo do ecoturismo e turismo de aventura, sendo inclusive aconselhável

pelo SNUC, para ser trabalhado a educação ambiental nos visitantes e, por conseguinte criar um senso de pertencimento na população local e principalmente do entorno, o que por sua vez poderá possibilitar de maneira significativa para a proteção daquela área.

As Unidades de Conservação vêm colaborando para a proteção da biodiversidade no Brasil, e no estado do Pará não é diferente. Otimizar essas áreas para o uso público é obrigação do poder público. Dar um sentido à participação das pessoas dentro das UCs parece o grande desafio, pois a sociedade civil organizada pode ser grande aliada para a existência dessas áreas.

Cabe aos gestores a tarefa de transformar essas áreas protegidas em espaços democráticos e utilizáveis, respeitando os princípios para os quais elas foram criadas. Associar a preservação ao uso da UC é utilizar o bom senso e agir de acordo com a realidade dessas áreas. São grandes as possibilidades de desenvolver atividades ligadas ao turismo sustentável das comunidades e o ecoturismo é importante para o sucesso dessa empreitada.

A condição de ter o apoio do gestor, dos técnicos e dos visitantes do PEUt, com esse projeto, entende à real oportunidade de ser implantado, uma vez que o PEUt passa por diversas mudanças políticas no momento, e o poder público está investindo no parque com uma obra de grande proporção, que será o Amazonário, acompanhando as comemorações festivas dos 400 anos da cidade de Belém. Com isso, esse projeto de repente pode pegar carona e ser implantada junto com as outras obras que já estão acontecendo, pois o custo é bem menor. Vale ressaltar que a Unidade possui recursos advindos de compensação ambiental, não dependendo de recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) para a execução do projeto, o que facilita a implantação e desburocratiza o processo.

O ecoturismo juntamente com o turismo de aventura pode possibilitar uma melhoria na qualidade de vida de pessoas que se relacionam com o Parque Estadual do Utinga. O planejamento adequado, a participação e o envolvimento da comunidade podem trazer resultados



positivos para ambos, pois com as atividades a proposta é trabalhar a educação ambiental, que por sua vez pode possibilitar a criação do senso de pertencimento e cuidado do bem comum, o que pode trazer um aliado bastante interessante para a conservação da natureza.

O Parque Estadual do Utinga, já existe há um tempo considerado, já passou por uma situação de abandono total, mas vive atualmente um momento expressivo de atenção e controle pelo poder público, que pode aproveitar o momento e implantar diversos projetos dentro dele.

Os resultados desse projeto apresentado nesse trabalho acadêmico são o primeiro passo e, de certa forma, contribuem para o início de um planejamento junto às comunidades, Conselho e parceiros do PEUt, visando a sistematização desses resultados e a transformação dos mesmos em ações de lazer, fomentando a região. Entretanto, outras medidas devem ser tomadas quanto à estruturação, para que o mesmo se estabeleça com um destino de lazer dentro da região metropolitana de Belém.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *Observação de aves no refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia: uma contribuição para a conservação ambiental da unidade e ao desenvolvimento turístico do Estado do Pará*. Manaus, 2013.

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T.M.V. Lazer – meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. *rev. bras. cienc. esporte*, Campinas, V.28, n.3, p.173-189, maio 2007.

BARROS, Maria Isabel A de. *Outdoor Education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura*. In: SERRANO, Célia (org). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. (85-110).

BETRÁN, Javier Olivera. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: *Turismo, Lazer e Natureza*. Barueri, SP: Manole, 2003. (157-202).

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. Propostas pedagógicas para as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) na educação física do ensino médio. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (org.) *Viagem, lazer e esporte: o espaço na natureza*. Barueri, SP: Manole, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília, DF, 2000.

BRUHNS, Heloísa T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia e BRUHNS, Heloísa T.(orgs). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. (125-140).

COSTA, Patrícia Cortês. *Unidades de Conservação*. São Paulo. Aleph, 2007.

DIAS, Cleber. Notas e Definições sobre Esporte, Lazer e Natureza. In: *Licere*, Belo Horizonte, v.10, n.3, dez./2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. Hucitec. São Paulo, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

JACOBI, P. *Lazer, ambiente e cidadania*. Debates ócio ambientais, ano III, n. 9, p. 1-4, mar./jun. 1998.

KINKER, Sônia. *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*. Editora Papirus. Campinas, SP, 2002.

MARINHO, Alcyane. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. *Motrivivência*. Florianópolis, SC: n.22, 2004.

MARINHO, Alcyane. “Do bambi ao rambo ou vice-versa? – As relações humanas com a natureza”. In: *Revista Conexões*, n. 3. Campinas, UNICAMP, 1999.

MARINHO, A.; UVINHA, R.R. (Orgs). *Lazer, esporte, turismo e aventura: a natureza em foco*. Campinas: Alínea, 2009.

MELO, Victor. Educação estética e animação cultural. *Licere*, Belo Horizonte, V. 4, n.1, 2002.

MELO, Victor & ALVES Jr., Edmundo. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

MILANO, Miguel Serediuk. Um olhar para além da Amazônia Brasileira: Conceitos, histórico, políticas e forma de gestão. In: *Fundo Vale. Áreas Protegidas*. Série Integração, transformação, desenvolvimento. V. 2. Rio de Janeiro. Fundo Vale, 2012. P, 16-28.

MORIN, Edgar. *Saberes Globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Participação: Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SEMA. *Plano de Manejo, Parque Estadual do Utinga*. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Belém, 2013.

SCHWARTZ, G.M.; MARINHO, A.; CHRISTOFOLETTI, D.FA; MOREIRA, J.C.C.;CARNICELLI, S.F. Atividades de aventura na natureza: reflexões obre lazer, turismo e ética. In: *ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER*, 17.,Campo Grande, 2005.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. (Organizadores). *Áreas Protegidas na Amazônia: Avanços e Desafios. AMAZON*. São Paulo, 2012.

# MANEJO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DA TRILHA DAS SAMAMBAIAS NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA - MARITUBA - PARÁ: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

*Heliani do Socorro Ferreira de Sá<sup>1</sup>*

*Laisse Lima Palheta<sup>2</sup>*

*Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues de Almeida<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

A ampliação de alternativas que permitam ao ser humano um estreitamento em relação à natureza tem sido um objetivo cada vez mais pensado no atual debate acerca da problemática ambiental. Nesse sentido, a busca por uma nova relação entre o ser humano e a natureza se transformou em uma tentativa de recuperar o equilíbrio psicofísico desgastado pelo estresse, resultante das dinâmicas dos núcleos urbanos. Com isso, nota-se o crescimento da necessidade desse contato com a natureza, fato este observado na movimentação em praças, parques urbanos e outros espaços onde a presença do verde é o maior apelo, principalmente nas áreas verdes próximas às cidades. Essas áreas estão mais raras, devido à necessidade de moradia e de desenvolvimento das cidades.

---

<sup>1</sup> Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Pará (2007) e Especialista em Planejamento e Gestão do Turismo e do Lazer pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA (2015).

<sup>2</sup> Graduada em Turismo pela Faculdade de Belém - FABEL (2011) e Especialista em Planejamento e Gestão do Turismo e do Lazer pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA (2015).

<sup>3</sup> Mestre em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (INPA/AM). Especialista em Ecoturismo e em Educação Ambiental (NUMA/UFPA). Servidora da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará SEMAS.

Deste modo, as Unidades de Conservação (UC) tornaram-se um grande alvo dessa busca pelo verde, pois nelas, ainda é possível encontrar ecossistemas preservados e/ou conservados, que proporcionem a realização de atividades que levem à aproximação com a natureza. E por se tratar de um ambiente sensível, essas áreas protegidas necessitam conciliar o seu objetivo primordial de preservação de seus recursos com atividades sustentáveis, que permitam o convívio humano, a fim de estabelecer relações harmônicas que incentivem a conscientização ambiental. Entre as atividades que podem ser consideradas adequadas para serem desenvolvidas em meio a ambientes naturais, por possuírem tais características, estão o turismo e o lazer, e nesse contexto, visando às potencialidades das Unidades de Conservação do Estado do Pará.

A área de concentração de pesquisa escolhida para este estudo foi o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (REVIS), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral Estadual, que possui uma vocação natural para a prática dessas atividades, com uma área de 6.367,27 hectares, distribuídos pelos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel do Pará, e que abriga uma ampla variedade de espécies da biodiversidade amazônica, inclusive, algumas delas, inseridas na lista de espécies ameaçadas de extinção.

O objetivo desta pesquisa é realizar um levantamento das possibilidades do uso público de uma trilha localizada no interior da UC Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, denominada de “Trilha das Samambaias”, sob a ótica do lazer e do turismo, que deverá ser utilizada por públicos diversos, variando entre turistas, observadores da natureza e, principalmente, as populações do entorno da UC que, ao se apropriarem do espaço, compreenderão a necessidade da preservação, por meio de atividades que possibilitem uma interação harmônica com o local, além de vir a contribuir para o Plano de Uso Público da UC, o que pode auxiliar na gestão por parte do órgão competente, neste caso o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – IDEFLOR-Bio.

A metodologia aplicada na perspectiva da pesquisa qualitativa ocorreu em duas etapas: a primeira constitui-se a partir do levantamento

bibliográfico sobre os temas base deste estudo. Para a construção do levantamento teórico, foram consultados livros, artigos, *sites* institucionais, trabalhos acadêmicos etc. Houve, também, pesquisa documental, a partir da consulta de instrumentos como leis e decretos, entre outros. Na pesquisa de campo, foi possível realizar observações na trilha das Samambaias, a identificação de seus principais recursos naturais e foi feito mapeamento e levantamento de dados para a formulação de propostas de manejo estrutural da trilha, realizado por meio de instrumentos metodológicos como GPS, trena, máquina fotográfica e bloco de notas, identificação de propostas de atividades de lazer.

### **BREVE PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)**

Para preservar áreas verdes em todo o mundo, ao longo de anos, vêm sendo desenvolvidas várias políticas que atentam não somente para conservar as paisagens cênicas desses espaços, mas, principalmente, para assegurar a sobrevivência das espécies e seus ecossistemas. Com isso, a criação de Áreas Naturais Protegidas foi uma das formas que o poder público encontrou para minimizar os problemas ocasionados pelas ações desordenadas do ser humano e pelo uso inadequado dos recursos naturais.

A criação das áreas protegidas teve seu marco, no ano de 1872, nos Estados Unidos, com o estabelecimento da primeira área protegida, denominada Parque Nacional de *Yellowstone*, sendo a primeira área institucionalmente protegida no mundo, criado por meio de uma perspectiva preservacionista, que considerava a proteção total desse espaço, o principal meio de conservação das belezas naturais do local, sendo permitido somente para apreciação dos visitantes. Esta ideia tornou-se um referencial em preservação e expandiu-se pelo mundo inteiro (DIEGUES, 2001; MILANO, 2012).

No Brasil, essas áreas foram tituladas de Unidades de Conservação (UC), na década de 1930. Em 1937, foi criada a primeira área protegida institucionalizada no território brasileiro, na categoria de Parque

Nacional, intitulado Parque Nacional de Itatiaia, tendo como finalidade, fomentar as pesquisas científicas e as práticas de lazer na natureza. A partir de então, começa-se traçar uma longa jornada para preservação das áreas verdes brasileiras.

O reconhecimento das Unidades de Conservação da Natureza (UC) ocorreu por meio da promulgação do Projeto de Lei nº 2.892/92, que institui o Decreto Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, o qual reconhece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), tornando-se um dos seus aspectos positivos para ajudar na criação, implementação e gestão das UC, possuindo, em sua íntegra, objetivos distintos, de acordo com cada categoria de manejo, todos atrelados à preservação, manutenção e restauração da biodiversidade que se encontra no interior e no entorno das UC (NEIMAN; PATRICIO, 2010; PÁDUA, 2011). Além disso, o SNUC vem assegurar o direito de permanência e sobrevivência das populações tradicionais e povos indígenas, promovendo a valorização e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

As UC são instrumentos estratégicos e eficazes para manter um regime de proteção à natureza, e estas são divididas em duas categorias padronizadas, segundo a lei do SNUC, as quais são definidas como Unidades de Proteção Integral, áreas cujo objetivo básico é a preservação ambiental, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. De acordo com a categoria de manejo deste grupo, encontram-se: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. A outra categoria define-se como Unidades de Uso ou Manejo Sustentável, que podem ter os seus recursos naturais utilizados de maneira direta, e têm como objetivos, promover e garantir a conservação da natureza, com o uso sustentável de parcela dos seus recursos. Neste grupo estão: Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Cada categoria citada tem seus objetivos específicos, e é possível analisar em quais dessas áreas é permitido o uso público. Contudo SNUC trouxe grandes avanços, principalmente com a criação e gestão das UC nos três domínios de governo (federal, estadual e municipal), mas ainda existem muitos desafios para a efetiva implementação da lei vigente e, conseqüentemente, para a consolidação das Unidades de Conservação no território nacional.

Partindo desde contexto, é válido enfatizar que o Pará abriga, em seu território, uma das maiores áreas de concentração de Unidades de Conservação do mundo. A região teve, nas últimas décadas, um considerável avanço no que se diz respeito à criação e manutenção de áreas verdes especialmente protegidas. Dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON (2014) revelam que o território paraense é composto por 67 UC, distribuídas nas esferas Federais e Estaduais, e entre estas estão inseridas as 21 UC estaduais, sendo sete de Proteção Integral e 14 de Uso Sustentável, hoje aos cuidados da Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação da Natureza do Instituto de Florestas e da Biodiversidade - IDEFLOR-BIO. Entre as unidades de Proteção integral, está o *locus* de estudo desta pesquisa, o Refúgio de Vida Silvestre Metr pole da Amazônia.

## **REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METR POLE DA AMAZÔNIA**

No ano de 2010, por meio do Decreto Lei n  2.211, de 30 de março de 2010, foi criada a Unidade de Conserva o de Prote o Integral Refúgio de Vida Silvestre Metr pole da Amazônia (REVIS), possuindo uma área de 6.367,27 ha (seis mil, trezentos e sessenta e sete hectares, e vinte e sete centímetros), distribuída pelos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel do Pará.

Sua cria o vem a contribuir com mecanismos de prote o a todos os remanescentes florestais que abrangem a área, considerado como o maior fragmento de floresta da Região Metropolitana de Belém, além de assegurar a prote o de popula es das espécies existentes na UC, que



fazem parte dessa lista de espécies ameaçadas de extinção, como também espécies endêmicas, proporcionando a conectividade ecológica necessária para a reprodução e a manutenção da vida silvestre, elevando ao máximo o curso de indivíduos das distintas espécies que compõem as comunidades florísticas, faunísticas e outros organismos vivos, realizando uma ligação sob proteção oficial das áreas já institucionalizadas, como o Parque Estadual do Utinga, a APA da Região Metropolitana de Belém e a APA da Ilha do Combu, assim como outras áreas e floresta conservadas, a exemplo da EMBRAPA e do Quilombo Abacatal. Além do mais, a área está fundamentada por algumas referências históricas, com destaque para a antiga Fazenda Pirelli, produtora de seringa, prática esta que existira no local.

No REVIS, são permitidas atividades ligadas ao turismo ecológico, às pesquisas científicas e à educação e interpretação ambiental, por meio do lazer e da recreação em contato com a natureza, atividades estas inseridas no uso público da UC, com objetivo de colaborar para a manutenção dos serviços ambientais, bem como garantir os processos ecológicos naturais (SEMA, 2010; ALMEIDA, 2013).

## USO PÚBLICO E AS ATIVIDADES NA NATUREZA

Segundo Takahashi (2004) e Nelson (2012), boa parte dos atrativos naturais estão localizados dentro das Unidades de Conservação e, devido à crescente procura por essas áreas, seus gestores têm a difícil tarefa de conciliar essa demanda com a conservação dos recursos naturais e culturais, sem que o meio ambiente seja penalizado com algum tipo de impacto negativo. Desta forma, o aproveitamento das UC para a visitação pública, e a utilização de atividades ao ar livre, além de serem formas de aproximação das pessoas junto à natureza, é também a germinadora de uma consciência ambientalista, além de proporcionar oportunidades de geração renda para as comunidades do entorno, bem como contribuir para a manutenção e conservação da Unidade de Conservação.

Para melhor compreensão sobre o uso público em Unidades de Conservação, Nelson (2012) destaca que;

[...] pode se dar de várias formas e engloba toda atividade que pode ser desenvolvida na UC, dependendo, obviamente, de sua categoria e zoneamento. Pode ser turismo, visitas educativas, educação ambiental, pesquisa, entre outras. Os visitantes podem ir em grupo, ou sozinhos; podem ser de países diferentes ou de uma escola próxima; podem ser idosos ou jovens; podem ter ou não dificuldades de se locomover, escutar ou ver, e assim por diante. O ideal da visitação, de uma forma geral, é que ela seja aberta a todos, independentemente dos seus desafios e habilidades. Essas atividades são complexas e devem ser organizadas e regulamentadas para ocorrerem paralelamente, buscando minimizar os impactos no meio ambiente (NELSON, 2012, p. 216).

Tendo em vista este contexto, a importância do bom planejamento do uso público assegura a preservação dessas áreas naturais, assim como permite o cumprimento das finalidades de criação das UC, e também favorece o entendimento e a apropriação pelas pessoas que as visitam, de tal modo, que se estabelece uma relação entre sociedade e natureza (TAKAHASHI, 2004).

As novas sensibilidades relacionadas às questões ambientais têm possibilitado a abertura para novas mentalidades, motivando uma variedade de práticas. Entre elas, as atividades de lazer na natureza e também do turismo; estas, por sua vez, vêm ganhando espaço e despertando, cada vez mais, novos olhares e saberes. A constante procura por essas vivências acontece porque essas áreas permitem um estreitamento na relação entre o ser humano e a natureza, visto que as práticas ecoturísticas de lazer tornaram-se aspectos predominantes do uso público dentro das unidades de conservação (MARINHO, 2007; CABRAL; BAHIA, 2013).

Neste contexto, para entender o relevante papel do lazer e o turismo dentro do uso público, é necessário compreendermos de forma sintética essas práticas. Então, entende-se que o lazer é um fenômeno social moderno que vive em constante transformação. Os questionamentos quanto ao seu desfrute foram intensificados a partir do reconhecimento dos trabalhos alienados, e vivenciados pela sociedade

após o período urbano-industrial, principalmente pela exploração do ser humano pelas grandes fábricas na Europa, qual gerou uma série de reivindicações trabalhistas, por meio de grupos sociais que lutavam para terem um momento de descanso. Sinteticamente, o mesmo sustenta-se em dois pilares, que são: o tempo livre (tudo que se realiza fora de suas obrigações cotidianas) e a atitude ou escolha.

Deste modo, infelizmente, as práticas de lazer na natureza não estão livres dos modismos e da alienação que o mesmo pode incorporar. A natureza também pode sofrer influência do mercado e, por este motivo, a necessidade de planejamento do uso público em áreas protegidas pode representar uma oportunidade (desde que bem esquematizada e executada). Espera-se que essa situação se reverta e possa oportunizar ao público outra lógica que leve em consideração que o contato do ser humano com a natureza é uma maneira de se resgatar as sensibilidades das pequenas emoções perdidas em meio às dinâmicas do cotidiano, pois além de proporcionar um bem estar nas pessoas, também é considerada como um relevante instrumento de sensibilização para a conservação da biodiversidade.

A natureza, por se tratar de um ambiente sensível, requer que as práticas de lazer desenvolvidas levem em consideração três aspectos interdependentes: “a prática; a conservação ambiental; e o processo educativo” (MARINHO, 2004, p. 6). Assim, as atividades de lazer na natureza devem possuir um caráter comprometido com a atual problemática ambiental. Outra atividade que tem se destacado nas UC é o turismo. Nesse sentido, se faz importante não apenas compreender o lazer, mas também a perspectiva que envolve o turismo nessas áreas.

Assim como o lazer, o turismo também pode representar uma alternativa de uso público para o planejamento e gestão de UC. A implantação dessa atividade em áreas naturais tem tido um crescimento significativo nos últimos anos, devido esse aumento de interesse sobre as preocupações com relação às questões ambientais.

Deste modo, podemos destacar o turismo de natureza como uma atividade fundamentada em princípios da ecologia que envolve o turismo.

Esta é uma prática de caráter econômico, sociocultural e ambiental, que acontece, especialmente, em áreas naturais, principalmente em Unidades de Conservação (CORIOLANO; SAMPAIO; BARBOSA, *sem data*).

Esta é uma das práticas vinculadas à sustentabilidade, que deve fazer a interação entre o ser humano e o meio natural, por meio de uma relação vivenciada, compreendendo e refletindo sobre as relações e a maneira que os recursos naturais devem ser utilizados. Todavia, essa atividade constitui-se como um turismo de valores e atitudes, uma nova forma de se fazer turismo. Assim, a mesma possibilita vivenciar várias atividades junto à natureza. (FACO; NEIMAN, 2010).

Das atividades elencadas, conforme o Ministério do Turismo recomenda (2010), podemos citar algumas, as quais tem um grande potencial turístico e de lazer junto à natureza, e que são desenvolvidas nas Unidades de Conservação, tais como: Observação de fauna (aves); Observação de flora; Observação de formações geológicas; Visitação a cavernas (Espeleoturismo); Caminhadas ao ar livre; Safáris fotográficos; Práticas de aventuras; e Trilhas interpretativas. Essas atividades são de grande importância para o desenvolvimento da consciência da necessidade de conservação do meio ambiente, além de proporcionar valores significativos para incentivar e desenvolver o ecoturismo nas referidas UC, principalmente por meio da interpretação ambiental.

E como sendo um dos temas base desse estudo, é relevante ressaltar uma dessas atividades: trilhas ecológicas, para melhor compreensão do andamento da pesquisa apresentada. Trilhas são caminhos ou trajetos delineados dentro de um ambiente natural, utilizados para caminhadas ao ar livre. Pode-se dizer que estas caminhadas vêm ganhando seu espaço, e a cada dia e cresce consideravelmente o número de adeptos. Desta forma, surgem as trilhas interpretativas como um instrumento muito utilizado nas UC, como um meio de se interpretar a natureza, buscando a percepção ambiental e a educação do visitante, por meio de atividades ecoturísticas e de lazer.

De acordo com Andrade e Rocha (2008), as trilhas são um dos caminhos viáveis para caminhar em áreas naturais de forma organizada,

segura e consciente. Podem levar a atrativos como cavernas ou cachoeiras, além de possibilitar a preservação do ambiente. E como forma de organizar sistematicamente as trilhas, estas podem vim a ser um considerável atrativo planejado para o ecoturismo.

## INVENTARIAÇÃO DA TRILHA DAS SAMAMBAIAS

A pesquisa de campo inicia-se com o reconhecimento da área e coletas de informações, passando também pela etapa de análise e coletas de dados na trilha, para a formulação da proposta de manejo e de atividades ecoturísticas de lazer na trilha da samambaias escolhida como objeto deste estudo.

Foi verificando *in loco* a existência de diversidades de utilização dos caminhos, aqui denominado de trilhas. Almeida (2013) faz um breve comentário sobre a situação atual dessas trilhas; ela atribui a atual utilização das mesmas aos seringueiros que residem dentro da UC, para a extração do látex, e enfatiza que existem algumas em bom estado de conservação e outras, picadas (aberturas na mata), bem fechadas, dificultando a entrada e/ou caminhadas dentro da floresta. Isto se dá devido à falta de manutenção desses caminhos, entre estes está a Trilha das Samambaias.

O acesso a esta trilha se dá a partir da guarita (a entrada oficial), da UC, onde funciona o posto do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) do Estado do Pará, ponto de entrada ao EVIS. A partir deste, inicia um caminho de acesso à trilha das Samambaias, percorrendo 267 metros até a Vila Três Marcos, onde se tem o acesso principal para o ponto inicial da trajetória da trilha. Da Vila Três Marcos, inicia-se um breve percurso de 250m para se chegar ao ponto de início da Trilha das Samambaias, tecnicamente está localizado na parte Sul da UC, com latitude e longitude 1°23'52.10"S e 48°18'38.40", o referente ao seu ponto inicial (Vila Três Marcos), e latitude e longitude 1°24'4.60"S e 48°18'5.40", o que se refere ao final da trilha, onde está localizado o seringal, finalizando em uma estrada de terra que dá acesso a outra vila chamada Vila do Dique.

A partir da verificação da localização da trilha, inicia-se o trabalho de mapeamento e levantamento de dados em toda sua extensão. Este processo aconteceu com a marcação dos pontos, partindo de observações realizadas, verificando pontos de maior possibilidade para a interpretação ambiental, e outros pontos de intervenção, como se pode observar na figura 1 a seguir:

Figura 1 – Marcações de pontos da Trilha das Samambaias



Fonte: Construído a partir de Google Earth - Capitão Macedo: Heliani Sá/ Laisse Palheta (2015).

**■** Posto do BPA - Batalhão de Policiamento Ambiental a Vila Três Marcos 01 (267m)

**■** Vila Três Marcos 01 ao Acesso a Trilha 03 (250m)

**■** Trilha das Samambaias - Início 03/ final da trajetória 30 (1563m)

Com esta marcação, foi confeccionado o mapa do trajeto da trilha e realizada a sua classificação. De acordo com a estudada literatura e utilizada por diversos autores, a Trilha das Samambaias pode ser classificada como uma trilha de cunho interpretativo, com possibilidades para práticas ecoturísticas e de lazer, de curta distância, com aproximadamente 1.563 metros de extensão. Seu traçado se enquadra na categoria linear, possuindo pontos distintos de início e fim de sua trajetória, mas que pode se voltar pelo mesmo caminho. Quanto ao seu grau de dificuldade ou de

intensidade é bem relativo, variando de acordo com o condicionamento físico de cada visitante, que de alguma forma pode influenciar na sua duração. É uma trilha fácil, que não exige experiência específica, tem em seu percurso alguns obstáculos naturais que tornam a trilha mais interessante, ajudando em seu contorno; a duração da caminhada nessa trilha varia de 1:00 a 1:30, conforme cada grupo e atividade proposta. A trilha das Samambaias possui uma trajetória muito atraente devido à sua paisagem e à variedade de ecossistemas existentes na área; este é um cenário que possui uma diversidade de espécies florísticas e faunísticas, além dos sons de várias espécies avefaunísticas.

Neste contexto, com a inventariação da trilha, foram identificados 12 pontos considerados bastante relevantes para fins interpretativos, analisados por meio de observações durante o percurso da trilha, as quais permitiram a realização de um levantamento prévio das espécies florísticas que podem ser encontradas no REVIS, porém o intuito foi analisar as espécies mais próximas ao caminho a ser percorrido pelo visitante. Assim efetuou-se a marcação desses 12 pontos definidos como pontos interpretativos, identificando uma diversidade de espécies da flora de grande relevância ecológica, e que são referências da área de localização, que possam servir para a contemplação durante a trajetória da trilha, principalmente por apreciadores da flora amazônica. Tendo em vista este levantamento, se pôde analisar a importância da realização do manejo dessa trilha para a preservação da diversidade de espécies existentes no local.

De modo igual, foram mapeados e analisados 14 pontos para a intervenção. É válido ressaltar que, mesmo não havendo transição frequente de pessoas na trilha das Samambaias, existem alguns impactos ambientais preocupantes, por consequência de antes ter sido utilizada como estrada de escoamento de produção do látex.

No decorrer da trajetória, foram verificados pontos que precisam de clareamento, drenagem, devido às constantes chuvas da região

amazônica, e contenção de erosão. Estes impactos também aparecem sobre o solo, principalmente em áreas de declives e aclives, sendo áreas de risco para o visitante. Identificou-se, assim, a necessidade de recuperação do solo, além da sinalização, tanto para orientação, como para a interpretação.

Estes foram denominados como os possíveis pontos de intervenção e necessitam, imediatamente, do manejo, por apresentarem problemas para o percurso da trilha, que merecem uma atenção para que possa ter um melhor aproveitamento dela, para uma futura visitação, que deverá ser utilizada por públicos diversos, variando entre turistas, observadores da natureza e, principalmente, pelas populações do entorno da Unidade de Conservação que, ao se apropriar do espaço, podem melhor compreender a necessidade da preservação. Este mapeamento deu-se, simultaneamente, com o levantamento para a formulação das propostas de intervenção. E também para que se possa propor atividades ecoturísticas e de lazer na trilha das samambaias.

#### **A PROPOSTA DE MANEJO E DE ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS E DE LAZER NA TRILHA DAS SAMABAIAS**

Com as observações, o mapeamento, o levantamento e a análise da coleta de dados foi confeccionado um quadro de simples entendimento, com uma proposta de manejo para trilha das samambaias, na qual se mesclam os 14 pontos de intervenção e os 12 de interpretação, ratificando quatro pontos restantes, que somam os 30 pontos mapeados, realizando, assim, a inventariação da trilha das samambaias. Estes podem ser observado no quadro a seguir.



Quadro 1 – Proposta de manejo e interpretação ambiental da trilha das Samambaias

Trilha das Samambaias					
Pontos	Coordenadas Latitude e Longitude	Referências	Observações	Intervenção	Interpretação
01	1°23'52.10"S 48°18'38.40"O	Vila Três Marcos	Área é descampada com proliferação de vegetação rasteira (capim) até a entrada da trilha. Observou-se que deve ser realizado o clareamento do caminho, pois este é o acesso à entrada da trilha; a recuperação do solo é necessária, assim como a inserção de estrados no caminho devido à área de lama por conta das chuvas; reflorestamento (à direita), este ponto pode ser utilizado por visitante para a realização do plantio simbólico durante a visitaçao, assim contribuirá para preservação da área; e Placa de sinalização. O ângulo horizontal do caminho 2,85 metros.	PS- CL- RS- RAD -Estiva ou Estrados	
02	1°23'53.80"S 48°18'38.40"O	Árvore da Alemanha			
03	1°23'54.90"S 48°18'38.60"O	Início da trilha	A Trilha encontra-se fechada, há a necessidade de clareamento respectivamente a 1metro ângulo horizontal na entrada; a inserção de uma placa indicativa também é necessária, para a indicação da localização da trilha, identificando seu traçado, sua função, duração grau de intensidade.	CL- PS	
04	1°23'53.80"S 48°18'38.40"O	-----	Do ponto 03 ao 04 necessita-se de regularização do piso.	RP	
05	1°23'57.20"S 48°18'38.10"O	Declive leve à esquerda e à direita	Observou-se que a existência de declive leve à esquerda e à direita. Porém do lado esquerdo encontra-se erosão do solo, que está adentrando na rota da trilha. Necessita-se de contenção da erosão e drenagem da água da chuva.	CE- BE	
06	1°23'58.50"S 48°18'38.10"O	Espécies florísticas	Neste ponto, foram identificadas espécies florísticas. Neste caso, devem ser implantadas placas de identificação de espécie para interpretação ambiental. As espécies estão localizadas entre os pontos 06 e 07 Marupá ( <i>Simarouba amara</i> Aubl.) à direita e Embaúba ( <i>Cecropia peltata</i> L.) à esquerda.	PS- IA	Marupá Embaúba

07	1°23'58.90"S 48°18'37.90"O	-----	Nada a fazer no trecho.	NF	
08	1°24'0.01"S 48°18'37.70"O	Espécies florísticas	Espécies florísticas entre os pontos 08 e 09. Há a necessidade de implantação de Placa de identificação de espécie: Tucum ( <i>Bactris setosa</i> ) e Açai ( <i>Euterpe oleracea</i> ).	PS- IA	Palmeira Tucum, Açai
09	1°24'0.70"S 48°18'37.70"O	Espécies florísticas	Espécie florística Louro ( <i>Amiba guianensis</i> Aubl.) para interpretação ambiental; ponto de provável rota de animais.	PS- IA	Louro
10	1°24'1.70"S 48°18'37.60"O		Nestas áreas, observou-se a floresta mais plana e descampada, espaço amplo para a possibilidade de atividade de lazer na trilha: ponto para observação da flora e da fauna e atividades de orientação com bússola.	NF	
11	1°24'3.10"S 48°18'37.60"O	Espécies florísticas	Placa de identificação de espécie Caroba ou Caraoba ( <i>Ficus sp</i> ) e Ucuúba ( <i>Virola surinamensis</i> ).	PS- IA	Ucuúba e Caraoba
12	1°24'5.20"S 48°18'37.60"O	Declive	Neste ponto, há um declive acentuado à esquerda; há a necessidade de clareamento; e a inserção de placa de identificação de espécie entre os pontos 11 e 12, no quais se observou a espécie Envira Cana ( <i>Xylopia nitida</i> Dunal); Ângulo horizontal 420 cm de largura.	CL- PS- IA	Envira cana
13	1°24'6.00"S 48°18'37.20"O	Declive acentuado	Este é um dos pontos que mais necessita de intervenção, pois há um declive acentuado, com o solo exposto e derrapante (perigoso ao visitante) principalmente em tempos chuvosos. A Construção de degraus e um corrimão é uma sugestão para melhorar a trajetória da trilha neste ponto.	Corrimão à direita e a esquerda- Degraus- RS- OS	
14	1°24'7.50"S 48°18'37.50"O	Olhos d'água	Neste ponto, observou-se a existência de vários olhos d'água que formam um pequeno igarapé, tanto no lado direito quanto no lado esquerdo do trajeto. Pode-se, também, observar que já houve uma intervenção na área, pois há a existência de tubo de ultrapassagem de água do igarapé. E em épocas de chuvas, há alagamento e a área também é de circulação de animais peçonhentos.	Estivas ou Estrados	

15	1°24'17.40"S 48°18'35.40"O	Espécies florísticas	Espécie florística Caranã ( <i>Mauritiella armata</i> ) entre os pontos 14 e 15, placa de identificação.	PS- IA	Caranã				
16	1°24'8.60"S 48°18'33.50"O		Observou-se a existência de um acive leve; o solo exposto, assim como também a presença de rastros de animais. Acive ângulo horizontal da trilha 290 metros.	CL- RS					
17	1°24'6.90"S 48°18'30.50"O	Clareira	Este ponto é propício para atividades de lazer, com práticas de aventura, pois a área da floresta está mais ampla, e pouco descampada; o solo exposto no momento com lama devido chuvas, este pode ser utilizado como um ponto de apoio, como também como área para implantação de um mirante para a observação de aves, ou trilha suspensa para o divertimento do visitante. Também foi observado espécies Quaruba Cedro ( <i>Vochysia sp</i> ) e Samambaia ( <i>Blechnum occidentale</i> ).	RS-Bancos do lado direito- PS- IA- CL	Quaruba Cedro Corredor de Samambaias				
18	1°24'6.70"S 48°18'29.00"O	-----	Ângulo horizontal da trilha de 140 cm de largura; Nada a fazer nesse trecho.	NF					
19	1°24'6.40"S 48°18'26.90"O	Espécies florísticas	Placa de identificação de espécie Abacaterana ( <i>Ariiba burchellii</i> Kosterm) e também conhecida como Rabo de Arara, uma árvore de porte grande. Cipó Tajá ( <i>ssp</i> )	PS- IA-CL	Tajá cipó; Abacaterana				
20	1°24'6.30"S 48°18'25.80"O	Espécies florísticas	Placa de identificação de espécie Tatapiririca ( <i>Tapirira guianensis</i> Aubl.)eLimpeza do caminho.	PS- IA-CL	Tatapiririca				
21	1°24'6.50"S 48°18'23.90"O	-----	Nada a fazer nesse trecho.	NF					
22	1°24'6.20"S 48°18'23.30"O	Espécies florísticas	Placa de identificação de espécie de uma seringueira ( <i>Hevea brasiliensis</i> ) considerada a mais antiga da área; e clareamento. E possível observar do lado esquerdo o seringal.	PS- IA-CL	Seringueira				
23	1°24'5.90"S 48°18'18.30"O	-----	Placa de identificação de espécie Quaruba ( <i>Vochysia guianensis</i> ) e Ângulo horizontal da trilha 2,30 metros.	PS- IA-CL	Quaruba				

24	1°24'5.70"S 48°18'15.90"O	Vale	Declive leve, limpeza da área, contenção de barragem em alguns pontos e placa de identificação de espécie Morototó ( <i>Didymopanax morototoni Aubl.</i> ) entre os pontos 24 e 25.	PS- IA-CE	Morototó
25	1°24'5.50"S 48°18'14.45"O	Declive	Declive leve; Recuperação do solo; limpeza. 230 m de largura.	RS- CL	
26	1°24'5.40"S 48°18'12.90"O	Final Vale	Trilha fechada. Necessidade de clareamento.	CL	
27	1°24'4.80"S 48°18'10.60"O	Obstáculo natural	Curva à esquerda devido árvore caída; necessidade de mudança no traçado. Em sequência, inserir placa de direção.	CL- MT-PS	
28	1°24'5.20"S 48°18'9.80"O	Active	Active, rota de animais e erosão do solo. Ângulo horizontal da trilha de 160 metros.	RS-RP	
29	1°24'5.20"S 48°18'7.61"O	-----	Clareamento Limpeza – à direita ponto de apoio. Ângulo horizontal 390 cm de largura.	CL-Banco	
30	1°24'4.70"S 48°18'5.10"O	Final da trilha	Clareamento e Limpeza. Fim da trilha. Estrada de acesso à vila do Dique.	CL- PS	

Fonte: Heliani Sá e Laísse Palheta, 2015.

Legenda: BD Barreira d'água à direita; BE Barreira d'água à esquerda; CE- Contenção de Encostas ou Erosão; CL – Clareamento; IA Interpretação de árvores (direita, esquerda ou no ponto); MT- Mudança de Traçado NF- Nada a fazer neste trecho; PS Placas de sinalização; RAD Recuperação de área degradada; RP Regularização do piso; RS- Recuperação do solo.

Nesse quadro, foram descritos todos os pontos, tanto para o manejo como para os de interpretação. Com as observações realizadas em campo, notou-se que as intervenções não devem acontecer somente na extensão trilha, mas desde o ponto de acesso desta, no caso da vila três marcos, como foi observado. Esta é uma área propícia para reflorestamento, em que se pode sugerir que o visitante realize o plantio simbólico, a fim sensibilizá-los para conscientização da importância da preservação do REVIS. Foram identificadas, também, áreas com uma necessidade intervenção mais específica, e deve ser estudada com um melhor detalhamento, como por exemplo: a contenção de erosão, a qual adentra para o caminho; e a inserção de corrimão e degraus nas áreas com declives, pensando também na acessibilidade desta trilha. Outras necessidades foram descritas, como uma intervenção leve de recuperação de solo e/ou sinalização para identificação das espécies arbóreas, que são de suma importância pelo seu valor ecológico e cultural, pois muitas espécies são utilizadas como remédios medicinais em comunidades tradicionais. Com estas intervenções, almeja-se, enfim, adaptá-la para receber a visitação na UC.

Além da realização do levantamento para a proposta de manejo para adequação da trilha, também foi pensada a possibilidade de se propor atividades que venham a intensificar, de forma positiva, a preservação da área por meio da visitação, pois a vivência de tais práticas pode vir a ser uma oportunidade para o aparecimento de novos horizontes, atitudes e sentimentos (BAHIA, 2007). Essas sensações podem ser vivenciadas pelas pessoas que moram, trabalham e visitam o REVIS. Essas atividades também podem vir a ser estratégias de aproveitamento para o programa de educação ambiental que está sendo implantado na Unidade (segundo a gerência do REVIS). E a partir de pesquisas realizadas para a formulação de uma proposta de lazer para a Trilha das Samambaias, e tendo em vista que a mesma foi classificada e categorizada como uma trilha interpretativa voltada para recreação, as propostas de atividades têm que ser de baixo impacto, ainda mais por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, tendo seu uso indireto.

Entre as atividades selecionadas para diversos públicos e que podem ser realizadas durante o percurso na Trilha das Samambaias pelos futuros monitores e/ou condutores, voltadas para educação ambiental, citadas por Bahia (2007), que visa a um repertório de atividades por ambientes, neste caso, em um ambiente natural, foram selecionadas as possíveis: **Analisando a trilha** - Atividade cujo objetivo é estimular o aprendizado dos visitantes sobre a percepção da biodiversidade; **Conhecendo o lixo** - Esta atividade propõe conscientizar o visitante sobre o problema da grande produção de lixo, principalmente quando se visita uma área natural; **Sentidos da natureza por meio dos sons** - Atividade para estimular a sensibilização, percepção e concentração. O condutor deverá selecionar um ponto amplo no qual o grupo de visitantes deverá fechar os olhos e se concentrar nos sons que o ambiente proporciona; **Caminhadas orientadas com um monitor ou condutor** - São as mais praticadas em trilhas interpretativas, em que os condutores têm o papel de realizar a condução na floresta, realizando a interpretação da mesma no seu percurso, contando a história do local, e nos pontos interpretativos identificados para realizar a interpretação. Esta atividade também é estimuladora para as relações interpessoais; **Atividades de observação da flora e da fauna** - São praticadas para a contemplação da natureza, seja ela para observar fauna ou flora, com ênfase para a observação de aves. Atividade já relacionada como possível de se realizar no REVIS; **Pequeno circuito de Arvorismo (trilhas suspensas)** - Esta atividade é uma prática do turismo de aventura que proporciona se locomover por percursos na altura, instalados em árvores ou em outras estruturas. A trilha das Samambaias proporciona áreas extremamente acessíveis para instalação de um circuito.

Essas atividades podem ser identificadas como de baixo impacto ambiental, e podem proporcionar aos visitantes um melhor aproveitamento da visita. Espera-se que estas propostas contribuam para as Políticas Públicas de Uso Público da UC, tomando-a reconhecida como um espaço de turismo e de lazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de áreas naturais, principalmente nas categorias de UC, têm sido significativa, uma vez que elas surgem como um instrumento relevante não apenas quanto ao objetivo primordial de preservação da biodiversidade, mas também para proporcionar ao ser humano elementos que possibilitem o desenvolvimento de práticas e de interações junto à natureza. Observa-se que as práticas de lazer e turismo nessas áreas se intensificam, e as visitas se tornaram mais frequentes. Devido a essas dinâmicas, o Plano de Uso Público é essencial para que os gestores possam ter o controle sobre essas demandas e para que os visitantes possam usufruir de uma visita de qualidade e com o mínimo de impacto possível na área.

Nesse sentido, o estudo proposto é relevante, pois o planejamento ambiental para a implementação de trilhas ecológicas ou de um sistemas de trilhas em UC requer estudos adequados que constituem práticas de manejo, que atendam à conservação ambiental e às dinâmicas das necessidades dos visitantes nas suas práticas ecoturísticas e/ou de lazer, principalmente no que diz respeito às trilhas interpretativas.

Com isso, esta pesquisa vem como uma contribuição sobre uma proposta a intervenção e interpretação ambiental na trilha das Samambaias. Existente no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, esta é uma área com um valor ecológico relevante, na abrangência do centro de endemismo de Belém, que tem sofrido com a pressão antrópica e imobiliária em algumas de suas extremidades.

Nesse contexto, foram realizados o levantamento e o mapeamento da trilha das Samambaias, a fim de propor o manejo e as atividades de lazer e de interpretação ambiental. Porém, sabe-se que esta proposta limitou-se a uma fase de levantamento de dados (devido à amplitude da UC, e também a questão de tempo e de clima): o mapeamento e a proposta de estruturação física da trilha, cuja ampliação dos objetivos serão, futuramente, pensados. Almeja-se, em uma próxima etapa, a

realização de uma integração com a comunidade local, pois sabe-se que uma proposta de intervenção requer a participação popular.

Com esse conhecimento, espera-se que, futuramente, esta proposta venha a ser debatida na comunidade local, para que esta participe de seu desenvolvimento e também para a sua capacitação. Por meio deste estudo prévio, espera-se poder traçar oportunidades e soluções de tais anseios das comunidades que residem dentro e no entorno da UC, tais como: inclusão dos moradores do entorno como defensores das UC; possibilidade de empregos alternativos à comunidade local, como o artesanato e o trabalho como monitores ou condutores do REVIS; e, também, permitir a aproximação da comunidade com os órgãos fiscalizadores para o combate aos “ilícitos” decorrentes nessas áreas.

Tendo em vista que existem vinte e oito famílias que residem nas dependências da UC (como foi citado durante o desenvolvimento da pesquisa), somente nove destas (as que residem às margens de rios e igarapés que cortam o REVIS) são consideradas populações tradicionais, conforme a Lei do SNUC, devido à relação com o ambiente em que vivem, e suas práticas de subsistência, tendo o extrativismo como uma prática intensiva na área. Isso pode vir a valorizar ainda mais a UC, como também pode vir a ser uma oportunidade de se trabalhar o turismo em base comunitária, em que a comunidade se sinta pertencente àquele espaço. Além disso, esta pode ser uma boa proposta para o ordenamento das atividades ecoturísticas de lazer, de forma que se possa integrar os interesses para a conservação e o desenvolvimento regional dessas comunidades. Assim, não somente a gestão do REVIS virá a ter ganho com a valorização e a preservação da área, como também a comunidade local, tendo as trilhas existentes no Refúgio, incluído a trilha das Samambaias, como seu principal meio de integração entre gestão e comunidade.

Portanto, a realização do levantamento e do mapeamento da trilha das Samambaias foi cumprida, assim como a proposta de manejo e de interpretação ambiental da mesma. Agora, espera-se que tais resultados possam contribuir como uma importante ferramenta para assegurar a sobrevivência da UC, com ênfase nas práticas de lazer



e turismo, importantes para a sensibilização e para a conservação e o desenvolvimento de uma conscientização ecológica, mesclando interpretação da natureza e educação ambiental. Espera-se, também, contribuir para as Políticas Públicas de Uso Público da UC, tomando-a reconhecida como espaço de turismo e de lazer.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. do P. S. R. *Observação de Aves no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia: uma contribuição para a conservação ambiental da unidade e ao desenvolvimento turístico do Estado do Pará*. 2013. 134 p. Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia. Dissertação (Mestrado) --- INPA, Manaus, 2013.

ANDRADE, W. J. de. Implantação e Manejo de Trilhas. In: MITRAUD, S. (Org.). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramenta para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003. Cap. 2.6. 247-260.

ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. da. *Manejo de trilhas: um manual para gestores*. 35 Edição São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.quoos.com.br/condutor/manual%20de%20producao%20de%20trilhas.pdf> acesso: 20/11/2014.

BAHIA, M. C. Proposta de Animação para Valorização do Meio Ambiente. In: MARCELLINO, C, N. (Org.). *Lazer e Recreação: Repertório de Atividades por ambientes.*, 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo. Papirus. 2007 Vol. I, p. 131-144.

CABRAL, P. T. M.; BAHIA, M. C. Lazer em Áreas Verdes. Uma caminhada crítica pelo Parque Estadual do Utinga. In ARAUJO, P. (Org). *Lazer, Formação e Meio Ambiente: subsídios para as políticas públicas em Belém do Pará*. 1<sup>a</sup> Edição. 2013. p145- 160.

CORIOLOANO; L. N. *et al Lazer e turismo na Unidade de Conservação do Parque do Cocó em Fortaleza, Ceará, Brasil. Sem Data* Disponível em: <[http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo6/Coriolano,%20Sampaio\\_Barbosa.pdf](http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo6/Coriolano,%20Sampaio_Barbosa.pdf)>. Acesso em: 07/11/2014.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Editora Hucitec. São Paulo, 3ª Edição. 2001. 170p.

FACO, R. A; NEIMAN, Z. *A Natureza do Ecoturismo: conceitos e segmentação*. In NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. (Org). *Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. 1ª edição. Barueri- SP. Manole, 2010. Cap.3 43-62p.

IMAZON. Instituto do Homem e meio ambiente da Amazônia. *Desafios para a consolidação das Unidades de Conservação Estaduais do Pará: financiamento e gestão*. In: VEDOVETO, M; ORTEGA, V; PEREIRA, J; VERÍSSIMO, A. (org). IMAZON, Belém- PA. 2014. 80p.

MARINHO, Alcyane. *Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades*. Motriviv. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1184/1919>> acesso: 23/02/2015.

\_\_\_\_\_. *Lazer, Meio Ambiente e Turismo: Reflexões Sobre A Busca Pela Aventura*. Licere, Belo Horizonte, v.10, n.1, pag. 20 abr./2007. Disponível em: [http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV10N01\\_a1.pdf](http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV10N01_a1.pdf) acesso: 23/02/2015.

MILANO, M, S. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Conservação da Natureza: in Conservação da natureza e eu o com isso?*. Fortaleza, 2012. p. 8-25. Disponível em <[http://www.redemosaicos.com.br/arquivos\\_dados/arq\\_downloads/mmidia-id-86.pdf](http://www.redemosaicos.com.br/arquivos_dados/arq_downloads/mmidia-id-86.pdf)>. Acesso em: 23/09/2014.

MTUR. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília, 2ª Edição. Ministério do Turismo, 2010. 90p.

NEIMAN, Z; PATRICIO, R. F. *Ecoturismo e Conservação dos Recursos Naturais*. In NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. (Org). *Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. 1ª edição. Barueri- SP. Manole, 2010. Cap. 5. 84-104p.

NELSON, S. P. *Uso Público nas Unidades de Conservação*. In CASES M. O. (Org) *Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando Uma Experiência de Capacitação*. Realização: WWF/Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF Brasil, Brasília, 2012, Cap. 2. p. 215-236.

PADUÁ, M. T. J. *Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: Medeiros, R; ARAÚJO F. F. S. (Org) Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. 1ª Edição. Brasília: MMA, 2011, p 21-36.*

SEMA-Secretaria De Estado De Meio Ambiente. *Minuta de Projeto de Decreto para Criação Legal do Refúgio de Vida Silvestre Metr pole da Amazônia, nos Municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel Do Pará. Belém. 2010. 3p.*

TAKAHASHI, L. *Uso Público em Unidades de Conserva o. In: FUNDA O O Boticário. Cadernos de Conserva o, n  2, Curitiba, 2004. 40p.*

# PLANEJAMENTO, GESTÃO E USO PÚBLICO DO MUSEU PARQUE SERINGAL EM ANANINDEUA-PARÁ

*José Fernando Moreira de Sousa<sup>1</sup>*

*Kelly Moreira de Carvalho<sup>2</sup>*

*Mirleide Chaar Bahia<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Com o processo de urbanização, ao longo do tempo, as cidades vêm sofrendo constantes transformações no seu espaço físico. Nesse sentido, muda-se a estrutura da cidade, o modo de vida e a organização da sociedade. Nesse ínterim, as áreas verdes encontram-se cada vez mais restritas nos centros urbanos, devido à maximização da apropriação e do consumo dos recursos naturais.

Outro fator que contribui para esse processo é a privatização dos espaços da cidade, principalmente os espaços verdes. Estes vêm sendo substituídos por crescentes condomínios e outros empreendimentos, como indústrias ou comércios.

Em oposição a esses processos de apropriação da natureza urbana, aparecem os espaços verdes públicos urbanos. Nessa categoria de espaços verdes públicos urbanos, encontra-se, no município de Ananindeua/PA, o

---

<sup>1</sup> Discente de pós-graduação no Curso de Especialização “FIPAM XXV: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer” pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: jfmsousa2010@hotmail.com.

<sup>2</sup> Discente de pós-graduação no Curso de Especialização “FIPAM XXV: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer” pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: kellyufpa2010@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade; Professora/Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA - Campus Belém) e da Faculdade de Educação Física (FEF - Campus Castanhal) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

Museu Parque Seringal, que também é uma Unidade de Conservação<sup>4</sup>. O Parque é classificado como uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)<sup>5</sup> e registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC<sup>6</sup>.

O Museu Parque Seringal, *locus* deste estudo, foi escolhido com o intuito de dar continuidade e aprofundamento às pesquisas iniciadas a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação dos pesquisadores, os quais abordaram sobre a temática referente às vivências de lazer em ambientes naturais. Outra razão para a escolha do Parque deve-se ao fato de esse espaço ser propício ao lazer e práticas culturais, bem como constituir-se num local de significativa possibilidade de incentivo à valorização ambiental. Com efeito, esses tipos de vivências criam um sentimento de pertencimento e cuidados da população para com o Parque, atribuindo-lhe relevância social, pois proporciona instantes de descontração e engajamento das pessoas dentro de um mesmo espaço.

O Parque está aberto à visitação e recebe, principalmente, a comunidade de seu entorno para atividades físicas e de lazer, as quais, em sua maioria, acontecem de forma livre e espontânea. Esse local, por ter livre acesso das pessoas, não tem um controle da demanda de visitantes,

---

<sup>4</sup> Uma porção do território nacional ou de suas águas marinhas que é instituída pelo poder público municipal, estadual ou federal, como área sob regime especial de administração. Estas podem ser Parques (Nacionais, Estaduais ou Municipais) (BRASIL, 2000, não paginado).

<sup>5</sup> A Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) é uma área, em geral, de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional- Tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. É constituída por terras públicas ou privadas. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico (BRASIL, 2000, não paginado).

<sup>6</sup> O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a colaboração dos órgãos gestores federais, estaduais e municipais. Seu principal objetivo consiste em disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Neste ambiente são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das unidades de conservação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, não datado, não paginado).

gerando, assim, uma problemática referente à gestão e ao planejamento do espaço.

Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo geral analisar o planejamento, a gestão e o uso público do Museu Parque Seringal em Ananindeua – Pará e tem como objetivos específicos: analisar o planejamento; descrever a gestão; perceber como se dá o uso público pela população do entorno do Museu Parque Seringal; e a importância deste para as pessoas que o frequentam.

Do ponto de vista da natureza da pesquisa, este trabalho se configura como um estudo qualitativo, que, segundo Minayo (2012), responde a questões muito particulares. O estudo foi dividido em etapas, uma por meio de revisão de literatura e a outra por meio de entrevistas semiestruturadas com gestor e moradores do entorno do parque.

Ao todo, foram realizadas oito entrevistas, sendo sete feitas com usuários do Parque, todos moradores do entorno, e uma com a gestora desse espaço. Dos oito entrevistados, três eram do sexo masculino e cinco do feminino. Para as entrevistas, foram utilizados três dispositivos móveis com funções de áudio, vídeo e gravador de voz, de marca Nokia, Motorola e Samsung, nos respectivos modelos: Lumia 620, Moto G e Samsung Win. As entrevistas foram transcritas na sua totalidade, sem haver alterações nos arquivos de áudio, a fim de se preservar a autenticidade dos relatos dos sujeitos (ou informantes) e garantir, com isso, a manutenção da legitimidade dos dados coletados; além disso, todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## **ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS URBANOS**

Os espaços verdes públicos urbanos têm sua história iniciada pelos jardins, que, no decorrer dos séculos, foram se modernizando. De acordo com Loboda e Angelis (2005), o uso do verde urbano diz muito a respeito do modo como viviam os povos que instituíram esse tipo de espaço, em suas épocas e culturas. Nesses contextos, de acordo com os referidos

autores, o verde urbano exercia uma função utilitária, sobretudo nas zonas urbanas mais povoadas.

Segundo Bahia (2012, p. 134), “foi na Grécia que os espaços livres passaram a assumir a função pública, sendo estes destinados ao passeio, à conversa e ao lazer da comunidade”.

Com o passar dos séculos, os jardins foram ganhando cada vez mais variedades de espécies e maior importância, até se expandirem pelo mundo. Ao analisar o alcance dessa importância, Costa (2011) afirma que:

Sinônimo de qualidade de vida e até mesmo status, as áreas verdes localizadas em meio urbano assumem relevância internacionalmente reconhecida. O *Central Park* em Nova York, o *Hyde park* em Londres e o Parque Ibirapuera em São Paulo ilustram bem a relevância dada a elas. Os espaços dos parques em meio ao concreto, ao trânsito e a pressa característicos das grandes cidades, apresentam-se como um verdadeiro “Oásis do Urbano” e oferecem recursos bastante demandados por seus habitantes, como belas paisagens, conforto térmico e ambiente, espaço para a prática de esportes, lazer e etc. (COSTA, 2011, p. 17).

Para conceituar e caracterizar a categoria espaço público, Serpa (2009) também recorre a dois autores considerados filósofos nessa temática, a saber: Hanna Arendt e Jürgen Habermas. Assim, citando os referidos autores, Serpa esclarece que:

Para o Arendt o espaço público é lugar de ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Já para Habermas o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão (SERPA, 2009, p.16).

O planejamento dos espaços públicos requer uma diversidade de dados que permitam analisar os meios físicos, geográficos, culturais, entre outros. Todas as medidas possíveis devem ser tomadas na elaboração deste planejamento, pois precisam seguir com o propósito de reunir

informações concretas para conhecer e orientar a ação do ser humano sobre o ambiente, dando-lhe condições para uma melhor qualidade de vida. Ao refletir sobre a função social dos espaços públicos, Figueiredo (2008, p. 81) postula que:

Os espaços públicos caracterizados pela circulação, comunicação, lazer e sociabilidade têm sido alvos de intervenções do planejamento urbano, do lazer e do turismo das cidades, geralmente com a premissa de proporcionar qualidade de vida à população. Dessa forma são construídas áreas de lazer e circulação tradicionais, como praças, passeios, jardins e parques.

De acordo com Bahia (2012), as áreas verdes públicas localizadas no meio urbano são, em sua maioria, representadas por praças, parques e bosques. Estas áreas são tidas como os principais equipamentos públicos de lazer, entre as opções que o meio urbano disponibiliza enquanto paisagem natural. Conforme a própria autora,

ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS (AVPU), definidas como um tipo de espaço livre, de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciadas pelo poder público, localizadas em áreas urbanas ao ar livre (se contrapondo às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. Estas possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso. Englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, unidades de conservação de proteção integral, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas) e faixas de ligação entre áreas verdes (BAHIA, 2012, p. 151).

Nos centros urbanos, algumas das áreas verdes são denominadas Unidades de Conservação, divididas por categorias, condições de uso



e preservação de seus recursos naturais. Essas unidades têm funções e utilidades determinadas por lei, que visam proteger suas áreas de forma integral ou sustentável.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei 9.985, de 18/07/2000, conceitua Unidade de Conservação (UC) como:

[...] um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 5).

Assim sendo, uma dessas áreas de conservação é o Museu Parque Seringal que, embora se caracterize por ser uma ARIE, funciona como um parque público. Tal condição do referido Parque deriva do fato de ele não seguir às normas de um plano de manejo<sup>7</sup>, estabelecido como obrigatório para as UC.

## O MUSEU PARQUE SERINGAL

O Museu Parque Seringal (MPS) está localizado no município de Ananindeua, na região metropolitana de Belém-PA. Situa-se na Cidade Nova VIII, entre as Wes 34 e 36, próximo ao Complexo Esportivo Chiara Lubich, no bairro do Coqueiro. Devido às suas características naturais, é registrado como uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Anteriormente, a área que integra o Parque era um terreno ocioso, sem uso público, mas com relevância histórica, devido aos exemplares

---

<sup>7</sup> O Plano de Manejo visa levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado (ICMBIO, não datado, não paginado).

de seringueiras, datados dos tempos do ciclo da borracha na Amazônia, mais especificamente do segundo ciclo econômico da borracha no século XIX. Apesar da passagem dos anos, as seringueiras resistiram à ação do tempo e da urbanização. Depois de recuperado e revitalizado, o espaço foi transformado no que hoje se conhece por Museu Parque Seringal, conforme atesta o relato abaixo:

Antes não tinha esse muro, essa proteção, eram só as árvores de seringa mesmo, o Seringal e tinham alguns matos por baixo. Quem morava no entorno daqui plantava bananeira, abobora, fazia igual uma horta, a gente encontrava isso por aqui, entendeu? Inclusive teve uma vez que meus filhos fizeram um trabalho na escola, aí a gente veio pegar as frutinhas da seringueira, colher o leite que sai e numa feira da cultura eles apresentavam (Informação verbal)<sup>8</sup>.

Criado pela Prefeitura de Ananindeua, por meio do decreto municipal nº 2.560, de 29 de março de 2012, o Parque Seringal foi inaugurado no dia 04 de abril de 2012 como um novo espaço de lazer, preservação e educação ambiental do município. Com isso, constituiu-se na segunda Unidade de Conservação municipal da região metropolitana de Belém.

O Parque conta com centenas de exemplares de seringueiras originais do segundo ciclo da borracha na Amazônia e um memorial do seringal, que é o Museu onde se tem uma réplica das casas dos seringueiros e do dono do seringal. Além disso, possui trilhas que são ligadas ao memorial, um pomar viveiro para mudas de seringueiras ou outras espécies, mesas e bancos feitos com madeira reciclada, espalhados pela área do Parque, e um bicicletário ecológico, feito com pneus reciclados.

No espaço do Parque, utiliza-se, com maior frequência, uma academia ao ar livre. Também há uma calçada que circula toda a sua área, um anfiteatro, no qual se localiza o prédio da administração, o espaço ludo-pedagógico e também existe um restaurante em sua área, mas que funciona separadamente do Parque.

---

<sup>8</sup> Usuário 1, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

Todos esses recursos, espaços e instalações disponibilizados e, especialmente, a história evocada pelas seringueiras fazem do Parque um lugar atrativo para as pessoas que o frequentam, conforme testemunha uma das entrevistadas.

A gente percebe que as pessoas vêm mais pra cá geralmente pra isso, pra se encontrar, pra conversar, pra trazer as crianças pra brincar, até mesmo pra comer no restaurante que tem aqui próximo. Tem escolas que trazem as crianças pra cá por conta da história que carrega as árvores e tudo mais, isso é bem importante, acredito que tem muitas escolas aqui por perto, isso é importante porque passa conhecimento pras crianças (Informação verbal)<sup>9</sup>.

Entretanto, embora este espaço evidencie capacidade para o lazer dos moradores locais, faz-se necessário um planejamento e gestão que habilite o uso público de qualidade.

## **PLANEJAMENTO, GESTÃO E USO PÚBLICO DO MUSEU PARQUE SERINGAL**

De acordo com a lei do SNUC, o planejamento e a gestão das Unidades de Conservação devem criar estratégias para a manutenção de seus recursos. O planejamento deve contemplar todos os atores sociais envolvidos dentro e no entorno da UC.

No Museu Parque Seringal, as estratégias de planejamento não têm sido colocadas em prática. O Parque apresenta vários problemas relacionados ao planejamento e à manutenção de seus recursos naturais, como se pode observar na afirmativa da administradora do referido local.

A gente não tem uma equipe operacional, questão de roçagem, manutenção de brinquedos, academia. Pra isso, a gente precisa chamar, geralmente, a SEMA<sup>10</sup> ou então um contrato, porque não tem uma pessoa que possa fazer. Um reparo pequeno a gente pode fazer, o “grosso” sempre temos que chamar alguém de fora, e isso “daquele jeito”, não é um planejamento, é quando a gente

---

<sup>9</sup> Usuário 1, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>10</sup> Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

precisa, não tem como fazer de 15 em 15 dias, não é agendado, nossa manutenção tá bem deficiente, e a gente não tem e nem chega ter uma estratégia (Informação verbal)<sup>11</sup>.

Com base na citação acima, observa-se que a falta de pessoas para trabalhar na parte operacional do Parque, bem como a ausência de recursos, são os fatores que mais influenciam na falta de um planejamento eficiente.

Para que se tenha uma melhor organização desse planejamento, deve ser estabelecido um conjunto de ações diárias, de forma a atingir os objetivos estabelecidos na criação do Parque, por meio do Plano de Manejo. Entretanto, a criação desse documento é quase sempre adiada, devido à falta de continuidade de trabalho da gestão do espaço e às dificuldades de se contratar uma equipe técnica para a elaboração deste documento.

Leuzinger (2009) comenta que nem todas as Unidades de Conservação têm um plano de manejo, pelo fato de este documento ser dispendioso financeiramente, visto que exige pesquisa detalhada com equipe multidisciplinar. Todavia, este deve ser um investimento do Poder Público para ordenar o Uso Público e outras ações de planejamento nessas áreas, a fim de que se garanta sua gestão organizada e sua conservação.

Outro fator a ser considerado para o planejamento da UC é o conhecimento da área e dos atores sociais que a cercam. Da mesma forma, a população deve estar atenta aos problemas apresentados no cenário físico da comunidade na tentativa ajudar a resolvê-los. Nesse sentido observou-se que a área do Museu Parque Seringal inicialmente era mantida pela população que mora no seu entorno, a qual se organizou e pediu melhorias para garantir a preservação da área, a qual hoje é ocupada pelo Parque.

Aqui era uma área aberta só seringueiras, tentaram invadir umas duas vezes e a comunidade não deixou, porque não era cercado, era aberto totalmente, as pessoas tinham que fazer caminho pra

---

<sup>11</sup> Gestora, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

atravessar, aí tentaram invadir, o cara chegou com toda a galera pra invadir, aí não deixaram (Informação verbal)<sup>12</sup>.

Esse processo de criação do Parque foi acelerado devido aos apelos da comunidade ao poder público. Tal afirmativa pode ser conferida na fala da entrevistada, quando questionada sobre a participação da comunidade do entorno na criação do espaço em questão:

Sim, porque esse espaço aqui na verdade quem tomava conta era a população, houve um momento que alguém chegou como se já fosse construir alguma coisa aqui e foi aí que eles entraram em ação. Tem uma associação aqui na comunidade nas proximidades, eles foram pedindo pro poder público, não sei se era prefeito, se era vereador, pra intervir, houve as promessas, enfim, aos “trancos e barrancos” saiu o Parque, então, digo que teve a participação deles porque sempre estavam envolvidos. Eu acho que também, essa ideia de construir alguma coisa, foi mais um pedido deles, pra que essa área não ficasse como era antes (Informação verbal)<sup>13</sup>.

Ainda com relação ao planejamento, baseados na participação da comunidade, são pontuadas algumas dificuldades de relacionamento e organização ocasionadas pela falta de investimentos, tanto em recursos financeiros, como em recursos humanos. Pode-se destacar, também, como elemento motivador dessas dificuldades, a distância que se criou entre os moradores e a administração do Parque, devido à dissolução da associação dos moradores. No excerto abaixo, a gestora do Parque comenta acerca dessa problemática.

Estamos esperando vir a agenda mínima da SEMA, pra que a gente possa enfim, fazer a nossa, pra não coincidir datas, o que planejar, querendo ou não a gente vai depender deles, então não adianta também a gente querer fazer algo tão extraordinário que a gente não vai ter condições. Ano passado foi feito um café da manhã, na ideia de conversar com a comunidade pra escutar quais são

---

<sup>12</sup> Usuário 2, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>13</sup> Gestora, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

as reclamações e o que eles queriam, e foi feito um convite de porta em porta, teve até uma quantidade considerável de pessoas da comunidade, mas também eles sumiram o representante que era antes sumiu e ninguém sabe mais dele, aí como trocou a administração e a gente não sabe quem tem o contato, aí acabou ficando por isso, a gente não tem alguém que a gente possa chamar, conversar, e que passe depois pra comunidade (Informação verbal)<sup>14</sup>.

Conforme se evidencia na citação da entrevista apresentada, em outro momento histórico do Parque, as ações e o planejamento já tiveram a participação da comunidade do entorno, por meio da associação dos moradores. Entretanto, isso não acontece mais, visto que a associação dos moradores foi se fragilizando e hoje está extinta. Atualmente, o planejamento do Parque só acontece após o planejamento enviado pela SEMA, não tendo, assim, a participação direta da comunidade.

Essa dificuldade de planejamento afeta diretamente a gestão do Parque que, de acordo com a gestora, passa por constantes mudanças na administração, não tendo uma continuidade no trabalho. Isso certamente dificulta a relação com a comunidade.

O Museu Parque Seringal, por se caracterizar como uma Unidade de Conservação, deveria ter sua gestão conduzida a partir do que prevê a lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), realizada por meio do Órgão Gestor e auxiliada por um Conselho Gestor<sup>15</sup>, para integrar a população às ações realizadas em seu entorno.

No entanto, segundo a gestora, o Conselho Gestor que foi criado no momento de implantação do Parque atualmente não existe mais, ficando a gestão do espaço apenas a cargo do chefe da Unidade e da SEMA.

---

<sup>14</sup> Gestora, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>15</sup> O Conselho Gestor deve ter a representação de órgãos públicos, tanto da área ambiental como de áreas afins (pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas), e da sociedade civil, como a população residente e do entorno, população tradicional, povos indígenas, proprietários de imóveis no interior da UC, trabalhadores e setor privado atuantes na região, comunidade científica e organizações não governamentais com atuação comprovada na região (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, não datado, não paginado).

Não existe mais o Conselho Gestor, hoje em dia, a gente tem essa dificuldade porque está todo tempo trocando. A gente tem as nossas normas do parque, que não foram alteradas, porque não tem como ter controle dessas coisas, então o que foi criado, o que foi produzido, tipo a questão das regras, das normas do parque, se mantiveram (Informação verbal)<sup>16</sup>.

Essa dificuldade na gestão e no planejamento do Museu Parque Seringal influencia também no uso público que se faz desse espaço, uma vez que as atividades acontecem de forma espontânea e desordenada dentro da Unidade, sem o devido controle e manutenção de seus recursos naturais.

Ressalta-se que o Parque foi criado com os objetivos definidos, conforme estabelecido na lei nº 2.560/2012 do município de Ananindeua no Artigo 2º, que são:

- I - Manter o ecossistema natural de importância regional e local; Garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes;
- II - Promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município;
- III - Proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado;
- IV - Resgatar a identidade patrimonial histórica e cultura locais, com destaque à valorização do Ciclo da Borracha no Município de Ananindeua (LEI Nº 2.560/2012).

Embora se evidenciem com a lei nº 2.560/2012 acima mencionada os objetivos definidos para o funcionamento do Parque, Sousa (2013), em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual tratou de investigar as vivências de lazer dentro do Museu Parque Seringal detectou que o funcionamento do Parque se dava de forma diferente da estabelecida pelo decreto de criação. Segundo o pesquisador, as normas instituídas por lei para as Unidades de Conservação não eram cumpridas.

<sup>16</sup> Gestora, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

Conforme Sousa (2013), o uso público do Parque acontece de forma espontânea, principalmente no contexto do lazer. As atividades relacionadas à educação ambiental acontecem de forma esporádica, com ação pontual da Secretaria Municipal do Meio Ambiente ou com atividades de escolas próximas ao local.

O Parque recebe em seus espaços um público considerável para a prática das mais diversas vivências de lazer. Entre estas, destacam-se, com maior frequência: corridas, caminhadas, atividades na academia ao ar livre, trilhas, descanso, meditação, rodas de conversa, brincadeiras no parquinho e visitas no memorial, quando este está em funcionamento (SOUSA, 2013).

Há alguns fatores negativos sobre o uso dos espaços do Parque que devem ser mencionados, como a falta de manutenção e de ações em favor da educação ambiental. Observou-se a exposição de lixos deixados no chão, produzidos pelos visitantes; bancos e mesas deteriorados pelo mau uso dos visitantes; e a falta de manutenção com relação à estrutura, como, por exemplo, a falta de banheiros e de áreas cobertas para dias de chuva. Acerca disso, testemunham os relatos abaixo:

Manter a manutenção do parque é sempre bom, *né?* Pinturas pra parede não ficar feia, atrativos, que aí tem um palco que nem usam, devia vir mais atração pra cá de alguma coisa (Informação verbal)<sup>17</sup>.

Deveria ter uma aproximação maior entre gestor e comunidade, deveria ter um banheiro aqui, mais segurança (Informação verbal)<sup>18</sup>.

A questão da segurança foi um assunto bastante comentado entre os usuários no decorrer das entrevistas, uns alegando a melhoria a partir da criação do Parque, outros contrariando essa ideia. Na citação abaixo, alguns informantes manifestam sua opinião sobre o que a construção do Parque ocasionou de mudança (melhora ou prejuízo):

---

<sup>17</sup> Usuário 2, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>18</sup> Usuário 7, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.



Depois que eles fizeram...se tornou um parque, teve o muro de proteção, aí tem os guardas que ficam aqui, porque antes ocorria até caso de *estrupe* aqui, entendeu? Quando não tinha essa proteção (Informação verbal)<sup>19</sup>.

Aqui também, pelo fato de ter guarda dentro do parque, a gente não vê muita é...violência ou alguma coisa do tipo aqui, porque eles têm medo de vir pra cá, então tem uma certa segurança quando a gente vem pra cá com a família, então a gente acaba, vamos dizer assim, se despreocupando um pouco (Informação verbal)<sup>20</sup>.

Eu acho que não mudou muita coisa, só mudou porque tem uma área de lazer aqui perto (Informação verbal)<sup>21</sup>.

Mesmo considerando a contradição nos depoimentos dos entrevistados, sobre as mudanças ocorridas no entrono do Parque, após a sua criação, pode-se observar um sentimento de importância atribuído ao espaço pelos moradores, que o frequentam e o têm como uma extensão de seus quintais, evocando lembranças de momentos ali vividos desde a infância, e partilhados entre ascendentes e descendentes, em diferentes gerações.

Os pesquisados, ao serem indagados sobre a importância do Parque, relataram sobre suas vivências nesse lugar. Isso, sem dúvida, proporcionou um momento gratificante, pois eles relembrou muitos detalhes do passado. Relataram a grande importância que o Parque trouxe, tanto para a comunidade de forma geral, quanto para a história de cada um. Abaixo, vislumbra-se tal sentimento a partir da fala de um dos entrevistados.

Os meus filhos que nasceram aqui na Cidade Nova, eles têm a oportunidade de ver uma seringueira, *né*? A minha vó, no Marajó, ela trabalhava no Seringal, entendeu? O meu pai, ele foi soldado da borracha na época da guerra, entendeu? A gente fala hoje em dia

---

<sup>19</sup> Usuário 1, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>20</sup> Usuário 4, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>21</sup> Usuário 5, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

que tem a oportunidade de mostrar o que é uma seringueira pra eles, o Seringal, né, no meio da cidade, onde tem tanta poluição, tanta coisa que destrói né. Os meus filhos vinham brincar aqui e hoje eu tô trazendo meus netos, já com toda essa melhoria (informação verbal)<sup>22</sup>.

Fora a história que carrega, né?... Em relação às seringueiras, é também a forma de relembrar. A gente sempre brincava aqui que tinha um campinho, que é a parte que os meninos viviam jogando bola, sempre vinham brincar pra cá quando menor, e também quando a gente era pequeno, a gente sempre cortava e ficava fazendo aquelas bolinhas (Informação verbal)<sup>23</sup>.

As atividades em contato com a natureza no meio urbano, segundo relato de um dos usuários, é importante para a comunidade, pois proporcionam sensações que, prioritariamente, são encontradas em áreas distantes das cidades, nos interiores e nas florestas. Dessa forma, observou-se que a experiência das pessoas nesses lugares ajuda os participantes a se verem como parte de um ambiente natural em plena cidade. Nas palavras de um dos informantes: “Isso aqui ficou como um pulmão *pra* comunidade, uma área de preservação dentro do conjunto que a gente quase não tem hoje” (Informação verbal)<sup>24</sup>.

Nota-se, a partir das falas, que as atividades realizadas no ambiente natural transmitem aos praticantes uma ideia de pertencimento, um reencontro com o natural, uma vez que:

As intensas manifestações corporais, aí vividas, permitem que as experiências na relação corpo natureza expressem uma tentativa de reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos como parte desse meio (MARINHO, 2001, p. 149-150).

---

<sup>22</sup> Usuário 1, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>23</sup> Usuário 4, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.alç

<sup>24</sup> Usuário 7, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

É certo que, embora o Parque tenha essa carga de memória e valorização enquanto um local frequentado e vivido por algumas pessoas, outras apenas o usam como espaço de passagem, uma espécie de atalho de travessia de uma rua para outra, desconhecedores dos reais problemas do espaço.

Eu, pra mim, que venho aqui só por passagem, às vezes, que é difícil eu vir aí, pra mim melhorou muito, não sei pra eles que fazem aqui se falta alguma coisa, né? (Informação verbal)<sup>25</sup>.

Nesse sentido, nota-se que é importante a promoção de atividades que integrem a comunidade ao Parque para que o espaço não fique ocioso, e sim preenchido com atrações socioculturais e ambientais, com vistas a incrementar a qualidade e a quantidade da visitação. Para tanto, necessita-se de um planejamento das possíveis atividades a serem realizadas no Parque a fim de que ele possa ser utilizado como um ambiente no qual ocorrem, satisfatoriamente, diversas programações culturais, já que:

É um espaço muito bom, mas que está sendo mal utilizado, por falta de programações culturais (Informação verbal)<sup>26</sup>.

A gente sabe que tem uma história toda essa questão das seringueiras e tudo mais, só que a gente não vê assim, uma pessoa pra ajudar pra explicar pras outras pessoas leigas que não têm o conhecimento desse espaço (Informação verbal)<sup>27</sup>.

Assim, verifica-se a importância do planejamento para a gestão do Parque, e a urgente necessidade da produção do plano de manejo para nortear o uso público do espaço e, com isso, alcançar os objetivos estabelecidos no decreto de criação.

Assim, segundo Takahashi (2004), um ambiente de uso público, com finalidades similares ao Parque, quando bem planejado, favorece

<sup>25</sup> Usuário 3, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>26</sup> Usuário 6, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

<sup>27</sup> Usuário 4, Museu Parque Seringal. Entrevista concedida a Kelly Moreira e Fernando Sousa. Ananindeua, jan. 2015.

o entendimento e a apropriação das Unidades pelas pessoas e, assim, ocasiona, conseqüentemente, um estabelecimento que proporciona boas relações com a sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fruir e usufruir dos espaços públicos é direito de todo cidadão. Dessa forma, enfatiza-se que o Museu Parque Seringal foi criado para atender a esse direito e proporcionar uma qualidade ao tempo de lazer das pessoas.

Porém, a realidade em que se encontra o Parque Seringal, conforme pôde ser evidenciada no relato dos pesquisados, ainda não é satisfatória. Para que isso aconteça, é necessário que haja, além do espaço físico, um investimento na qualidade de seu planejamento e manutenção. Necessita-se, também, da capacitação de pessoas para gerir e desenvolver programas que consigam melhorar a qualidade de vida dos visitantes do local, tanto de forma coletiva, quanto individual. Precisa-se, ainda, de incentivos à leitura, ao lazer, às atividades físicas e, sobretudo, de educação ambiental.

Com a realização desta pesquisa, foi possível perceber que o planejamento do Museu Parque Seringal se apresenta de forma deficiente, devido a alguns fatores, a saber: a) a falta de pessoas para trabalhar na parte operacional do Parque; b) a necessidade de mais recursos e de continuidade de trabalho da gestão; c) a falta do Conselho Gestor da Unidade, atualmente inexistente, entre outros. Enfatiza-se que esse último fator, conseqüentemente, causa um retardamento na criação do plano de manejo da área, pois compete ao Conselho a formulação desse documento.

Atualmente, a gestão do Parque funciona de forma limitada, dependendo das ações da SEMA. Isso ocorre, entre outros motivos, pela reduzida quantidade de pessoas que trabalham no local. Ressalta-se, nesse sentido, que a falta de recursos financeiros é um dos principais empecilhos para a contratação de funcionários suficientes para manter o espaço do Parque organizado e estruturado para visitas e também para a manutenção dos recursos naturais.

O Uso Público não é feito de maneira ordenada. Há inclusive diminuição da quantidade de visitantes em razão da falta de programações culturais, falta de segurança e de manutenção. Há necessidade de reaproximação entre a comunidade e a administração do Parque, com a instituição de novas entidades de gestão comunitária, como era o caso da associação que não está mais funcionando.

É necessário também que o poder público, na figura da SEMA e da Prefeitura Municipal de Ananindeua, providencie melhores condições de trabalho para os funcionários do Parque. Ademais, é fundamental que esses órgãos competentes deem continuidade ao trabalho da gestão para que se possa conduzir um trabalho de qualidade dentro da Unidade, representado por programas socioculturais de forma a inserir a comunidade.

Com relação ao uso público, percebeu-se que tem ocorrido de forma livre e espontânea. Também foi verificada sua diminuição em razão da falta de programações culturais, ausência de segurança e de manutenção.

Em contrapartida, a comunidade e os visitantes devem colaborar, zelando pela manutenção do Parque, e acompanhando o planejamento e ações do poder público.

Apesar dos problemas elencados, é evidente a vocação do Parque para o lazer dos moradores locais. Entretanto é necessário um planejamento eficiente, com ordenamento da alocação de recursos financeiros para atender, de forma satisfatória, todas as demandas de utilização da unidade e, principalmente, os objetivos estabelecidos no seu decreto de criação.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, M.C. O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, (UFPA), Belém, PA, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>> Acesso em: jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF, 2000.

COSTA, D. O. Parâmetros normativos para a gestão de parques urbanos do Distrito Federal. 2011.138f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Gestão Ambiental e Territorial) – Universidade de Brasília, 2011.

DENCKER, A. F. M. Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo. 4. Ed. São Paulo. Futura, 2000.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed, São Paulo, Atlas, 2008.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Planos de Manejo. Disponível em <[HTTP: //www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html](http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html)> Acesso em Janeiro de 2015

LEUZINGER, M. D. Uso Público em Unidades de Conservação. Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO, Rio de Janeiro, 1, 2010. Disponível em: < [http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso\\_publico\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_marcia\\_leuzinger.pdf](http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf) >. Acesso em: jan. 2015.

LOBODA, R. C.; ANGELIS, B. L. D. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. Revista *Ambiência*, Guarapuava, PR, v. 1, n. 1, pp. 125-139, jan./jun. 2005.

MARINHO, A. Lazer, Natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas-SP: Autores Associados, v. 22, n.2, jan, p149 - 150, 2001.

MINAYO, M. C. S. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M.C.S DESLANDES, S.F; GOMES, R. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Vozes, 2012. Cap. 1, p. 21.

Prefeitura Municipal de Ananindeua. Decreto n. 2.560, de 29 de março de 2012. Dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada “Museu Parque Seringal” e dá outras providências. Diário oficial [Município de Ananindeua], Ananindeua, PA, v. 1438, 09 abr. 2012, p. 6.

SOUSA, J. F. M. Lazer e Meio Ambiente em Ananindeua: as práticas de lazer no Museu Parque Seringal. 2013. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Em Educação Física) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2013.

TAKAHASHI, L. Y. Uso Público em Unidades de Conservação. Cadernos de Conservação. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 5, 2004.

# DO AUDIOVISUAL À VISITAÇÃO, UM CONVITE AOS PATRIMÔNIOS DE BELÉM: PALÁCIOS E PALACETES

*Carla Beatriz Campos Dias*<sup>1</sup>

*Silvio Lima Figueiredo*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A cidade de Belém possui inúmeros patrimônios materiais, imateriais, edificados, objetos, tombados e não tombados. São bens que fazem parte não somente do cenário que compõe o universo citadino da capital paraense, mas também são elementos que contam a história dessa cidade, geralmente uma história de classes. Com aspectos relacionados à preservação desses bens, eles muitas vezes não recebem o devido valor que merecem e acabam esquecidos, desvalorizados e até depredados.

O foco central deste trabalho é contribuir para a preservação e o conhecimento do patrimônio da cidade de Belém (Pará) a partir de produtos audiovisuais. A ideia é propor vídeos e materiais de internet para difusão do patrimônio. Para a produção desses vídeos, optou-se pelo desenvolvimento de um projeto de intervenção. Este, diferente de uma monografia ou artigo, além das discussões teóricas, acrescenta a possibilidade de execução de uma proposta ou de uma atividade. Para isso são pensados detalhes como a operacionalização do projeto, quais as etapas, quanto vai custar cada fase, em quanto tempo cada uma

---

<sup>1</sup> Bacharel em Comunicação Social (UFPA). Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer. Atuou no Projeto Academia Amazônia (UFPA).

<sup>2</sup> Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA), Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFRN). Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne. Pesquisado do CNPQ.



delas podem ser realizadas, entre outras particularidades. Antes, foi realizada pesquisa em fontes documentais; foram entrevistados agentes relacionados a esses patrimônios, e foram realizadas visitas às edificações a fim de levantar dados sobre cada uma delas e sobre as viabilidades da proposta de intervenção, com medições, registro de imagens, entre outras ações.

Para isso, o patrimônio edificado foi escolhido, notadamente certo tipo de patrimônio representado pelos chamados “palacetes”. Foram escolhidas cinco edificações: o Palácio Antônio Lemos (Palácio Azul), hoje Museu de Arte de Belém (MABE); o Palacete Bolonha; o Palacete José Júlio de Andrade; o Palacete Augusto Montenegro, hoje Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA); e o Palacete Virgílio Sampaio, local onde hoje funciona uma instituição privada de ensino superior. Optou-se por trazer à tona uma abordagem além da arquitetura, descobrindo fatores históricos, curiosidades, falando sobre refuncionalização etc.

Dos lugares escolhidos que atualmente têm função de museus, pretendeu-se a elaboração de roteiros, como reforço à preservação, mais detalhados para a produção dos vídeos, de modo que simulem a visita que normalmente é feita nos espaços, porém, com alguns adendos.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELÉM, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO**

De acordo com Koch (2004, p.188), palácio pode ser definido como uma arquitetura característica do período da Idade Média utilizada como “residência de imperadores, reis e bispos”. Os palacetes tinham a mesma função de moradia, porém sua arquitetura era menor e menos suntuosa. Belém, no final do século XVIII, começou a adquirir algumas características arquitetônicas e urbanísticas que a diferenciava de outras cidades amazônicas. Isso se dava pela monumentalidade dos prédios construídos: palácios, palacetes e igrejas começaram a ser erguidos a partir da influência de Portugal, no estilo neoclássico (DERENJI; DERENJI, 2009).

As residências particulares em forma de palacetes eram o maior símbolo de modernidade da riqueza da borracha. Em Belém, ainda

se encontram vários exemplares de residências conhecidos pelo nome da família, mas, apenas uma parte dessas residências era conhecida como palacetes. Mas, então, o que faz essas residências palacetes?

Nesse sentido, podemos perceber que essas residências se assemelhavam ao próprio conceito que lhes batizava: um diminutivo de palácio. Afinal, essas residências eram muito mais do que *simples* casas burguesas. Os palacetes eram as casas almejadas para enobrecer o projeto de modernização urbana de Belém, pois eram construídos com um altíssimo padrão de luxo (SOARES, 2008, p.149).

Soares (2008) explica ainda que quando os projetos das moradias da época não eram totalmente importados, eram ao menos inspirados nos europeus e as casas construídas na forma de palacetes não eram muitas na capital paraense, mas, “para a elite burguesa e para o Poder Público, a construção dessas casas era vista como um sinal de progresso na *Belém moderna*, expresso pela arte e arquitetura” (SOARES, 2008, p.102).

Moradias como palacetes eram geralmente de personalidades envolvidas com a política, comércio, advocacia e magistratura (SOARES, 2008) e por isso que:

Nos salões desses palacetes, muitas vezes eram decididos o futuro político e econômico do Município e do Estado, além de ser o “palco” do que havia de melhor na vida social paraense. Neles aconteciam suntuosos saraus, recitais, bailes, jantares, onde desfilavam a elegante moda parisiense e londrina, importadas com exclusividade pela elite belenense (LOBATO; ARRUDA; RAMOS, 2007, p.31).

Os espaços escolhidos para intervenção estão ligados à Belle Époque, período que na Europa foi caracterizado por inúmeras mudanças no modo de pensar e viver o cotidiano, influenciando em situações relacionadas às artes, à cultura em geral, na arquitetura e sendo considerada uma época focada na beleza e de desenvolvimento técnico, intelectual e social. Na Amazônia, ela aconteceu durante o apogeu da economia da borracha no final do século XIX e início do

século XX. Diante do auge da economia na Amazônia, as cidades da região foram alvo de um intenso “embelezamento” e também por uma forte higienização, não só a partir da retirada de materiais sólidos e dejetos das ruas, mas também pelo afastamento de pobres e mendigos para as áreas periféricas. Segundo Daou (2000, p.24), por onde a Belle Époque passou, houve intervenções urbanísticas que modernizaram ou renovaram as feições das cidades, expressando a realização dos anseios e do desejo das elites em se mostrarem progressistas e afinadas com o gosto europeu.

Todavia, esse cenário não passou dos primeiros anos do século XX e os glamourosos palácios e palacetes característicos da época foram se desgastando e o que antes se destacava pela beleza e desejo de posse, agora chama a atenção pelo abandono ou pela pouca valorização. Uns desapareceram, outros foram adquirindo novos usos e alguns deles existem até hoje e integram um cenário que os diferencia das demais edificações.

Reformar e manter esses espaços nos dias de hoje pode sair dispendioso, mas pode ser possível, desde que bem planejado; no entanto, é preciso haver interesse. Esse projeto de intervenção visa, justamente, chamar a atenção para essas construções que estão se perdendo com o tempo ou que têm uso atual adequado, mas escondem um passado que deve ser externalizado, assim ajudando a mantê-lo sempre vivo e contribuindo para a memória da cidade e de seus moradores, além de possibilidades de lazer para os moradores e turismo.

Em alguns momentos, quando se fala em turismo e lazer, as discussões acabam discorrendo de forma superficial, porque essas atividades não são vistas pelo senso comum como objetos de estudo que devem ser analisados com cuidado, a fim de obter-se resultados oriundos de pesquisas mais profundas. Existem espaços e edificações que são comuns de serem classificados como exclusivamente voltados para o turismo ou lazer. Aqui, considera-se que as práticas de lazer se relacionam a práticas cujos objetivos dizem respeito à diversão, descanso e outras práticas lúdico-educacionais não obrigatórias. O turismo é tratado como fenômeno e prática social cujo deslocamento

para lazer é fator importante. Essas práticas se dão, muitas vezes em espaços públicos destinados a isso, equipamentos públicos<sup>3</sup> ou mesmo em empreendimentos para tal (hotéis, parques etc.). Para Figueiredo e Nóbrega (2015), o turismo é uma prática:

(...) é processo e ação caracterizado por elemento estável permanente: a experiência provocada pelo deslocamento (e não qualquer deslocamento), pela *viagem*. A viagem é o elemento básico que compõe o turismo, e a experiência produzida pelas dimensões deslocamento tempo e espaço (FIGUEIREDO E NÓBREGA, 2015, p.13).

Tanto o turismo quanto a prática do lazer são importantes na vida moderna, e ganham importância, principalmente, no tempo livre que virou sinônimo de férias, folga ou qualquer outro momento oposto ao tempo de trabalho.

Nessa perspectiva, altera-se a concepção de tempo, que passa a ser interpretado como uma dualidade: tempo de trabalho e tempo livre. Passa-se, portanto, a prever um tempo destinado ao descanso e ao lazer. Esse tempo livre transformou-se ainda mais com o descanso semanal e as férias pagas. O turismo de massa é incentivado, já que o trabalhador tem a possibilidade de viajar nas férias (CORBIN, 2001 *apud* FIGUEIREDO, 2004, p.168).

Uma das formas contemporâneas de lazer e turismo se dá pela visitação a patrimônios culturais, edificados, transformados em espaços museais ou mesmo com atividades lúdicas e culturais para dar conta de um aprendizado histórico. Nesse sentido, as atividades com o público podem figurar dentro de atividades de educação patrimonial e de preservação e difusão das memórias ligadas a esses patrimônios.

<sup>3</sup> Bahia, a partir da análise do estudo de outros autores, trabalha a questão da existência de dois tipos de equipamentos de lazer, tanto públicos quanto privados, que são: os equipamentos específicos e os equipamentos não específicos, sendo os primeiros, equipamentos especialmente concebidos para a prática das várias atividades de lazer (ex.: praças, teatros, cinemas, centros culturais e esportivos, unidades de conservação, bosques etc.). Já os equipamentos não específicos são os não concebidos especificamente para essa função do lazer, mas que podem ser utilizados para tal (BAHIA, 2012).

O conceito “memória coletiva”, apresentado por Halbwach, foi muito importante para os estudos de memória social, pelo qual é possível explicar que a memória dos indivíduos é sempre coletiva, resultando de interações sociais, as quais podem ter sido vividas nos variados grupos que cada pessoa faz parte: família, religião, classe social. Para o autor, cada pessoa nunca está, de fato, sozinha, porque ela e as atitudes dela são resultado dessas interações e até as lembranças individuais não são de fato individuais, porque também são resultado de algum momento coletivo (HALBWACHS, 2012). O grande mérito do trabalho de Halbwachs, portanto, é mostrar que a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p.97).

Dessa forma, a educação patrimonial e as práticas lúdicas e culturais em patrimônios funcionam como reafirmadoras e articuladoras das memórias sociais coletivas, reativando, ou não, o pertencimento da população local e a sensibilização de visitantes turistas para compreensão da cultura de uma sociedade. As edificações são símbolos da identidade de uma cidade, de seus habitantes, e costumam conter traços do período que foram construídas. Elas guardam essa memória coletiva durante anos porque são produtos dela, enquanto os espaços existirem e forem preservados e enquanto houver documentos escritos e imagéticos sobre eles a história da cidade será preservada.

As construções não são apenas objetos, elas carregam marcas da história e cultura. Por meio dos patrimônios é possível conhecer um pouco da trajetória histórica de um povo e conseqüentemente estabelecer uma ligação com o local e saber mais sobre a cultura dele, porque “não há patrimônio, seja ele material ou imaterial, que não seja cultural” (CRUZ, 2012, p.95), visto que cultura é “uma condição de produção e reprodução da sociedade” (MENESES, 1996 *apud* CRUZ, 2012, p.95).

Há patrimônios que fazem parte das rotas turísticas, mas outros não são lembrados ou sequer são conhecidos pela própria população local: “a eleição de um patrimônio é sempre um processo socialmente seletivo” (LUCHIARI, 2005 *apud* CRUZ, 2012, p.95). Esse fator contribui para que a atividade turística fique limitada a oferecer o “óbvio”, não

havendo uma expansão de possibilidades do que se fazer e conhecer. Isso restringe, também, as opções de lazer dos habitantes, e, assim, as pessoas acabam “andando em círculos”, indo aos mesmos lugares sempre e não se permitindo ir além.

Todas as necessidades até aqui descritas, as lacunas observadas e as sugestões de melhorias propostas, são conteúdos que motivam as produções audiovisuais de um projeto de intervenção, que deseje trabalhar informações de modo a contribuir para a sensibilização e educação patrimoniais e para trazer informações básicas à população e aos visitantes da capital paraense sobre todos esses aspectos.

Além de o acesso e variabilidade dos aparelhos de captura e edição de imagens em movimento terem aumentado, soma-se a isso o fato de terem sido criados diversos depositários imagéticos na rede de computadores, a internet, a qual possibilita não só que o usuário insira nela um vídeo produzido por ele, como também possa assistir a milhares de outros produzidos por conhecidos e por pessoas anônimas de todo o mundo, sobre qualquer assunto, de qualquer lugar que ofereça uma conexão *on-line*.

Diante da grandeza e da diversidade que essa linguagem audiovisual adquiriu, acredita-se que os vídeos propostos aqui podem atuar de forma rápida, clara, aprofundada, detalhada e sem deixar de ser interessantes, como porta vozes de informações acerca do passado que deve ser cultivado. Ao mesmo tempo, eles contribuem para a preservação da memória dos patrimônios e preservação da memória individual e coletiva das pessoas ligadas a eles, da cidade de Belém e de seus habitantes e do período da Belle Époque.

O objetivo dos vídeos seria instigar a vontade de o indivíduo conferir *in loco* o que lhe foi apresentado na tela e assim possa ter suas conclusões e impressões, já que nenhum visitante, seja ele morador ou turista, tem o mesmo olhar sobre as coisas:

(...) não existe um olhar único do turista; seu olhar varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença. (...) há vários tipos de

olhares de turistas, não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas (URRY, 1996 *apud* FIGUEIREDO, 2004, p. 176).

Assim como cada habitante ou turista têm olhares diferentes sobre o que veem, eles também possuem interpretações diferentes acerca de um espaço visitado, pois cada lugar tem características físicas, históricas, sociais e simbólicas que podem ser recebidas pelo usuário e observador de formas divergentes. Somam-se a isso, as vivências particulares de cada um, as quais produzem memórias individuais que contribuem para o resultado dessas interpretações. Para que essas impressões possam existir, é necessário que além de uma visita virtual, por mais detalhada que seja<sup>4</sup>, o espaço seja conhecido presencialmente, porque nada substitui esse contato *in loco*. Figueiredo (2008 *apud* FIGUEIREDO et al., 2011, p.360) afirma que: “A visita envolve a relação física entre o patrimônio e o público e se concretiza com o contato direto, real e não potencial ou virtual, embora este último exista”<sup>5</sup>.

Para que sejam provocadas sensações e haja a interpretação do patrimônio pelos indivíduos sobre um lugar visitado, algumas estratégias são desenvolvidas, como o que Figueiredo et al. (2011) chamam de “direção dos fluxos de visita”<sup>6</sup>, que consiste no planejamento de uma espécie de roteiro de visita<sup>7</sup> dentro do patrimônio ou atrativo, com o intuito de transmitir a informação sobre eles de modo que possam ser admirados, mas sem que haja danos ao espaço e suas estruturas. Os autores falam ainda que as interpretações podem surgir como resultado de um contato não necessariamente físico, mas visual, por meio da observação e contemplação da paisagem e das atrações. Ou

---

<sup>4</sup> Aqui incluídas também as produções audiovisuais propostas no projeto de intervenção, visto que também são visitas não presenciais.

<sup>5</sup> La visita implica la relación física entre el patrimonio y el público y se concreta en el contacto directo, real y no potencial o virtual, aunque este último exista.

<sup>6</sup> Dirección de los flujos de visitas.

<sup>7</sup> Ao serem elaborados os fluxos de visitas é importante perceber que as primeiras interpretações do patrimônio ou atrativo turístico vêm dos que os planejam, visto que as direções sugeridas por eles durante os percursos nos locais objetivam induzir os visitantes a perceberem o espaço pelo modo como eles (planejadores) perceberam.

pelas sensações causadas por outros sentidos como o olfato e a audição, quando possível, os quais são cuidadosamente planejados para esses fins. Também são escolhidas as estruturas e os objetos que devem ser observados, onde e como eles são posicionados etc.

Outra discussão que se torna necessária aqui é a questão da difusão do patrimônio, pois há a necessidade de o patrimônio ser visitado, visto e interpretado, e para haver essa difusão, são necessárias diversas estratégias como, por exemplo, as relacionadas aos mecanismos comunicacionais, que divulgam a existência do patrimônio e a possibilidade de visitação, explicando detalhes sobre o que ele possui, o que ele traz de interessante, o que pode ser visto, tudo isso com o objetivo de atrair públicos e assim possam ter suas interpretações e tirar suas próprias conclusões.

Essa difusão pode acontecer por diversos métodos em que haja a interação entre pessoas, seja pelo tradicional “boca-a-boca” ou por panfletos, comerciais, com o uso de *sites* e pelas redes sociais, sempre procurando utilizar uma linguagem acessível e dinamismo quando possível. A realização de eventos, concursos e festas também é algo a se praticar, mas sempre prestando atenção no possível público-alvo: “Para um programa de difusão ser bem estruturado é imprescindível que se conheça o público que se pretende conquistar, ou seja, seus prováveis usuários” (PORTELLA, 2012, p.15).

Há difusão também quando se propõem produções audiovisuais que, quando prontas, não ficam estagnadas, com o material sendo disseminado por meio da internet, visto que:

Atualmente, a internet é fonte inesgotável de informações. Para tudo (ou quase tudo) que fazemos é a ela que recorremos: horário das sessões de cinema, trajeto mais curto para uma viagem, passagens aéreas, destinos turísticos, artigos acadêmicos, receitas, previsão do tempo, sinopse das novelas, curiosidade sobre artistas, entre outros. Quero dizer com isso, que a internet pode ecoar potencialmente a Socialização do Patrimônio, porque os públicos que a acessam são os mais variados possíveis (...) (MANZATO, 2013, p.166).



Assim, tomam lugar aqui discussões acerca da socialização do patrimônio. Além da citada internet, ela também pode estar presente em outros lugares e situações que sejam resultado de interações sociais, assim como ocorre com a difusão do patrimônio trabalhada anteriormente. Figueiredo et al. afirmam que a principal razão de existência do patrimônio é “ser importante para a sociedade que o produz e/ou que lhe dá um significado especial”<sup>8</sup> (2011, p.366). Sendo assim, nota-se como sociedade e patrimônio estão diretamente ligados.

A partir do momento que o patrimônio contribui para a preservação e disseminação da memória a ele relacionada ou ao povo o qual representa, pode-se afirmar que neste caso também ocorre a socialização do patrimônio, visto que a memória também é resultado de interações sociais.

Outro exemplo é quando há o compartilhamento de informações e essa “socialização” toma o sentido de aprendizado e educação, como em casos em que o patrimônio expõe objetos que trazem elementos que falam por si só. “Em muitos estudos a interpretação é entendida como a transmissão de informação sobre a unidade aos visitantes com o objetivo de criar consciência e chamar a atenção sobre determinados aspectos e características da unidade ou atração visitada”<sup>9</sup> (FIGUEIREDO et al., 2011, p.367). Ou então quando os mediadores, monitores ou estudiosos repassam aos demais um pouco de seu conhecimento acerca do local e das informações pertencentes a ele.

## O PROJETO

### *Objetivos*

O projeto de intervenção “Do audiovisual à visitação, um convite aos patrimônios de Belém: palácios e palacetes” traz como objetivos principais chamar a atenção para os espaços que estão abandonados e

---

<sup>8</sup> Ser importante para la sociedad que lo produce y/o que le da un significado especial.

<sup>9</sup> En muchos estudios la interpretación es entendida como la transmisión de información sobre la unidad a los visitantes con el objetivo de crear conciencia y llamar la atención sobre determinados aspectos y características de la unidad o atracción visitada.

assim estimular a preservação, ampliando a possibilidade de visitação para além da fachada; e também estimular a visitação tanto da população local quanto de turistas, dos espaços que já possuem tais funções ou que são abertos e permitem essa prática.

Para isso, o projeto se apoia em alguns objetivos mais específicos como: a produção de vídeos de curta duração contando, de forma seriada, a história, trajetória, curiosidades, mostrando detalhes dos patrimônios trabalhados; criar um depósito dos vídeos em plataformas virtuais disponibilizando os mesmos para o acesso não somente dos habitantes da cidade de Belém e do estado do Pará, mas também aos demais interessados, possíveis visitantes da cidade, para pesquisas e uso das imagens para fins de preservação ou outro similar; dar visibilidade aos patrimônios, ampliando, a possibilidade de atrativos a se visitar na capital paraense, oferecendo uma variabilidade nas opções de espaço de turismo e lazer; contribuir para diversificação e aumento do público interessado por visitar palácios e palacetes; oferecer aos visitantes informações prévias dos patrimônios que pretendem visitar; contribuir para despertar nos habitantes da cidade o sentimento de pertencimento sobre os patrimônios visitados e sobre a história que eles carregam; gerar empregos para profissionais envolvidos com a atividade turística, nos patrimônios enfatizados (guias de turismo, turismólogos, museólogos, historiadores etc.); os vídeos serão meios de contribuir para a disseminação de informações do passado, para educar a população sobre a questão patrimonial, assim aumentando a possibilidade de valorização e preservação de uma memória coletiva patrimonial.

### *Justificativa*

O projeto se apresenta como uma forma mais lúdica e contemporânea de levar a informação, ou seja, por meio de vídeos, disponibilizando uma alternativa mais dinâmica para se obter o conteúdo. Além dos estudantes, os resultados também acabam atingindo os interessados em geral e de variadas faixas-etárias.

Na cidade de Belém, os moradores e visitantes, geralmente, acabam frequentando os mesmos lugares para praticar turismo e lazer<sup>10</sup>, prova disso é que se observou, por exemplo, em *sites* de viagens e em panfletos de agências de turismo que as opções para essas atividades não variam, assim como nos jornais impressos e na TV são noticiados esses mesmos lugares. Quando há ações de restauro e revitalização realizadas pelo Estado, acaba ocorrendo a mesma situação, o foco acaba sendo para esses lugares.

Diante disso, optou-se por fazer um projeto com uma abordagem mais detalhada dos cinco espaços aqui abordados e para que se possa melhor conhecê-los, informando o potencial turístico que possuem, trabalhando o sentido de pertencimento à população e estimulando a preservação de uma memória muitas vezes, contraditoriamente, esquecida. Seria também um meio de abordar leis e políticas públicas de forma clara e didática não só expondo ou informando os problemas, mas também contribuindo para educar a sociedade e orientá-la sobre quais as formas de resolvê-los. Assim, a própria população poderia contribuir para a preservação dos patrimônios, bem como poderia cobrar dos órgãos responsáveis as melhorias e cuidados que eles precisam e porventura possam não estar tendo.

### ***Metodologia***

Foi realizado um levantamento de quais patrimônios são tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/Federal), pela Secretaria de Cultura do Pará (Secult/Estadual) e pela Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel/Municipal). Para reduzir o número de bens tombados a se pesquisar, foi preciso eliminar

---

<sup>10</sup> Existem pequenas ações que contribuem para mudar esse cenário, a exemplo do projeto da UFPA intitulado Roteiros Geoturísticos, que é coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Goretti Tavares, geralmente acontece de quinze em quinze dias e possui alguns roteiros pré estabelecidos, conta com a participação de variadas pessoas (moradores ou não) que caminham por diversas ruas pouco exploradas da capital paraense, sempre na presença da polícia turística e de professores e alunos bolsistas do projeto, os quais, durante o trajeto, explicam sobre edificações, monumentos e fatos históricos.

alguns dos itens das listas analisadas visto que, ao se trabalhar com um número menor de patrimônios, é possível dar maior atenção e abordar mais informações de cada um, isoladamente. Após o corte, chegou-se aos palácios e palacetes aqui discriminados: o Palácio Antônio Lemos (Palácio Azul), hoje Museu de Arte de Belém (MABE); o Palacete Bolonha; o Palacete José Júlio de Andrade; o Palacete Augusto Montenegro, hoje Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA); e o Palacete Virgílio Sampaio, local onde hoje funciona um instituto de ensino superior. No quadro a seguir são mostradas algumas características principais de cada um deles.

Quadro 1 – Palácios e Palacetes de Belém

Palácio/ Palacete	Ano de construção	Ano de tomo	Função inicial	Uso atual	Curiosidades	Fonte
<b>Palácio Antônio Lemos</b> ou Palácio Azul (Bairro: Cidade Velha)	1860	1942 (restaurado em 1992 e adaptado em 1994 pela Fumbel)	Sede da intendência Municipal	Gabinete da prefeitura, Coordenação de Comunicação Social (Comus) e Museu de Arte de Belém	Outros nomes: Paço Municipal ou Palacete Provincial. Em 1953, recebeu nome de Antônio Lemos. Lemos foi expulso da cidade em 1912. Já abrigou o Tribunal de Relação, a Junta Comercial, o Conselho Municipal e a Câmara dos Deputados.	Blog do Museu de Arte de Belém/ <i>Site</i> da Prefeitura de Belém/ (SARGES, 2010)/ (BRITTO, 2009)
<b>Palacete Bolonha</b> (Av. Gov. José Malcher)	Entre 1905 e 1908	02/07/1982 pelo DPAC	Residência da Família Bolonha	Reforma/ Museu?	Foi construído por Francisco Bolonha para sua esposa. Com a morte de Bolonha (1938), o Palacete foi a leilão no mesmo ano. O prédio foi adquirido por Armando Chermont e as peças do mobiliário por diversos compradores da cidade e do país. Após isso, a propriedade passou pelas mãos de Enéas Lalor Barbosa e Antônio Supresto Fonseca.	LOBATO; ARRUDA; RAMOS (2007)

<p><b>Palacete José Júlio de Andrade</b> ou Palacete Bibi Costa ou Castelhinho</p>	<p>1904 Inaugurado em 1906.</p>	<p>Tombado pela Secult</p>	<p>Receber o então presidente da república Affonso Penna e sua comitivaque estavam conhecendo as capitais do Brasil.</p>	<p>Atualmente abriga a Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR), órgão correspondente ao extinto DNPVN.</p>	<p>Há boatos de que o local é “mal assombrado” e pessoas terem visto manifestações sobrenaturais, escutado barulhos de correntes arrastando pelo chão, gritos repentinos, vultos e vozes. Houve um incêndio em 2001 e alguns traços da edificação foram perdidos. Ao longo dos anos, o prédio foi moradia de outras pessoas e depois foi utilizado para sediar alguns órgãos públicos, como: Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), Secretaria de Planejamento do Estado do Pará (SEPLAN)</p>	<p>Blog Marcos do Tempo/ <i>Site da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR</i></p>
<p><b>Palacete Augusto Montenegro</b> ou Palacete Montenegro</p>	<p>1903</p>	<p>2002 pelo DPAC</p>	<p>De 1903 a 1909 foi moradia e espaço de trabalho do governador Augusto Montenegro</p>	<p>Em 1984 foi instalado o Museu da UFPA.</p>	<p>Entre 1948 e 1950 a família que ocupava o prédio comprou seis residências e as demoliu para construir um jardim. De 1910 a 1965 foi residência de famílias abastadas. Na década de 1960, a residência foi comprada pela UFPA e reformada para ser sede da Reitoria.</p>	<p><i>Site do Museu da Universidade Federal do Pará/ (BRITTO, 2014).</i></p>

<p><b>Palacete Senador Virgílio Sampaio</b> (Av. Gov. José Malcher, n.�1148, esquina da Tv. Generalíssimo Deodoro)</p>	<p>Começo de 1900</p>		<p>Moradia do Senador Sampaio.</p>	<p>Desde 2014 � sede da Universidade Estácio de S�, mas a institui�o não funciona integralmente dentro do Palacete.</p>	<p>Apesar de o palacete ter sido construido para servir de moradia do senador Virgílio da Bohemia Sampaio, encontrou-se outra nomenclatura direcionada � edifica�o: Palacete do Dr. Alfredo Souza. Na década de 1970, foi ocupado por dependências administrativas da UFPA/ Em 2000 passou a ser a sede do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, o IESAM.</p>	<p>Portal Estácio/ (MOURA, 2008)/ (BRAGA, 1916)/ (CRUZ, 1971)</p>
--	-----------------------	--	------------------------------------	---	--	---

Fonte: Dias (2015).

### ***Produ o/Roteiros/ Finaliza o/ Divulga o***

O processo de produ o deve iniciar pelo levantamento de mais informa es sobre os espaços da interven o, buscando fotos antigas, analisando trabalhos acadêmicos, realizando pesquisa bibliográfica, em documentos, conversando com moradores antigos, trabalhadores do entorno e quaisquer personagens que possam estar envolvidos de alguma forma com as edifica es.   preciso identificar quais as dificuldades e facilidades para a realiza o das filmagens.

Os roteiros dos vídeos de todas as edifica es ter o algumas peculiaridades, destacando pontos e curiosidades de cada um em particular, mas todos eles basicamente deverão: Ser pensados para a produ o de vídeos seriados de até cinco minutos, sendo cada um com uma temática diferente; ter formato de documentário, mesclando depoimentos de professores, pesquisadores e personagens, com narra es (offs), imagens est ticas e em movimento; dar destaque   pessoa que d  nome   edifica o, detalhando uma biografia sobre ela, seus feitos e sua importância   cidade de Belém; começar a apresenta o do espaço pela fachada e dizer para que foi construido e qual fun o atual; seguir uma

apresentação com uma imagem subjetiva<sup>11</sup> e ir caminhando por todos os cômodos, olhando detalhes de cima a baixo/ falar de medidas, quando possível, da arquitetura e dos estilos trabalhados na edificação; citar os materiais utilizados em compartimentos específicos e caso tenham sido importados, de onde o foram; falar dos problemas atuais pelos quais passam cada edificação, tais como infiltrações, falta de pintura, mato nas paredes, ferrugem e explicar porque não houve reparos.

A internet é uma ferramenta de comunicação muito utilizada e presente na vida da maioria das pessoas. Diante disso, optou-se pelo uso da Rede como forma de transmissão de conteúdo e, para isso, se faz necessária a criação de um *site*<sup>12</sup> para arquivar todo o material coletado e produzido sobre as edificações aqui trabalhadas, assim como os que futuramente possam integrar o projeto, já que os escolhidos aqui não são os únicos existentes. Além de guardar esses dados, o *site* seria uma ponte para que os interessados em conhecer os espaços os visitem de forma virtual e assim sejam cativados para fazê-lo de forma presencial. Por isso, seria inserido no *site* um espaço para agendamento de visitas para grupos pequenos ou maiores, o qual seria, antecipadamente, organizado com as entidades que administram os prédios, assim como os horários e dias esquematizados dependeriam dessa disponibilidade acordada previamente. As visitas seriam realizadas em parceria com o curso de turismo da UFPA e o visitante teria opção de escolher quais lugares gostaria de visitar.

É necessário criar uma conta no *site* de vídeos *youtube*<sup>13</sup> para que todos os vídeos produzidos possam ficar arquivados *on-line* e seja possível a visualização deles de qualquer lugar onde haja um aparelho

---

<sup>11</sup> Quando a câmera simula o olhar de uma pessoa.

<sup>12</sup> Sugere-se que esse portal de visitas receba o nome “conhecendo palacetes de Belém” e seja criado com o apoio da UFPA, registrado pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e tenha o *layout* todo desenvolvido pelo Projeto Academia Amazônia, da mesma instituição federal. O endereço eletrônico tem três possibilidades, podendo ser: <http://www.ufpa.br/conhecendopalacetesdebelem>; <http://www.conhecendopalacetesdebelem.ufpa.br> ou <http://www.conhecendopalacetesdebelem.com>.

<sup>13</sup> <http://www.youtube.com>.

com conexão com internet e que seja apto para a exibição de vídeos. No *site*, deve haver um atalho para essa conta do *youtube*.

Uma conta também deve ser criada na rede social *Facebook*<sup>14</sup>, para poder desenvolver uma *fanpage*<sup>15</sup>, a qual será uma das formas de divulgação do *site* e de seu conteúdo, tanto o textual quanto o audiovisual<sup>16</sup>. Na *fanpage*, também poderão ser colocados vídeos feitos pelas pessoas que visitaram os espaços, contendo depoimentos sobre as expectativas e impressões da visita, o que aprenderam, o que encontraram de interessante, pois estas informações também contribuirão para a divulgação do *site*, já que o vídeo poderá ser compartilhado entre amigos que se interessarão em ir até os locais.

Além da página do projeto, sugere-se uma parceria com outros dois projetos da UFPA, os quais também funcionam de forma virtual e contribuiriam como outras opções para divulgação; são eles o UFPA2.0<sup>17</sup> e o Academia Amazônia<sup>18</sup>. Ambos os projetos possuem *fanpages* no *Facebook*<sup>19</sup>, canais de vídeos *on-line*<sup>20</sup> e seus *sites*<sup>21</sup>. O projeto será desenvolvido em seis meses.

---

<sup>14</sup> <http://www.facebook.com>.

<sup>15</sup> Página virtual que pode ser criada dentro do *Facebook* usada para divulgação de empresas, produtos variados e assuntos em geral. Sugere-se o nome “Conhecendo os palacetes de Belém, em busca da preservação”.

<sup>16</sup> Os textos e vídeos da *fanpage* devem ser diferentes dos do *site*, porque se o internauta ver no *Facebook* um texto que já tem no *site*, não voltará mais ao *site* e se contentará com a rede social como fonte de informação.

<sup>17</sup> Projeto em funcionamento desde 2012, sob a coordenação do professor Flávio Nassar, que tem como objetivo principal montar uma rede interativa que armazene e divulgue as produções acadêmicas da UFPA a partir das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Para isso, o projeto visa englobar as mais diversas produções, do artístico ao científico, provenientes dos projetos de pesquisa, extensão ou das salas de aula, tanto da graduação como da pós-graduação (Fonte: <https://ufpadoisponzero.wordpress.com/o-projeto/>).

<sup>18</sup> Com mais de 20 anos de existência, é um projeto da Universidade Federal do Pará de cunho jornalístico voltado para a divulgação científica realizada por meio de material audiovisual, abrangendo a produção de matérias, documentários, vinhetas, entre outros materiais similares.

<sup>19</sup> Endereços: [www.facebook.com/ufpa2pontozero](http://www.facebook.com/ufpa2pontozero) e [www.facebook.com/academiaamazoniaufpa](http://www.facebook.com/academiaamazoniaufpa).

<sup>20</sup> Endereços: [www.youtube.com/UFPA20](http://www.youtube.com/UFPA20) e [www.youtube.com/AcademiaAmazonia](http://www.youtube.com/AcademiaAmazonia).

<sup>21</sup> Endereços: <http://ufpadoisponzero.wordpress.com> e [www.academiaamazoniaufpa.com](http://www.academiaamazoniaufpa.com).



## **AValiação DOS RESULTADOS/ CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Findadas as produções dos vídeos e após a divulgação deles à sociedade, é interessante que seja feita uma avaliação para averiguar se os objetivos esperados foram alcançados e também para tomar nota de quais outros foram obtidos. Também é interessante que se observe quaisquer reclamações que possam existir, bem como sugestões a fim de melhorar o processo.

Esses resultados podem ser avaliados de forma presencial e virtual, por exemplo, por meio da realização de pesquisas com visitantes dos locais, perguntando de que forma tomaram ciência da possibilidade de visitação dos espaços, se já tinham conhecimento da existência deles, se já o tinham visitado antes ou se seria a primeira vez, se porventura conheciam os vídeos feitos para o projeto, o *site* e os outros endereços virtuais aqui citados e por fim pedir sugestões de melhorias para todo o processo, caso tenham sentido falta de algo. As mesmas pesquisas se estenderiam aos internautas nas redes sociais, com o uso de questionários virtuais e no *site* com uma seção do tipo “fórum de discussões”, que poderia ser criada.

Além desse contato direto com o público, ainda é importante que se faça a medição de ações mais concretas ligadas a fatores político-burocráticos, atentando à criação de leis que beneficiem os espaços ligados ao projeto, que atuem para a realização das reformas dos mesmos e a criação de possíveis parcerias com órgãos interessados em colaborar para a melhoria das edificações, tendo como foco o setor turístico-cultural e a atividade de lazer nos espaços.

Sendo a UFPA uma instituição pública federal, a qual deve ter uma relação direta com a sociedade por meio da prestação de serviços de seus órgãos e setores internos, bem como de seus projetos de extensão, é importante que haja uma divulgação do que é feito lá dentro, de como é feito e até onde e como a sociedade deve participar dessa produção e prestação de serviços. Mais interessante é notar como se faz necessária não somente uma relação Universidade x Sociedade, mas uma relação

dentro da própria universidade, agregando várias áreas e projetos de pesquisa e de estudo para um bem comum, descobrindo, aprimorando ou obtendo novos resultados em benefício de todos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P. N. SANTOS, M. S. dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, dezembro, 2007. p. 95-111.

BAHIA, M. C. *O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará*. 2012.

BRAGA, T. *Guia do estado do Pará*. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré. 1916.

BRITTO, R. M. de. *A invenção do Patrimônio Histórico Musealizado no bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994-2008*. 2009. 148f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BRITTO, R. M. de; SILVEIRA, F. L. A. *Antropologia da Arquitetura Musealizada: Paisagem Museológica e as Paisagens Vernaculares da ‘esquina’ do bairro de Nazaré, em Belém*. In: Seminário Internacional de Museografia e Museologia, 2014, Rio de Janeiro. *Museografia e Arquitetura de Museus*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014. v. 01. p. 2-15.

CRUZ, E. *As Edificações de Belém: 1783-1911*. Belém: Conselho estadual de cultura. 1971.

CRUZ, R. de C. A. da. “Patrimonização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *Revista GEOUSP: Espaço e tempo*. São Paulo. 2012, p.95-104.n.31, 2012.

DAOU, A. M. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

DERENJI, J. da S. DERENJI, J. *Igrejas, Palácios e Palacetes de Belém*. Ed. Iphan: 2009

DIAS, C. *Audiovisual e visitação nos patrimônios de Belém: palácios e palacetes*. Belém, NAEA/UFPA, 2015.

FIGUEIREDO, S. L. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*. 2004, v. 7, n. 1, Jun. 2004. p. 155-188.

FIGUEIREDO, Silvio. et al. Planificación y Gestión de las Visitas al Patrimonio Natural y Cultural y a los Atractivos Turísticos. *Estudios y Perspectivas em Turismo*. [on-line]. 2011, v. 21, n. 02, out. 2011. p. 355-371.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2012.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. Rio de Janeiro: Editora Senac. 2013.

KOCH, W. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. 3ª edição – São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

LOBATO, C. C. de Q.; ARRUDA, E. S.; RAMOS, A. H. G. *Palacete Bolonha: uma promessa de amor*. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2007.

MANZATO, F. *Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas*. 2013. 193f. Tese de Doutorado em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2013.

MOURA, D. de. *A República paraense em Festa (1890-1911)*. 2008. 124f. Dissertação do Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia da UFPA, 2008.

PORTELLA, V. P. de. *Difusão virtual do patrimônio documental do arquivo público do estado do Rio Grande do Sul*. 2012. 116f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, área de concentração em Patrimônio Documental, 2012.

SARGES, M. de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu. 2010.

SOARES, K. G. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*. 2008. 247f. Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2008.

Sites consultados:

Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR. Disponível em: <http://www.ahimor.gov.br/portal/palacete-bibi-costa>. Acesso em abril de 2015.

Blog Marcos do Tempo. Disponível em: <http://marcosdotempo.blogspot.com.br>. Acesso em abril de 2015.

Blog do Museu de Arte de Belém. Disponível em: <http://mabelem.blogspot.com.br>. Acesso em 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 2014.

Museu da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <http://www.ufpa.br/museufpa>. Acesso em 2014.

Portal Estácio. Disponível em: <http://portal.estacio.br/unidades/faculdade-estacio-de-belem---estacio-belem/sobre-a-instituicao>. Acesso em junho/2015.

Prefeitura de Belém. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em 2014.

Projeto UFPA2.0. Disponível em: <http://ufpadoisponzero.wordpress.com/o-projeto>. Acesso em junho/2015

Secretaria de Estado e Cultura do Pará (Secult). Disponível em: <http://www.secult.pa.gov.br>. Acesso em maio/2014.



# CENTRO DE ARTESANATO E CULTURA DO MIRITI DE ABAETETUBA-PA: DINÂMICAS DE USO

*Eleonai dos Santos Pinheiro<sup>1</sup>*

*Mirleide Chaar Bahia<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o lazer é um direito social presente na Constituição Brasileira de 1988 e assume um lugar importante na vida das pessoas, na perspectiva de uma busca de melhor qualidade de vida.

Situar o lazer no mundo contemporâneo significa tentar compreendê-lo no contexto histórico, político, econômico, social e cultural da sociedade, identificando mudanças, reconhecendo diversidades e desvelando desigualdades. Desta forma, a compreensão do lazer deve expressar a síntese das múltiplas configurações de sociedades, instituída pela dinâmica da economia, da política e da cultura, entendendo-o como um fenômeno em permanente transformação (BAHIA, 2012).

Porém, são diversas as ressalvas sobre sua real efetivação na maioria das cidades brasileiras, pois, seja nas grandes cidades ou nas cidades interioranas, há o crescimento de um lazer cada vez mais mercadológico, muito propagado pelos meios de comunicação de massa, sob a regência da indústria cultural, a qual vincula apenas o lazer voltado para a diversão e o entretenimento, e enfoca de forma maciça que o melhor lazer é aquele que o cidadão pode pagar, ou seja, o lazer mercadoria.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Educação Física – UFPA e pós-graduado em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer- FIPAM/NAEA. Abaetetuba-Pa. E-mail: eleonai.esp@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade; Professora/Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA - Campus Belém) e da Faculdade de Educação Física (FEF - Campus Castanhal) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

Isso ocorre, em parte, por falta de Políticas Públicas efetivas, voltadas para a construção e manutenção de uma política de lazer e, mais especificamente, à deficiência de espaços e equipamentos de lazer na cidade para uma maior vivência pela população de modo geral, principalmente as pessoas de menor poder aquisitivo.

Quando se pensa em planejar as políticas públicas de lazer na cidade, torna-se fundamental que se leve em consideração que estas sejam trabalhadas em momentos contínuos e assim a população possa dispor de equipamentos e espaços que propiciem melhores possibilidades de lazer, com vistas a democratizar o lazer e os espaços urbanos, resultando numa cidade de todos e para todos.

Este artigo é resultado da monografia de especialização em planejamento e gestão pública do turismo e do lazer, intitulada “Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba: dinâmicas de uso”. A pesquisa foi realizada em Abaetetuba-PA, situada a 90 km de Belém-PA, em linha reta, na zona fisiográfica Guajarina, à margem direita da foz do Rio Tocantins, tendo como municípios limítrofes: Barcarena, Moju e Igarapé-Miri. A população do município é de 141.100 habitantes e a extensão territorial é de 1.610, 4 Km<sup>2</sup>, sendo considerado um dos menores municípios do Pará (IBGE, 2010).

Meus objetivos de pesquisa sobre Abaetetuba, neste trabalho O Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba, localizado na Rua Getúlio Vargas, no bairro centro, se concretiza por vários motivos. O primeiro deles é a relação familiar: meu pai é artesão e sempre que tem tempo livre confecciona brinquedos de miriti de todos tamanhos e formas; esta atividade é para ele um passatempo. O Segundo é por acreditar que essa arte pode e deve ser mais valorizada, pois o brinquedo de miriti já tem uma identidade é um símbolo do Círio de Nazaré de Belém do Pará. E o terceiro é que, como Abaetetubense, conheço pessoas que não sabem ou que nunca foram ao Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba-PA.

Além dos motivos já supracitados, a escolha desse espaço se deu por já ter realizado uma pesquisa no ano de 2012, intitulada “As vivências

de lazer nos espaços e equipamentos de Abaetetuba-PA”. Tal espaço foi identificado como importante para a prática de lazer e turismo da cidade, por ter sido criado, a princípio, para fomentar a cultura do artesanato de miriti de Abaetetuba, sendo, portanto, um local em que os artesãos podem expor suas artes e transmitir seus conhecimentos e gerar renda para o município.

Porém, os resultados da pesquisa de 2012 mostraram que existe uma falta de planejamento de atividades que possibilitem maiores vivências de lazer e geração de renda naquele local, pois o que se tem é somente a venda do brinquedo de miriti. Tal espaço poderia ser mais utilizado, com atividades de oficinas de miriti, apresentações teatrais, atrações musicais, vendas de comidas típicas, tanto no período diurno, como no noturno (PINHEIRO, 2012).

Partindo-se desse cenário, o objetivo da monografia de especialização foi compreender como se dá a dinâmica de uso do Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba pelos agentes (população, artesãos e poder público). Os objetivos específicos desta são: verificar os aspectos históricos da criação do Centro de Artesanato; identificar a importância do Centro de Artesanato, na perspectiva da população artesãos e poder público; identificar também quem são as pessoas que frequentam o Centro de Artesanato e quais os usos deste local; analisar quais as ações que o poder público utiliza para dinamizar o espaço.

O estudo foi de caráter descritivo analítico, com uma abordagem qualitativa. Para consolidar tal objetivo, foram realizados levantamentos de pesquisas sobre a temática do lazer em periódicos, livros, revistas, *sites*, entre outros.

Também foram analisados o Plano Diretor (2006) e a lei Orgânica do Município de Abaetetuba (1990), para compreender quais são os critérios para o desenvolvimento dos espaços públicos e da política de lazer do município.

Foram entrevistados os principais agentes do espaço pesquisado (poder público, artesãos e cidadãos), e realizadas visitas e observações no centro de artesanato e cultura do miriti, na busca de dados para uma melhor análise.



## ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PLANEJAMENTO URBANO E DO LAZER

O planejamento urbano deve estar voltado para aumentar as opções de lazer da cidade. É de fundamental importância que se tenha uma cidade mais democrática, e para isso se faz necessário um trabalho mais aprofundado, focalizado e debatido com os principais usuários da cidade, para, assim, aumentar o sentimento de pertencimento do local, com participação e protagonismo social.

A política pública urbana deve, acima de tudo, democratizar o lugar, na perspectiva de criar ou de reorganizar os espaços de lazer existente na cidade, haja vista que é fundamental que a população tenha opções de lazer, seja nas áreas centrais ou periféricas da cidade.

A palavra lazer está cada vez mais presente no senso comum e cresce o número de revistas, jornais e canais de TV que abordam essa temática. Porém, em sua maioria, o foco está voltado para o entretenimento e como uma das possibilidades econômica do século (MELO; JUNIOR, 2003).

O lazer na contemporaneidade é resultado, principalmente, do modelo de produção fabril, em que o tempo de vida diário passou a ser marcado pela intensa jornada de trabalho, não havendo férias, aposentadoria, entre outros direitos não garantidos na época. É nesse ambiente que surgem as bases do lazer, que perduram até hoje.

Assim, começam a compreender o lazer como um auxiliar na propagação de valores e ideias que vão ajudar na manutenção do sistema vigente, de maneira direta e indireta, transformando o lazer em caráter funcionalista, gerando uma indústria do lazer e entretenimento, aperfeiçoada a partir dos meios de comunicação de massa.

O conceito básico de lazer adotado neste estudo tem que ele está intimamente atrelado à cultura do vivido, considerando-se que cada povo produz sua cultura, ou seja, seus valores, normas e hábitos para viverem em harmonia.

Para este trabalho, a definição de lazer corrobora com as reflexões de Gomes (2008), que diz que:

O lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorre em um tempo/espço específico. [...] uma dimensão da cultura constituída por meio das mais variadas vivencias lúdicas de manifestações culturais em um tempo/espço, conquistado pelo sujeito ou grupo social estabelece relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2008, p. 125).

O lazer como necessidade de consumo é impulsionado pela globalização e esta possui uma ferramenta primordial que são os meios de comunicação de massa, principalmente a *internet*, a TV, o rádio, os jornais, entre outros, os quais difundem o novo estilo de vida. Assim temos “[...] a intensificação do processo de padronização cultural, tão imprescindível à concretização dos objetivos da indústria cultural do entretenimento, arquitetados pelos detentores do poder em nossa realidade social mais ampla” (GOMES, 2008, p. 70).

A mídia é forte influenciadora de um lazer voltado para o consumo do prazer, da diversão, da felicidade e da “realização”. Sendo assim, no senso comum, o lazer é considerado supérfluo frente aos direitos como emprego, educação, saneamento básico, segurança, entre outros.

Por outro lado, o lazer é considerado primordial na vida das pessoas, sendo também um direito constitucional. Porém, na realidade, uma pequena parte da população realmente desfruta do lazer, enquanto para a maioria da população o acesso e as vivências dos diversos conteúdos culturais<sup>3</sup> são cada vez mais restritos.

Em meio a agravantes, como a falta de políticas públicas para o lazer, a iniciativa privada o concretiza como um grande mercado capaz de gerar lucros significativos, pois em todo o mundo é um setor que cresce cada vez mais, sendo considerado como um produto de valor de prazer, diversão e felicidade.

---

<sup>3</sup> Os conteúdos culturais do lazer são propostos por Dumazedier (1980), tais como: conteúdos artísticos, intelectuais, físicos, manuais e sociais, sendo complementados com o conteúdo turístico proposto por Camargo (1989).

Um fato destacado por diversos pesquisadores da temática é que uma grande parcela da população tem suas vivências de lazer restritas por diversos fatores, que vão desde o poder econômico até as espacialidades dos espaços e equipamentos de lazer da cidade. De acordo com Bahia (2012), isso “cria” pessoas com mentalidade de clientes, de apenas consumidores do espaço público, que na sua maioria, acabam por deixar de se preocupar com os problemas da cidade.

A Política Pública de lazer deve ser pensada de forma articulada, tornando-a educativa de forma que estimule os cidadãos à compreensão da necessidade de ter “direito à cidade” (LEFÈBVRE, 2001). Os usuários da cidade precisam ter espaços democráticos, em que possam usufruir do seu lazer da melhor maneira possível, pois democratizar o lazer é, sem dúvida, democratizar o espaço.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi de caráter descritivo analítico, com uma abordagem qualitativa, segundo Ludke e André (1986), com uma análise bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Belém e Campus de Abaetetuba. A pesquisa de campo e a documental foram realizadas no município de Abaetetuba - Pará, sendo que a pesquisa de campo foi realizada em quatro espaços, que estão abaixo denominados.

A pesquisa foi realizada primeiramente na Praça Francisco Azevedo Monteiro, popularmente conhecida como Praça da Bandeira, localizada no centro da cidade, selecionada por ser um local público de considerável circulação de pessoas. Nesta, foram realizadas as entrevistas com os agentes representados pela população; nesta categoria de agentes, foram entrevistadas quinze pessoas, sendo elas estudantes, comerciantes e trabalhadores autônomos. Na Coordenadoria de Cultura e Turismo, denominada de Fundação Cultural de Abaetetuba, foi realizada a entrevista com o atual presidente da fundação, representando o agente “poder público”. No Centro de Artesanato e Cultura do Miriti

de Abaetetuba, foram entrevistados o atual presidente dos artesãos e os artesãos que ali trabalham, os quais se caracterizam como agentes “artesãos”. Nesta categoria de agentes, foram entrevistados oito artesãos. A pesquisa documental foi realizada na Fundação Cultural de Abaetetuba e no Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba e os documentos analisados foram a Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor do Município de Abaetetuba. A pesquisa teve duração de um mês e meio, realizada de janeiro a fevereiro de 2015. A análise se deu por meio da análise de conteúdo.

As técnicas de coleta da pesquisa de campo e análise dos dados se deram por meio da observação não participante e entrevista semiestruturada, à luz dos referenciais teóricos adotados. Os critérios de escolha dos agentes (poder público, artesãos e população) para realização de entrevista se justifica por acreditar que esses são atores fundamentais para as dinâmicas do espaço pesquisado. A pesquisa foi oficializada na Prefeitura Municipal de Abaetetuba, ressaltando-se o tema da pesquisa, o nome do pesquisador e da orientadora. Cada entrevistado assinou o termo de livre e esclarecido, autorizando a fazer análise de suas falas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para efeito deste estudo e dando seguimento nas análises dos resultados sobre o uso e apropriação do espaço público “Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba-PA”, pelos agentes (população, artesãos e poder público), entende-se como espaços públicos “espaços simbólicos, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos” (SERPA, 2009, p. 9).

O espaço hoje denominado Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba foi inicialmente construído com o propósito de funcionar como o Mercado Municipal de Peixe de Abaetetuba. Chegou a funcionar por um curto período, porém os peixeiros não quiseram mais permanecer no local por vários motivos, sendo um deles a localização,

que não contribuía para a venda do pescado, e resolveram deixar o espaço para ir vender o peixe na feira livre na orla da cidade. Para resolver tal problemática, o poder público construiu um novo mercado municipal de peixe, dessa vez em um local que os peixeiros aprovaram.

O espaço ficou por um longo período sem uso, então no ano de 2009 o poder público doou o espaço para os artesãos de miriti do município de Abaetetuba, o qual passou a se chamar Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba. Até hoje, o espaço ainda contém a estrutura do antigo mercado de peixe, com 41 talhos, que se tornaram os estandes dos artesões, 4 mesas de aproximadamente 6 metros, 8 bancos, um escritório, dois banheiros e uma copa.

No início da apropriação do espaço “Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba” pelos artesões, o local tinha outra dinâmica, pois trabalhavam neste vários artesões. Os estandes estavam repletos de artesanato para venda e eram desenvolvidas também oficinas de pintura e confecção do artesanato pelos artesões, com alunos das redes de ensino do município, tudo muito bem organizado.

Atualmente, o espaço encontra-se em condições não adequadas para uma prática concreta de turismo e lazer. Existem vários problemas relacionados à infraestrutura e à organização do espaço, tais como a falta de iluminação, a existência de goteiras, a presença de azulejos soltos, poeira, falta de lixeiras, ventiladores com defeitos, os banheiros, a copa, o salão principal e os estandes destinados para os artesões estão em condições que não colaboram para uso e apropriação, de forma sólida.

No momento, o espaço está sendo utilizado de duas maneiras, uma como sede da Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanatos de Miriti de Abaetetuba (ASAMAB), fundada em 2003, e a outra é por apenas um artesão que está trabalhando no local, que além de fabricar seus artesanatos, é também quem abre o espaço, dá informações para se comunicar com outros artesões, entre outros. Quando este artesão não vai trabalhar, o espaço fica, geralmente, fechado, algo percebido na pesquisa de campo.

Compreende-se que a não permanência dos artesões no Centro de Artesanato e Cultura do Miriti se dá porque as casas dos artesãos funcionam como atelier particular; em todos os ateliers eu fui muito bem recebido e todos se mostraram muito solícitos em participar da pesquisa. Assim, os motivos da não permanência dos artesãos no Centro estão relacionados, principalmente, com a infraestrutura, a organização, a segurança, a divulgação, entre outros, como identificado nas falas:

A estrutura é precária... infelizmente o espaço não é apropriado pra receber o artesanato. Porque ele é aberto ali em cima, tem aberturas e a poeira acumula muita poeira, esses espaços abertos que era a área de ventilação do mercado de peixe. (artesão A).  
Lá no centro é muita quentura, barulho, calor, fazer o brinquedo e pintar, eu gosto de fazer bem tranquilo relaxado ouvindo um musica, não consigo trabalhar no sufoco, lá tem o horário de fechar, o lugar é perigoso, corre o risco de assalto (artesão B).

Percebe-se nas falas dos agentes desse espaço que o local precisa proporcionar condições dignas de trabalho, assim como, ser adequado às particularidades do artesanato, pois o prédio foi construído com outro propósito, e por isso não contempla as necessidades dos agentes. Segundo os entrevistados, desde a entrega do prédio para os artesãos não houve nenhuma reforma para que tais problemáticas fossem solucionadas.

Um dos requisitos legais que podem solucionar tais lacunas é a Lei Orgânica do Município de Abaetetuba (1990) e a lei n.º 222, de 10 de outubro de 2006, que Institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba; ambas possuem os parâmetros legais para viabilizar o desenvolvimento das funções sociais da cidade. Os pontos relacionados pelos entrevistados na pesquisa podem ser amenizados, uma vez que são garantidos no artigo 30, inciso I;

30. São diretrizes específicas, relativamente ao turismo e ao lazer:  
I - a promoção dos bens culturais e naturais da cidade, como atrativos ao turismo, através da melhoria da **infra-estrutura de atendimento e serviços aos turistas**, inclusive pela instalação de **sinalização, equipamentos e mobiliário urbano adequado** (grifo nosso).

Na conversa com os outros agentes (artesãos e população), ficou explícito que não é apenas o turista que precisa de uma boa infraestrutura, mas que, principalmente, o artesão precisa ter um local adequado para sua atividade profissional, haja vista que o principal espaço, que é o Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba-PA, precisa dar e ter esse pressuposto, que todos os artesões destacaram.

De acordo com Serpa (2009, p. 157), percebe-se que:

[...] enquanto os processos de apropriação e produção do espaço urbano superpõem cada vez mais a experiência, provocando o isolamento dos indivíduos e impossibilitando a relação de troca com o outro, os objetos culturais se emancipam do seu uso ritual, aumentando as ocasiões para que sejam expostos.

Entende-se que, a partir do momento que se planejar e dinamizar tal espaço com atividades de turismo e lazer, deve-se atender em primeiro lugar os artesãos e a população local e, posteriormente, o visitante e assim essas barreiras que ainda se constituem no espaço podem ser superadas.

Outro fator preocupante identificado na pesquisa é o número elevado de moradores locais que nunca visitaram, ou até mesmo, não sabem onde fica o Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba-PA. Apontam também que no município se ouve falar mais do artesanato de miriti, somente no período do Festival, como podemos perceber nas falas abaixo:

Não conheço. Já ouvi falar, nunca visitei, não sei nem onde fica, e olha que eu sou ribeirinha (moradora local/ universitária C).  
Miriti?...não... sei não” (Moradora local /comerciante A).  
Sei onde fica, mas nunca visitei. É um local afastado e tenho medo de ser assaltada pra lá, não tem segurança (moradora local/ universitária A).

Segundo Habermas *apud* Abrahão (2008, p. 48), “quanto mais o espaço público estivesse aberto para todos, mais expressaria a democratização política e social de sua cidade” e quando estão associados ou não a apenas a um uso e voltados para as dinâmicas de mercado, “[...] conduziriam ao processo de *dissolução, fragmentação e privatização*

de nossas cidades, e, conseqüentemente, ao quase desaparecimento de seus espaços públicos cidadãos”.

Assim, para se planejar os espaços de turismo e lazer da cidade e suas atividades, é necessário ter clareza sobre os reais valores incutidos nas atividades planejadas e se correspondem ao conjunto de representações que caracterizam a população local, seu modo de vida, seus costumes e hábitos, entre outros, pois se os valores forem substituídos, as representações também serão.

Bahia (2012) adverte ainda, que o planejamento e a gestão urbana não devem pertencer apenas aos domínios do estado e seus técnicos, mas debatido e deliberado pelos cidadãos, ou seja, uma prática social em que os interesses coletivos sejam priorizados, pois a cidade é fruto de vários processos socioespaciais que são gerados entre esses principais agentes sociais supracitados, que possuem interesses muitas vezes diversos. Assim, é de suma importância que sejam dialogados e cheguem a uma decisão coletiva.

Porém, de acordo com o Poder Público, a Prefeitura Municipal de Abaetetuba-PA dá apoio às atividades do Centro e que desde o ano de 2014 começaram a se intensificar os apoios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Secretaria de Turismo do Estado do Pará (SETUR) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Estes órgãos juntos estão trabalhando para melhorar tal espaço e seu entorno, de maneira que potencialize o turismo e o lazer no local, mas ressalta que as maiores dificuldades são as questões financeiras.

No entanto, percebe-se que atualmente os projetos e as metas de atuação do poder público no centro estão mais situados em atividades esporádicas, os apoios concretos são somente nos principais eventos que os artesãos participam: Miriti Festival e Feira do Círio de Nazaré em Belém. Assim, não se tem uma política pública de turismo e lazer o ano todo. Paralelamente ao exposto de falta de recursos financeiros, têm-se a Lei Orgânica Municipal, que adverte no Art. 183:

O plano municipal de cultura será garantido mediante **recursos financeiros específicos**, tanto no campo do orçamento



próprio, como nas **fontes alternativas** de financiamento. Parágrafo Único - Fica criado o **Fundo Municipal de Cultura** com recursos provenientes de percentual sobre a **taxa de cinco por cento** incidente sobre o **Imposto de Renda devido das empresas instaladas na região**, de forma a assegurar o incremento da atividade cultural, dentro do que preceitua a Constituição Federal; O Fundo de que trata esse parágrafo será gerenciado pelo Poder Público Municipal através da Fundação Cultural Abaetetubense, com **participação de entidades representativas dos diversos segmentos da área cultural** (grifo nosso).

Ainda segundo os aspectos legais, o Plano Diretor do Município de Abaetetuba (2006) assinala que o poder público tem o dever de garantir recursos para a política de Lazer e turismo, como se pode perceber no artigo 30, incisos, VI e IX.

VI - a **promoção**, a **captação**, a **geração** e **apoio** a eventos de interesse turístico; IX - o desenvolvimento de instrumentos de **indução** de empreendimentos da **cadeia do turismo**, ligados aos ramos da hotelaria e do transporte, restaurante, artesanato, cultura e residentes em sítios turísticos naturais e lendários (grifo nosso).

Vale destacar ainda que tal responsabilidade é também estadual, pois, segundo a lei 7.282/2009, tem-se o “Miritifest” - Festival de Miriti de Abaetetuba - como patrimônio cultural do Estado do Pará. O Poder Público deve assegurar o apoio à realização anual do Miritifest por meio da política estadual e cultural, assim como sua inclusão no calendário oficial de eventos culturais do Estado do Pará. A referida lei faculta o apoio técnico e cultural do Estado por meio de seus órgãos afins, podendo firmar convênios, contratos ou outro instrumento que viabilize o patrocínio do Estado às Associações no Miritifest.

Nesse sentido, na visão dos entrevistados, as referidas leis criadas até o momento ainda não foram efetivadas.

Acontece que a gente se reúne com o poder público, decide, mas quando a gente vai lá, vem um e diz: “ficou pra amanhã”, “ficou

pra depois”. E aí a gente se desmotiva, se aborrece, e vai até que acaba (artesão D)

É importante destacar que o espaço público destinado para a valorização da arte que assegura o *slogan* do município como “a capital mundial do brinquedo de miriti” precisa ter uma política pública garantida nos planos de governo e uma infraestrutura que atenda às necessidades tanto do artesão, quanto do turista e com programação efetiva, seguindo um calendário com atividades todos os meses e contemplando maiores vivências de lazer e turismo.

A gente depende muito de parcerias... é na verdade a maior dificuldade sim é conseguir novos parceiros, porque, as parcerias são sempre momentâneas, próximas de evento e nós precisamos de algo mais consistente (Presidente da ASAMAB).

Bahia *et al* (2008) criticam a produção cultural de apenas disponibilizar eventos esporádicos, pois enfatizam que é necessário investir em projetos pedagógicos contínuos e prolongados, que despertem nos sujeitos a ideia de que, além de consumidor de cultura, as pessoas também a produzem, sem que os espaços e equipamentos de lazer sejam mais um divisor de classes, mas que sejam distribuídos de forma mais igualitária em todos os lugares da cidade, pois não basta apenas divulgar um espaço, é importante que ele tenha condições de ser utilizado, sendo a revitalização e a conservação um fator primordial para seu bom desempenho, e que a população o entenda como um bem coletivo.

Nas falas da população e dos artesãos, vê-se que ambos entendem necessárias medidas concretas e imediatas, e que sejam implementadas o quanto for possível, para fomentar a venda e, principalmente, a valorização cultural do espaço para o lazer e o turismo do município.

Tivendo propaganda o senhor chega lá... nem tá marcando **pra quem entra na cidade, não tá dizendo onde é que existe tal coisa, tal coisa**, tem muitas pessoas que vêm visitar nossa cidade, não sabe onde tem peça de miriti pra vender, é isso que tá faltando, a mídia” (artesão E).

Percebe-se na fala do artesão que o Centro precisa de um planejamento efetivo e ressalta que se faz necessária a sinalização e a divulgação dos diversos espaços de lazer e turismo no município, por meios das diversas mídias. Tais questionamentos apontados pelo entrevistado são garantidos no plano diretor no art.30, inciso XI.

XI - apoiar a publicação de material de orientação e divulgação turística relevante para o município;

Bahia (2012) adverte que as políticas públicas assumem o papel de democratizar os espaços de lazer e turismo da cidade, mas que em algumas situações, elas também podem não atender às demandas e às necessidades de parte de seus usuários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível elaborar algumas reflexões sobre suas dinâmicas de uso e apropriação. Assim, tem-se um quadro preocupante, pois pode-se dizer que o Poder Público Municipal de Abaetetuba e Estadual pouco investe em uma política pública de lazer e de turismo efetiva para o espaço.

Entende-se que a política pública precisa ser mais atuante, na perspectiva de dinamizar tal espaço, por meio de projetos e parcerias, criando-se um planejamento participativo, integrando ações entre diversas instâncias de governanças e as diversas secretarias, visando não apenas a perspectiva mercadológica, mas principalmente o desenvolvimento local. Os principais agentes desse espaço precisam juntos discutir e planejarem as atividades, para que o Centro não seja um espaço apenas para receber o turista, mas que se torne um *locus* “vivo” de cultura local, de valorização do artesão e, principalmente, da função social da cidade, como firma a Lei Orgânica e o Plano Diretor do município.

O espaço precisa, urgentemente, de manutenção, pois o que se percebe é uma falta de ações públicas efetivas, tanto no sentido de melhorias da infraestrutura dos espaços, como na gestão voltada para

atender o público que o visita. Para tanto, deve-se pensar em diminuir algumas das barreiras destacadas pelos agentes que distanciam grande parte da população para o uso e apropriação desse espaço, tais como: infraestrutura, segurança, divulgação, programação efetiva, uma rotina de funcionamento, durante os dias da semana, que contemple todos os períodos (manhã, tarde e noite), entre outros.

O artesanato, por si só, já é considerado um produto turístico, mas o espaço precisa fomentar ainda mais esse produto, por meio de atividades voltadas para eventos culturais, tais como: apresentações teatrais, shows de artistas locais e regionais, palestras, oficinas, exposições, concursos, cursos e atividades turísticas, com roteiros diversos. Dessa maneira, o artesão poderá aumentar seus lucros não apenas em momentos esporádicos que participa, como no Miriti Festival e na Feira do Círio de Nazaré em Belém-PA.

Não basta a cultura do artesanato de miriti” ser “alimentada apenas para o lucro, pois se a população local não tomar para si a valorização dessa arte, ou seja, não criar o sentimento de pertencimento, será sempre um entrave a resolver. Para isso, é fundamental que as ações de intervenções nos processos de gestão e planejamento de ações culturais nos espaços de lazer e turismo da cidade como todo, tendo o centro como a célula matriz, estejam focada na base endógena da iniciativa e desenvolvimento local, que possibilite a valorização da cultura dos modos de vida e das tradições, ou seja, que se torne um espaço público efetivamente e tenha sentido e significado para a maioria dos abaetetubenses. Então, assim, Abaetetuba poderá, ser de fato, “a capital do brinqueado de miriti”.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. SP: Annablume; Fapesp, 2008.

BAHIA, Mirleide Chaar. O Lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará. 2012. 300f. *Tese* (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do

Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.

\_\_\_\_\_, Mirleide Chaar; COSTA, Magda Cardoso; CABRAL, Danielle Miranda; CARAVELAS, Denise Cassundé. Os Espaços e Equipamentos de Lazer das cidades: o caso de Belém/PA. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). In: *Turismo, Lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008.

FEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo. Centauro, 2001.

GOMES, Christianne Luce. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

*LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA de 23 DE MARÇO DE 1990*. Disponível em: <http://www.abaetetuba.pa.gov.br/home/leis.php>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *A pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, Victor Andrade de; JUNIOR, Edmundo de Drummond Alves. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

PARÁ. Lei estadual nº. 7.282, de 03 de julho de 2009. Declara o “Miritifest” como Patrimônio Histórico do Estado do Pará. In: *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, ano CXIX, nº 31.453 de 3. jul. 2009.

PINHEIRO. Eleonai dos Santos. As vivências de Lazer nos Espaços e Equipamentos de Lazer de Abaetetuba- Pará. *Monografia* (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal do Pará, campus de Castanhal, 2012.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA. *Lei nº 222, de 10 de outubro de 2006*. Disponível em: <http://www.abaetetuba.pa.gov.br/home/leis.php>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

SERPA, Angelo. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

# PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL NA AMAZÔNIA: AS VIVÊNCIAS DE LAZER NO MUSEU PROFESSOR ANTONIO GONZAGA DA ROCHA EM PORTEL/ MARAJÓ - PA

*Ilka Pampolha Araújo Almeida<sup>1</sup>*

*Patrícia de Araújo<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco analisar a importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento de comunidades locais na Amazônia, especificamente na região do Marajó/Pará, cuja valorização da cultura local e entendimento sobre a formação da sociedade amazônica por seus moradores possibilitam a construção de autonomia em cidades do interior da região.

Nesse sentido, a pesquisa objetiva investigar a relação dos moradores de Portel e suas vivências no Museu Municipal Professor Antonio Gonzaga da Rocha, analisando possíveis obstáculos que dificultam essa relação. A questão surgiu durante uma experiência desenvolvida em 2011, no levantamento da oferta turística de Portel executado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, em articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. A ação capacitou os jovens do Projovem<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela UFPA/Campus Soure, Especialista em Gestão e Educação Ambiental pela UNIVERSO e Pós-graduanda do curso de Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA), 2014. E-mail: ilkapamp@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Assistente III da UEPA, Doutora em Pedagogia da Educação Física, Mestre em Motricidade Humana, Licenciatura em Educação Física e Pedagogia. E-mail: patriciadaraujo@hotmail.com.

<sup>3</sup> O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem é componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal, implantado em 2005 (GOVERNO FEDERAL, 2006).

para a pesquisa, com a realização de oficinas de patrimônio, educação ambiental, turismo e metodologia da pesquisa.

Portel localiza-se na Mesorregião do Marajó, distante 278 quilômetros da capital paraense. Tem como municípios limítrofes Melgaço, Bagre, Pacajá, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz e possui população de 52.172 habitantes; está situado em uma área 25.498,1 km<sup>2</sup> (IBGE 2001-2014). Em de 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou visita técnica no município, encontrando material arqueológico na área urbana da cidade, alguns desses artefatos serviram para a formatação do acervo do Museu Professor Antonio da Rocha Gonzaga, objeto deste estudo.

O trabalho está estruturado em seis partes: a introdução, na qual é apresentado o objeto de estudo e a estruturação da pesquisa; na segunda, discorrem-se considerações sobre o espaço urbano/ tempo e as especificidades da Amazônia; na terceira parte, é feita uma discussão sobre o desenvolvimento pessoal e social gerado pela cultura e lazer; na quarta parte, há uma abordagem sobre o museu enquanto patrimônio sociocultural e caracterização do Museu Professor Antonio Gonzaga da Rocha; na quinta parte, descreve-se a metodologia usada na pesquisa e análise dos dados coletados; e na sexta parte, são feitas as considerações finais.

## **TEMPO E ESPAÇO URBANO, AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS NA AMAZÔNIA**

No espaço urbano, ocorrem as relações sociais e de poder no dia-a-dia, como trabalho, lazer, consumo, moradia, expressas no cotidiano; assim, espaço e tempo se dinamizam de forma diferente em grandes centros urbanos e cidades afastadas dessas centralidades, produzindo territorialidades<sup>42</sup>, modos e vivências próprias em cada lugar. Para Serpa (2009, p.9) espaço urbano é compreendido como:

---

<sup>4</sup> Refere-se ao conceito empregado por Santos (2012, p.82), que explica territorialidade como sendo um dado simbólico, expresso pela linguagem regional, que não provém apenas de viver em um lugar, mas da comunhão que mantemos com ele.

[...] espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade de ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos.

Nesse sentido, as relações que ocorrem no espaço urbano, entre as classes sociais e as relações de poder produzem valores na sociedade, muitas vezes, influenciados pelo consumo. Serpa (2009, p.9) acrescenta, ainda, um fator determinante ao conceito de espaço urbano, o qual “É visto ainda, como espaço simbólico, da produção de diferentes ideias de culturas, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

O modo de viver de moradores das cidades amazônicas, construído pela influência global e sua relação com espaço local, revelam experiências cotidianas próprias, com temporalidades diferentes de centros urbanos; assim, as paisagens desses lugares são carregadas de significados e valores daqueles que o habitam, pois a população local tem uma relação de propriedade com a natureza. Ao mesmo tempo que ela depende do rio para deslocamento e alimentação, também o utiliza para divertimento.

Nesse sentido, compreender a característica ribeirinha é refletir o cotidiano inserido numa totalidade espacial expressa na relação entre a ordem próxima e a ordem distante que funde o espaço residual e urbano (SOUZA *apud* LEFEBVRE, 2008). Para o autor, a ordem próxima refere-se às relações cotidianas e a ordem distante diz respeito ao sistema capitalista.

O marajoara, assim como os demais amazônidas, possui uma forte ligação com o ambiente da floresta e com os rios. Dessa forma, as relações sociais se diferem de cidades de outras regiões do Brasil. Para Oliveira (2006), as cidades amazônicas possuem aspectos específicos devido às relações do homem da região com meio:



DA PAISAGEM NATURAL AO ESPAÇO DA CULTURA na Amazônia as espacialidades urbanas, especialmente das cidades localizadas à margens dos rios, foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas; de outro, que guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência. Na verdade, essas espacialidades revelam as diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses, o que leva a compreender a paisagem como o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades real ou imaginária, quer as cidades estejam na beira do rio, na várzea, quer na terra firme (OLIVEIRA, 2006, p.2).

Ao pensar no patrimônio cultural nesses lugares, é necessário perceber a dinâmica do espaço e tempo vivido nessas cidades. Para Pacheco e Silva (2013), as representações de patrimônio existentes nas cidades marajoaras estão ligadas às representações de poder, cujo edificado muitas vezes carrega consigo uma memória social dominante e excludente. Se para o visitante, esses prédios são vistos como referências do patrimônio local, para o morador podem representar símbolo do poder sobre a cultura do lugar.

Sampaio (2008) explica que o processo de ocupação da Amazônia constituiu grande valor histórico, assim como a produção de pinturas rupestres, cerâmica arqueológica, edificações militares e religiosas, práticas coletivas, saberes tradicionais. Todo esse material representa potencialidade de desenvolvimento local e regional, a partir de ações de valorização, articuladas em rede.

Se por um lado, perceber e reconhecer a diversidade cultural de cidades amazônicas, especialmente as distantes dos grandes centros urbanos, é primordial para a gestão do patrimônio cultural da região, por outro há que se reconhecer a dinâmica do espaço em seu valor de uso, a festa, o lúdico, as vivências sociais no cotidiano.

## LAZER E CULTURA, POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PESSOAL

Ao refletir sobre lazer enquanto objeto e veículo de educação, considera-se a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social; para Marcellino (2008), é consenso entre a maioria dos estudiosos o duplo caráter educativo do lazer. O autor explica as duas concepções:

[...] a primeira, que lazer é veículo privilegiado de educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer são necessários o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilite a passagem de níveis menos elaborados, para níveis mais elaborados, complexos, como o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação (MARCELLINO, 2008, p.24).

Os entraves econômicos, sociais e de faixa etária dificultam a possibilidade da educação para e pelo lazer, contribuindo para um lazer mercador, situação cada vez mais presente nos centros urbanos brasileiros. Esta é a realidade da sociedade contemporânea, com seus desníveis econômicos e de classe, preferências e práticas de lazeres diversos, que são expressões nas cidades, onde existem diferentes espaços de divertimento, em que o acesso não é homogêneo, seja por opção, barreiras econômicas ou preferências culturais.

Contudo, na maioria dos centros urbanos, há uma má distribuição dos objetos de lazer ali existentes. Nas cidades amazônicas, essa situação não é diferente; segundo Bahia *et al* (2008), em Belém, a distribuição de equipamentos de lazer também é desigual.

Vê-se, Portanto, que o acesso a equipamentos de lazer nas cidades não é homogêneo entre os moradores, pois a distribuição dessas estruturas no espaço urbano, geralmente, está concentrada nas áreas centrais, distantes da maioria das pessoas, especialmente daquelas com menor poder aquisitivo. Observa-se nesse contexto, que existem dois fatores que dificultam o acesso: o valor simbólico, causado por não se sentir pertencente ao lugar; e o valor econômico.

Marcellino (2008, p.19) defende uma democratização do espaço de lazer ampla: “[...] ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, ‘dessacralização’ e incentivo a utilização, com políticas específicas do patrimônio ambiental urbano”.

No que se refere à preservação do patrimônio cultural, a participação popular possibilita contribuição tanto para a preservação quanto para o desenvolvimento pessoal e social, por meio da educação para e pelo lazer, pois uma das funções dos equipamentos culturais e artísticos é transmitir experiências reflexivas, potencializando vivências que auxiliam na compreensão da história e memória do lugar.

Para Pinto (2008), a educação para e pelo lazer deve considerar três tipos de acesso: 1) **acesso pelo diálogo** - as ações devem ser ajustadas aos interesses, necessidades, referências culturais daqueles que irão praticar as atividades, considerando a faixa etária, sexo, manifestações culturais entre outras necessidades específicas; 2) **acesso pela interatividade e participação** - há participação dos sujeitos envolvidos no planejamento das ações de lazer, identificando as possibilidades de vivências de lazeres, definindo objetivos a alcançar e atividades a serem realizadas; 3) **acesso pelas ações educativas sensibilizadoras** - são as ações planejadas e organizadas a partir das necessidades e possibilidades de intervenção.

Assim, atividades lúdicas e criativas que envolvem o patrimônio local constituem umas das formas de incentivar a construção da identidade de pessoas conscientes e conhecedoras de sua história, fortalecendo sua relação com o meio ambiente e a memória coletiva do lugar.

Silva (2008, p.42) afirma que a memória coletiva está ligada às experiências vivenciadas pelo indivíduo em seu grupo social:

A memória coletiva caracteriza-se como uma corrente de pensamento contínuo que está em constante renovação, e é construída através da experiência adquirida pelo indivíduo em grupo social. Estas experiências configuram a forma como este grupo habita seu meio, conferindo um sentido ao passado através de estratégias de preservação da memória social e reafirmação da identidade do grupo.

Portanto, o lazer associado a elementos da cultura local contribui de forma positiva para o fortalecimento da memória coletiva de uma região, agregando valor ao sentimento de pertencimento de seus habitantes.

## **MUSEU: PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL EM PORTEL-PA**

Os museus são instituições gestoras do patrimônio cultural no mundo; eles contribuem para o conhecimento científico e guardam acervos que contam a história da humanidade. Seus objetivos são atrair, interagir e ensinar o público, com exposições didáticas e uso de materiais tecnológicos disponíveis. Entre as ações desenvolvidas pelo museu, as atividades de lazer proporcionam contato de diversos públicos com o ambiente cultural, ligando os visitantes à sua história, memória e patrimônio.

Atualmente, a nova museologia busca mecanismos de fortalecimento democrático e aproximação das comunidades para contribuir com o desenvolvimento local por parte dos agentes comunitários (LIMA, 2014). Contudo, esses valores nem sempre foram o foco dos museus. Cabe ressaltar que, nos dias atuais, essa proposta de desenvolvimento pessoal e social, trazida pela nova museologia, pode ser perfeitamente alinhada à educação para e pelo lazer.

O surgimento das primeiras instituições museais da história foram a partir de coleções na época do mercantilismo. Para Julião (2006), o museu surgiu por volta do século XV, período em que as coleções se tornaram moda na Europa, muitas coleções formadas no século XV e XIII se transformaram em museus, tal como se conhece hoje.

Julião (2006) explica que no Brasil o surgimento dos primeiros museus ocorre no século XIX, por iniciativa de D. João VI, em 1818, com criação do Museu Real contendo coleção de história natural. Nesse período, destaca-se o Museu Paraense Emilio Goeldi (1866), por iniciativa privada, transferido ao Estado em 1871, e o paulista Museu do Ipiranga, em 1894, ambos de cunho etnográfico. O interior do Pará só irá a ganhar

uma instituição museal em 1972, com a fundação do Museu do Marajó pelo italiano naturalista Giovanni Gallo, com peças que contam a história dos povos nativos e da região e formação do marajoara.

A República no Brasil gerou a necessidade de formação de igualdade entre os povos do país, surgindo os símbolos culturais históricos (SILVA, 2008). Dessa forma, o conceito de patrimônio foi se ampliando com o reconhecimento das classes marginalizadas, reconhecimento de lugares de relevante importância história cultural, assim como saberes que representam tradições culturais de grupos sociais brasileiros.

Dessa forma, pode-se afirmar que o museu passou por mudanças no seu sentido e importância social, desde seu surgimento nos séculos XV a VIII. Com caráter de sacralidade, era uma instituição contemplativa, que valorizava as classes dominantes; contudo, no Brasil durante o século XX, foram se transformando em instituições de valorização da memória nacional, objetivando unificar a nação por meio do patrimônio. Nos dias atuais, alguns museus passaram a focar no seu público, com atividades educativas e de democratização da cultura, constituindo-se em possibilidades de estímulo, valorização da cultura local e desenvolvimento pessoal e social.

Nesse contexto, o Município de Portel possui aspectos culturais e patrimoniais que refletem a realidade de muitas cidades amazônicas, como a existência de materiais arqueológicos que se encontram em locais frágeis para sua conservação, que necessitam de ações educativas de preservação.

No livro “Muito Além dos Campos”, organizado por Schaan e Martins (2010), são descritos os sítios arqueológicos encontrados no Marajó. O levantamento em campo ocorreu em 2008, identificando sítios arqueológicos presentes em diversos municípios marajoaras. Nas áreas dos município de Portel, foram encontrado diversos fragmentos:

No trabalho realizado foram encontrados 34 sítios arqueológicos, três (03) ocorrências arqueológicas e seis (06) áreas propícias ou com potencial arqueológico, a grande maioria relacionada ao período pré-colonial” (SCHAAN e MARTINS, 2010. p. 131).

O Museu Professor Antonio Gonzaga da Rocha é uma instituição sem fins lucrativos, de natureza social e cultural. Foi fundado no dia 11 junho de 2009, com a criação do Centro de Ensino e Pesquisa, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Portel, a partir de peças arqueológicas, sacras e numismáticas, entre outros utensílios domésticos dos séculos XVII, VIII, XIX e XX (GOVERNO MUNICIPAL, 2012).

Em 24 de janeiro de 2011, o museu foi inaugurado pelo Governo Municipal, passando a adquirir espaço viável à visitação. O processo de sistematização do acervo contou com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que catalogou as peças doadas. A instituição localiza-se na Avenida Augusto Montenegro, sem número, ao lado do Ginásio Municipal, área da orla, no Município de Portel, em Marajó, Estado do Pará.

Figura 1 – Museu Professor Antônio Gonzaga da Rocha



Fonte: I.P.A. Almeida (Janeiro de 2015).

A administração do espaço é composta por uma equipe de nove pessoas. Segundo a coordenadora do espaço, o museu está aberto à visitação de segunda-feira a sexta-feira, de 08h00m às 12h00m e de 14h00m às 18h00m.

O prédio conta com um salão para exposição das peças, duas salas da administração e um banheiro. Encontram-se em exposição: moedas, vasos de cerâmica indígena, fragmento de louças, frascos de vidros, colheres, estribo, crucifixos, fotografias, entre outros objetos do século XX, que contam como a cidade foi se desenvolvendo.

Figura 2 – estatuetas de santos, louças e cerâmica em exposição



Fonte: I.P.A. Almeida (Janeiro de 2015).

Figura 3 – Moedas e recipientes de vidro em exposição



Fonte: I.P.A. Almeida (Janeiro de 2015).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No trabalho, utilizou-se a pesquisa qualitativa, por ser um estudo de compreensão de vivências de grupos de pessoas de local específico. Coube, também, pesquisar as iniciativas da gestão do espaço para atrair a visita dos moradores da cidade ao equipamento.

O embasamento teórico foi desenvolvido por pesquisa bibliográfica sobre metodologia para pesquisa social, espaço urbano, patrimônio cultural, museu, lazer, desenvolvimento local e regional, Amazônia, Marajó e Portel.

Para levantamento de dados, utilizou-se a entrevista grupo focal com 15 alunos do município, na Escola Municipal Professora Julia Barbalho. A entrevista grupo focal teve como base teórica o autor May (2004), pois possibilita obter informações sobre o ponto de vista de várias pessoas ao mesmo tempo. A coleta de dados sobre o museu teve como método a observação e entrevistas semiestruturada com a coordenadora do espaço; a escolha da entrevista semiestruturada ocorreu por possibilitar maior liberdade nas respostas.

A coleta de dados contou com uso de câmera digital para registro fotográfico do museu, filmagem da entrevista com alunos. Na pesquisa de campo foi utilizada a assinatura de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), apresentado à direção da escola municipal e aos alunos, antes da entrevista focalizada.

No tratamento de dados, foi utilizada análise de conteúdo, conforme descreve Bardin *apud* TRIVIÑOS (1977, p. 160): “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não [...]”. Este método contou com as seguintes fases: pré-análise, com aplicação do questionário; na segunda fase, a descrição analítica, esta já se inicia na pré-análise, a qual há o aprofundamento do estudo, em seguida foram criadas as categorias; já na terceira fase ocorre a interpretação referencial.



A pesquisa de campo ocorreu entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015. No mês de dezembro, foi feita a entrevista com a coordenadora do museu, com cinco perguntas abertas: 1) Como surgiu o museu? 2) Qual o horário de funcionamento do Museu? Como se dá o acesso ao espaço? 4) Como está composta a equipe de funcionários do Museu? 5) Existe algum projeto educativo, algum plano interpretativo para o Museu?

Em entrevista, a coordenadora informou que a maior frequência de visitação se dá pelas escolas; durante a conversa, foi esclarecido que não há plano interpretativo do museu ou outro projeto educativo em atividade. Na entrevista, ficou claro que não estão sendo trabalhados preceitos da nova museologia.

Em dezembro, foi realizada entrevista focalizada, com alunos da educação de jovens e adultos da Escola Municipal Professora Julia Barbalho, envolvendo os alunos da quarta etapa, referente à sétima e oitava série. Na turma, havia 15 alunos, 11 do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com idades entre 16 e 48 anos, todos moradores de quatro bairros periféricos da cidade.

A entrevista grupo focal foi guiada por questionário com as perguntas: 1) Você conhece o Museu Professor Antônio Gonzaga da Rocha? 2) O que tem no lugar? 3) Você se sente pertencente ao espaço? Ele diz algo sobre você? 4) O que você vê de positivo no Museu Professor Antônio Gonzaga da Rocha? 5) O que você vê de negativo no Museu Professor Antônio Gonzaga da Rocha? 6) Em sua opinião, o espaço onde funciona o museu é adequado para visitação? Tem bom acesso?

A análise de conteúdo foi feita por três categorias que serão analisadas a seguir, de acordo com as respostas dadas pelos entrevistados, que expressaram opiniões dos sujeitos, expectativas e vivências no espaço. Para isso, foram utilizadas três tabelas com as categorias analisadas. Na primeira coluna de cada tabela, foi utilizado o termo sujeito seguido do número da ordem na tabela representado pela letra “S” (Sn<sup>o</sup>); na segunda coluna, constam as repostas dadas pelos entrevistados; e na terceira coluna, a quantidade de sujeitos que a resposta representa, isto é, o

número de pessoas que expressaram falas próximas ou a mesma resposta. As categorias analisadas são: **conhecimento do museu, importância social do local e acesso ao espaço.**

Tabela 1 – Categoria Conhecimento do espaço/museu

CATEGORIA 01 – CONHECIMENTO DO ESPAÇO/MUSEU (MOTIVAÇÃO)		
SNº	RESPOSTAS	REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DAS FALAS
S1	“Curiosidade! Fui lá ver as coisas”.	06
S2	“Fui lá ver o cachimbo que tem lá, com a escola” (risos).	02
S3	“Fui levar meus filhos para ver os materiais, as vasilhas que tem lá”.	01
S4	“Eu nunca entrei, só passei na frente”.	01
S5	“Eu também nunca entrei lá”.	06
S6	“Pedaços de vasos”, “Pedras coloridas”.	15

Fonte: Sistematização dos dados da pesquisa, março de 2015.

Ao serem questionados se conhecem o museu e o que tem no espaço, todos responderam que sim, contudo apenas oito sujeitos visitaram o local; dos que estiveram na instituição, apresentaram como motivos: curiosidade, levar os filhos para conhecer, ida com a turma da escola e convite de conhecidos. Embora a maioria não tenha frequentado o museu, todos sabiam dizer sobre o que tem no espaço.

Os dados revelam que existe pouco interesse na visita ao espaço e as respostas reforçam as informações da coordenadora do museu, a qual explicou que, atualmente, não há projeto de atividades no espaço e que a maioria das visitas ao local se dá por grupos escolares.

Tal constatação aponta para a dificuldade no fortalecimento da memória coletiva, pois esta memória se forma a partir de vivências em grupos sociais. Nesse sentido, o enfraquecimento desses laços dificulta o envolvimento da população com a instituição.

Tabela 2 – Categoria Importância social do Museu

CATEGORIA 02 – IMPORTÂNCIA SOCIAL DO MUSEU (PERTENCIMENTO)		
SNº	RESPOSTAS	REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DAS FALAS
S1	“Ele é um patrimônio da cidade”.	02
S2	“Ele conta a história do passado”.	07
S3	“Ah, ele conta... ele conta sobre a cidade onde eu morei! Então ele conta alguma... sim, das pessoas que moraram em Portel, como eles vivio, como eles fazio...agora se ele diz algo sobre mim, não!”	01
S4	“Ah! Pertence pra população toda de Portel, pra todo mundo, pra cidade!”	04
S5	“Ele diz também, que falam, que uns índios que morava aqui, o homem tava explicando lá! Só que era antes da gente”.	01

Fonte: Sistematização dos dados da pesquisa, março de 2015.

Ao serem perguntados sobre a importância do museu e se ele diz algo sobre você, todos expressaram que o espaço é importante, pois ligaram ao museu à noção de patrimônio, cultura, história da sociedade portelense, conforme declara S1: “ele é um patrimônio da cidade”. Apenas um sujeito não reconheceu que o museu faz parte de sua cultura, conforme expresso por S3: “(...) agora se ele diz algo sobre mim, não!”

Nas falas dos alunos, é possível perceber que não há preocupação em salvaguarda das peças existentes no museu; contudo, todos consideram que a instituição é um patrimônio do município e que carrega consigo a história dos antepassados. As falas expressas na tabela 2 revelam ausência do sentimento de pertencimento com o museu, pois os sujeitos referem-se à importância do espaço para a sociedade local. Entretanto, não houve declarações sobre experiências e sentimentos pessoais sobre o espaço.

Esse contexto faz do museu um espaço com sua função social comprometida, uma vez que a maioria dos moradores não tem interesse em vivenciar o espaço, não sentiram necessidade de cuidar.

Tabela 3 – Categoria Acesso

CATEGORIA 3 – ACESSO		
SNº	RESPOSTAS	REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DAS FALAS
S1	“Pra mim, eu acho que também não tem divulgação nesse museu aqui na cidade, poucas pessoas sabem que tem esse museu aqui”.	07
S2	“Verdade! Eu nunca entrei lá! Eu nunca entrei porque toda vez que passo lá, tá fechado”.	04
S3	“Eu acho que precisa mais do interesse de cada um ir lá, porque há divulgação! É divulgado, todo mundo sabe que tá assentado, tá inaugurado dentro de Portel um museu, então precisa mais de... de interesse de cada um dos alunos, das pessoas, dos portelenses que moram aqui de irem lá no museu e ver o que tem de bom, que tem que ficou dos antigos pra gente ver e conhecer, saber um pouco da nossa cultura portelense”.	01
S4	“Eu acho sim que deveria que... Não! Que deveria passar sim, porque tem um monte de coisa interessante e muita gente não sabe, por exemplo, muitos alunos, jovens, aí diz: Ah, mas eu num quero ir naquele museu, só tem coisa velha, tudo! Aí se passasse na televisão, mostrasse: ‘olha, tem coisas bonitas, coisas antigas’, aí a gente ia se interessar em ir lá visitar”.	05
S5	“Eu acho, ah... só não acho legal que é perto do ginásio, é estranho, eu não acho adequado perto do ginásio, mas não combina”.	04
S6	“Eu acho um espaço pequeno lá, num pega muita pessoa lá dentro!”	03
S7	“O museu não chama atenção!”	04

Fonte: Sistematização dos dados da pesquisa, março de 2015.

A tabela 3, referente à categoria acesso, foi a que mais obteve opiniões dos entrevistados sobre o espaço. As respostas deixaram claro que para os sujeitos existem aspectos que dificultam a relação do museu

com os moradores, pois fatores como a falta de divulgação, o aspecto de sacralidade do lugar, a localização do prédio, identificação do horário de funcionamento atrapalham a visitação ao local.

Para a maioria dos sujeitos, esses problemas deixam o local menos atrativo à visitação; outro fator que foi detectado nas falas foi a carência de ações educativas e de sensibilização sobre o patrimônio cultural de Portel e a importância de sua preservação.

Diante da análise dos dados da amostragem, foi expresso pelos entrevistados que poucos visitam o local, fator que evidencia a existência de barreiras simbólicas que influenciam a visitação. Uma delas é o fato de que o prédio do museu fica fechado, necessitando que o visitante bata na porta para que um funcionário abra, causando distanciamento de alguns moradores.

Essa situação é expressa em diversas falas, a exemplo de S1 (Tabela 3): “Verdade! Eu nunca entrei lá! Eu nunca entrei porque toda vez que passo lá tá fechado”. Observou-se, também, em algumas falas que existe uma ideia de sacralidade que distancia a comunidade do museu, declarada no seguinte trecho da fala S4 (Tabela 3): “[...] muitos alunos, jovens, aí diz: Ah, mas eu num quero ir naquele museu, só tem coisa velha [...]”. Tanto o fator sacralidade, quanto a falta de entendimento da dinâmica local, isto é, as portas sempre fechadas, não representam o espaço local, tipicamente da região, inibindo aqueles moradores com raízes mais profundas à produção do tempo e espaço amazônico.

Outro fator que dificulta o acesso ao espaço é a falta de ações de divulgação, educativas e de sensibilização, as quais podem facilitar a compreensão e/ou sentimento de pertencimento da comunidade com o local. A ausência de atividade de educação e de lazer é um reflexo de pouca autonomia financeira e de limitação da equipe, pois existem poucos profissionais no museu.

No que se refere à estrutura física, constatou-se que o espaço é pequeno para a realização de atividades lúdicas e para receber grupos grandes de pessoas. Sobre isso, em entrevista com a coordenação, foi dito, pela coordenadora, que o máximo de pessoas que o museu recebe é um grupo de 20 pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de dados, foi possível perceber como vem se desenvolvendo a relação da comunidade com o Museu Professor Antonio Gonzaga da Rocha, as vivências dos moradores no espaço, suas opiniões, fatores que dificultam a visita, limitações da instituição em potencializar o local como um equipamento de lazer a partir da cultura.

Os relatos dos sujeitos nas entrevistas revelaram que estes são conscientes da importância social e cultural do museu; contudo, a análise dos dados expõe problemas quanto à visita da comunidade. O problema refere-se à falta de conhecimento sobre os horários de funcionamento e forma de entrada no espaço.

Esses dados apontam para carência de um planejamento participativo, que envolva a educação para e pelo lazer, nas três fases de acesso: ouvir as opiniões de moradores; traçar propostas e levantar potencialidades junto aos sujeitos (visitantes); e, por último, acesso por realizar ações que reflitam nas demandas locais. Apesar desses problemas, é importante lembrar que o museu é um equipamento cultural e de lazer, relativamente novo no município. Sua relação com a comunidade local está em processo de formação, por isso, precisa ter um planejamento e gestão melhores estruturados, para atender, de forma qualitativa, a comunidade local.

Assim, sugerem-se algumas ações que possam contribuir com o processo de aproximação do museu e moradores locais: o planejamento de atividades de educação patrimonial, como roteiros percorrendo o sítio arqueológico existente da área urbana da cidade; ações artísticas envolvendo jovens e crianças, como produção de pinturas e histórias a partir do entendimento dos envolvidos; além disso, é importante a produção de pesquisa e levantamentos dados sobre a memória local, com produção de cartilhas e revistas sobre patrimônio cultural do município.

Ao aproximar o museu a moradores locais, com ações e princípios de uma educação para e pelo lazer, será trabalhado potencial pessoal e social desse público, podendo contribuir para o desenvolvimento municipal a partir de atores locais.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C. Costa, M. C. CABRAL, D. M; CARAVELAS, D. C. 2008 Figueiredo. Os Espaços e Equipamentos de Lazer das Cidades: o caso de Belém/Pa. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.) *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008.

BARDIN, L. *L'analyse de contenu*. Paris, Presses universitaires de França, 1977. 236. P., p.3.

GOVERNO FEDERAL - *Projeto do ProJovem*. Brasília, 2006.

GOVERNO MUNICIPAL. *Levantamento da Oferta Turística do Município de Portel*, Portel –Pará, 2012

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em: 02 de out, 2014

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: NASCIMENTO, S. S, TOLENTINO, Á. e CHAGAS, M. (Org). *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. 2006, p. 31-44.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O Paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia. *Rev. Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio MAST* – vol.7, no 2, 2014.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e sociedade: algumas aproximações. MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e Sociedade: múltiplas relações*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2008.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos/ trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares*. – 3. Ed.- Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVERIA, José Aldemir de. A cultura nas (das) pequenas cidades na Amazônia brasileira. *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais, A questão Social no novo milênio*. Coimbra: 2006.

PACHECO, Agenor Sarraff, SILVA, Jaddson Luiz Souza. Nas Margens do Patrimônio Marajoara. *XXVII Simpósio de Nacional de História: conhecimento histórico de diálogo social*, Natal, Jul. 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364438352\\_ARQUIVO\\_NASMARGENSOPATRIMONIOMARAJOARA-AGENOREJADDSON-VERSAOFINAL.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364438352_ARQUIVO_NASMARGENSOPATRIMONIOMARAJOARA-AGENOREJADDSON-VERSAOFINAL.pdf)

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Lazer e educação: desafios da atualidade. MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) *Lazer e Sociedade: múltiplas relações*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2008.

SAMPAIO, Mariana Batista. Pressupostos para a Manutenção de Referências Culturais enquanto Potencialidades de Desenvolvimento Local e Regional: o caso de municípios do Estado do Pará. FIGUEIREDO, Sílvio (Org.) *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*, 7. Ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos, 8)

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Ana Claudia dos Santos. Representações sociais sobre o Patrimônio Histórico e Cultural de Belém (PA): Estudos de um caso sobre a Igreja das Mercês e seu entorno. FIGUEIREDO, Sílvio (Org.) *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008.

SOUZA, Jorge Alex de Almeida. A relação entre o Urbano e Ribeirinho no Desenvolvimento do Turismo em São Domingos do Capim (PA). FIGUEIREDO, Sílvio Lima (Org.) *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (Org.) *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*, 1. ed. - Belém.





# A IMAGEM DA CIDADE DE BELÉM-PA COMO ATRATIVO PRINCIPAL PARA DIVULGAÇÃO COMO DESTINO TURÍSTICO: TURISMO CINEMATográfico NA CAPITAL PARAENSE

*Marcos André de Menezes Costa<sup>1</sup>*

*Maria Goretti da Costa Tavares<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A atividade turística encontra-se em elevado crescimento, pois não é somente direcionada a viagem e lazer, mas mercadológica, com investimentos governamentais e empreendimentos privados, tonando-se também um elemento social e cultural em constante desenvolvimento. O mercado de atrações turísticas abrange muito mais do que excursões ou vivência direta com o meio natural. A necessidade humana de descobrir novas experiências e diferentes culturas se expande de forma que o comércio turístico vê-se obrigado a (re)criar novos atrativos para seus diversos consumidores na procura da interatividade. Para Dias e Cassar (2005, p. 56), “[...] o turismo pode ser considerado uma prática social e cultural que tem por objetivo atender às necessidades psicossociológicas das pessoas que viajam. [...] fuga da rotina, descanso, lazer ou conhecimento de novos lugares e pessoas”.

O turismo dispõe de inúmeros segmentos como turismo religioso, turismo cinematográfico, turismo de negócios, turismo de aventura, turismo patrimonial, ecoturismo etc. O segmento turismo

<sup>1</sup> Especialista em Planejamento e Gestão do Turismo e do Lazer pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) / Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2014. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2013. E-mail: marcosandrecosta@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Profa. Dra. da Universidade Federal do Pará (UFPA) / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) / Faculdade de Cartografia e Geografia (FCG) / Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGGEO). E-mail: mariagg29@gmail.com.

cinematográfico está se destacando mundialmente, com o objetivo de promover, divulgar e dar visibilidade da imagem de uma cidade por meio de um filme, de uma novela, de um documentário, de uma publicidade, atraindo intensamente visitantes para uma localidade. O tema escolhido surgiu a partir de variadas questões observadas em Belém do Pará, como o patrimônio histórico e cultural, a gastronomia, a religiosidade e as variadas manifestações artísticas, e procura-se entender porque a cidade ainda não tem essa menção nesse segmento, como a cidade de Brasília, que é referência em turismo cinematográfico. De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, 2010), foram feitos mais de 200 filmes que divulgaram, promoveram e contribuíram com a imagem e o desenvolvimento turístico na região central do país, atraindo cada vez mais turistas à capital federal do Brasil.

Logo, diante desse referenciamento, utilizou-se inicialmente a cartilha do turismo cinematográfico elaborada pelo Ministério do Turismo (MTur) em parceria com o Instituto Dharma feita para ampliação do tema no Brasil, com a finalidade de direcionamento e a possibilidade de implementação em uma localidade. Então, é possível uma reflexão diante do seguinte questionamento: de que forma o turismo cinematográfico pode contribuir na exposição dos cenários turísticos para atrair cada vez mais visitantes a Belém do Pará?

A partir desta questão, este artigo direcionou identificar o turismo cinematográfico e como todos os seus desdobramentos podem colaborar para fomentar cada vez mais o turismo na capital paraense, além da importância da divulgação dos cenários turísticos, e por fim, valorizar a inter-relação do turismo com o cinema, fazendo uma aliança mais contemporânea com a imagem turística e verificando o potencial da cidade para ser implementado e desenvolvido. Portanto, perante o questionamento da problemática, torna-se proeminente o estudo do tema diante das possibilidades de contribuições para a divulgação dos cenários turísticos de Belém do Pará. O turismo cinematográfico tem auxiliado a fortalecer e fomentar o trade turístico em uma cidade, atraindo turistas específicos, ou não, no Brasil e no mundo.

## AS INTERFACES DA UNIÃO DO TURISMO COM O CINEMA

Para um entendimento mais completo a partir deste assunto, é preciso entender o que direciona o turismo. De acordo com Pinho (2010, p. 106):

O turismo se configura nos deslocamentos de um núcleo emissor para um núcleo receptor por motivos variados, como a busca por atividades de lazer, para realização de negócios, estudos e pesquisas, tratamento de saúde, prática de esportes, participação em eventos de diversos tipos, visita a amigos e parentes, etc.

Verifica-se que o turismo proporciona diversas alternativas; além de mercadológico, também é lazer, viagens e com um segmento social presente na vida empírica da humanidade, com muitas interatividades, desbravando novas e inúmeras experiências em culturas diferenciadas e com uma diversidade turística em variados lugares. Segundo o Art. 2º da Lei nº 11.771, de 11 de setembro de 2008, “[...] considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2008, p. 01). Nessa perspectiva, entende-se que além da procura por novos conhecimentos e descobertas na realização de uma viagem, pode-se combinar com outros temas como o cinema, que é muito variado como o turismo, compreendido em inúmeros direcionamentos como será verificado mais adiante.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), o cinema é “[...] indústria multibilionária que gera hoje uma imensa circulação de pessoas ao redor do mundo, movimentando mercados de produção, distribuição, direitos autorais, tecnologia, etc. [...]” (BRASIL, 2007, p. 06). Nota-se que o cinema sempre será um entretenimento bastante presente na vida do ser humano, além de ser uma potência mundial da comunicação. Para Melo (2009, p. 25), “O cinema, é o maior veículo de suporte de difusão da imagem em movimento [...]”. É também do divertimento, é histórico, é inovador e tem tradição cultural, e conforme Schneider (2012, p. 11), “[...]”

possui a característica de fascinar e envolver as pessoas, de transportá-las para outro mundo, para outra realidade, de fazer com que vejam e sintam pessoalmente aquilo que ainda não conheciam”.

Geralmente, o cinema tem sempre algo a contribuir, pois tem uma força impressionante. Atualmente, a mídia em si está muito presente no cotidiano, influenciando e gerando reflexões no que se tem visto e de como se interpreta o que se está vendo. De acordo com Albernaz (2009, p. 01), “[...] a imagem, é a expressão mais primitiva do ser humano, sempre foi um meio de comunicar ideias, valores, crenças, [...], pessoas, lugares e acontecimentos”. O cinema tenta tratar do real, mas possui muita ficção ou verdadeiras lições, e mesmo a história sendo verídica, ela sensivelmente é modificada; para a análise de Melo (2009, p. 30), “O cinema nem sempre retrata o real, [...], seus produtores e montadores, acabam por desenhar a forma como seus grupos pensam e vêem seu objeto de estudo e, dessa forma, sua cultura”. Nessa perspectiva, muitas vezes as verdades que são filmadas ficam absolutas, com meras coincidências, mas na sua maioria, fica totalmente uma verdadeira fantasia.

Com tanta variedade e amplitude dos estudos relacionados do turismo com o cinema, tornou-se imprescindível observar exemplos e as singularidades a partir dos seus aspectos para uma análise mais completa, permitindo um melhor planejamento para a finalização. Devido a essa grande tendência mundial, uma das cidades mais beneficiadas nessa união é o Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro talvez seja o destino brasileiro que mais se beneficia com a promoção de imagens veiculadas mundialmente, através de produções audiovisuais. Como exemplo, pode ser citado o significativo interesse de turistas nacionais e internacionais por assistir jogos de futebol no Maracanã, passear pelo bairro da Lapa integrando história, música, dança e gastronomia, pacotes turísticos que contemplam tour pelos 14 galpões que compõem a Cidade do Samba, quartel-general de toda a produção do carnaval carioca, transmitido por imagens a todos os continentes, sem contar a tradicional caminhada pelo calçadão de Copacabana, a praia mais famosa do mundo (MELO, 2009, p. 66).

Sem dúvida, observa-se que a cidade do Rio de Janeiro é diferenciada, pois há muitos e variados cenários turísticos, não só na capital, mas no interior, que contemplam essa metrópole com a chegada de novos turistas constantemente, multiplicando e fortalecendo o trade turístico.

Contudo, o que se vê? Como se interpreta o que se vê? Qual é a grande sensibilidade do olhar do cinema com essa relação mais turística?

A relação entre turismo e cinema pode assumir diversas formas: a produção de documentários para divulgação de destinos turísticos; a criação de produtos turísticos a partir de estúdios de cinema; o turismo de negócios associado aos festivais de cinema; e finalmente, a deslocação a um lugar porque este está relacionado com um determinado filme, [...], e pela importância que as imagens de um filme podem ter a construção da ideia de um dado território, mas também pelos efeitos sentidos no território, pela procura deste por parte dos turistas [...]. O turismo e o cinema são analisados sob várias perspectivas que visam caracterizar as diferentes especialidades que esta relação tem, nomeadamente, a difusão e consolidação do turismo cinematográfico como forma de turismo cultural, [...] e, finalmente, o papel das autoridades locais como elemento potencializador do turismo cinematográfico (ALMEIDA et al., 2009, p. 01).

Analisa-se que a responsabilidade do audiovisual em parceria com o turismo, seja no conceito, nas interpretações ou nas práticas da divulgação das imagens, é essencial, desde que seja bem aproveitado, trabalhado, direcionado, planejado etc. De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, 2007, p. 14), “[...] é reconhecer e também descobrir as potencialidades turísticas de sua localidade ou região e, mais que isso, despertá-lo para a necessidade de protegê-las e valorizá-las”.

Portanto, essa aliança entre o turismo e o cinema em Belém do Pará, possivelmente, possibilitará (re)descobrir não só os cenários turísticos, mas também a cultura, a arte, as paisagens ambientais e sociais, permitindo assim, resultados relevantes entre os novos visitantes e os visitados na região e seu entorno. É de suma importância que a partir

dessa implementação possa surgir uma intersetorialidade, pois não é e jamais será algo isolado. É primordial que ocorram reflexões e discussões sobre o desenvolvimento do tema e uma aplicação efetiva de estudos técnicos e científicos para propostas, alternativas e estratégias, com a inserção da comunidade local para minimizar os impactos negativos e aperfeiçoar os positivos e colher, a longo prazo, os frutos dessa união singular na metrópole paraense.

## **METODOLOGIA**

A opção metodológica foi feita por meio de pesquisa bibliográfica, exploratória, indutiva e qualitativa. Primeiramente, procedeu em fazer um levantamento completo bibliograficamente em livros, artigos, monografias, entre outros, para sistematização das informações.

A pesquisa bibliográfica visa oferecer diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos e é desenvolvida com base em material já elaborado: livros, artigos de periódicos científicos e, atualmente, materiais disponibilizados pela internet. Por meio da pesquisa bibliográfica, é possível encontrar o documento que melhor se adapte ao tema que você busca (ROVER, 2006, p. 101).

Com esse esclarecimento, direcionaram-se os procedimentos para alcançar os objetivos que ofereceu uma amplitude generalizada do que já foi expandido sobre o tema no Brasil, e ajudou consideravelmente, no desenvolvimento e no enriquecimento de todo o conteúdo.

Posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo. A necessidade de um estudo detalhado teve a finalidade de descobrir as particularidades do local.

[...] quando envolve o estudo em campo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, se permite o seu amplo e detalhado conhecimento. Este tipo de pesquisa, normalmente, é realizado a partir de um caso em particular e, posteriormente é realizada uma análise comparativa com outros casos, fenômenos ou padrões existentes. É amplamente utilizada no levantamento de

características e parâmetros de funcionamento ou operação de sistemas e processos (JUNG, 2003, p. 132.).

Compreende-se que o estudo de caso direciona a uma melhor amplitude para que sejam alcançados e analisados os objetivos da pesquisa. Nesse contexto, verificaram-se as opiniões dos atores envolvidos e os cenários turísticos que podem servir de pano de fundo para uma produção cinematográfica, como, por exemplo, o Complexo Feliz Lusitânia, como é verificado a seguir nas figuras 1, 2 e 3. Este é um dos pontos turísticos mais visitados da capital paraense.

Figuras 1, 2 e 3 – Imagens e paisagens do Complexo Feliz Lusitânia: Da esquerda: Entrada para o Forte do Presépio, fonte e a vista para a Baía do Guajará



Fonte: Marcos André Costa.

Está localizado no bairro da Cidade Velha, onde está concentrado o centro histórico que marca o início da história de Belém do Pará com suas primeiras ruas, como a Rua Siqueira Mendes; é voltado diretamente à atividade turística. Busca a interatividade entre o passado, a arquitetura, o patrimônio histórico, o simbolismo, a preservação da memória etc.

O complexo integra uma linha de ação voltada para o desenvolvimento do estado e elevação da autoestima da população paraense através da valorização de nossa 'cultura'. [...] marca a fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará e possui uma carga simbólica, que nos permite ler não apenas o

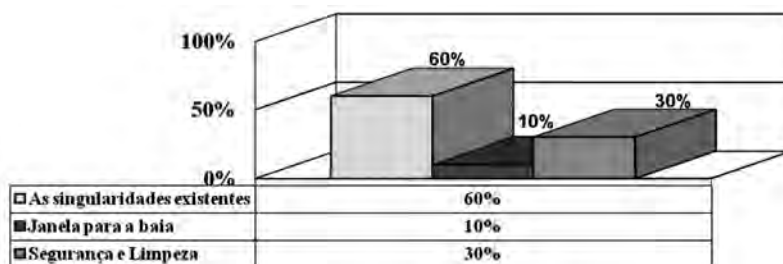


contexto imediato do complexo restaurado em relação ao bairro da Cidade Velha, mas tecer uma História de Belém em que se destacam tempos exemplares (MIRANDA, 2006, p. 14).

Nesse sentido, esse espaço histórico, turístico e cultural, apresenta a preservação do passado e (re)qualificado para o presente. Mostra a ligação do paraense com a sua história, com seu patrimônio e com a sua cultura, como cita a autora acima. Em campo, conversando com alguns moradores, turistas e frequentadores do Complexo Feliz Lusitânia, entre os dias 03 a 11 de novembro de 2014, em um total de doze pessoas, perguntou-se: Como poderia o Complexo Feliz Lusitânia ser aproveitado para a realização de uma obra cinematográfica?

Para cerca de 60% dos entrevistados, pode ser aproveitada toda a singularidade urbanística, paisagística, simbólica e arquitetônica que o espaço físico, histórico e cultural oferece. Para cerca de 10%, o lugar pode ser aproveitado como uma janela para a Baía do Guajará, uma vez que está bem próximo da mesma. Cerca de 30% acredita que pode ser aproveitado para melhorar a segurança para turistas, frequentadores e moradores, além de cuidado e valorizado, tornando o ambiente mais limpo para visitantes e visitados, como exposto no gráfico a seguir:

Gráfico – aproveitamento do espaço



Fonte: Marcos André Costa.

Observa-se nesses dados, que sendo realizada uma produção cinematográfica no Complexo Feliz Lusitânia, será aproveitado exatamente tudo que esse espaço proporciona, não só como atratividade turística, mas o que ele significa para a história do Estado do Pará. O lugar

tem simbolismo, tem identidade, tem diversidade e suas particularidades; é um patrimônio cultural que marca onde tudo começou. O turismo cinematográfico pode contribuir ainda mais na divulgação desse ambiente, na tentativa de fazer uma relação mais contemporânea com a imagem e o que significa no presente, valorizando o local e potencializando o que o mesmo pode oferecer para turistas e moradores da capital paraense.

## TURISMO CINEMATográfico

Este capítulo direciona como referência a Cartilha do Turismo Cinematográfico Brasileiro e o Estudo de Sinergia e Desenvolvimento entre as Indústrias do Turismo & Audiovisual, idealizado pelo Ministério do Turismo (MTur), ambas em 2007. A partir desses estudos, verifica-se que a união do turismo com cinema possibilita a visita de turistas, ou não, em uma região mostrada no cinema, TV ou Internet, como também:

[...] pelo movimento dos turistas em dois sentidos: o de conhecer as estruturas que abrigam as produções cinematográficas e os mecanismos que dão forma a este mundo de fantasia, por meio de visitas aos estúdios e sets de filmagem; e o de conhecer os destinos e cenários (locações) onde a narrativa do filme se sucedeu, na tentativa de viver momentos e emoções criadas no filme e introjetadas no imaginário do espectador-turista (ALBERNAZ, 2009, p. 17).

Analisa-se que o desejo de conhecer um destino que foi cenário cinematográfico é uma atividade moderna e diferenciada que motiva os set-jettters<sup>3</sup>, ou não, no Brasil e no mundo, a visitar uma região onde determinada produção cinematográfica foi designada, na expectativa de atrair novos turistas para apreciar e vivenciar as particularidades in loco. Concordando com Albernaz (2009, p. 01), “[...] a estratégia de atração de visitantes por meio dos audiovisuais é uma tendência atual do turismo mundial”.

---

<sup>3</sup> Set-Jettters são turistas que viajam para as paisagens que servem de pano de fundo de filmes (BRASIL, 2007, p. 03).

Esse segmento do turismo vem se consolidando e se constituindo como uma atividade altamente única. Para Schneider (2012, p. 14), “[...] vem sendo cada vez mais utilizado no cinema mundial e nacional como recurso para atrair turistas, os set-jettters, às regiões que serviram de locação nas filmagens de produções cinematográficas, audiovisuais e televisivas”. Por onde foi ou está sendo implantado, o turismo cinematográfico torna-se diferenciado, e não será diferente em Belém do Pará, pois valorizará a região filmada, dando visibilidade a cenários locais e atraindo cada vez mais visitantes. Conforme o Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, 2007, p. 05), “[...] três fatores estimulam os turistas cinematográficos: o lugar (cenários e paisagens), as personalidades (a estrela do filme ou o personagem) e as características artísticas (o gênero do roteiro)”.

Segundo o Ministério do Turismo (MTur), o quadro abaixo (Quadro 01) sobre os possíveis impactos do turismo cinematográfico<sup>4</sup> sendo implementado em uma localidade apresenta, exatamente, o que uma locação recebeu de visitantes e o lucro com a realização de um filme. A partir desses exemplos, é possível avaliar o que a capital paraense pode receber, em longo prazo, com a concretização de uma obra cinematográfica. É verificado na lista os filmes, as locações, os números de visitantes ou faturamento.

Nota-se a apresentação de resultados positivos em cada localidade citada, e que o aumento de turistas foi impactante com porcentagens elevadíssimas anualmente. Essa aliança entre o turismo e o cinema proporciona a divulgação de uma localidade até mesmo inexistente do cenário mundial e não será diferente sendo implementado em Belém do Pará. A interferência desses filmes para o incremento turístico em uma localidade foi gigantesca, como na cidade Wallace Monumente, na Escócia, no filme *Coração Valente*, com mais de 300% no aumento de

---

<sup>4</sup> Segundo o Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, 2007, p. 11), essa tabela foi extraída do estudo “Promoting Destinations via film Tourism: an empirical identification of supporting marketing initiatives de S. Hudson e J. R. B. Ritchie”. Fonte: Rillely and Van Doren (1992); Tooke and Baker (1996); Grihaut (2003); Croy and Walker (2003); Cousins and Anderek (1993); Busby and Lund (2003); Rillely, Baker and van Doren (1998).

visitantes após o lançamento como é mostrado na tabela acima. Não foi possível encontrar a metodologia usada para a definição da mesma, e nessa própria perspectiva, o impacto do filme diante dos visitados, como também, se havia outras ações ou eventos que puderam interferir na finalização do resultado.

Quadro 1 – Impactos do turismo cinematográfico

FILME OU SÉRIE DE TV	LOCAÇÃO	IMPACTO EM NÚMERO DE VISITANTES OU FATURAMENTO
Coração Valente	Wallace Monument, Escócia	300% de aumento do número de visitantes depois do lançamento
Heartbeat (*)	Goathland, North Yorkshire, Escócia	3 vezes o número médio de visitantes no ano seguinte
Amargo Pesadelo	Rayburn County, Georgia, Estados Unidos	20 mil turistas adicionais ao ano com receitas de 2 a 3 milhões de dólares
Dança com Lobos	Fort Hayes, Kansas, Estados Unidos	25% de aumento comparado com apenas 7% em média nos 4 anos anteriores
Contatos Imediatos do Terceiro Grau	Devils Tower, Wyoming, Estados Unidos	75% de aumento em 1975, 20% dos visitantes ainda hoje vem por causa do filme
Thelma e Louise	Arches National Monument em Moab, Utah, EUA	15,1% de aumento em 1991
Campo dos Sonhos	Iowa, Estados Unidos	35.000 visitantes em 1991, crescimento estável anualmente
Seriado Dallas	Southfork Ranch, Dallas, Estados Unidos	500 mil visitantes ao ano
O Senhor dos Anéis	Nova Zelândia	10% de aumento anual entre 1998 e 2003 apenas do Reino Unido
Flores de Aço	Louisiana, Estados Unidos	48% de aumento anual depois do lançamento
O Último dos Moicanos	Chimney Rock Park, North Carolina, EUA	25% de aumento anual depois do lançamento
Adoráveis Mulheres	Orchard House, Concord, Massachusetts, EUA	65% de aumento anual depois do lançamento
Trilogia Harry Potter	Várias locações no Reino Unido	Todas as locações tiveram acréscimo de 50% ou mais
Missão Impossível 2	Parques Nacionais em Sidney, Austrália	200% de aumento em 2000
Nas Montanhas dos Gorilas	Ruanda	20% de aumento em 1998
Crocodilo Dundee	Austrália	20,5% de aumento de visitantes norte-americanos entre 1981 e 1988
A Praia	Tailândia	22% de aumento no mercado jovem em 2000
To the Manor Born (*)	Crickey St Thomas, Leisure Park, Inglaterra	37% de aumento entre 1978 e 1980
Middlemarch (*)	Stamford, Lincolnshire, Inglaterra	27% de aumento em 1994
Quatro Casamentos e Um Funeral	Crown Hotel, Amersham, Inglaterra	Lotado por pelo menos 3 anos
Sua Majestade Mrs. Brown	Osborne House, Ilha de Wight, Reino Unido	25% de aumento
Um Lugar Chamado Notting Hill	Kenwood House, Inglaterra	10% de aumento em 1 mês
Em Busca do Soldado Ryan	Normandia, França	40% de aumento de turistas norte-americanos
Razão e Sensibilidade	Saltram House, Inglaterra	39% de aumento
Orgulho e Preconceito	Lyme Park em Cheshire, Inglaterra	150% de aumento de visitantes
Tróia	Canakkale, Turquia	73% de aumento de turismo
O Capitão Corelli	Cefalonia, Grécia	50% de aumento em 3 anos

(\*) Filmes que não foram lançados no Brasil

Fonte: Brasil, 2007, p. 11.

Possivelmente, a tendência é que o turismo cinematográfico possa movimentar e agilizar uma série de investimentos estruturais em uma locação, devido à demanda ou fluxo de visitantes que serão envolvidos nos âmbitos social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico etc. Segundo o Ministério do Turismo (MTur):

Um grande fluxo de investimentos imediatos, que tende a gerar um futuro fluxo de turistas proporcional ao esforço de marketing, despendido nessa direção, e incentivar a ampliação deste tipo de atividade em uma locação, traz o crescimento de toda uma cadeia produtiva (BRASIL, 2007, p. 12).

A seguir, são mostrados na figura 04 os possíveis benefícios que a união do turismo com o cinema pode proporcionar para uma localidade ou para a capital paraense:

Figura 4 – Ciclo de benefícios do turismo cinematográfico



Fonte: Brasil, 2007, p. 12.

Inegavelmente, o turismo cinematográfico possibilita impactos marcantes, como visto na figura acima, apresentando possíveis benefícios para uma localidade, como por exemplo, a demanda de turistas. Esse segmento do turismo é atualmente uma das grandes estratégias do turismo mundial, consagrando locações quase desaparecidas do cenário nacional e internacional, como foi o caso da Nova Zelândia, onde foi feito

o filme da trilogia, O Senhor dos Anéis, vencedor de quatro Oscar, como é mostrado na figura 05 a seguir:

A Nova Zelândia gaba-se, com razão, do aumento em quase 300% no número de visitantes após a trilogia O Senhor dos Anéis. Mas também eles fizeram muito bem seu dever de casa. Hoje, é possível fazer um tour um dvd com sua aventura pessoal documentada (BRASIL, 2007, p. 05).

Figura 5 – Filme “O Senhor dos Anéis”.



Fonte: [www.google.com](http://www.google.com).

Observa-se que a Nova Zelândia explorou muito bem seus cenários turísticos por meio da parceria entre o turismo e o cinema; com isso, houve impactos positivos no país, como o crescimento de turistas. A região se caracterizou como a alma da trilogia cinematográfica para o mundo, beneficiando grandes investimentos e não será diferente sendo

implementado em Belém do Pará, mas é preciso fazer o dever de casa, com investimentos estruturais e uma intersectorialidade entre todos os atores envolvidos, principalmente do governo estadual e municipal, como comenta Hayata e Madril (2009, p. 54): “[...] quando uma produção elege um local para ser a base de filmagem, seja uma grande cidade ou uma região natural, traz um grande fluxo de investimentos imediatos”.

### **FILM COMMISSION E SUA RELAÇÃO COMO O TURISMO CINEMATOGRAFICO**

Criar uma film commission atuante é estimular, fortalecer e divulgar a imagem de qualquer cidade, promovendo-a como destino turístico. Para Schneider (2012, p. 52), “[...] o poder que muitos filmes têm de atrair turistas a visitar seus cenários, em boa parte, se deve ao trabalho de auxílio prestado aos produtores de cinema através das Film Commissions”.

Para o Ministério do Turismo (MTur), as Film Commissions:

[...] têm por objetivo não apenas facilitar o trabalho dos produtores, como também de promover o potencial da região no meio audiovisual. [...]. As Film Commissions (FCs) podem ser de iniciativa pública, privada ou ter uma composição jurídica mista (BRASIL, 2007, p. 12).

Analisa-se que criação de uma Film Commission em uma cidade e, principalmente, em Belém do Pará, será de fundamental importância para agilizar e articular o processo de divulgação da imagem da cidade, com resultados de facilitar o trabalho dos produtores audiovisuais, direcionando e acelerando informações sobre a capital paraense e promovendo o potencial turístico a nível nacional e internacional. Concordando com Nascimento (2009) apud Schneider (2012, p. 52), “[...] estas comissões representam cidades, regiões e até países inteiros, através de representantes do poder público local, do comércio, do turismo, comissões de turismo, etc.”.

## **BRASÍLIA E SUA PARCERIA COM UMA *FILM COMMISSION***

Desde 2008, Brasília tornou-se referência em turismo cinematográfico no Brasil, um segmento que se caracteriza por ser moderno, inovador e criativo. Para Silva et al. (2010, p. 09), “[...] a escolha da capital federal como destino indutor do turismo cinematográfico levou em consideração a vocação natural de Brasília neste nicho de negócios, por suas locações diferenciadas que podem servir de cenário para filmes”. A cidade de Brasília foi construída na era do atuante presidente da república Juscelino Kubitschek, a partir da década de 1950, em um projeto ousado do urbanista Lúcio Costa e do gênio criador arquiteto Oscar Niemayer (BRASIL, 2010, p. 2). A capital federal é apontada como padrão arquitetônico diferenciado, e por isso e muito mais, produções audiovisuais nacionais e internacionais exploraram seus cenários urbanos (BRASIL, 2010, p. 3), inserindo-a como protagonista de vários filmes, documentários, publicidades, entre outros.

Suas características turísticas e arquitetônicas têm criado uma profunda interação entre o cinema e o turismo. Segundo os autores, “[...] já foram realizados mais de 200 filmes, sendo que, no mínimo, mais de 50 filmes retrataram a cidade como personagem ou figurante do tema” (BRASIL, 2010, p. 18; SILVA et al., 2010, p. 09). Brasília tem sido alvo das curiosidades dos visitantes desde sua fundação. De acordo com Albernaz (2009, p. 04), “[...] Brasília sempre esteve ligada ao audiovisual por ser uma cidade contemporânea, foi filmada desde a sua construção em outubro de 1956”.

O apoio de uma Film Commission, que tem a finalidade comercial de divulgar as imagens de uma locação por meio do audiovisual, fez a diferença quando foi criada na localidade, e começou a espalhar e promover a imagem da capital federal.

- Criada em 1997 a Brasília Film Commission.
- Finalidade: promover e divulgar Brasília como local atraente para realização de produções audiovisuais pelas excelentes condições naturais da cidade e entorno, e pelos mecanismos facilitadores da produção.



- A Comissão de Filmagem agiliza o apoio institucional prestando serviços gratuitos de coordenação ou mediação com órgãos responsáveis por segurança, saúde, transporte, eletricidade, telecomunicações, licenças de filmagens, e dá consultoria e ajuda sobre locações, legislação de incentivo, materiais técnicos e mão-de-obra especializada disponíveis na região (SILVA et al., 2010. p. 20).

Verifica-se que a Brasília Film Commission, a partir do momento que foi criada, ajudou sensivelmente a promover cada vez mais a capital federal como um destino direcionado para produções cinematográficas, valorizando-a turisticamente e entrando definitivamente no mercado do audiovisual.

O turismo cinematográfico diferencia-se do turismo tradicional que, teoricamente, é de viagens e lazer ou variando em suas complexidades. Essa cidade serve de exemplo para outras capitais brasileiras, e principalmente para Belém do Pará, que possui potenciais turísticos e singularidades que podem servir de cenário para uma obra cinematográfica. De acordo com o Ministério do Turismo (MTur):

O Brasil tem grande potencial para se destacar como locação de diversas produções cinematográficas e canalizar os benefícios em favor de um aumento da demanda turística, é preciso investir em ações como:

- Criação de um pacote atrativo, unificando incentivos fiscais às virtudes nacionais.
- Apoio e chancela governamental à atuação da rede nacional de film commissions.
- Divulgação da cultura e imagens típicas da geografia aos olhos do grande público mundial, agregando valor ao audiovisual em conjunto com o turismo e a economia local.
- Incentivo à modernização da infraestrutura e potencialização do talento criativo nacional com formação e qualificação de mão-de-obra técnica.

Essas e outras ações visam tornar possível o desenvolvimento dos potenciais nacionais e superar os desafios impostos pela modernidade e a globalização, inserindo o turismo cinematográfico e setores complementares na economia criativa brasileira, usufruindo de seus inúmeros benefícios (BRASIL, 2010, p. 07).

Analisa-se que para que Belém do Pará possa se tornar um destino de referência nesse nicho cinematográfico, é preciso existir projetos direcionados, apoio financeiro e fiscal com empresas públicas e privadas para produções de curtas, médias e longas metragens, buscando sempre os apoios dos governos municipal, estadual e federal, de acordo com as Leis culturais de incentivo à arte, órgãos oficiais de turismo e da sociedade local.

Portanto, para que o trabalho seja intersetorial e faça desse segmento mais uma alternativa do turismo na capital paraense, é imprescindível haver estratégias, criatividade, planejamento, organização, integração, apoio político e público. O turismo cinematográfico tem crescido mundialmente e com relevância destacada dentro do cenário brasileiro, principalmente na divulgação da imagem, no fortalecimento da cadeia produtiva e na receptividade turística de uma cidade e seu entorno.

## CONCLUSÃO

A pesquisa jamais finaliza por aqui, visto que ainda é bastante inicial. As investigações sobre a implementação do turismo cinematográfico possuem resultados parciais e, ao logo do tempo, surgirão novas e determinadas possibilidades, e mais discussões serão levantadas em diferentes períodos. Entretanto, esses debates serão determinantes para aprofundar as particularidades do turismo por meio do audiovisual.

Observou-se que a relação do turismo e do cinema tem proporcionado alternativas para o crescimento da demanda turística no Brasil e no mundo, pois é inovador, criativo e moderno. Essa aliança tem uma profunda responsabilidade socioeconômica, pois é possível aproveitar toda a temática para trabalhar dentro das potencialidades turísticas, naturais, patrimoniais, gastronômicas, artísticas e culturais existente em uma localidade. O turismo cinematográfico, mesmo timidamente, já é uma realidade nacional e internacional.

Verifica-se que uma das possibilidades dessa união do turismo e do cinema em Belém do Pará, seria a criação de uma film commission

atuante. A capital paraense ainda não tem nenhuma iniciativa ou nenhum plano ou estratégias para começar o desenvolvimento desse segmento do turismo. Os cenários turísticos, como O Theatro da Paz, A Estação das Docas, O Complexo Feliz Lusitânia, O Parque Mangal das Garças, O Ver-o-Peso etc., podem servir ainda mais, como já serviram, de personagem e/ou protagonista para filmes, novelas, documentários, publicidades, entre outros, principalmente para retratar o cotidiano amazônico. Já houve produções na região, mas não no sentido de divulgação e/ou promoção turística, focados no direcionamento da capital paraense como destino ou atrativo turístico.

Portanto, é possível implementar em Belém do Pará o turismo cinematográfico, desde que seja planejado e as singularidades regionais aproveitadas. O tema está aberto para inúmeras reflexões, discussões e novos estudos. É necessário uma intersetorialidade entre todos os atores envolvidos (governo estadual, municipal, agentes do turismo, realizadores audiovisuais, sociedade, etc.) para o desenvolvimento do assunto na localidade.

Por fim, propõem-se algumas questões para serem refletidas e debatidas, para fortalecer e fomentar a implementação do turismo cinematográfico:

- Como buscar apoio e incentivo público, privado, do empreendedorismo, da comunidade e de parceiros afins para implementar o turismo cinematográfico e criar uma film commission?

- Identificar uma identidade turística mais dinamizada para valorização das potencialidades e atratividades que Belém do Pará possui como estratégia para fortalecer ainda mais o turismo religioso, o turismo cultural, o turismo gastronômico etc., criando um leque para a união do turismo com o cinema.

- Investir na contratação de profissionais qualificados e com formação acadêmica para a criação de planos e estratégias para dinamizar a promoção, a divulgação e o marketing por meio dos meios de comunicação em massa como o cinema, a televisão e a internet para o Brasil e para o mundo.

- Motivar a intersetorialidade entre todos os atores envolvidos do turismo (Secretaria de Turismo, Agentes e Agência de Viagens, Empresas de receptivo etc.) e do cinema (Associação, Críticos de cinema, Realizadores, Produtores etc.).

- Incentivar o desenvolvimento do turismo para restaurar, revitalizar, preservar, proteger e conservar os cenários turísticos, históricos e culturais, pois eles podem servir de cenários ou pano de fundo para novas e inúmeras produções cinematográficas nacionais e internacionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diana. et al. *Cinema e turismo*. Territur-CEG, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009. 14 p. Disponível em: <[http://genesis.home.sapo.pt/Doc/Art\\_8.pdf](http://genesis.home.sapo.pt/Doc/Art_8.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

ALBERNAZ, Patrícia da Cunha. *Curta Brasília: a imagem da cidade no olhar do cinema e sua relação com o turismo*. Brasília, 2009, 181 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado em Turismo, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp107756.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo, Instituto Dharma. *Cartilha do turismo cinematográfico brasileiro*. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Cartilha\\_Cinema.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha_Cinema.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Estudos de sinergia e desenvolvimento entre as indústrias do turismo & audiovisual*. Brasília, 2007. Disponíveis em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Estudo\\_Completo\\_Cinema.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_Completo_Cinema.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei geral do turismo nº 11.771 de 17 de setembro de 2008*. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm)>. Acesso em: 23 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo, Instituto Casa Brasil de Cultura, Instituto Dharma. *Destino de referência em turismo cinematográfico*: Brasília-DF, 2010. 15 p. Disponível em: < [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/braslia.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/braslia.pdf) >. Acesso em: 18 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo, AVT/IAP, NT/USP. *Caminhos do futuro: aprendiz de lazer e turismo*. Luiz Gonzaga Godoi Trigo...[et al.]; coordenação Regina Araújo de Almeida...[et al.] Ed. rev. e ampl. 38 p. São Paulo: IPSIS, 2007. Disponível em: < [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Aprendiz\\_de\\_Lazer\\_e\\_Turismo.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Aprendiz_de_Lazer_e_Turismo.pdf) >. Acesso em: 22 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Escrevendo a História: 50 anos de Brasília*. Brasília-DF, abril de 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/revista-50-anos-de-brasilia>>. Acesso em: 05 set. 2014.

COSTA, Marcos André de M. *Notas de campo, informações verbais, fotos e gráficos: pesquisa de campo*. Belém, outubro e novembro, 2014.

DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. *Fundamentos do Marketing Turístico*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 290 p.

GOOGLE.COM. *Foto da trilogia o senhor dos anéis*. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

HAYATA, Sarmiento Kivea; MADRIL, Marília Letícia. *Turismo cinematográfico: um novo segmento para o desenvolvimento turístico*. 2009. 168 p. Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Turismo - Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros\\_estudos/downloads\\_outrosetudos/Graduaxo\\_2\\_LUGAR.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/downloads_outrosetudos/Graduaxo_2_LUGAR.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

JUNG, Carlos Fernando. *Metodologia científica: ênfase em pesquisa tecnológica*. 3ª. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 357 p. Disponível em: <<http://www.mecanica.ufrgs.br/promec/alunos/download/metodolo.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

MELO, Ana Cristina Viana de. *Formulação de um modelo de observatório para o turismo cinematográfico em Brasília*. Brasília, 2009. 135 p. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp107710.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MIRANDA, Cybelle Salvador. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Belém, 2006. 265 p. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/teses/teseTurma2003-CybelleSalvadorMiranda.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

PINHO, Ivan. *Turismo: conceitos e definições*. Disponível em: <[file:///C:/Users/Marcos/Downloads/docslide.com.br\\_17417-fundamentos-do-turismo-aula-05-vol-1-sabado-microcamp.pdf](file:///C:/Users/Marcos/Downloads/docslide.com.br_17417-fundamentos-do-turismo-aula-05-vol-1-sabado-microcamp.pdf)>. Acesso em: 01º nov. 2014.

ROVER, Ardinete (Org.). *Metodologia científica: educação à distância*. Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), 2006. 103 p. – (Material didático). Disponível em: <[http://people.ufpr.br/~felipe/Apost\\_Metod\\_Cient-1.pdf](http://people.ufpr.br/~felipe/Apost_Metod_Cient-1.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

SCHNEIDER, Ana Cristina. *Luz, câmera,...turismo: as produções cinematográficas e as contribuições às cidades de Antônio Prada e Sapiranga*. Novo Hamburgo, 2012. 78 p. Monografia (Bacharelado em Turismo) - Universidade FEEVALE-RS. Disponível em: <<http://biblioteca.feevale.br/Monografia/MonografiaAnaCristina.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SILVA, Ana Cristina Costa et al. *Brasília cinematográfica: 2ª. etapa de preparação destino referência em turismo cinematográfico no Brasil*. Brasília: Instituto Dharma, 2010. 64p. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/downloads\\_regionalizacao/BrasiliaxCinematografica\\_2Brasil\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/BrasiliaxCinematografica_2Brasil_2010.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2014.



# TURISMO EM COMUNIDADES DO PARÁ: AS CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM BOA VISTA DO ACARÁ

Cássia Araújo Mareco<sup>1</sup>

Neila Cabral<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O problema que motivou essa pesquisa é apresentado no seguinte questionamento: O turismo que ocorre em Boa Vista do Acará pode ser considerado turismo de base local? Para isso, esta pesquisa utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e participativa, que viabilizou conhecer um pouco da realidade da localidade e assim correlacionar as informações obtidas a determinadas concepções do referencial teórico. A comunidade escolhida como *locus* de estudo já atua há cinco anos com atividades turísticas, agregada à principal atividade, que é o fornecimento de matéria prima à Natura cosméticos<sup>3</sup>. Identificaram-se nesta iniciativa algumas características abordadas pelos autores, assim como a ausência de outras. Porém, constatou-se que embora não atenda a todas as características discutidas, este pode ser considerado um exemplo de turismo de base local.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

Primeiramente, fez-se uma pesquisa bibliográfica, a qual buscou concepções acerca do turismo de base comunitária. De posse disto,

---

<sup>1</sup> UFPA. Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA). Belém. E-mail: mareco.cassia@gmail.com

<sup>2</sup> IFPA – Campos Belém. Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA/UFPA). Belém. E-mail: neilacabral@yahoo.com.br e neila.cabral@ifpa.edu.br.

<sup>3</sup> Empresa brasileira que atua no setor de cosméticos.



agregou-a ao material coletado por meio de pesquisas exploratória e participativa. A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já existentes, principalmente artigos e livros, e por meio desses materiais é proporcionado um maior conhecimento referente à temática selecionada (BEUREN; RAUPP, 2008).

Para se conhecer a realidade da comunidade, o histórico das atividades turísticas e como funciona a parceria da comunidade com as agências, fez-se necessária uma pesquisa exploratória e participativa. A escolha da pesquisa exploratória se fez tendo em vista que tal método visa proporcionar uma visão geral referente a um determinado assunto (GIL, 1999 *apud* BEUREN; RAUPP, 2008).

A pesquisa exploratória para esta produção também foi de grande importância a partir da abordagem de Andrade (2002 *apud* BEUREN; RAUPP, 2008, p. 80) em relação às suas finalidades; entre elas estão: “proporcionar maiores informações sobre o assunto que é investigado; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto”.

A pesquisa participante foi realizada no roteiro desenvolvido pela comunidade de Boa Vista do Acará e a agência Estação Gaboraba, em que se observaram as relações que se estabelecem entre o turista e a comunidade. Compreende-se que a pesquisa participativa proporciona uma interação de grande importância entre pesquisador e membros investigados, contribuindo assim para a obtenção de um resultado mais consistente (SILVA; GRIGOLO, 2002 *apud* BEUREN; RAUPP, 2008).

E por fim, fizeram-se duas entrevistas semiestruturadas, as quais se caracterizam, segundo Trivinõs (1987, p. 146 *apud* MANZINI, 2004), “por conter questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

Para amostra, foi entrevistada a comunidade e a agência que iniciou a atividade turística junto aos mesmos. Da comunidade, tem-se como representante o sujeito identificado como sujeito 1, natural e morador do município de Boa Vista, contribuinte da Associação dos Produtores

Orgânicos, porém não associado, e participa do turismo principalmente para mostrar a produção da farinha.

Incluiu-se nos resultados e análises dos dados a visão de outros dois participantes da comunidade, este são: o guia, o qual é associado aos produtores orgânicos, e que será denominado de sujeito 2. E a pessoa responsável por organizar as famílias que recebem os grupos e que também cozinha para os mesmos; esta, por sua vez, se denominará de sujeito 3. Por fim, a gestora da agência Estação Gabiraba, a qual iniciou com a comunidade as atividades turísticas na região. A outra agência que também faz parceria com a comunidade não se disponibilizou para participar da pesquisa.

### **PROCESSO PARTICIPATIVO: A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL NO PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS**

A produção dos espaços turísticos pode expressar contradições do modo de produção capitalista ou do espaço – mercadoria. Ao mesmo tempo em que pode ser um lugar de estratégias de capital, pode também apresentar resistências por moradores, formando, por exemplo, territórios solidários (BARBOSA; CORIOLANO, 2012).

Hall (2001), em sua análise acerca dos benefícios econômicos que o turismo proporciona, conclui que o planejamento turístico vem ocorrendo de “cima para baixo”, não permitindo a participação de comunidades e as deixando sem controle de seus destinos. Para o desenvolvimento do turismo, segundo Rabahy (2003 *apud* FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2012), é necessário que ocorra de forma ordenada, menos concentrada em determinadas áreas e que respeite os valores culturais locais.

Figueiredo e Nóbrega (2012) afirmam que é preciso garantir o progresso econômico a todos os componentes da sociedade e levar em conta o capital social no planejamento para beneficiar as populações residentes das localidades. Porém, observam que há uma tendência dos processos participativos no mundo inteiro, e o termo desenvolvimento local ou endógeno tem sido mais frequente em eventos científicos.

O ramo turístico necessita dar maior atenção ao capital social, o qual é compreendido como uma organização social, constituída por confiança, normas e sistemas, os quais contribuem para aumentar a eficiência (PUTNAM, 1996). A confiança é uma “peça” fundamental do capital social, segundo o próprio autor:

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...) (PUTNAM, 1996, p. 177).

Em projetos destinados a espaços turísticos, Cooke (1982, apud HALL, 2001) recomendou que todo planejamento fosse baseado nas metas e prioridades dos residentes. Fratucci (2007, apud BAHIA; FIGUEIREDO, 2008) afirma que a população é a verdadeira dona do local, independente do tipo de relação que se estabeleça com a atividade proposta. Em relação ao turismo, o autor afirma que a exclusão social reflete um modelo de turismo desigual e principalmente desumano.

Assim, o planejamento participativo aparece como uma forma de desenvolver a atividade turística, de modo a beneficiar as populações tradicionais, garantindo a conservação de suas características culturais e seus espaços naturais. E chama-se atenção principalmente ao capital social, instrumento de grande importância que comunidades podem utilizar para alcançar seus objetivos e consequentemente contribuir para o seu próprio desenvolvimento. Entretanto, isso não quer dizer que o Estado deixará de garantir a regulação e integração da sociedade, mas que a sociedade use desse meio para solucionar problemas que o Estado sozinho, muitas vezes, não consegue (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2012).

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ALGUMAS CONCEPÇÕES**

O turismo, assim como muitas atividades econômicas, promove a mudança espacial de uma localidade, e tais mudanças surgem de

interesses provenientes da pluralidade da sociedade capitalista. Os grupos mais fracos sofrem com tais interesses, como as comunidades tradicionais em processos de turistificação, às quais, na maioria das vezes, não é dada atenção e acabam se tornando núcleos receptores de turismo, ao invés de sujeitos do processo. Deixando de participar como agentes da própria mudança, as comunidades são excluídas e são até mesmo prejudicadas, como por exemplo, por meio da desapropriação de suas residências, dando lugar a luxuosos resorts (BARBOSA; CORIOLANO, 2012).

De acordo com o interesse de cada grupo, o turismo pode selecionar e promover a produção e transformação de espaços (BARBOSA; CORIOLANO, 2012). Porém, a apropriação desses espaços não ocorre apenas por interesse de ampliação de capital, mas também por sentimentos de pertença, resistência e luta dos que se sentem à margem da cadeia produtiva do turismo. E o turismo de base local é uma forma de apropriação do espaço, o qual consegue, além de resistir às determinações do modelo econômico, fortalecer a identidade e a solidariedade.

De forma alternativa ao turismo convencional, que em muitos casos exclui a comunidade, surge o turismo de base comunitária, em que comunidades passam a deter o controle da atividade a partir da participação, por meio de associações, cooperativas, entre outros. Os objetivos se traduzem na redução de impactos sociais e ambientais ocasionados pela especulação imobiliária e na obtenção de renda extra. Além disso, o turismo de base comunitária pode ser um meio de conservação cultural e natural de uma localidade (BARBOSA; CORIOLANO, 2012).

Essa maneira de se projetar o turismo se baseia na relação de igualdade entre o turista e a comunidade, e não na sobreposição desta pelo turista, pois os dois são agentes que podem constituir e repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento na regulação de padrões de consumo, estilos de vida, oferta de bens e serviços, e ainda, nos impactos ambientais (CÁRCAMO *et al.*, 2006).

Para Lópes (2001 apud TAVARES, 2008), é inegável que todos os caminhos relacionados à exploração turística dos recursos ambientais estejam direcionados ao lucro; entretanto, não se pode desconsiderar os sentimentos e significados que as comunidades tradicionais possuem em relação aos seus lugares, denominado este fato de “base não-mercadológica”.

Para se falar de turismo de base comunitária como uma alternativa ao turismo convencional, é necessário entender o termo sustentabilidade, por ser pautado em princípios sustentáveis. Sachs (1993, BAHIA; SAMPAIO, 2007) compreende que o desenvolvimento sustentável deve ser norteado a partir de cinco eixos: sustentabilidade social, referente à maior equidade na distribuição de renda e de bens; sustentabilidade econômica, relativa ao gerenciamento mais eficiente de recursos financeiros; sustentabilidade ecológica, estabelecendo novas formas de relacionamento entre o consumo humano e os recursos naturais, como por exemplo, a reciclagem; sustentabilidade espacial, a qual combate, sobretudo, a centralização em áreas urbanas e maior atenção às áreas rurais; e finalmente a sustentabilidade cultural, a qual diz respeito à valorização de diversas formas de relação do homem com a natureza e às diversidades culturais.

Para Buarque (2008 apud PINHEIRO, 2012, p.5), se trata da “construção de um novo modelo que busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social”. Entretanto, para se desenvolver sustentavelmente um segmento, é necessário que a sociedade civil, o poder público e as instituições privadas estejam em interação.

Compreende-se que assim como outros setores, o turismo também pode ser adequado à sustentabilidade e proporcionar melhorias, mesmo que o ambiente natural e social sofram interferências. Tais melhorias podem ser incentivadas por meio da potencialização do desenvolvimento local junto ao comércio, hospedagem, agências, bares, restaurantes e artesanato (CORIOLANO, 2006 apud PINHEIRO, 2012).

Sampaio e Zamignan (2010) afirmam que a busca pela harmonia entre sociedade e meio ambiente proporcionou o surgimento de novas

ideias, percepções e ações sobre iniciativas de desenvolvimento em diversas áreas. Assim, surge o turismo de base comunitária, objetivando potencializar os modos de produção das comunidades, sem que ocorra a espetacularização das mesmas.

Sampaio e Zamignan (2010) compreendem três características que diferenciam o turismo de base comunitária do turismo convencional, estas são: a atividade apresentada como um subsistema interligado a outros sistemas, por exemplo, meio ambiente e educação; o turismo desenvolvido na qualidade de projeto de desenvolvimento territorial sistêmico por meio da própria comunidade; e a promoção da convivencialidade entre a população e os visitantes.

Grimm e Sampaio (2011) propõem a necessidade de superação do atual modelo de desenvolvimento econômico e social, uma vez que a desigual distribuição de renda e de baixo nível de educação ocasionam necessidades econômicas, as quais buscam sustento na abundância industrial, que por sua vez se apoia nos recursos naturais. Assim, o turismo comunitário se apresenta como uma alternativa sustentável, pois comunidades, por meio do associativismo, são transformadas em núcleos receptores do turismo e se beneficiam com a produção de produtos e prestação de serviços.

Coriolano e Mendes (2009) entendem que o turismo comunitário se desenvolve utilizando recursos naturais e culturais das próprias localidades, diferente do turismo global, que se realiza a partir de grandes infraestruturas e marketing intensos. O turismo comunitário, ou socialmente responsável, prioriza a conservação do meio ambiente e do legado cultural das comunidades. Tal alternativa encontrada objetiva desenvolver atividades turísticas por meio da construção de uma política comunitária e social, que contribua à sobrevivência e permanência do espaço natural, e crie oportunidades de trabalho e complemento de renda.

No entanto, o modelo de turismo comunitário não foge do modelo capitalista na geração de renda, pois se caracteriza como a reprodução em microescalas, mas apresenta a proposta de ser desenvolvido “de baixo para cima” e gerenciado pela própria comunidade, buscando beneficiar

a base e não as grandes empresas que pertencem ao circuito mundial da economia (CORIOLANO; MENDES, 2009). Apesar da criação e recriação de produtos na sociedade da mercadoria, o turismo comunitário não acompanha os mesmos “padrões e selos de luxuosidade”. Este se apresenta como um complemento às atividades já praticadas, como a pesca e agricultura, e busca se adequar às características da comunidade, ofertando simples estruturas, mas acolhedoras (idem).

Faz-se necessário enfatizar que o desenvolvimento de atividades como a pesca vêm perdendo espaço por conta de pouco incentivo por parte do poder público. Dessa forma, pescadores se veem com poucas alternativas e se inserem em outras atividades, como o turismo (idem). Para Coriolano e Mendes (2009), a união da comunidade para desenvolver o turismo por meio da gestão comunitária é uma ação política, pois há uma busca em atingir objetivos do grupo. É enfatizado que a decisão em desenvolver o turismo muitas vezes é resultante da pressão do mercado, sendo observado no trecho do texto:

O desenvolvimento do turismo pelas comunidades é resultante, ainda, da pressão do mercado sobre os moradores, que os induzem à criação de propostas de trabalho que se inserem na economia, isto é, a pesca e a agricultura que mantinham a sobrevivência das comunidades são ditas como atividades em “decadência”, fato que é tomado como justificativa para a ampliação de atividades que claramente fazem parte do universo do trabalho-mercadoria (CORIOLANO; MENDES, 2009, p. 112).

Na experiência da reserva de Mamirauá, Peralta (2012), observaram-se algumas mudanças no âmbito econômico e social, pois as roças que antes faziam parte do cotidiano e das formas de sobrevivência da população da região, já não se fazem tão presentes, além das alterações nas relações de gênero e poder na comunidade.

Entretanto, quando a iniciativa parte de dentro das comunidades e não por agentes externos, evidenciam-se as potencialidades locais, promove-se o desenvolvimento sociocultural sustentável e aumenta a qualidade de vida da comunidade (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2010). Entende-

se que o turismo pode ser uma atividade na qual a comunidade passa a ter experiências antes não vividas, por meio do contato com outras culturas. Além disso, a vivência compartilhada pode ocasionar a valorização da própria cultura e dos recursos naturais, antes não percebidos.

Peralta (2012) constatou que, na Amazônia, no que diz respeito à consolidação do ecoturismo nas comunidades, é necessária a atenção para três pontos fundamentais: a inserção da iniciativa no mercado ecoturístico, tendo em vista a incipiência do mercado nacional; a dificuldade de acesso ao mercado internacional; e a autogestão comunitária que precisa de investimentos em longo prazo para se consolidar.

O turismo de base comunitária traduz-se em políticas sociais, territoriais ou alternativas que são criadas pela população residente com o objetivo de alcançar a gestão do território para atender às necessidades locais. E essas comunidades garantem tal controle da gestão por meio de associações, sindicatos e cooperativas, ou seja, formas de organizações locais que buscam atender às necessidades e o fortalecimento comunitário (BARBOSA; CORIOLANO, 2012).

Neste trabalho, compreende-se que a sociedade civil pode tornar-se uma terceira esfera de poder, junto ao Estado e ao mercado, promovendo a “construção de um novo paradigma desenvolvimentista, baseado no protagonismo das populações tradicionais na definição de seus modos de vida” (CÁRCAMO *et al.* p.04, 2006). Entende-se, portanto, que a partir da participação da sociedade é possível que esta defina melhores resultados ao coletivo e contribua para melhores condições de trabalho e renda, valorização e conservação de tradições, mais oportunidades aos jovens e redução dos impactos ambientais.

## **CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

Para este trabalho, foi escolhida a comunidade de Boa Vista do Acará, localizada no município do Acará, estado Pará. O município possui 54.047 habitantes e o acesso pode ser feito por via fluvial ou rodoviária. Na ilha, os meios de transportes mais comuns são a bicicleta e motocicleta.



A principal atividade da população é a extração do açaí, por meio de associações, e outras atividades em agricultura familiar. Porém, nos últimos anos houve uma redução de jovens neste ramo de trabalho, por ser uma atividade mais difícil, afirmou um dos guias da comunidade. A produção da farinha também tem sido pouca e algumas famílias, ultimamente, estão fazendo apenas por encomenda.

A ilha possui quatro associações, entre elas a Associação dos Produtores Orgânicos, da qual saiu a maioria dos iniciantes das atividades voltadas ao turismo. A principal atividade dessa associação é o fornecimento da priprioca (*Cyperus articulatus*) à Natura Cosméticos. A extração da priprioca, inclusive, é mostrada também no roteiro, podendo ser observada pelo visitante a plantação e a associação dos produtores orgânicos.

A Estação Gabiraba é uma operadora de turismo que desenvolve roteiros alternativos em conjunto com comunidades locais. Esta iniciou o trabalho junto com a comunidade de Boa Vista do Acará por meio da Associação dos Produtores Orgânicos, a qual já existia há dois anos.

Tudo iniciou quando uma empresa de São Paulo, parceira da Estação Gabiraba, que trabalha com o segmento de turismo ecológico, solicitou um destino turístico próximo à Belém que mostrasse o processo produtivo da farinha. E como a idealizadora da Estação Gabiraba tinha um contato com o presidente da Associação dos Produtores Orgânicos, tomou a iniciativa de perguntar se eles tinham interesse em trabalhar também com o turismo.

Primeiramente, a gestora da empresa mostrou o trabalho da estação e perguntou o que eles achavam do turismo. Para a sua surpresa, já existiam roteiros na ilha de outras empresas de receptivo, mas a comunidade não participava. Alguns membros relataram que os guias das empresas pediam algumas vezes para os turistas não falarem com as pessoas da ilha. Quando surgiu a ideia que a comunidade promovesse roteiros turísticos, houve certa desconfiança dos associados, segundo a gestora, pelo fato de eles não conhecerem o que é o turismo. Por isso, a Estação Gabiraba realizou oficinas e capacitações para mostrar possíveis formas de se desenvolver o turismo de base local.

Nas oficinas, eles selecionaram os atrativos para montar uma programação turística e os custos de cada atividade, isto é, cada localidade e o que nela é feito gera um custo diferente. Como por exemplo, a casa de farinha custa R\$ 25,00 reais. Posteriormente, a Estação Gabiraba adicionou os custos da agência. Esses custos são reajustados de acordo com o mercado todo início de ano.

Montado o primeiro roteiro, em junho de 2010, a comunidade recebeu o primeiro grupo de turistas e ficou satisfeita com o desenvolvimento. Desde o início, foi instituído um sistema de rodízio, sugerido pela Estação e aceito pela comunidade, para demonstrar as atividades aos visitantes. De todo o roteiro, apenas o transporte de Belém ao Acará não é ofertado por nenhum desses atores. Segundo a gestora da agência, um dos diferenciais deste trabalho é que em outras comunidades o contato é intermediado geralmente por ONGs, ao contrário desta parceria, na qual é feito diretamente com a comunidade.

Atualmente, 30 famílias participam da Associação dos Produtores Orgânicos e 11 diretamente com o turismo. Duas empresas fazem o roteiro tratando diretamente com a comunidade: Rumo norte expedições e Turismo Consciente (SP). Os produtores utilizam o mesmo roteiro também na empresa Natura cosméticos em suas visitas à Ilha.

Em todos os roteiros, os participantes que estão escalados nas atividades recebem determinada quantia. Além disso, outra quantia no valor de sete reais é direcionada à associação dos produtores. Dessa forma, todos são beneficiados, mesmo não participando do roteiro do dia. Além disso, nem todos os associados trabalham com o turismo, mas indiretamente ganham com esse fundo, e nem todos os que trabalham com o turismo são associados.

O rendimento para a agência varia entre 10% e 20% do valor total da viagem. O valor que fica com a comunidade é sempre superior ao valor da agência. O pagamento do roteiro é feito antecipadamente e então é repassado para a comunidade no dia da visita, pois ainda não há caixas eletrônicos na ilha e por isso, demandaria custos de deslocamento para cidades próximas. Na Estação, em média, o número de visitas é de

8 a 10 por ano. A propaganda é feita pelo site da Gabiraba, pelas redes sociais, como o *facebook*, e, também, pelo chamado “boca a boca”. Até o momento da pesquisa, a comunidade ainda não tinha um meio próprio de divulgação, como um blog, página em redes sociais ou site.

## RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Sampaio e Zamignan (2010) afirmam que quando a iniciativa parte de dentro das comunidades e não por agentes externos, evidenciam-se as potencialidades locais, promove-se o desenvolvimento sociocultural sustentável e aumenta a qualidade de vida da comunidade (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2010). Por essa perspectiva, observou-se que a localidade estudada não se enquadraria em iniciativas endógenas, uma vez que foi sugerida por uma empresa externa a comunidade. Entretanto, foi identificado que ela possui características de um turismo de base local com bastante potencial, uma vez que apresenta capital social, base não mercadológica e tem sido gerida pela própria comunidade, ou seja, não depende apenas dos roteiros ofertados pelas agências e participa diretamente dos processos de decisões.

Observa-se que o capital social no planejamento é de suma importância, pois se mostra um instrumento eficiente e capaz de garantir um melhor desenvolvimento de atividades coletivas (PUTNAM, 1996), proporcionando o acesso aos benefícios por todos os agentes sociais. Embora, um dos maiores desafios seja o estímulo à participação de pessoas em associações, cooperativas, centros comunitários, entre outros, observou-se que há uma iniciativa coletiva por meio de associações em Boa Vista do Acará mesmo antes do turismo, para alcançar objetivos comuns e isso potencializa as diversas atividades que eles praticam, como as atividades turísticas.

Outro fato que se atentou foi em relação à base não mercadológica (LÓPES, 2001 apud TAVARES, 2008), pois os três membros entrevistados afirmaram que estão satisfeitos com as atividades turísticas que vêm sendo desenvolvidas por eles em parceria com as agências, principalmente em

relação ao que lhes tem acrescentado, como as trocas de experiências, possibilidade de conhecer e conversar com pessoas de culturas diversas, novos aprendizados, mostrar sua própria cultura, entre outros. Percebe-se que esta representa uma razão para que o turismo desenvolvido na ilha pela comunidade precise ser sustentado e melhorado no que for necessário, como se vê a seguir.

Para o sujeito 1, o que mudou na comunidade desde o início do trabalho com o turismo foi, principalmente, relacionado aos jovens, que tomam mais conhecimento, aprimoraram o ato de conversar, e começaram a se interessar pelo estudo de línguas estrangeiras, por exemplo, para o caso de receberem turistas estrangeiros. Para este, a comunidade está satisfeita, e quando demoram a chegar visitas estes lamentam. Mas sentem-se reanimados quando recebem novos grupos. Outro fator enfatizado foi o surgimento da preocupação com o meio ambiente. O sujeito 1 ainda sugeriu que, embora os turistas gostem de caminhar, para alguns locais seria interessante ter algum transporte, pois facilitaria o deslocamento.

Para o sujeito 2, que recebeu o grupo no roteiro em que houve a participação, trabalhar com o turismo trouxe novos aprendizados e ao mesmo tempo ele passou a valorizar mais a própria cultura. Além de despertar a preocupação com a conservação ambiental. Trabalhar com o turismo e com a Empresa Natura Cosméticos proporcionou também conhecer outros lugares. Ele afirmou que antes de iniciar este trabalho, tinha vergonha de conversar; quando chegava alguém de fora, declarou que preferia se afastar.

O sujeito 3 não é associado, participa como cozinheira para os roteiros e é responsável em organizar as famílias que irão receber os visitantes. Para ele o turismo é bom, mas falta mais divulgação, pois às vezes passam muito tempo sem visitas. Além disso, o sujeito 3 relatou que a outra empresa que também faz parceria com a comunidade ainda não sentou para conversar, e eles têm vontade de sentar com os mesmos para acertar algumas coisas que eles estão insatisfeitos. O contato acontece apenas por telefone. Em relação à parceria com a Estação Gabiraba, se mostraram satisfeitos.

A representante da agência acredita que o poder do turismo comunitário fortalece o senso da coletividade e a valorização do modo de vida. Em Boa Vista do Acará, ela observou que as pessoas gostam de morar lá, e elas têm esse reconhecimento do local, diferente de outras comunidades. E embora não seja a renda principal, o turismo representa uma renda complementar. A gestora acredita que a atividade também tem que trazer esse benefício econômico.

Para ela é muito importante a troca de conhecimento e de experiência. Várias vezes, ela vê os participantes falarem do que aprenderam ou do que não faziam antes e agora fazem com prazer. Um exemplo é o próprio conversar. Além disso, ela afirmou que se não fossem as pessoas da associação não existiriam os roteiros e que uma das mudanças na ilha após o turismo foi uma maior participação dos jovens em atividades na ilha. Além disso, ela acredita que se despertou ainda mais o senso empreendedor que já existia nos participantes da associação.

O roteiro de Boa Vista do Acará apresenta suas atrações de forma simples, isto é, mostra o ambiente da população que conta como acontece a vida na ilha. Tal fato relaciona-se ao o que Coriolano e Mendes (2009) afirmam: o turismo de base comunitária cria e recria produtos, e sem acompanhar os padrões estabelecidos pelos circuitos turísticos, oferecem simples estruturas, mas acolhedoras.

Uma das características observadas por Sampaio e Zamignan (2010) que diferenciam o turismo de base comunitária do turismo convencional é que ele promove a convivencialidade entre a população e os visitantes. Quanto a isto, foi observado que os moradores mostram suas atividades do dia a dia e tentam incluir o visitante por meio da experiência. Por exemplo, o membro da comunidade convida o turista para subir no açazeiro, hábito típico dos habitantes da Ilha para colher o açaí (Figuras 1 e 2). Porém, essa interação não foi observada no momento da alimentação, pois os visitantes comeram em um compartimento e os membros da comunidade em outro. Sugere-se que momentos como esses sejam propensos à maior proximidade entre turistas e moradores.

No depoimento do guia, ele afirmou que o turismo representa uma maneira de valorizar o que possuem, e tal declaração remete-se ao o que Barbosa e Coriolano (2012) afirmam. Para os autores, o turismo de base local é uma forma de contribuir ao fortalecimento da identidade e solidariedade.

Figura 1 – Nativo ao subir no açazeiro. Figura 2 Turista se propõe a subir.



Fonte: Cássia Mareco, 2014.



Fonte: Cássia Mareco, 2014.

Um dos objetivos do turismo de base local é a redução de impactos sociais e ambientais (BARBOSA; CORIOLANO, 2012), o que para o entrevistado foi percebido com a preocupação em manter os locais limpos, sem resíduos expostos. Compreende-se que passar a trabalhar com o turismo tem contribuído também para a conservação do meio ambiente.

Para tal sustento e melhorias da iniciativa estudada, sugere-se também: uma possível parceria com as universidades, a exemplo com os cursos de turismo em que alunos possam proporcionar oficinas de capacitação aos comunitários, e que estes também possam apresentar suas experiências práticas aos alunos; maior atenção do poder público à infraestrutura, por exemplo, a disposição de alguns meios de transportes para o deslocamento para áreas mais distantes; e maior promoção dos

roteiros da comunidade por meio de blogs, site e parcerias com hotéis, para que assim possam aumentar o número de visitas, já que um dos entrevistados acha ainda baixa a frequência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, se compreendeu que o turismo pode contribuir com as comunidades, por meio da conservação cultural, conservação do meio ambiente, inclusão de jovens nas atividades locais e possibilidades de novos aprendizados. Entretanto, as comunidades, muitas vezes dependem de políticas públicas e possíveis parcerias com empresas para iniciarem tais atividades e para se sustentarem.

Foi observado que mesmo dependendo de agentes externos, é necessário criar meios para que tais comunidades consigam sustentar suas atividades com segurança e efetividade. E o desenvolvimento do planejamento participativo é compreendido como uma maneira de beneficiar a todos os atores sociais envolvidos. Tendo em vista que o turismo modifica espaços e afeta culturas, percebe-se que a participação da população pode minimizar consequências negativas, a partir de quando ela se torna uma terceira esfera de poder (CÁRCAMO *et al.*, 2006) e protagoniza suas ações.

Chegou-se à conclusão que vários são os fatores que caracterizam e identificam uma iniciativa de base comunitária. E embora a comunidade de Boa Vista do Acará não atenda a todas, compreende-se que esta pode ser considerada de base local, principalmente pela autonomia existente em receber turistas sem depender apenas das agências.

A comunidade de Boa Vista do Acará possui potencial turístico, e deseja continuar suas atividades no turismo aliada ao fornecimento da própria à Natura. Constatou-se que, embora algumas questões ainda estejam se constituindo, os entrevistados estão satisfeitos com o andamento e com os benefícios trazidos pelo turismo.

Este trabalho contribui para o entendimento sobre o desenvolvimento do turismo de base local no Pará, tendo em vista sua

riqueza não apenas relacionada aos recursos naturais, mas também aos aspectos culturais. Espera-se que com esta pesquisa os estudos possam avançar para contribuir ao âmbito científico e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da atividade em Boa Vista do Acará.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*. V. 11, n. 2, p. 1-16. ago. 2008.

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. Lazer – Meio ambiente: Em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. *Revista brasileira Ciência e Esporte*. v. 28, n. 3, p. 173-189. mai. 2007.

BARBOSA, Luciana M.; CORIOLANO, L. N. Socialização de saberes em territórios solidários do turismo. In: CORIOLANO, Luzia N.; VASCONCELOS, Fábio P. Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: EDUECE, 2012.

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: COLAUTO, R. D.; *et al* (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <[http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2015.

CÁRCAMO, C.; *et al*. Arranjo sócio produtivo de base comunitária: Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. *IV Seminário de pesquisa em turismo do MERCOSUL*. Caxias do Sul: julho, 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/C%3%A1ssia%20Mareco/Downloads/GT11-A8%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/C%3%A1ssia%20Mareco/Downloads/GT11-A8%20(1).pdf)>. Acesso em: 20/11/2014.

CORIOLANO, L. N.; MENDES, E. G. As interfaces do turismo nas praias de Jericoacoara e Tatajuba: políticas, conflitos e gestões. *Turismo em análise*. V.20, n.1. p. 96-114. Abr. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/C%3%A1ssia%20Mareco/Downloads/14174-17152-1-PB.pdf>. Acesso em: 05/07/2014.



FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Desenvolvimento e participação no programa de regionalização do turismo. In: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JÚNIOR, S. (Org.). *Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belém: NAEA, 2012.

GRIMM, I. J. SAMPAIO, C. A. C. 2011. Turismo de base comunitária: Convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*. N. 19. mar. 2011. Disponível em: [http://www.rbciamb.com.br/images/online/Materia\\_geral\\_7\\_artigos273.pdf](http://www.rbciamb.com.br/images/online/Materia_geral_7_artigos273.pdf) . Acesso em: 03/09/2014.

HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e planejamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004, Bauru. *Anais*, Bauru: SIPEQ, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>.> Acesso em: 20/01/2015.

PERALTA, N. Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia: Uma análise comparativa. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*. v. 7, nº 1, Rio de Janeiro, abr/2012. Disponível em: [file:///C:/Users/C%3%A1ssia%20Mareco/Downloads/Peralta\\_2012\\_Ecoturismo-de-base-comunitaria\\_7523%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/C%3%A1ssia%20Mareco/Downloads/Peralta_2012_Ecoturismo-de-base-comunitaria_7523%20(1).pdf). Acesso em: 07/06/2014.

PINHEIRO, T. R. O turismo de base comunitária: Uma proposta de desenvolvimento sustentável. *CONPEHT-Brasil*. Rio de Janeiro, Out/2012.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. tradução Luiz Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e de modos de vida de comunidades tradicionais: A experiência da Micro-Bacia do rio Sagrado, Morretes (PR). *Encontro Nacional das ANPPAS*. Florianópolis, out/2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT1-142-147-20100809214216.pdf>. Acesso em: 12/09/2014.

TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: o caso do arquipélago do Marajó-Pará. *Seminário internacional-Amazônia e fronteiras do conhecimento*. Belém: NAEA, 2008.

# A GESTÃO PÚBLICA DO LAZER EM ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO DA PRAÇA DO OPERÁRIO, NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA

*Vandacy da Silva Castro*<sup>1</sup>

*Cleber Augusto Trindade Castro*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou analisar a gestão pública de políticas para o lazer que incidem na Praça do Operário, no Município de Breves, na Amazônia paraense. Este município, localizado no Arquipélago do Marajó, no interior da região, também sofre com o processo de globalização que atinge os mais distantes lugares deste país, deixando visível a problemática do crescimento urbano sem um planejamento que proporcione qualidade de vida à totalidade de seus habitantes e a falta de espaços adequados para prática do lazer nas cidades.

Breves tem passado, ao longo dos anos, por um intenso processo de crescimento populacional, assim como outras cidades médias brasileiras, tornando-se, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o maior município em população do Arquipélago do Marajó, com 92.860 habitantes.

Essa dimensão, aliada à falta de políticas públicas de ordenamento territorial, de valorização da cultura local e mesmo de oferta de serviços públicos básicos com qualidade, ocasionou sérios problemas sociais. Entre esses problemas, encontra-se a forma como a população brevesense vivencia

---

<sup>1</sup> Turismóloga (UFPA); Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (UFPA). Técnica da Prefeitura Municipal de Breves-PA. E-mail: vandac\_turismologa@hotmail.com.

<sup>2</sup> Turismólogo (UFPA); Mestre em Geografia (UFPA); Doutorando em Turismo (UFRN). Professor do Departamento de Turismo (UFRN). E-mail: cleber.at.castro@gmail.com.

seu cotidiano, especialmente em relação ao tempo livre, diante da falta de opção de espaços públicos e de atividades planejados para o lazer.

Diante desse contexto, objetivou-se analisar a gestão pública de políticas para o lazer que incidem na Praça do Operário, por se tratar de um espaço significativo enquanto referência simbólica para os breveses e por ser diferenciado em relação aos outros existentes no município, por estar na área central da cidade e por ser um espaço onde se detectou a utilização pela população com mais intensidade, para práticas de lazer.

Para a consecução dos objetivos traçados, o trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa dos dados e informações levantados, o que, de acordo com Alves (2011, p. 600) corresponde a um “[...] processo indutivo baseado na descoberta e na compreensão das ações humanas em suas diferentes perspectivas culturais”. Assim, foram realizados levantamentos e estudos bibliográficos e documental, os quais propiciaram para definir os conceitos que serão relacionados ao tema aqui proposto, por exemplo, lazer e políticas relacionadas, espaço público, gestão do espaço público e praça como espaço de lazer, os quais serviram como embasamento na construção do referencial teórico deste trabalho, além de permitir uma contextualização das ações públicas que incidem na praça estudada como um espaço de lazer.

Além disso, o trabalho desenvolveu um estudo de caso da gestão pública da Praça do Operário, no Município de Breves, como espaço público urbano de lazer, a partir de entrevistas semiestruturadas com representantes dos seguintes grupos sociais: gestores públicos municipais; trabalhadores formais e informais da praça; moradores do entorno da praça; e frequentadores e usuários da praça. Foram entrevistados um total de 22 agentes sociais, a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência.

Esse tipo de entrevista implica em um diálogo mais livre do que a aplicação de questionários e o preenchimento de formulários; por isso, seguiu-se um roteiro de entrevista composto por pautas ou perguntas mais gerais sobre a temática de pesquisa. A escolha da entrevista semiestruturada também se deu pela liberdade em questionar sobre

aspectos que não estavam previstos no roteiro de entrevista, mas que surgiram como importantes para o desenvolvimento da pesquisa (GIL, 1989; MAY, 2004; GASKELL, 2008).

O trabalho está dividido em duas sessões: na primeira, se faz uma revisão bibliográfica sobre o lazer e as políticas públicas direcionadas a este campo; posteriormente, sobre a conceituação de espaço público e questões que envolvem as relações de acessibilidade a estes espaços. Foram também abordadas nesta sessão, questões que refletem a gestão do espaço público, desde sua origem no Brasil e as questões políticas relacionadas, e as mais diferentes problemáticas causadas pela falta de participação popular nesse planejamento. Por fim, abordam-se alguns aspectos históricos sobre as praças e sua relação com a sociedade enquanto espaço de lazer.

A segunda sessão discorre sobre a descrição geral do município de Breves, iniciando com um breve histórico, sua localização, o processo de desenvolvimento urbano da cidade e as problemáticas enfrentadas pelo município em relação aos espaços para o lazer e suas centralidades.

Em seguida, finaliza-se com as análises sobre a gestão do espaço público de lazer, “Praça do Operário”, suas contribuições e problemáticas enquanto espaço público frequentado pelos moradores e visitantes.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, em que se destacam os aspectos relevantes da pesquisa e as contribuições para o processo de melhoramento de políticas públicas destinadas ao lazer da cidade.

## **LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS**

O lazer tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores e estudiosos, por se tratar de um fenômeno em permanente transformação; tentar situá-lo no mundo contemporâneo significa compreendê-lo em diferentes aspectos, envolvendo o contexto histórico, político, econômico, social e cultural da sociedade. Para isso, faz-se necessário contextualizá-lo submetendo teorias advindas de outros momentos sócio-históricos aos fatos dos momentos presentes.

O significado do termo lazer pode ser entendido por diferentes estudiosos como Dumazedier (1980, p. 19), que é um dos pioneiros no estudo. Para ele, lazer é:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Historicamente, os estudos sobre o lazer iniciam-se nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo nos Estados Unidos, França e Inglaterra, com o movimento intitulado “Sociologia do Lazer” (BAHIA, 2012, p. 3). No Brasil, segundo Werneck (2000), há um crescente empenho por parte de agentes e instituições que se reúnem em busca de seus próprios interesses para descobrir possibilidades de se explorar esse campo.

Werneck (2000) ressalta que existem alguns agentes e instituições que detêm, de certo modo, o monopólio da autoridade científica no campo do lazer no Brasil, e que a concorrência no jogo para ser o protagonista nessa disputa depende do capital acumulado por cada um desses concorrentes. Para Bourdieu (2007), o volume do capital acumulado depende das relações que cada agente poderá mobilizar em seu meio social.

Quanto às políticas públicas de lazer, entende-se que há um vasto campo a ser analisado, embora o lazer esteja no campo científico da Sociologia. É um campo multidisciplinar, por essa razão são muitos os profissionais no Brasil, de diversas áreas do conhecimento que resolveram pesquisar o lazer.

Ainda conforme a autora, o lazer pode ser concebido como um campo que se encontra em um processo intenso de construção. No Brasil, percebe-se que ele não se encontra totalmente estruturado, dessa maneira possui um grau de autonomia apenas relativo. Apesar de ser um direito garantido desde 1988 pela Constituição da República Federativa do Brasil, o esporte e o lazer ainda estão em processo de ampliação, compreendidos como direitos sociais no País.

Para Werneck (2000, p. 78), o lazer pode ser compreendido em duas perspectivas, a saber:

[...] como um direito social, em princípio proveniente das conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado; e como uma possibilidade de produção de cultura, por meio da vivência lúdica de diferentes conteúdos. Essa vivência é mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos.

As políticas públicas de lazer necessitam assegurar a todos os cidadãos o direito social ao lazer, a ter acesso aos bens de consumo assim como aos equipamentos direcionados ao lazer. Segundo Bahia (2012, p. 58), existem duas questões primordiais que precisam estar conectadas para que haja uma mudança efetiva nesse panorama: “a educação da sociedade e o compromisso político”.

Segundo Almeida e Gutierrez (2004), o lazer dentro do cenário político sempre ficará em segundo plano, tendo em vista outros setores com mais importância política, como a educação, a saúde, a habitação etc., o que demonstra a restrita compreensão do que as contribuições que as políticas públicas para o lazer poderiam trazer para ganhos em qualidade de vida e em acesso à produção e consumo de cultura, por exemplo, levando a ideia de que, para o Estado, pensar políticas públicas para o lazer ocasionaria um peso a mais na despesa pública.

Contemporaneamente, observamos a falta de participação mais efetiva da sociedade na cobrança de políticas públicas para o lazer. As pessoas vivem uma rotina desenfreada à procura da melhoria de vida e no consumismo; na maioria das vezes, não estão preocupadas com seu tempo livre, mas com outros aspectos de suas vidas que incluem principalmente saúde, educação, trabalho, e o lazer não se torna prioridade em suas vidas. Muitas nem tomam conhecimento de fato do que significa o lazer; ele passa a ser visto como supérfluo mediante as outras prioridades do mundo moderno.

Este fato tem ocasionado problemas significativos dentro da sociedade, incluindo principalmente a saúde pública, uma vez que

a população não possui tempo para o descanso, ocasionando o aparecimento de doenças como, estresse, hipertensão, depressão, entre outras que surgem a cada momento em que a sociedade evolui de forma desenfreada. A busca pela felicidade passa pelo campo minado das situações desgastantes em que o mundo moderno impõe. O jargão “tempo é dinheiro” nunca coube tão bem em tempos como estes.

Como características atuais das dimensões sociais do lazer, Marcellino (1987, p. 28) destaca que:

de fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status”. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria.

Verifica-se que o lazer é um campo que exige a compreensão profunda de todos os agentes envolvidos, por ser um objeto de estudo que exige análises específicas e que pode ser realizado por políticas, por meio de investimentos do setor público para elaboração de maiores pesquisas que possibilitarão ações que atendam a sociedade moderna, que está dando uma nova atenção ao lúdico. É por isso que o lazer passou a ser um item no rol das necessidades das civilizações e dos direitos dos indivíduos.

O grande problema nessa questão é que as pessoas acabam impossibilitadas de vivenciar o tempo livre para o lazer, por falta de condições, ou de espaços direcionados à prática do mesmo, em função da falta de investimento adequado pela esfera pública.

A expressão espaço público, segundo Figueiredo (2008), surge na França em meados dos anos de 1852 a 1870, momento pelo qual surge o planejamento e modernização da França. As ruas passam a ter um novo sentido, criando novas perspectivas no modo de vida das cidades modernas do mundo ocidental e passaram a ser planejadas de forma que ganhassem mais espaço para circulação de pessoas e de transporte urbano.

Desse modo, para Figueiredo (2008, p. 81):

O espaço público, visto como uma área de sociabilidade e lazer indispensável à vida nas cidades, e muitas vezes, agregando valores da natureza, está em oposição ao restante do urbano, com o concreto em demasia, sistemas econômicos de produção etc. Assim, os espaços públicos caracterizados pela circulação, comunicação, lazer e sociabilidade têm sido alvos de intervenções do planejamento urbano, do lazer e do turismo das cidades, geralmente com a premissa de proporcionar qualidade de vida à população.

Os espaços foram sendo planejados de acordo com os interesses do Estado, com o discurso de melhoria de vida da sociedade, fato que ainda vem sendo aplicado até os dias de hoje na organização das cidades, marcadas também pela expansão de espaços privados ou mistos (parte públicos, parte privados) para práticas de lazer, inclusive a partir da função turística desses espaços, como demonstram Castro e Figueiredo (2013).

Para entender melhor o que seria espaço público, é necessário compreender as relações sociais que se manifestam dentro desses espaços. Para Bahia (2012), existem algumas interpretações sobre a cidade com relação às funções que estas podem assumir na vida das pessoas, destacando-se quatro delas como essenciais: de lazer, de moradia, de apropriação e de circulação.

A autora coloca que no cotidiano já se observa uma apropriação pela dimensão privada pelos três primeiros fatores, fazendo com que a dimensão pública exercesse apenas a função de circulação, principalmente pela camada mais elevada economicamente da sociedade.

Segundo a autora, o processo de urbanização das cidades vem provocando sérios problemas, com relação à distribuição adequada dos equipamentos de lazer que, por sua vez, influenciam na qualidade de vida das pessoas pela possibilidade ou impossibilidade de vivenciar o lazer nas cidades.

Outra problemática detectada pela autora é a falta de divulgação dos espaços para o conhecimento da sociedade, com fins de estimular



a visitação dos mesmos. Neste sentido cabe ao poder público trabalhar políticas que favoreçam o acesso da população aos espaços públicos destinados ao lazer, trabalhando não somente na criação de novos espaços, mas também na preocupação da manutenção dos equipamentos já existentes.

O poder público não tem pensado as cidades de forma plural, onde a vida vai além das calçadas. Existem contextos sociais que devem ser levados em consideração, pois quem faz a cidade é o cidadão, e privatizar espaços fere o direito de quem vive na cidade.

Segundo Figueiredo (2008), a problemática é bem mais complexa em relação ao planejamento das cidades, pois muitos espaços são projetados de forma visionária, preocupando-se apenas com a estética do lugar, não levando em consideração todo o contexto histórico-social do ambiente. Assim, são projetadas praças, parques, jardins, com um enorme “suporte” de equipamentos que vão sendo implantados ou revitalizados ao gosto do poder público com os mais diversos olhares profissionais e sem a mínima participação da sociedade na construção desses planos para áreas destinadas ao lazer urbano.

Para Serpa (2009), existe certo distanciamento social na questão da garantia à acessibilidade. As pessoas nem sempre podem acessar certos lugares e isso pode influenciar nas relações de apropriação e pertencimento entre as pessoas e os espaços de lazer, pois não se sentem pertencentes a determinados ambientes e por isso não os acessam.

Para um local ser considerado realmente público não pode haver restrição com relação à sua acessibilidade. As cidades não vêm sendo projetadas de forma igualitária e percebe-se que o ordenamento dos espaços tem privilegiado algumas elites a fim de manter sua dominação sobre as classes menos favorecidas.

Para o autor, a questão da acessibilidade vai muito além das questões físicas e materiais, mas perpassa pelas formas com que cada pessoa vivencia o local, de acordo com suas representações sociais, culturais, simbólicas entre tantas outras variáveis que implicam essa relação entre espaços públicos e a acessibilidade social.

## A GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

Com o reflexo da Revolução Industrial no Brasil, a urbanização das cidades começa a se manifestar a partir do século XIX e foi no século XX que de fato a urbanização começou, quando a indústria se torna o setor mais dinâmico da economia, conduzindo a concentração populacional, espacial, de renda e de bens de serviços com a migração campo-cidade.

Com a urbanização, surge a necessidade de planejamento do espaço. O planejamento urbano seria “uma forma de garantir a eficácia do funcionamento da engrenagem urbana consequentemente pelas políticas públicas da gestão da cidade” (FIGUEIREDO, 2008, p. 80).

Um autor que trouxe grandes contribuições a respeito da problemática relativa à cidade e à realidade urbana foi Lefêbvre (2001), já que levanta questionamentos em relação a esta questão, como não plenamente conhecidos e reconhecidos nos programas políticos.

Para Lefêbvre (2001), o espaço público é analisado como um produto possibilitador das relações sociais. No sistema urbano analisado pelo autor, se exerce a ação dos conflitos, entre o uso e o valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, reconhecimentos e recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver dos padrões que coexistem na cidade” (LEFÈBVRE, 2001, p. 22).

O planejamento urbano das cidades sempre esteve ligado a interesses políticos executados pelo poder público como forma de atender a uma minoria privilegiada e, sobretudo, das grandes empresas, o que se transformou em descontentamento e reivindicação das classes populares por uma gestão mais democrática, participativa e inclusiva.

Existem diferenciados olhares no modo de planejar os espaços por meio dos mais diversos profissionais que lidam com a gestão urbana, “arquitetos, urbanistas, antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas, bacharéis em turismo, produtores culturais” (FIGUEIREDO, 2008, p. 81).

O autor observa que nas diversas áreas possuem categorias diferentes para tratar um determinado espaço, seja por meio do seu planejamento ou por meio das análises e estudos que realizam. Essa ideia de modificar os espaços urbanos na tentativa de mudar a função de uma determinada área, por considerá-la inapropriada para a configuração da cidade, é um equívoco que precisa ser resolvido e um incômodo que precisa ser extirpado da gestão urbana.

Essas modificações de espaços urbanos geralmente se dão a partir da consideração de uma feição de um lugar da cidade, que prejudica o todo. São áreas consideradas decadentes e que enfeiam a cidade. A decadência aparece nas atividades econômicas, nas relações sociais, na configuração física dos prédios e equipamentos públicos (FIGUEIREDO, 2008, p. 82).

Lefèrbvre (2001) expõe que a democracia urbana ameaçava o privilégio de classes dominantes, daí nasce os entraves para impedir que esta democracia aconteça de fato, uma vez que as classes dominantes não aceitam dividir o centro urbano das cidades com a população menos favorecida economicamente.

As relações de poder na problemática do urbanismo, segundo Lacaze (1993), estão diretamente vinculadas às situações históricas em que o homem dispôs efetivamente de um poder pessoal para criar ou transformar as estruturas de uma cidade.

O autor coloca que as ações governamentais acabam por trabalhar uma visível exclusão territorial, por meio da fragmentação do espaço, num processo de planejamento urbano consequente do tipo de economia e do modelo de sociedade existente. O que implica em favorecer interesses particulares resultando em hierarquização do território e oprimindo as necessidades coletivas.

No Brasil, as políticas públicas, segundo Azevedo *et al* (2013), não são políticas bem sucedidas, por não se verificar uma participação efetiva da comunidade nos projetos de desenvolvimento urbano para as cidades e quando essas políticas são formuladas sem a participação

da sociedade, observam-se grandes falhas no processo organizacional e funcional dessas políticas.

Trabalhar o planejamento das cidades em uma gestão participativa, tendo um olhar mais coletivo do que individual, tem sido um grande desafio para o poder público. Tem sido um grande desafio pensar a cidade de forma plural em todos os seus aspectos, não apenas como receptáculo do consumo.

Todas essas questões hoje, segundo Figueiredo (2008), em respeito ao limite entre o poder público e o privado, ultrapassam as noções de espaço, e se constroem em articulações simbólicas e de representações da vida em sociedade na pós-modernidade.

As praças públicas foram espaços que, ao longo dos tempos, sofreram significativas mudanças, levando-se em consideração os aspectos diversos que as envolvem como definições, funções, usos e concepções, em virtude das transformações de uso ao longo da história; só recentemente a praça adquiriu *status* de uso como espaço de lazer.

Segundo Robba e Macedo (2002), o espaço urbano tido como precursor das praças foi à *ágora*, na Grécia. A *ágora* grega era um espaço aberto, normalmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local para discussão e debate entre os cidadãos. Até meados do século XVIII, o projeto de praças restringia-se ao entorno dos palácios europeus, nem sempre inseridos no contexto urbano.

Os espaços livres existentes nas cidades e marcados pelas aglomerações humanas estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou ao entorno de igrejas e catedrais.

Para os autores, embora ao longo dos anos os espaços públicos venham perdendo algumas funções no que se refere à sociabilidade e convívio no cotidiano das pessoas, a praça ainda é um espaço público de grande importância no cotidiano urbano.

No Brasil, as praças surgiram no período colonial e estavam relacionadas à Igreja Católica. Robba e Macedo (2002) descrevem que, nesse período, a praça, (adro, largo) era o principal espaço de lazer. As manifestações religiosas ocorriam no adro da igreja e se expandiam até

as ruas com as procissões e grandes festejos, quermesses, leilões, jogos, danças etc.

As praças coloniais brasileiras sempre permitiram que várias funções acontecessem no mesmo espaço, atividades sacras e profanas, civis e militares.

Era ali que a população da cidade colonial manifestava a sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (ROBBA e MACEDO, 2002, p.22).

Para os autores, a praça é um espaço que embora já possua milênios de existência utilizados por civilizações de distintas maneiras, nunca deixou de exercer a sua mais importante função: a de integração e sociabilidade.

Observa-se ainda nos pequenos núcleos urbanos a presença do espaço público “praça”; dessa forma, ainda é bastante comum associar “o centro de uma cidade à principal praça, que serve como ponto de encontro da sociedade local e embelezamento arquitetônico da mesma” (ROBBA E MACEDO, 2002, p.131).

Embora as praças tenham sido caracterizadas como espaços livres públicos destinados ao lazer, como menciona Robba e Macedo (2002), esses espaços não têm sido visto pelas autoridades principalmente em grandes centros urbanos, como ponto de encontro e sociabilidade.

Neste contexto, é nas pequenas cidades que a praça ainda revela toda a simbologia e a centralidade da vida urbana, funcionando como um microcosmo, espaço de lazer e encontro da comunidade.

Observa-se que nas pequenas cidades ainda existe o costume de se desfilar na praça pública, aproveitar o cair da tarde para marcar encontros com os amigos, para sentar no banco da praça e relaxar aproveitando o tempo livre.

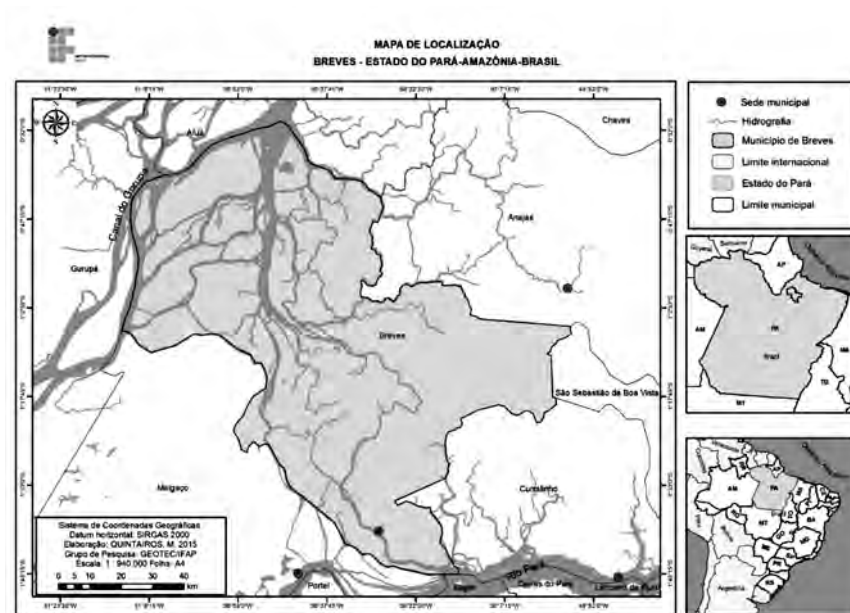
Este hábito persiste até os dias de hoje na vivência das pessoas, nos lugares mais distantes principalmente nos pequenos centros

urbanos, onde o passeio na praça convive de modo equânime com outras atividades de lazer, com práticas esportivas, comércio e serviços.

## O ESPAÇO “PRAÇA DO OPERÁRIO” NA CIDADE DE BREVES-PARÁ

O município de Breves localiza-se na região dos Furos de Breves, a 265 km da capital paraense (ver mapa 1). “Segundo dados demográficos do IBGE (2013), possui uma população de cerca de 92.860 habitantes e uma área territorial de, aproximadamente, 9,5 milhões km<sup>2</sup>” (MAGALHÃES, 2014, p. 38).

Mapa 1 – Localização do município de Breves-PA



Fonte: Quinteiros, 2015.

O crescimento populacional logo gerou transformações no espaço urbano da cidade. Quando houve o fechamento das madeiras na região, a partir de 2008, muitas famílias migraram para a cidade, na esperança de encontrar condições melhores de vida, pois o desemprego

foi inevitável. Desse modo, Breves, assim como outras regiões do país, não estava preparada para o processo transformador que ocorrera no espaço físico do município para abrigar essas famílias, ocasionando fortes problemas sociais.

O aumento da população não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada, gerando desigualdades na ocupação do solo e beneficiando os que possuem mais condições a habitarem em espaços privilegiados, enquanto os que possuíam menores condições foram se concentrando nas periferias sem as mínimas condições de moradia, de acessos a serviços públicos e de qualidade de vida, muito menos de lazer.

A sede do município de Breves possui três praças, distribuídas apenas na região central da cidade, diferenciando-se uma das outras pelas preferências, pelo uso e apropriação. Nesse contexto, A Praça do Operário recebeu este nome em homenagem aos operários que trabalharam em uma Indústria madeireira denominada Breves Industrial Sociedade Anônima – BISA, que era localizada ao lado do espaço onde hoje está a praça e que foi transformada em uma grande loja da cidade.

Segundo entrevista concedida por um ex-vereador do município, não existe nenhum documento que comprove a data exata de inauguração da praça, mas que sua construção ocorreu na década de 1990. Após um projeto de reforma empreendido pelo governo municipal, a Praça foi reinaugurada no dia 12 de outubro de 2012, em homenagem ao dia das crianças.

Ao entrevistar os frequentadores da praça, constatou-se que as pessoas estão valorizando o tempo livre como um momento essencial em suas vidas, como forma de socialização e qualidade de vida.

O lazer pra mim é um momento de descontração para buscar relaxar a mente e o corpo, é um momento que eu acho assim importante para o ser humano que ajuda a gente tirar o nosso estresse, porque às vezes no mundo em que nós vivemos hoje a gente todo tempo tá preocupado com alguma coisa, apressado pra resolver algum problema, mas se a gente não tiver esse momento

de descontração de relaxamento a gente vai ter problema, tanto na família quanto até problema pessoal. Então lazer pra mim é uma coisa muito importante e eu sempre busco estar com meus amigos e familiares, para esse momento (Informação verbal)

Figura 1 – Vista aérea da Praça do Operário



Fonte:<http://popularfmbreves.blogspot.com.br/2011/11/nova-praca-do-operario.html> (2015).

O uso da praça se apresentou mais propriamente no período vespertino (final da tarde) e noturno, até porque não existe arborização do espaço, fato este que impossibilita as visitas pelo período matutino. Seus frequentadores são de todas as faixas etárias, moradores de bairros próximos e distantes. A área mais utilizada são os brinquedos para as crianças e os quiosques, os quais oferecem comidas típicas para venda. A praça também é um espaço que gera emprego e renda para os vendedores da cidade, alguns já estabelecidos nos quiosques e outros no entorno da praça com carrinhos de pipoca, venda de balões infláveis e aluguel de brinquedos.



Figura 2 e 3 – Vendedores da Praça



Fonte: Castro (2015).

Além dos quiosques que oferecem serviços de alimentação, equipamentos para o lazer infantil e para o descanso e contemplação em geral, a praça oferece a possibilidade de apreciar pôr do sol, de frente para o rio Paracauari, que banha a cidade. Os frequentadores, normalmente, utilizam os assentos da praça que ficam dispersos em forma retilínea ao longo do passeio para observar o movimento, ouvir música em seus aparelhos celulares, namorar etc.

Constatou-se que existe a consciência entre os frequentadores da praça, de que o local necessita de alterações, adaptações e principalmente de cuidados necessários para sua vida útil e que, geralmente esses espaços são projetados mantendo certa exclusividade em relação aos equipamentos destinados ao lazer, que em sua maioria estão direcionados ao público infantil.

Aqui já tem espaço para crianças, só que precisa ter mais investimentos para que possa ter espaços dos jovens também, para que a gente possa usufruir do espaço que foi proporcionado, já que é uma área pública, né?! [...] então tem que ter o lazer para todos (Informante verbal).

Melhorar a infraestrutura da praça, mais atrações para as crianças, um sinal de *wifi* livre para população com certeza atrairia mais a juventude e, um trabalho também programado com as escolas, a questão de teatro, cultura, música, que envolvesse a questão da arte do município para estar dando mais oportunidade para a população conhecer um pouco da história do próprio município (Informante verbal).

Nota-se que a praça é um espaço que poderia ser muito mais aproveitado pelo poder público, proporcionando à população um local mais democratizado, por meio de equipamentos de lazer, e/ou de uma programação cultural, planejada que oferecesse à sociedade outras opções de entretenimento como: Projeto cultural de animação que englobe cinema na praça dança teatro, música, esportes, entre outros; projetos que trabalhem ações em parcerias com outras instituições, como, UFPA, IFPA, outras secretarias, o que traria uma dinâmica maior à praça.

O tempo disponível precisa ser correspondido por espaços e equipamentos construídos de forma que atenda aos anseios da sociedade. O que constatou-se no espaço da praça é que essa problemática foi muito questionada pelos frequentadores, principalmente pelo público jovem, pois os mesmos sentem falta de algo a mais como pista de *skate*, programação cultural, rede de *internet* que ofereça *wifi*, equipamentos e suportes que atrairiam muito mais esse frequentadores à praça.

Outra problemática identificada foi em relação às questões de acesso, iluminação no entorno da praça e segurança por parte da guarda municipal, que já não se faz mais presente como quando a praça foi reinaugurada, pois a maioria da população mora distante do centro da cidade onde a mesma se localiza.

Constatou-se também, que as pessoas gostariam que houvesse um espaço de lazer mais próximo de suas residências. Nos bairros onde moram não existem espaços projetados para o lazer, e muitos gostariam que outras praças pudessem ser construídas em seus respectivos bairros.

Identificamos a existência de ampla demanda social por um local de lazer em outros pontos da cidade, mais próximo das residências, como forma de facilitar na locomoção e na praticidade de se ter um espaço melhor localizado para prática do lazer. Esses espaços não necessariamente precisam ser equipamentos urbanos, como praças, mas também espaços naturais, dada a relação histórica e geográfica que a cidade tem com os aspectos naturais que a compõem e a existência de inúmeras áreas naturais no sítio urbano de Breves.

Observa-se que as políticas aplicadas na criação dos espaços de lazer ainda encontram-se centralizadas, uma vez que os espaços públicos mais frequentados para o lazer são as praças e que por sua vez localizam-se no centro da cidade. Existem também outros espaços públicos diferenciados de lazer na cidade, sendo que estes ficam mais afastados do centro, como, por exemplo, os balneários, os sítios e clubes que não são de fácil acesso, pois encontram-se em áreas mais afastadas do centro da cidade, e os *clubs* e danceterias existentes são espaços públicos de lazer, que para serem acessados é cobrada uma taxa de pagamento.

O distanciamento dos espaços de lazer e a falta de políticas públicas específicas de lazer resultam no sentimento dos indivíduos, principalmente os de menor poder aquisitivo, de se encontrar obrigados a viver esse tempo dentro de suas casas, consumindo os produtos da mídia televisiva.

O espaço para o lazer quem constrói é o poder público, enquanto gestor e organizador do espaço público, por meio de políticas públicas de lazer capazes de dar mais ênfase aos espaços e equipamentos. Contatou-

se, em relação a essa problemática, que a sociedade não está satisfeita com a forma com que o poder público vem conduzindo e administrando os espaços de lazer no município, em especial o caso da praça analisada.

Constatou-se por meio das entrevistas, a insatisfação da sociedade local de se ter um espaço, que apesar de ser público, ainda falta por parte dos agentes responsáveis, maior participação no que se refere aos cuidados de se manter a praça de forma adequada à visitação de seus frequentadores.

Entendemos que um espaço público de lazer deve ser um espaço de livre acesso e não de delimitações ou impossibilidades de apropriação, onde possa oferecer diversas vivências lúdicas, experiências que possibilitem aos sujeitos uma ressignificação dos espaços, fazendo com que os mesmos possam entender a importância dessas práticas para o desenvolvimento de suas relações em sociedade.

Embora hoje muitos já percebam que o lazer é um fator importante para a construção na vida do homem em sociedade, o que diferencia o lazer de outras formas de manifestações sociais é exatamente essa procura pelo prazer, elemento essencialmente humano, característico da formação da personalidade e que pode ser percebido em qualquer meio social organizado, mesmo em pequenos centros urbanos.

O lazer servirá também na construção de novas ideias que vão fazer com que essas pessoas tornem-se cidadãos mais participantes da vida política do lugar onde residem, por provocar pensamentos mais críticos, que certamente acarretarão em cobranças dos cidadãos por seus direitos, exatamente o que foi observado na fala dos entrevistados que frequentam o espaço.

A “Praça do Operário” é revelada por meio da rua, que se torna uma extensão da casa dos moradores de seu entorno e dos donos dos empreendimentos construídos ao redor do espaço, e que percebem a praça, com um olhar diferenciado. No entorno, observa-se que existem outras formas de vivência de lazer que foram estabelecidos em consonância ao surgimento da reinauguração do espaço como pizzaria, bar e lojas diferenciadas.

Para os moradores e donos dos empreendimentos, a praça é, sem dúvida, um espaço que trouxe para a cidade não somente um espaço de lazer para a população, mas a oportunidade de crescimento econômico, e geração de emprego direto e indireto, uma vez que a praça é um local onde a sociedade brevense frequenta com muita intensidade. Observou-se na fala dos entrevistados do entorno da praça e dos trabalhadores que atuam no local, que o censo crítico de responsabilidade entre os mesmos em relação ao espaço tem sido latente, ao verificar o quanto é importante ter próximo de suas residências um espaço de lazer e que, ao mesmo tempo, possa garantir o sustento de muitas famílias, um lugar que possa ser mantido em ordem e que também possa oferecer oportunidades de emprego e renda.

Durante os três anos e cinco meses em que esses trabalhadores estão no local, segundo os entrevistados, nunca houve reuniões com o poder público para analisar as situações ocorrentes no espaço, o que tem dificultado, segundo os mesmos, o trabalho no local, pois não há investimento por parte do poder público na manutenção da praça, dos quiosques, nem em relação aos incentivos culturais para movimentar o espaço.

Constatou-se que o poder público não prioriza o lazer como fator importante na vida das pessoas, por perceber que é uma opção politicamente fraca para que haja grandes investimentos comparados a outros setores como, educação, saúde. Dessa forma não existem incentivos específicos para valorizar o lazer como uma política que possa agregar aos demais setores, considerados básicos, como um instrumento que ajude no fortalecimento na melhoria da qualidade vida local.

Percebe-se que as políticas públicas de lazer no município, ainda são tratadas como políticas isoladas ou espontâneas, contrastando com a realidade percebida pelos moradores que fazem uso do espaço.

Em entrevista com o representante do poder público, constatou-se que a gestão da praça é feita pela Secretaria Municipal de Administração, e que essa gestão não é participativa, pois não existe o chamamento da sociedade para participar de planos ou ações que venham a ser

desenvolvidos na praça. A secretaria apenas avalia as solicitações feitas por instituições, ou grupos que queiram o espaço para realizar eventos, e somente assim acontecem às ações na praça. Não existe nenhum plano de ação específico, para incentivar a população a visitar a praça com mais frequência, o que existe são eventos esporádicos, realizados em datas específicas. Durante a pesquisa, constatou-se que existem certas resistências por parte do poder público, em fornecer informações, o que acaba por limitar o trabalho aqui desenvolvido, em relação a análises mais profundas a respeito das políticas desenvolvidas no município para gestão do espaço público, “Praça do operário”.

Os grupos de teatro que se apresentam na praça são grupos que praticam essas ações somente uma vez por ano, o poder público cede o espaço como forma de incentivo.

As políticas de lazer ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Esporte, a qual não possui nenhuma infraestrutura, nem recursos financeiros suficientes para proporcionar à população melhores condições de vivenciar o lazer, pois a secretaria não possui fundo próprio para tal investimento.

Observou-se que a sociedade local anseia por melhores condições de vida, e que o lazer tem sido um dos fatores que influencia para que isso aconteça; nota-se que o poder público prioriza outras áreas para investimento na cidade e que a população não tem sido convidada a participar do planejamento do próprio meio onde vive.

Constata-se que não existe uma política de lazer direcionada, onde a população seja mais participante das ações que o governo possa planejar para o espaço de lazer “Praça do Operário”, algumas dessas ações são relacionadas aos eventos que acontecem esporadicamente no espaço promovido por escolas, grupos de pessoas e/ou igrejas.

De certo que isso tem deixado a desejar, pois a população não se sente satisfeita com o trabalho promovido no espaço pela prefeitura. Muitas são as reclamações sobre a segurança do local, a manutenção dos equipamentos existentes no espaço, a falta de eventos mais constantes e não periódicos que possam fortalecer também o fluxo econômico

do município, uma vez que, muitas famílias dependem do espaço economicamente. E por fim a falta de investimentos em outros espaços não centralizados de lazer, onde todos possam ter o direito de acessar sem restrições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos dados mostraram que a gestão da Praça do Operário no município de Breves é feita pela Prefeitura, tendo a Secretaria de Administração como órgão gestor responsável pelas ações no espaço. Os projetos culturais ou de recreação são desenvolvidos a partir de parcerias entre a gestão pública municipal e instituições ou grupos de pessoas que estiverem interessadas.

Constatou-se que a reforma da praça foi a ação maior feita pela Prefeitura, como forma de incentivar o lazer da sociedade brevensense. A responsabilidade de manter o espaço organizado é do poder público, pois a gestão da praça funciona por meio da Secretaria de Administração, mas as pessoas que frequentam o local se sentem também responsáveis pela preservação do espaço tanto quanto o poder público.

Observou-se que não existem estratégias planejadas pelo poder público para manter o espaço como um local que possa ser muito mais usado pela sociedade, pois pouco são os eventos direcionados para divulgação e melhor aproveitamento da praça, promovidos pela Prefeitura.

O ponto positivo encontrado em relação ao espaço é que nela ainda pode-se vivenciar momentos de prazer, de sociabilização, de reflexão, descontração entre tantos outros citados pelos entrevistados, pois é um espaço que pode ser bem melhor estruturado, podendo oferecer muito mais aos seus usuários.

O poder público não pode se omitir em relação a políticas públicas que viabilizem melhores condições de lazer, e sim pensar estratégias de planejamento que insiram a participação da sociedade civil, como colaborador dessas políticas. Uma política de lazer deve ser

pensada democraticamente, programando ações que amenizem fatores historicamente excludentes como: classe social, gênero, faixa etária, nível de instrução entre outros. Os espaços públicos de lazer devem ser entendidos pelo poder público, não como um espaço limitado, mas como um local que possa haver possibilidades de apropriação, oferecendo aos seus usuários, diversidades de experiências, que ofereçam aos sujeitos uma ressignificação dos espaços, fazendo com que os mesmos, possam entender a importância dessas práticas para o desenvolvimento de suas relações sociais.

Sendo assim as políticas públicas de lazer devem ser pensadas de forma coerente, não apenas como forma de manter a ordem pública, mas trabalhando a garantia dos direitos dos cidadãos de vivenciar as práticas lúdicas, no momento de tempo livre, e possibilitando o acesso a espaços que sejam realmente democratizados.

A “Praça do Operário” é um local onde podem ser desenvolvidos vários projetos, sejam estes culturais, esportivos, socioeducativos, que envolvam a participação de instituições, secretarias, e/ou grupos de pessoas interessadas em desenvolver ações que faça do espaço um local agradável e ao mesmo tempo dinâmico. Enfim, a praça é um espaço que se for bem aproveitado trará para a sociedade local, uma opção de lazer bem mais diversificado.

Estudar o lazer em um espaço público no município de Breves foi, sem dúvida, um momento inédito, foi uma tentativa de inserir alguns questionamentos pautados nas relações de poder, enquanto gestão pública, e sociedade civil, enquanto ator que representa o espaço nas suas mais subjetivas expressões, levando-se em consideração a importância que o lazer exerce hoje na vida das pessoas.

Em Breves essa pesquisa revelou que a praça ainda é a forma mais intrínseca como lugar irredutível da vivência do lazer e que a gestão desse espaço é um fator preponderante para sua permanência no cotidiano da sociedade local, e que as pessoas devem ser ouvidas pelo poder público de forma a colaborar nas políticas de lazer para o espaço e para o município.



Assim, ao investigar o lazer dos moradores da cidade de Breves na Praça do Operário, constatou-se que existe uma realidade bem parecida com de outras cidades mencionadas por muitos autores, em relação às problemáticas enfrentadas por falta de espaços públicos adequados que ofereçam possibilidades de vivências e experiências lúdicas, por pessoas que não possuem condições financeiras de acessar outros espaços (privados) de lazer.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco; GUTIERREZ, Gustavo. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. *Conexões*, v. 2, n.1, p. 48-63, 2004.

ALVES, Maria Lúcia. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. *Turismo em análise*, v. 3, n. 22, p. 599-613, 2011.

AZEVEDO, Francisco; FIGUEIREDO, Silvio; NÓBREGA, Wilker; MARANHÃO, Christiano. Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013.

BAHIA, Mirleide. O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

CASTRO, Cleber; FIGUEIREDO, Silvio. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas, em Belém, Pará. In.: AZEVEDO, F.; FIGUEIREDO, S.; NÓBREGA, W.; MARANHÃO, C. *Turismo em foco*. Belém: NAEA, 2013, p. 189-201).

DUMAZEDIER, Joffre. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da Decisão*. São Paulo: SESC, 1980.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o

ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martim; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29/03/2010.

LACAZE, Jean-Paul. *Os métodos do Urbanismo*. São Paulo: Papyrus, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.

MAGALHÃES, Ana Priscila. Metodologia aplicada ao turismo de base comunitária em reservas extrativistas: valorização da atratividade turística de Resex - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA. *Dissertação* de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2014.

MARCELLINO, Nelson. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.

WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG/CELAR, 2000.



# LAZER COMO MECANISMO DE APROPRIAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE LAZER NA ESTAÇÃO DAS DOCAS EM BELÉM-PA

*Pablo Vitor Viana Pereira*<sup>1</sup>

*Lucília da Silva Matos*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma cidade a partir da revitalização de espaços públicos de lazer e turismo requer planejamento comprometido com a criação de espaços verdadeiramente democráticos. Na cidade de Belém, percebemos que alguns desses espaços, muitas vezes, limitam os próprios moradores, por meio de seus muros e gestão excludente.

Nesta perspectiva, é fundamental analisar as relações nos espaços revitalizados como equipamentos socioculturais e de lazer para moradores e turistas, uma vez que esses, geralmente, são modificados com o propósito de incluir as pessoas a partir das práticas socioculturais. No entanto, percebemos que, em muitos casos, depois de transformados, estes se distanciam da maioria da população, sem cumprir totalmente o seu propósito inicial.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela UFPA, Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (FIPAM/NAEA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Lazer e Ludicidade na Amazônia. E-mail: pablo.viana28@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Curso de Especialização “FIPAM XXV: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer” do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará (UFPA/Campus Belém); Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –(PUC-SP) e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Lazer e Ludicidade na Amazônia- MOÇARAI; luciliasmatos@gmail.com.

Corroborando com esta análise, Figueiredo (2008) destaca que muitos espaços nas cidades são revitalizados com o objetivo de promover o lazer e o turismo, mas que suas formas de promoção social, cultural e econômica limitam o uso desses espaços pela população local.

A Estação das Docas é um desses espaços. Criado em 2000, a partir de um projeto de refuncionalização de três galpões do antigo porto de Belém, é um projeto similar ao existente em Buenos Aires (Puerto Madero); contudo, obedece a uma concepção que, em certa medida, inibe a frequência das camadas populares devido à sua concepção arquitetônica e aos preços dos serviços comerciais lá oferecidos (MATOS, 2010). No entanto, a partir principalmente de uma forte campanha publicitária, e de uma gradual incorporação de novos projetos culturais, a Estação das Docas, além de ser reconhecida como um dos mais importantes pontos turísticos da cidade, usado frequentemente pelas camadas de renda alta, nem por isso deixa de sensibilizar as camadas populares.

O tema proposto neste artigo teve como objetivo principal analisar as diferentes práticas de lazer vivenciadas na Estação das Docas, a fim de refletir sobre o processo de apropriação/pertencimento da população com este espaço, além de buscar identificar e analisar se há barreiras para a vivência do lazer, e quais são essas barreiras.

Para o aprofundamento teórico da análise sobre o lazer, este estudo amparar-se-á, principalmente, em autores como Marcellino (2007) e Bahia (2005). Estes entendem o lazer como meio de conhecer e compreender novas tradições, pois dissemina múltiplas relações de importância social, econômica e cultural, reconhecendo o lazer como fenômeno sociocultural. A importância do lazer na atualidade vem revelando novos cenários; neste sentido, entram em cena os espaços públicos que, em muitos casos, configuram-se como espaços de sociabilidade das culturas.

Nessa perspectiva, alguns procedimentos metodológicos foram fundamentais na construção das bases empíricas e teóricas para a análise do problema aqui esboçado. Desenvolveu-se a pesquisa de campo por meio da observação direta, a partir dos seguintes procedimentos: na primeira etapa exploratória, construiu-se a trajetória de investigação, na

formulação do projeto e dos instrumentos de campo para a pesquisa, assim como foi realizada a pesquisa bibliográfica (MINAYO, 2010). Na fase seguinte, passou-se a frequentar a Estação das Docas para a observação direta, a partir da trajetória de pesquisa. Na oportunidade, as observações foram anotadas em diário de campo (MINAYO, 2010). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no mês de janeiro de 2015, durante duas semanas, em dias e horários diversificados, a partir de um roteiro previamente estruturado. As pessoas entrevistadas foram escolhidas aleatoriamente, sendo quarenta frequentadores da Estação, dos quais 50% era do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Deste total, 52% eram da faixa etária entre 17 a 30 anos, sendo 25% entre 31 a 50 anos e 23% entre 51 a 70 anos. Os principais dados da pesquisa de campo serão fontes de reflexão desse artigo.

## **DIREITO AO LAZER COMO AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA**

O lazer como fenômeno sociocultural pode ser entendido como um conjunto de atividades culturais, entre as quais estão as práticas físico-esportivas, artísticas, sociais, intelectuais, manuais e turísticas<sup>3</sup>, em que as pessoas se envolvem com certa liberdade de escolha no seu tempo disponível das obrigações profissionais, familiares, sociais e fisiológicas, a fim de obter descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social (DUMAZEDIER, 1973). Neste processo, está presente o que Marcellino (1998) denominou como duplo processo educativo: a educação pelo lazer e para o lazer.

É importante reforçar, concordando com Gomes (2004), que o lazer é um fenômeno sociocultural que surgiu em diferentes contextos (histórico, social e político), e que se apresenta de forma dinâmica e diversa, de acordo com o grupo social de referência, além de ser um fenômeno complexo, pois é gerado em meio a conflitos, tensões e contradições.

---

<sup>3</sup> O conteúdo cultural turístico não está presente na obra de Dumazedier, sendo acrescentado posteriormente, a partir do livro de Camargo (1986).

Portanto, deve-se entender o lazer pelos diversos ângulos da sociedade, uma vez que propicia variadas práticas culturais, entre elas “o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), entre várias outras possibilidades” (GOMES, 2004, p. 124).

O lazer é um direito social assegurado na chamada Constituição cidadã, de 1988, por isso o compreendemos como um “bem social, um direito do cidadão e um instrumento essencial à apropriação da cidade por toda sociedade” (MATOS, 2001, p. 119).

No entanto, há uma lacuna entre o que está escrito e o que é assegurado para a sua vivência. Existem diversas barreiras para que o lazer seja, de fato, assumido como direito social, entre elas estão o acesso aos espaços e equipamentos públicos de lazer, e uma política mais inclusiva de lazer.

Bahia (2005) expõe que o lazer ainda se apresenta como não prioritário na vida das pessoas, uma vez que o trabalho torna-se o mais importante em suas rotinas. Portanto, é importante que a população veja o lazer como um direito básico de prazer e felicidade. Muitas das vivências de lazer passam despercebidas, pois as pessoas não identificam certas atividades como sendo práticas de lazer.

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, “o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem, estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda” ou “status” (MARCELLINO, 1987, p. 28).

Nessa perspectiva, percebe-se que o lazer está muito mais voltado aos serviços do mercado, no qual é visualizado como objeto de alienação e dominação por uma produção voltada aos interesses do capital. Nesse sentido, Bahia (2005) aponta que as vivências de lazer devem ser pautadas na vida real e no cotidiano das pessoas.

A proposta de vivência do lazer é de uma reflexão que se paute em muito mais do que numa lógica de compensação, de alienação ou de exploração do mercado ao qual este é submetido. Um lazer

marcado pela criticidade e criatividade, alicerçado no objetivo de Denúncia de uma realidade historicamente construída e no anúncio de uma utopia focada na mudança do possível, a ser alcançado dentro de nossas vidas (BAHIA, 2005, p. 14).

Marcellino (2007) expõe algumas barreiras que impedem a democratização do lazer pelo lugar público. Esses obstáculos são de caráter social, grau de instrução, de faixa etária e de gênero, além de colocar o lazer como produto a ser vendido.

Nessa perspectiva, o debate acerca da cidadania e dos direitos sociais vem contribuindo em várias questões da sociedade atual, entre estas, as formas de acesso e participação. Tendo em vista a importância dessas temáticas no complexo processo de planejamento e gestão de espaços públicos de lazer, faz-se necessário um debate visando trazer reflexões e contribuições para uma sociedade que se apresenta como desigual e contraditória.

Buscar descrever o conceito de cidadania não é tarefa fácil, uma vez que se trata de um assunto complexo e bastante debatido por vários setores da sociedade. Milton Santos (2013, p. 82) salienta que a “cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”. Como bem coloca o autor, a cidadania se aprende, ou seja, independente de definições abstratas criadas em tempos e lugares diferentes; a cidadania tem que ser reclamada.

Deve-se pensar a cidadania a partir da inclusão social, do acesso a todos os direitos, e que esteja ligada à perspectiva de um sentimento comunitário.

[...] pertencimento a uma comunidade que lhe confere deveres, bem como direitos a serem reivindicados, possibilitando a alteração e redefinição das relações no interior dos grupos sociais, abordando interesses e aspirações conflitantes em prol da construção do bem-estar coletivo (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010, p. 33).



Mascarenhas (2004), em seu artigo “Lazerania também é uma conquista”, apresenta reflexões acerca do lazer como um direito social e salienta as transformações sociais em curso, em que o jogo político desintegra os direitos sociais. O autor destaca também as mudanças frente aos efeitos excludentes das políticas neoliberais, o chamado “Mercolazer”, que consiste na relação de venda e troca efetuada no mercado.

[...] um valor de troca, o “salto perigoso” em direção ao equivalente geral, momento final do giro do capital em que se resgata a mais-valia e se conferem os lucros, objetivo essencial da crescente e heterogênea indústria do lazer (MASCARENHAS, 2004, p. 80).

Esta nova forma de fazer lazer pelo meio mercadológico traz como efeito o não direito, pois estabelece o acesso, principalmente, a quem tem poder financeiro. Entretanto, é importante pensar em modelos de lazer para todos, e não apenas para uma minoria, por meio de políticas públicas, buscando estabelecer formas de acesso aos vários espaços e equipamentos de lazer a todas as classes sociais.

As questões de acesso, assim como a participação, são de fundamental importância para o desenvolvimento pautado na igualdade e nos direitos sociais. Nesta perspectiva, a falta de uma aproximação da sociedade com o planejamento urbano:

[...] além de impedir a formação de um compromisso social em torno da política que se pretende estabelecer, enfraquece a efetividade do projeto urbano pela sua falta de adaptação à realidade a qual vai ser aplicado (RIBEIRO, 2012, p.87).

No entanto, ainda há muito a ser desenvolvido. Na prática, percebemos espaços públicos transformados em espaços privatizados, acentuando uma segregação social e econômica. Desse modo, podemos apontar o grande desafio da gestão pública em dinamizar os espaços públicos para toda a sociedade, pois, além desses lugares apresentarem manifestações políticas, artísticas e econômicas, eles ainda são lugares em transformações. Neste sentido, é importante uma política voltada às questões de acesso e à participação na construção de lugares sociáveis.

## PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

No que se refere ao planejamento dos espaços de lazer e do turismo, é preciso diagnosticar os perfis da população e a sua aceitação aos espaços públicos de lazer e turismo. Isso se dá pelo planejamento, ao entender as especificidades regionais e identificar fatores regionais que contribuam para o desenvolvimento local. Por isso, é importante pensar uma gestão pública atrelada às políticas setoriais, a fim de trazer benefícios tanto para população local quanto para o visitante.

Conceição e Nuñez (2007, p. 11) salientam que o processo de planejamento está fundamentado pela indagação valorativa, que “tem uma grande capacidade de exprimir as reais preocupações e aspirações coletivas dos atores sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenha em resolvê-los de maneira conjunta”. Neste sentido, é importante frisar que essa indagação valorativa é um método técnico que se estabelece pela prática da cooperação, frente aos modelos tradicionais de planejamento.

No contexto do planejamento do turismo, Cruz (2006) vem mostrar as convergências e contradições da produção do espaço, tomado pelas políticas públicas de turismo como forma de desenvolvimento. Entretanto, a autora salienta as duas características intrínsecas do turismo: a primeira retrata a atividade turística como prática social; e, por outro lado, o turismo utiliza o espaço como objeto de consumo. Entre essas características, devem-se pontuar as práticas sociais, pois são as relações sociais que dão um sentido ao desenvolvimento do turismo, ou seja, quando se pensa em planejar a atividade turística, precisa-se compreender toda a realidade local. Como salienta Hall (2001, p. 55), o planejamento turístico deve ser baseado nas metas e prioridades dos residentes.

Alguns espaços, às vezes, tornam-se ambientes sacralizados para população, fazendo com que essas construções limitem o olhar do cidadão, posto que espaços reconfigurados para a elite acabam, em alguns casos, por afastar as pessoas de menor condição financeira, por

serem espaços de alto consumo; quando não afasta, os moradores locais tendem a criar estratégias de uso.

De acordo com Ribeiro (2012), o conceito de espaços públicos vem sendo desenvolvido na perspectiva da multidisciplinaridade, já que os trabalhos produzidos são fundamentalmente espaciais, pois englobam processos políticos, culturais, econômicos e de expressões espaciais. Conforme Leite (2001, p. 116), o que diferencia os espaços públicos são os:

[...] sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente.

Nas ciências sociais, os espaços públicos podem ser entendidos como lugares de convivência que expressam estilos de vida, relações de poder e formas de apropriação por distintos grupos sociais, ou seja, lugares que apresentam uma representatividade da vida e da história das cidades (ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009).

Matus (1989, p. 156) afirma que “o planejamento é uma mediação entre o conhecimento e a ação”, isto é, o saber empírico associado à capacidade técnica torna esses lugares sociáveis, estabelecendo direitos a todas as classes sociais no uso desse mesmo espaço.

Nessa perspectiva, é interessante ressaltar a importância do planejamento em espaços públicos de lazer e do turismo a partir da participação. Também é necessário refletir sobre os pontos cruciais na reconfiguração de ambientes socialmente construídos, posto que, às vezes, tornam-se “privatizados” ou mesmo “turistificados”.

O termo “turistificação” significa criar espaços para atividade turística, porém esses espaços não podem ser limitados a uma parte da sociedade (FIGUEIREDO, 2008). Telles e Gândara (2012) salientam que o processo de turistificação está relacionado com as concepções de território, de ambiência relacional, de patrimônio e de lugar, dentro da consideração assumida pelo processo histórico do presente.

Os espaços públicos de lazer e turismo são importantes para a vivência democrática das práticas culturais de lazer, visto que esses ambientes, principalmente quando planejados coletivamente, possibilita uma relação de pertencimento dos moradores e turistas com os espaços. Neste sentido, exercer o planejamento com participação nas questões da cidade implica envolver o social, o simbólico e cultural dos lugares, estabelecendo vínculos com a população por meio do lazer e da atividade turística.

### **LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS DE LAZER NA ESTAÇÃO DAS DOCAS**

Inaugurado em 13 de maio de 2000, pelo governo do estado do Pará, o Complexo Turístico e Cultural “Estação das Docas” está localizado às margens da Baía do Guajará. O espaço ocupa uma área de 32.000 m<sup>2</sup>, divididos em três galpões, denominados: Boulevard das Artes, Boulevard da Gastronomia e Boulevard das Feiras e Eventos, além do terminal fluvial de passageiros e do anfiteatro. A administração do complexo é composta pela Organização Social Pará 2000, criada em 25 de janeiro de 2000, por meio do Decreto nº 3.881. Esta Organização Social é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, destinada à promoção de cultura, lazer e turismo.

Os dados que serão analisados nesse tópico são resultantes do trabalho de campo realizado nos meses de novembro e dezembro de 2014, e janeiro de 2015, por meio de pesquisa exploratória. Posteriormente, realizou-se a observação do espaço social Estação das Docas; as observações foram sistematizadas em caderno de campo. Em janeiro de 2015, foram desenvolvidas as entrevistas, durante duas semanas, estabelecendo-se dias e horários diversificados, a partir de um roteiro previamente estruturado, sendo que as entrevistas semiestruturadas se deram em diferentes lugares dentro da Estação das Docas (Museu do Porto, bares, restaurantes, orla e teatro).

## ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: PRINCIPAIS PRÁTICAS DE LAZER NA ESTAÇÃO DAS DOCAS E AS BARREIRAS QUE IMPEDEM O SEU USUFRUTO PLENO

Durante a pesquisa de campo, foram identificados os diferentes perfis dos usuários, segundo as variáveis de sexo, profissão, escolaridade e renda. Esses dados revelam as características de um público diversificado que frequenta a Estação das Docas.

As profissões mais citadas entre os entrevistados foram: estudantes, professores e vendedores. No universo de 40 entrevistados, quanto à escolaridade, 49% têm formação em nível superior, 49% completaram o ensino médio e 2% o ensino fundamental completo. De acordo com essas informações, é interessante situar que a metade dos entrevistados tem curso superior completo, configurando um percentual bastante expressivo, uma vez que, segundo o IBGE (2010), mais da metade (56,4%) da população paraense de 25 anos ou mais não concluiu o ensino fundamental, enquanto apenas 6,2% têm graduação em nível superior.

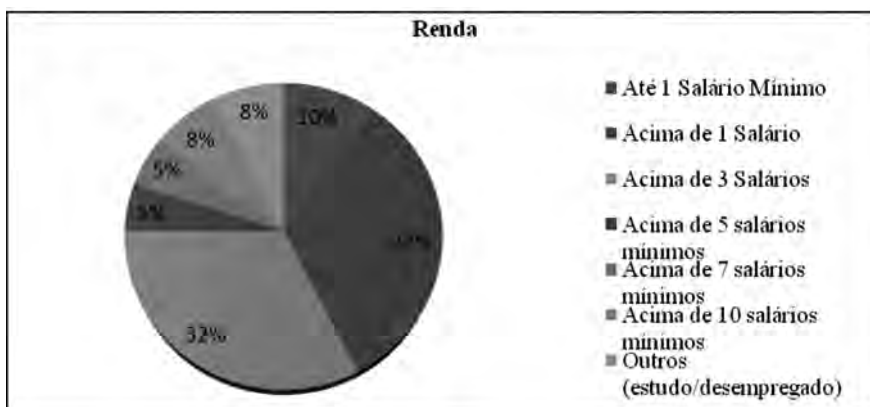
Quando perguntado “com que frequência você visita este espaço”, 35% dos entrevistados afirmaram que vão à Estação das Docas uma vez na semana, 20% uma vez ao mês e 20% frequentemente visitam o espaço, além de um percentual de 25% que frequenta em intervalos de tempo diferentes (uma vez ao ano, três vezes ao mês etc.).

Ao observar o quesito renda, foi possível identificar que pessoas com níveis salariais diversos frequentam a Estação das Docas, conforme os dados do Gráfico 1.

É importante analisar a frequência de diferentes grupos sociais, a partir dos dados de escolaridade, faixa etária e renda, sendo possível afirmar que há uma apropriação inversa do espaço. No caso em estudo, nos primeiros anos após a inauguração da Estação das Docas, o espaço era frequentado, hegemonicamente, por pessoas com maior poder aquisitivo, fato que levou este espaço a ser reconhecido por muitos como “Estação das Dondocas”. Porém, ao longo destes 15 anos, passado por diferentes administrações, uma série de estratégias foi criada com

vistas a tornar o espaço uma referência para os cidadãos paraenses e para os turistas, entre as quais podemos citar as campanhas publicitárias em propagandas e os investimentos em eventos diversificados, de modo que, atualmente, ainda que de forma limitada, a Estação vem se configurando como um lugar com maior diversidade de frequentadores.

Gráfico 1 – Faixas de renda do público que frequenta a Estação das Docas



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Foi interessante observar que nenhum dos entrevistados estava pela primeira vez na Estação. Este dado revela que as pessoas visitaram a Estação pela primeira vez e voltaram. Ainda que timidamente, as pessoas vêm usufruindo do espaço, como expressa o interlocutor 11: “um bom lugar para passear, sentir o vento da maré, um lugar agradável; é um lugar que eu acho bem legal, que eu gosto de estar”<sup>4</sup>. Muitos entrevistados fizeram alusão ao contato com o rio, com a natureza, e percebemos sempre um ar de orgulho por estar ali. Como salienta Malheiros (2009, p. 72), a revitalização de edificações históricas à beira-rio fortalece as raízes e a autoestima da população. No caso de Belém, há poucos espaços de lazer à beira do rio, o que leva as pessoas a frequentar a Estação, principalmente pela quebra das barreiras e contradições sobre o uso do espaço.

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 09/01/2015.

Quanto à proveniência dos frequentadores, as respostas foram as mais variadas, pessoas oriundas dos mais variados bairros: Jurunas, Terra firme, Pratinha, Batista Campos e Umarizal, além de outras cidades como Ananindeua e Marituba. Percebe-se que estão citados os diferentes bairros da capital paraense, tanto centrais quanto periféricos, além de cidades da região metropolitana de Belém.

Em resposta à pergunta “O que lhe motiva a vir à Estação das Docas?”, grande parte dos entrevistados afirmou que vem pela tranquilidade, pela natureza, por ser um lugar agradável e pelo lazer. Nota-se que o espaço vem tomando novos contextos e atribuições, olhando para o passado, quando o espaço se apresentava com mais nitidez como “lugar de consumo” e “consumo de lugar”, ou seja, “as especificidades do lugar (beira-rio), seu valor de uso, que se transforma em valor de troca, sem deixar de ser valor de uso” (AMARAL; VILAR, 2005, p. 107). Nesta afirmação dos autores, é perceptível ainda esses valores pelo lugar, seja pelo uso ou pela troca. Ainda sobre a pergunta acima, na fala do frequentador 12, podemos observar o quanto a Estação das Docas possibilita resgatar os laços culturais:

Para mim é um espaço de lazer, eu gosto do verde, gosto de água desde criança, é natural pra mim. Pra mim foi uma questão natural mesmo, mais para olhar mesmo a natureza, principalmente a água (falando da baía em frente) e o verde das ilhas.

Entre as respostas da pergunta acima, pouco se comentou sobre os equipamentos internos da Estação, como restaurantes, bares, lojas, sorveteria entre outros. Acredita-se que isso é caracterizado pelo alto valor cobrado pelos serviços e produtos nesses lugares. Para a maioria dos entrevistados, a motivação diz respeito a questões da cultura e da natureza. Ao analisar essas motivações, fica claro o quanto o espaço “Estação das Docas” permanece com um modelo segregador, em que apenas uma parte da sociedade tem o total usufruto dos equipamentos internos (lojas, bares, restaurantes, cinema), ou seja, esse processo foi marcado pela renovação de espaços urbanos acompanhado pela

refuncionalização e reapropriação por atores responsáveis pela elitização do mesmo – a chamada gentrificação (SÁNCHEZ, 2003).

Quanto à pergunta “Quais as maiores dificuldades que você encontra para ter acesso às atividades de lazer existentes na Estação das Docas?”, a maioria relatou não ter nenhum problema em relação às atividades, no entanto, ao perguntarmos sobre quais as atividades existentes, ficou evidente que o conhecimento dos frequentadores ainda é bastante limitado. A partir de algumas entrevistas, podemos constatar essas barreiras:

Tem teatro, às vezes passa filme, às vezes shows como esse (falando do carimbó), feiras que na verdade não sei se está para lazer ou cultura, mas acontecem várias feiras também aqui, acho que é isso, de lazer seria isso (FREQUENTADOR 13)<sup>5</sup>.

Acabei de descobrir mais uma que foi o cine, não sabia mais de nenhuma, a não ser curtir a paisagem e comer, por exemplo (FREQUENTADOR 31)<sup>6</sup>.

Eu sei que tem dia de sexta-feira, o carimbó, e algumas apresentações, dia de sexta-feira, agora durante a semana eu não sei (FREQUENTADOR 33)<sup>7</sup>.

Esses obstáculos são citados de forma constante nas entrevistas. Entre os projetos promovidos pela “Estação das docas”, o único mais comentado foi o “Por-do-Som”, que acontece às sextas-feiras, o “Carimbó”, assim chamado pelos entrevistados, foi o mais lembrado, em virtude da entrevista ter sido realizada em uma sexta-feira. Dos 40 entrevistados, 16% referiram à palavra teatro, porém nenhuma pessoa citou o projeto “Pôr-do-Sol<sup>8</sup>, que acontece em domingos alternados, no terminal fluvial, e às vezes no anfiteatro. Os shows artísticos apareceram como uma das atividades conhecidas pelos frequentadores, e o cinema foi lembrado por uma pequena parcela (14%) dos entrevistados.

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida em 09/01/2015.

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 14/01/2015.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 14/01/2015.

<sup>8</sup> Projeto realizado pela Organização Social Pará 2000, que gerencia o Complexo Estação das Docas.



É possível notar o quanto as pessoas que frequentam o espaço ainda não conhecem os projetos da “Estação”. Essas barreiras acontecem por diversos motivos, o primeiro, a nosso ver, está relacionado à divulgação de tais projetos. É interessante ressaltar que a Pará 2000, empresa administradora do espaço, tem funcionários das áreas de marketing, propaganda, publicidade e jornalismo, mas, ao que parece, pouco tem feito para a divulgação das ações culturais do espaço. A única ferramenta visível durante a pesquisa em relação à divulgação dos projetos foi por meio da página da estação na *web e o facebook*, pouco por meio das mídias televisivas e de panfletos dentro do espaço<sup>9</sup>.

A pesquisa de opinião da “Estação das Docas”/2014 também corrobora os dados deste estudo, pois revela que os frequentadores pouco conhecem os projetos culturais do espaço, como o Cine Estação, Pôr-do-Som, Pôr-do-Sol e Palco Deslizante. A nosso ver, este fato mostra o quanto é pouco eficiente a divulgação das ações culturais da estação, criando empecilhos ao usufruto do espaço e programações pelos usuários.

É interessante ressaltar nessa discussão o quanto a população desconhece o significado de “lazer”. Este aspecto foi observado na pesquisa, por meio de algumas perguntas relacionadas com a palavra lazer: Quais as atividades de lazer que você sabe que existem na Estação das docas? Quais as atividades de lazer que você vivencia na Estação das Docas? Quando a pergunta foi feita dando opções de atividades, de forma induzida, as respostas dos entrevistados foram as mais variadas possíveis, conforme as respostas apresentadas no Gráfico 2.

Por meio da pergunta induzida, foi possível observar que houve uma melhor identificação das atividades existentes na estação, diferente das respostas das perguntas anteriores, em que os entrevistados tiveram dificuldade de pontuar as atividades existentes na Estação.

---

<sup>9</sup> Observações feitas por meio de diário de campo durante os seis meses da pesquisa, no período de julho de 2014 a janeiro de 2015.

Gráfico 2 – Respostas sobre o conhecimento das atividades de lazer na Estação das Docas



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Segundo Barbalho e Freitas (2011, p.138), os equipamentos culturais são pautados em políticas de intervenção, cuja concepção tradicional é:

[...] a vinculação destes espaços com esferas mais elitizadas da sociedade acabam por beneficiar aqueles que já são usuários de equipamentos similares e distanciam os que entendem este tipo de espaço e de prática como distante de sua realidade cotidiana.

A partir do que foi visto, podemos constatar o quanto as práticas de lazer dentro do espaço turístico e cultural “Estação das Docas” ainda é limitador, com relação aos projetos do complexo. Por outro lado, podemos observar uma maior aproximação da população junto ao espaço, ainda que de forma tímida, mas que aos poucos vem se apropriado do lugar por meio de diferentes atividades de lazer, como passear, namorar, apreciar o pôr-do-sol, assistir shows e até mesmo consumir.

Embora o lazer seja um direito social que deveria ser garantido pelo Estado, ele investe muito pouco em uma concepção de espaço público de lazer, conforme foi comprovado na pesquisa. É preciso haver um planejamento que envolva a comunidade desde a sua criação até a sua gestão, pois, como visto, pouco se observou em relação aos aspectos

do acesso pleno das práticas de lazer e participação na gestão, tendo como resultado a falta de uma maior relação de pertencimento nas práticas de lazer, assim como no usufruto pleno das atividades de lazer proporcionadas naquele espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estação das Docas é um dos espaços de lazer e turismo que mais recebe visitantes na cidade de Belém. Conhecida como um cartão-postal, teve a sua concepção inicial focada na conjuntura do planejamento estratégico visando auferir uma frequência de pessoas com maior poder aquisitivo no espaço e um perfil que se pautava na atividade turística.

Nesta pesquisa, objetivamos entender as diferentes práticas de lazer, assim como averiguar as barreiras existentes em relação a essas vivências. Como vimos, no que tange ao conceito de “lazer”, a noção dos frequentadores ainda é limitada. Com relação à existência de barreiras para a vivência plena do lazer, foi possível perceber que elas ainda são grandes, visto que essas dificuldades estão atreladas à concepção do espaço quando este não teve a participação da população no processo de construção, assim como não se tem uma gestão que envolva esse público no planejamento. Esse processo histórico-cultural tem influenciado uma participação tímida dos usuários às ações de lazer dentro do espaço da Estação.

Analisando o lazer pelo seu aspecto econômico, social e cultural, tornam-se visíveis as dificuldades em relação às práticas do lazer. Uma delas é a barreira interclasses sociais, devido a diversos fatores presenciados no espaço analisado. Entre as barreiras, percebemos o quanto a “Estação das Docas” ainda se apresenta em um contexto segregador, reproduzindo obstáculos, pelo modelo pautado na falta de participação dos frequentadores no planejamento do espaço, um aspecto limitador do acesso a algumas atividades dentro do espaço, sendo que os espaços públicos de lazer devem propiciar mudanças alcançáveis em nossas vidas.

Esses fatores são concretizados pela não inclusão dos frequentadores da “Estação das Docas” no processo de planejamento e gestão do espaço. Conforme averiguado, foram encontradas várias barreiras no usufruto das atividades de lazer na Estação, sendo que essas limitações advêm de um processo sociopolítico em torno da reconfiguração do espaço, apontado pelas diversas pesquisas realizadas sobre a “Estação das Docas”, e entre as questões evidenciadas nas entrevistas e nas observações em campo durante esta pesquisa.

Podemos perceber, ainda, que há várias barreiras em relação à inclusão dos frequentadores no planejamento do Complexo “Estação das Docas”, que tornam-se visíveis a partir das falas dos entrevistados, e quando confrontadas com a pesquisa de opinião sobre o espaço, realizada em 2014, a divulgação das atividades realizadas ali ainda é um dos obstáculos citados pelos usuários, por não conhecerem os projetos vinculados àquele complexo.

Soluções alcançáveis podem ser executadas no espaço, conforme averiguado durante a pesquisa de campo. De acordo com que foi observado na “Estação das Docas”, a mesma apresenta instrumentos importantes de divulgação dentro do próprio ambiente; existem por todo o complexo alto-falantes que poderiam muito bem ser utilizados para a promoção e anúncio de toda a programação existente no espaço. Mecanismo como esse poderia ajudar na difusão dos projetos culturais do lugar.

Outra problemática está relacionada aos equipamentos de entretenimento dentro do espaço, pois os custos altíssimos limitam o usufruto do lugar, tanto pelos moradores de Belém e da região metropolitana, quanto pelos visitantes de outros estados e países, visto que parte apenas usa o espaço para contemplação do “rio” e da paisagem, como salientado na pesquisa.

Destarte, o processo de inclusão da sociedade nas questões referentes ao acesso e participação ainda carece de atenção, uma vez que, enquanto houver limitações ao uso dos espaços do complexo pelos moradores e visitantes, vão continuar existindo as diversas barreiras nas práticas de lazer em um espaço que se considera público.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M. D. *A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)*. 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005.

AMARAL, M. D. B.; VILAR, B. S. A cidade estratégica nas políticas de renovação urbana em Belém: a experiência da Estação das Docas. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C; SILVA, M. A. P. (Org.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

ANDRADE, L. T.; JAYME, J. G.; ALMEIDA, R. C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 131-151, 2009.

BAHIA, M. C. *Lazer – meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos Esportes de Aventura*. 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.

BARBALHO, A.; FREITAS, A. P. N. Política cultural e consumo na região amazônica: um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém do Pará. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 12, n.23, p. 130-142, 2011.

CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer?* São Paulo, Brasiliense, 1986.

CONCEIÇÃO, R. J.; NUÑEZ, B. E. C. Planejamento participativo e desenvolvimento regional sustentável: uma análise de método aplicativo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). In: SEMINÁRIO NACIONAL PAISAGEM E PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAU/USP, 2007.p. 1-12.

CRUZ, R. C. A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. 2006. Disponível em: <<http://www.udc.edu.br/posgraduacao/turismo/Rita%20-%20Planejamento%20Governamental.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA/UFPA; ANPUR, 2008.
- GOMES, C. L. Verbetes Lazer – concepções. In: GOMES, C.L. (Org). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos*. Belo Horizonte, UFMG, 2010.
- HALL, C. R. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo, Contexto, 2001.
- LEITE, R. P. *Espaço público e política de lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. 2001. 390 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de campinas, Campinas, 2001.
- MALHEIROS, B. C. P. *Portos, portas e postais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)– Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
- \_\_\_\_\_. Lazer: concepções e significados. *Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.37-43, 1998.
- \_\_\_\_\_. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. *Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana*, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.
- MASCARENHAS, F. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.73-90, 2004.
- MATOS, L. S. Belém do direito ao lazer ao direito a cidade. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer & Esporte: políticas públicas*. Campinas. Autores Associados, 2001.

MATOS, L. S. *Belém em festa: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré*. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos em Pós-Graduando em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATUS, C. *O planejamento é democrático? Adeus Senhor Presidente*. Recife, Litteris, 1989.

SANTOS, Milton. *Espaço do Cidadão*. 7 ed. São Paulo, Edusp, 2007.

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis, Vozes, 2010.

RIBEIRO, T. F. O planejamento urbano como instrumento garantidor do direito à cidade. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 71-90, 2012.

SANCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, Argos, 2003.

TELLEZ, D. H. Q.; GANDARA, J. M. G. Aspectos de infraestrutura e serviços como indicadores de turistificação na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 5, n.1, p. 183 - 208, abr de 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/viewFile/22832/17717>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

# SHOPPING CENTER COMO ESPAÇO DE LAZER: O CASO DO PÁTIO BELÉM

Thiliane Regina Barbosa Meguis<sup>1</sup>

Cleber Augusto Trindade Castro<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O lazer insere-se nas discussões teóricas a respeito da sua função na sociedade, intitulado como um direito social e como uma necessidade da população em geral. A sua importância destaca-se, principalmente, por contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, assim como espaços e equipamentos adequados que proporcionam o lazer acessível aos cidadãos que compreendem os seus direitos e deveres para a construção coletiva da sociedade na qual se inserem.

Os espaços públicos abertos (ambientes de livre circulação, como praças) e fechados e/ou semipúblicos (como o *shopping center*) são importantes componentes que possibilitam o acesso ao lazer e à propagação e vivência cultural. As cidades modernas, no entanto, dificultam essa compreensão, pois fragmentam os espaços públicos numa percepção mercantilizada de apropriação do espaço que, por conseguinte, o privatizam quando a intenção é de democratizar.

O objetivo geral do presente trabalho é compreender os diferentes usos dos *shoppings centers*, a partir do caso do Pátio Belém, e os seus diferentes agentes. Os objetivos específicos pretendem: verificar quais as práticas de lazer que os frequentadores do *shopping center* Pátio Belém

---

<sup>1</sup> Turismóloga (UFPA); Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pela Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). E-mail: thilly20@hotmail.com.

<sup>2</sup> Turismólogo (UFPA); Mestre em Geografia (UFPA); Doutorando em Turismo e Professor do Departamento de Turismo (UFRN). E-mail: cleber.castro@hotmail.com.



costumam realizar; identificar as práticas sociais de lazer oferecidas no *shopping center*; e analisar o planejamento e gestão do lazer neste ambiente. Além de pesquisa bibliográfica que subsidiou o trabalho com elementos teóricos metodológicos e conceituais, foi realizada uma pesquisa no mês de fevereiro de 2015, realizando observação não sistemática e entrevistas semiestruturais com os frequentadores e com os gestores do Pátio Belém. A pesquisa teve um total de 31 entrevistados, sendo 1 gestor do espaço, nesse caso o gerente de *marketing*; 25 frequentadores em geral; e 5 participantes do projeto “Ativa Idade”.

### LAZER: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Para entender a construção teórica e prática do lazer, bem como as mudanças que ocorreram na sociedade que influenciaram direta ou indiretamente essa construção, faz-se necessário entender que o declínio de ideias relacionadas à conquista da liberdade e da felicidade individual se torna cada vez mais presente na sociedade contemporânea, do que o pensar em conjunto, pensar na sociedade como um todo, ocorrendo, dessa forma, a privatização, ou seja, a valorização generalizada do sujeito, o individualismo como forma de sobrevivência cada vez mais afastado do sentido social. A principal estratégia do mercado é estender-se na sociedade, criando necessidades que conduzem a maioria das ações objetivando o valor de troca e não de uso.

Percebe-se que a sociedade passou por algumas dinâmicas e todas elas contribuíram e modificaram, de certa forma, a construção teórica e a prática do lazer.

[...] podemos dizer que um dos elementos cruciais desta *desmedida* do capital é a exacerbação da subjetividade, cuja ampliação é maior do que o capital como forma social pode conter. [...] O próprio lazer (ou a precarização do tempo livre) é um dos campos de obliteração/ inversão da subjetividade exacerbada (ALVES, 2006, p. 29).

A revolução industrial se torna importante nesse processo de transformação do modo de vida, assim como a indústria cultural, na qual

o andamento da vida do ser humano começa a se basear no processo capitalista de consumo. Com a globalização, houve a construção de novos paradigmas do lazer.

A intenção é de considerar que o momento histórico de cada obra e suas representações sobre a realidade social da época – em que pese seus limites sociopolíticos e/ou teórico-metodológicos refletidos em algumas concepções superadas atualmente – trouxeram contribuições valiosas para a trajetória da construção social do lazer e para as reflexões sobre o atual modo de vida humano, no que se refere à exploração do ser humano, à expropriação do tempo de não trabalho (tempo livre, ócio), ao trabalho alienado, ao consumismo, à necessidade de uma contraposição ao modo de produção capitalista e à possibilidade de transformação, emancipação e liberdade por meio do lazer (BAHIA; FIGUEIREDO, 2013, p. 5).

Com a sociedade capitalista, o lazer acaba por se tornar, muitas vezes, uma mercadoria a ser vendida para quem detém recursos financeiros pra tal prática. Isso ocorre, também, por parte da mídia cultural, que interfere e aliena o ser humano; o poder público, por sua vez, contribui para esse processo, por não criar iniciativas e políticas de lazer dignas ao desenvolvimento do cidadão.

A ênfase no desenvolvimento econômico e industrial impulsiona transformações que possibilitam um maior acesso ao lazer através do desenvolvimento das artes e espetáculos e pela valorização do lazer do trabalhador por meio da construção dos clubes-empresa. [...] segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), a população urbana ultrapassa a rural, vamos encontrar um lazer típico do início da industrialização, ilustrado pela passagem entre o lazer como manifestação popular e comunitária e o lazer como mercadoria de consumo disponível no mercado (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2005, p. 37).

Outros objetos são notadamente percebidos nesse processo, como a construção de condomínios fechados e *shopping center*, que são criados com a finalidade de moradia, e ao mesmo tempo proporcionam

o lazer com segurança, assim como, a vida cotidiana, que é pautada por essa necessidade de segurança e segregação desses espaços privados ou semipúblicos, que procuram reproduzir estilos arquitetônicos, urbanísticos e de usos de cidades e bairros onde tais atividades de lazer e estilos de moradias ocorrem sem muros ou divisão, sobretudo em países desenvolvidos. São nitidamente visualizados como reprodução do capital, pois quem detém de capital financeiro poderá usufruir desse lazer/mercadoria. Esse fator é evidenciado pelo sistema de classes e pela ocupação espacial.

O *shopping center* foi criado nos Estados Unidos por volta de 1950, no sistema capitalista, depois do pós-guerra, e inventado pelo arquiteto europeu Victor Gruen de Viena. Eles são inspirados nas galerias de Milão e Nápoles do século XIX, com o objetivo de preencher o vazio que ocorreu com a primeira guerra mundial. “Este mundo de sonhos que é o *shopping center* acaba reforçando nas pessoas uma imagem de sociedade individualista, onde os valores propagados são todos relacionados às necessidades e desejos individuais” (PADILHA, 2003, p. 247).

O capitalismo e o desgaste do tecido urbano são evidentes, o poder público não visualiza o lazer como um processo de sociabilidade e solidariedade, bem como, a educação para e pelo lazer como fator importante para a formação do ser humano. A cultura, por viver em uma constante transformação, tece novos sistemas de valores, o mercado se apodera dessas transformações para influenciar a prática de lazer, assim como a própria cultura.

Além de controlar o corpo e a mente dos trabalhadores [...], a sociedade administrada também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso [...]. A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista [...] (CHAUÍ, 1999, p. 48).

A ocorrência de o lazer ter começado a conquistar uma posição de destaque nos espaços semipúblicos, nesse caso, os *shoppings centers*, estimula a discussão relativa à ampliação constante da privatização do

lazer e a ideia de que nesses espaços, a partir do momento que o lazer é oferecido como mais um dos serviços disponível no local, abram novas possibilidades de tornar privado um direito social.

### **BREVE DISCUSSÃO COM RELAÇÃO À DEFINIÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO, UMA ABORDAGEM SOBRE O *SHOPPING CENTER***

O espaço é, historicamente, um local que se pode observar a diversidade e a convivência de diferentes usos e usuários. A segregação socioespacial entre as elites e os cidadãos da classe baixa sempre existiu nos espaços, sejam eles públicos, privados ou semipúblicos. É importante salientar que a própria diversidade presente na sociedade contribui para a homogeneização, além da forma de apropriação do espaço. As características de cada cidadão são visualizadas por meio dos diferentes usos.

Em sua maioria, o debate acontece em torno do planejamento dos espaços públicos, sendo considerado um tema constantemente discutido nas diversas esferas políticas de uma cidade, integrando o social e o espacial dos municípios (SERPA, 2009), que interage com as diferentes dimensões socioculturais de apropriação social e que busca o bem estar de todos os seus integrantes, ou de uma simples apropriação política que beneficia apenas aqueles que fazem parte de uma classe social mais favorecida economicamente.

Luchiari (2005) enfatiza que são necessárias iniciativas que procurem atrair a população que não frequenta mais os espaços públicos, por se sentir incomodada com a poluição, com a insegurança, com o trânsito, com a própria dinâmica das cidades, contribuindo para a procura de lugares que oferecem o conforto e as facilidades que são encontradas, por exemplo, nos *shoppings centers*.

[...] conduz-nos a considerar que os *shoppings centers*, na qualidade de empreendimentos imobiliários, apresentam algumas características como: planejamento mercadológico, condições de tráfegos, características físicas do local, facilidade de estacionamento (próximo e em quantidade suficiente), complexo

de lojas, tráfego de clientes e serviços, técnicas arquitetônicas internas (fácil acesso aos compradores) e externas (proteção contra as más condições de tempo, calçadas cobertas, estacionamentos interno), instalações para serviços de alta qualidade, possibilidade de expansão e sua existência deve promover a integração com a comunidade (VASQUES; DONAIRE, 1998, p. 116).

O privado é entendido como tudo aquilo que se faz em um limitado círculo de pessoas; então, o espaço do *shopping center* é privado, porque não pertence à coletividade, e sim aos seus donos, sócios, acionistas da empresa que o gerem, mas pode-se dizer que, por questão de estratégia, foi planejado com objetivo estrito e lógico de não ser totalmente privado. Por outro lado, ele também não é público, pois, conforme Bahia (2012, p. 114), “[...] compreende-se espaço público como aquele onde ocorre uma ação política ou, pelo menos, onde há a possibilidade de uma ação política [...] não é só o locus espaço socialmente produzido, contendo um significado simbólico para as pessoas”.

Portanto, o espaço do *shopping center* pode ser entendido de diferentes maneira pelos agentes que frequentam.

[...] mudanças nos espaços públicos das grandes cidades aponta para o seu declínio e para a caracterização da contemporaneidade como dominada por um individualismo exacerbado que prioriza a vida entre iguais em espaços vigiados e privatizados ou nos chamados espaços semipúblicos, como os shoppings centers (ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009, p. 131).

Os *shoppings* pertencem à esfera privada, e envolvem a produção de bens e serviços para o mercado, voltados para o lucro e o consumo do lazer. Essa privatização acontece por ocorrer a transferência da execução das atividades do setor público para o setor privado que produzem e organizam os espaços de lazer. Esta torna-se, portanto, uma questão complexa, que acaba causando uma discussão em torno do assunto e da multiplicidade de sentidos entre o público e o privado, bem como entre o lazer como direito social e o lazer mercadoria. Sendo assim, isso nos remete pensar que se o lazer é um direito social; então, porque pagar

para praticar com segurança e conforto? No mesmo sentido, porque os espaços privados ganham cada vez mais lugar, na busca por práticas de lazer? É perceptível que a maioria dos agentes que pagam pelo lazer, procura lugares que proporcionem, além da segurança, o conforto no momento dessa prática.

A partir do momento que se entende que o *shopping center* é caracterizado neste estudo como um espaço semipúblico, objetiva-se a seguir apresentar o resultado da pesquisa de campo, identificando qual a noção de lazer e quais as ações que são implementadas pelo Pátio Belém, a fim de entender a visão do empreendimento quanto à importância do espaço para o lazer da sociedade belenense.

#### **A NOÇÃO DE LAZER E AS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO SHOPPING CENTER PÁTIO BELÉM**

O *shopping center* Pátio Belém foi inaugurado em 27 de outubro de 1993. Está localizado no centro da cidade de Belém, capital do Pará. É um empreendimento que tem preocupação e responsabilidade social e ambiental; dessa forma, busca ter parceria com diversas ONGs que envolvem e conscientizam os clientes sobre o uso racional e responsável dos recursos ambientais. Possui o compromisso com coleta seletiva de lixo, descarte de óleo de cozinha, de lâmpadas e a utilização de papel reciclado, além de promover ações educativas para alertar a sociedade como cuidar do meio ambiente. É um espaço que agrega compras e lazer, objetivando o conforto e a segurança para os seus clientes.

Sabendo-se que a ideia de lazer passou por uma trajetória construtiva e transformadora, influenciada também pela política, economia, assim como o consumo e a tecnologia, se percebe que existe a preocupação do empreendimento em oferecer o lazer. No entanto, o principal objetivo é o consumo.

Bom, na realidade aqui a gente tem uma preocupação grande, porque assim, a gente parte do princípio que quando você atrai o público você tem fluxo, você acaba tendo resultado em venda, que

é o objetivo principal de todo o empreendimento, tá?! Então uma das preocupações que a gente tem quando você fala em atrair o público pra dentro do *shopping* é que tipo de lazer você vai oferecer para esse público, então a gente toma muito cuidado com relação à atividade, a gente procura trazer atrações que sejam diferentes, inéditas e exclusivas, né?! (Informação verbal)<sup>3</sup>

O lazer, mais uma vez, é visualizado como uma segunda opção. Quando é perguntado à gestão sobre a decisão do lazer ofertado, o varejo é a primeira opção do *shopping center*: “[...] então, a questão de como a gente define é bem dentro do momento, da oportunidade e ocasião, quando eu tenho um evento voltado ao calendário de varejo, a gente procura focar sempre em cima dele” (informação verbal)<sup>4</sup>. Não é sem razão que esses espaços tornam-se uma nova possibilidade para o desenvolvimento de funções que até então eram consideradas das ruas, dos espaços públicos urbanos, assim como, a socialização e o lazer.

É fácil visualizar que apesar dos gestores do empreendimento estarem preocupados com a lógica do capital, que é essencial para mantê-lo funcionando, eles se preocupam também em oferecer o lazer como uma importante função para fidelizar seus clientes ao espaço, entre as ações para esse fim. Assim, destaca-se:

- Atividade do banquinho e um violão que acontece principalmente aos domingos;
- *Personal trainer* que leva atividades de corrida de rua pra dentro do espaço. Vale a pena ressaltar que essa atividade acontece com o *shopping* fechado;
- Projeto “Ativa Idade”, com a proposta de ressocialização com as pessoas da melhor idade, oferecendo atividades de lazer, atividades físicas, esportiva e cultural;
- Salas de cinema, com uma sexta sala sendo inaugurada surgindo com uma nova concepção;

---

<sup>3</sup> Gestão do Pátio Belém (gerente de *marketing*). Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

<sup>4</sup> Gestão do Pátio Belém (gerente de *marketing*). Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

- *Amazon Fantasy*, parquinho com mais de doze brinquedos diferentes;

- Praça de alimentação.

Pode-se observar a existência de lazer gratuito, que acontece com o *shopping* fechado, deixando esse público mais à vontade para realizar as atividades que são a eles propostas.

Segundo a gestão do *shopping center* Pátio Belém, não há uma pesquisa e/ou estudo específico sobre o lazer neste espaço de lazer e consumo. Porém, identificou-se por meio da entrevista que a cada dois anos, aproximadamente, se tenta realizar uma pesquisa qualitativa e quantitativa a respeito dos diversos serviços oferecidos por este.

[...] então quando você faz uma pesquisa, a gente busca justamente todas as informações pro cliente, do nosso consumidor quanto ao mix e também sobre a percepção que ele tem sobre o lazer dentro do empreendimento, então não existe uma pesquisa específica sobre o lazer, o lazer ele tá englobado na pesquisa geral que a gente faz (Informação verbal)<sup>5</sup>.

É interessante mostrar que o espaço é oferecido gratuitamente e nele eles podem encontrar o local seguro e o lazer como uma ótima opção de socialização. Deste modo, por meio das pesquisas realizadas pelas pessoas (colaboradores internos), identificou-se a necessidade de criar um projeto que abrangesse, principalmente, a melhor idade; o empreendimento visualiza a possibilidade e a criação do projeto “Ativa Idade”.

Tem esse projeto “Ativa Idade”, que é um projeto que existe já há oito anos, que começou de uma forma muito tímida. Identificamos essa necessidade através do trabalho de pesquisa. A grande maioria dos moradores na região do entorno são pertencentes à melhor idade e não frequentavam o *shopping*, então através de um trabalho de pesquisa a gente identificou isso e queríamos trazer esse público pra dentro do *shopping*, então nós optamos por criar um projeto que a gente chama de projeto “Ativa Idade”, que quando você junta tudo vira “Atividade” [...]. Além de você ter

---

<sup>5</sup> Gestão do Pátio Belém (gerente de *marketing*). Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.



atividade física, que a primeira proposta do projeto é você “tá” ressocializando essas pessoas, oferecendo atividades de lazer, atividades físicas, esportiva, cultural, [...] três vezes por semana (segundas, quartas e sextas), elas se encontram a partir das oito horas da manhã até às dez. Tem gente que vem e não faz nada, senta e só fica batendo papo, só socializa, só conversa; isso tudo é muito válido (Informação verbal)<sup>6</sup>.

Porém, esta não é a única atividade de lazer que se utiliza do espaço deste *shopping*:

A maioria dos eventos são de lazer gratuito, é a música, por exemplo, a atração do domingo; a gente tem o carimbó, tem o domingo amazônico que as pessoas podem “tá” aqui contemplando sem nenhum problema. Claro que quando você contrata uns eventos que ficam embaixo, ali na praça central, é terceirizado por uma empresa e tal é cobrado [...] (Informação verbal)<sup>7</sup>.

No depoimento das entrevistadas participantes do projeto “Ativa Idade”, percebe-se a importância do projeto para a vida das mesmas.

Olha, o motivo foi que eu tive uma depressão e tive que me matricular pra mim poder voltar ao normal, né? Graças à Deus “tô” ótima, o dia que eu não venho pra cá eu fico triste (Informação verbal).

Quando o Pátio Belém botou essa programação, eu fui a terceira pessoa a me inscrever e estou aqui, parece, que eu não sei se é oito ou sete anos, nunca faltei nas atividades, é missa, carnaval, “tá” entendendo? A direção nos trata tão bem, nos bota a disposição este salão, a gente vem conversa, come, toma os nossos refrescos e eles fazem a limpeza, não cobram pra gente limpar nada fica tudo por conta da direção. Então, dez pra direção do Pátio Belém, que eu adoro, tenho no meu coração (Informação verbal)<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Gestão do Pátio Belém (gerente de *marketing*). Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

<sup>7</sup> Gestão do Pátio Belém (gerente de *marketing*). Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

<sup>8</sup> Participantes do projeto Ativa Idade. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

São diversas as atividades desenvolvidas que, de forma direta ou indireta, contribuem para a vida dos participantes. Nota-se a grande importância do projeto “Ativa Idade”, tendo um incentivo maior à atividade de lazer. Como é ressaltado nas informações adquiridas por meio da entrevista, o projeto surgiu como um incentivo à prática social, mudando a vida dos participantes que se encontravam doentes e com poucas opções de lazer gratuito, planejado e seguro.

Sendo o *shopping center* um espaço no qual as relações sociocomerciais ocorrem estrategicamente devido a vários produtos e serviços serem nele ofertados também é perceptível que, além de se tentar oferecer conforto e segurança no lazer para os seus visitantes, tal espaço visa a maximização e rentabilidade dos negócios nele contidos.

Constata-se que para os entrevistados não existem pontos negativos diretos ao oferecer o lazer, a discussão ocorre muito mais acerca da limitação do espaço do que necessariamente pela oferta do lazer.

Ponto negativo dentro do *shopping*, vou falar duas vértices diferentes. A gente tem uma dificuldade, não vou chamar de ponto negativo, mas de uma dificuldade de espaço físico, que a gente fala “puts”, a gente tem as coisas legais pra trazer, mas não cabe [...] quando você fala as dificuldades de trazer um outro evento, também aí a gente entra na questão da limitação local, por quê? Porque, a gente tem um número de fornecedores e prestadores de serviços limitados, né?! [...] pra ter uma ideia, o *shopping* Pátio Belém ele tá interligado a uma rede chamada AD *shopping*, que é um grupo de administradores de *shopping center* que trabalham com outros 30 *shopping* espalhados pelo Brasil todo, então a gente costuma trocar muita ideia, “olha “vamo” fazer tal coisa? “Vamo” fazer isso?” [...] (Informação verbal)<sup>9</sup>.

O planejamento é visto, nesse momento, como uma etapa indispensável na obtenção do controle sobre o empreendimento no que condiz à organização do espaço sociocomercial.

---

<sup>9</sup> Gestão do Pátio Belém (gerente de *marketing*). Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

Assim, a pergunta surge em torno da existência de incentivo do Estado para a realização de ações dentro do Pátio Belém, com o objetivo de ajudá-lo a realizar algumas ações que não são possíveis por conta de alguns motivos, como por exemplo, o acesso dos colaboradores à cidade, já que as grandes empresas são das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo:

Não, o que existe, existe um apoio, mas, por exemplo, a gente é muito procurado até pelo Estado pra realizarmos ações aqui dentro, então, a gente foge até um pouco do lazer e vai pra uma questão mais institucional de relacionamento, que você fala assim, pra fazer uma campanha de vacinação, campanha de doação, campanha de livros, enfim, várias coisas nesse sentido, eles usam muito no bom sentido o equipamento pra realizar ações dessa natureza e pra gente é legal isso, acho muito bacana quando você pode contribuir de alguma forma, né? [...] já existe muito a parceria do próprio *shopping*, muitas coisas é o próprio *shopping* que acaba fazendo, por exemplo, o calçamento todo da Padre Eutíquio, nós tiramos todos os postamentos da frente foi o próprio *shopping* que fez tudo isso, a gente fez tudo, foi o *shopping* que fez tudo isso, então o apoio que eles dão é no sentido de entender a necessidade e permitirem que as coisas sejam feitas, isso é, a gente tem um bom relacionamento com o poder público, mas guardadas as limitações [...] (Informação verbal)<sup>10</sup>.

Por meio da resposta da gestão do espaço, pode-se observar que o poder público não visualiza os pontos positivos do lazer, de um empreendimento como o *shopping center* que é capaz de gerar emprego e renda para a localidade, contribuindo para a economia. Esse incentivo do poder público não é no sentido de criar uma política de lazer para o espaço, mas, facilitar a ocorrência da atividade no mesmo. Vale a pena ressaltar que é necessário que esses empreendimentos, ainda que privados, deveriam receber apoio e garantia do Estado, no que tange ao reordenamento de trânsito e construção/melhorias nas estruturas públicas (calçadas e ruas) nas proximidades.

---

<sup>10</sup> Gestão do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

Para o gestor do *shopping*, existem muitos pontos positivos em oferecer o lazer no Pátio Belém; é notória a visão do empreendimento a respeito do lazer para a sociedade belenense, pois apesar de existirem vários locais públicos, por meio da pesquisa, pode-se constatar que a população frequenta poucas vezes, por falta segurança e de equipamentos adequados:

Bom, eu digo a você que oferecer lazer dentro do *shopping* só tem ponto positivo, [...] primeiro você tá fidelizando o seu [...] dentro da cidade de Belém você tá extremamente limitado o seu lazer [...] Aonde encontra certa segurança que são os *shoppings*, [...] a vantagem de você oferecer o lazer é questão da fidelização, as pessoas começam a te ver com outros olhos, você fica inserido em uma comunidade, você passa a pertencer a uma coletividade, então o lazer ele só tem pontos positivos e a gente tem trabalhado isso de uma maneira forte [...] (Informação verbal)<sup>11</sup>.

É nesse contexto que os ambientes internos passam a inspirar mais segurança que os espaços públicos do município. Essas novas centralidades são capazes de reorganizar espacialmente a cidade, além de influenciar decisivamente nas práticas de lazer dos seus usuários.

Os *shoppings centers* são configurados como um espaço que alia a oferta do consumo e do lazer e quando se espalhou pelo mundo ocidental, pode-se perceber a sua importância para o desenvolvimento e manutenção da lógica do capital. Um dos fatores que contribuíram para o sucesso da criação dos *shoppings* é que o espaço é seguro, prático e bonito, que congrega mercadorias, serviços, lazer e cultura, agradando, dessa forma, o consumidor.

## **A NOÇÃO DE LAZER E AS PRÁTICAS DOS USUÁRIOS DO SHOPPING CENTER PÁTIO BELÉM**

É necessário entender as noções de lazer e as práticas dos frequentadores do Pátio Belém. Ao perguntar qual o significado de lazer, entre diversas respostas, sobressaíram-se as afirmações:

<sup>11</sup> Gestão do Pátio Belém (gerente de *marketing*). Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

Lazer é quando a gente faz o que quer. Um compromisso consigo mesmo, que deve gerar uma sensação de prazer. É algo bastante subjetivo. Cada indivíduo tem suas atividades e momentos de lazer que podem ser consumidas de acordo com as vontades dos indivíduos (Informação verbal).

Utilização do tempo livre para atividades potencializadoras do bem estar humano (Informação verbal)<sup>12</sup>.

As respostas variam de pessoa para pessoa, cada uma com a sua concepção própria de como e porque aproveitar o seu tempo livre, diversão, entretenimento, momento para descansar. Dumazedier (2001, p. 142) sinaliza que o lazer não pode ser visto somente como um tempo livre. Para o autor, o mesmo é “[...] um conjunto de atividades ambíguas, ligadas a modelo e valores que de certa forma determinam o próprio conteúdo da cultura popular”.

Assim sendo, a relação entre sociedade e lazer deve ser vista como um diálogo entre a coletividade que o criou e ao mesmo tempo o corpo social que gera transformações nesse processo de consolidação do lazer e nas formas de utilização do mesmo.

A importância do lazer por sua vez, surge como uma forma de poder identificar a maneira como as pessoas se apropriam dele:

Bastante importante. Pois pode diminuir o estresse e a rotina cotidianos, os quais são os maiores causadores de doenças como depressão, etc. além de servir para utilização em prol do crescimento pessoal ou, até mesmo, para a simples descontração (Informação verbal).

É muito importante, porque a gente que trabalha, a gente tem horário pra cumprir, tem tarefa pra cumprir, aí, pow, todo mundo precisa ter o seu momento de lazer de entretenimento, né? (Informação verbal)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

<sup>13</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

É notório que a sociedade observa a importância do lazer na vida de cada um. Com tantos compromissos diários, é necessário um momento para desestressar, para o bem estar de cada indivíduo, que deve aproveitar este momento da maneira que achar mais necessária. De um lado, questiona-se o lazer compreendido como um serviço de consumo exposto no mercado; de outro, o lazer é visualizado como desenvolvimento pessoal e social. Assim, como afirmam Almeida e Gutierrez (2005, p. 47), “com a globalização o Brasil adota uma política neoliberal a partir dos anos 1990 sem grandes diferenças dos demais países em desenvolvimento, caracterizada pelas privatizações e a diminuição da atuação do Estado nas diferentes esferas da vida, inclusive no lazer”.

Os *shoppings centers* inserem-se como um espaço onde podem ser encontradas várias lojas de naturezas diferentes, efetuando uma integração entre várias atividades urbanas, entre elas o lazer, a cultura e os serviços, e passam a oferecer cada vez mais atrações aos seus usuários. Entre os motivos que fazem os usuários visitarem o Pátio Belém, eles destacam:

Geralmente vou ao *shopping* pra comprar algo. Às vezes também aproveito para lancha e/ou ir ao cinema (Informação verbal).

Por ser um *shopping* de fácil acesso, uma vez que se encontra localizado no Centro da Cidade (Informação verbal).

Um lugar agradável, com diversas opções de serviços, entre eles, cinema, diversão, lanchonete e venda de diversos produtos (Informação verbal)<sup>14</sup>.

Nesse aspecto, o espaço *shopping* aparece com diversos significados, apenas de consumo, lazer e serviços em geral, que são fundamentais para suprir as necessidades individuais encontradas no dia a dia em cada sociedade. Em alguns casos, os espaços públicos das cidades contemporâneas, assim como os de lazer, passam por modificações que contribuem para inserção de novos empreendimentos controlados pela

---

<sup>14</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

iniciativa privada, influenciando o uso e apropriação, além de sofrer influências dos próprios frequentadores.

É importante verificar qual a satisfação dos usuários do Pátio Belém quanto à oferta de lazer oferecido aos mesmos; entre as respostas, destacaram-se:

Sim. Porque além da programação comum ao *shopping* em seus dias normais, ainda é possível visualizar eventos como exposições artísticas e culturais, danças regionais e outros acontecimentos em alguns períodos específicos do ano, como por exemplo, Círio e Natal (Informação verbal).

Não, não estou, eu acho que é pra quem é adulto tem poucas atividades de lazer, pra quem é criança ainda tem os brinquedos, o parquinho, mas pra quem é adulto eu acho que só tem esse cinema e pra algumas pessoas ele não é confortável, como não é confortável pra mim, então eu acho que poderia melhorar nesse sentido (Informação verbal)<sup>15</sup>.

No Pátio Belém, por ser considerado um *shopping center* pequeno se comparado com os outros da cidade, constatou-se que a insatisfação dos clientes está em torno da ocupação do espaço pelas atividades de lazer, além de opções para jovens e adultos, pois como afirmou a gestor do espaço, o lazer é pensado principalmente no público infantil, pois é por meio dele que as famílias acabam frequentando o local: “E a prioridade, a grande maioria dos eventos que a gente faz, a gente sempre foca no público infantil, né?! Até porque quando você traz o público infantil pra dentro do *shopping*, você traz quem? A família inteira [...]” (Informação verbal)<sup>16</sup>.

Ao perguntar aos frequentadores qual era o significado do espaço *shopping center*, algumas respostas foram:

Espaço para o lazer coletivo (Informação verbal).

Pelo fato de ser utilidade, entendeu? É multi uso, encontra-se de tudo aqui, entendeu? Em um único espaço. [...] Porque tempo é

---

<sup>15</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

<sup>16</sup> Gestão do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

raro pra mim, tudo tem que ser muito rápido, devido a isso, eu acho que também vejo como um ponto de lazer também, né? Tirando utilidade pública, é um ponto de lazer, não deixa de não ser (Informação verbal)<sup>17</sup>.

Assim, pode-se constatar que, de certa forma, diante da contemporaneidade, as características tanto do espaço quanto dos agentes que circulam no mesmo, entre outros fatores, influenciam nas novas demandas de lazer, que são criadas por meio dos “desejos” e “necessidades” do próprio público frequentador, construindo, assim, a formação desse novo ambiente de lazer. Em se tratando do significado do espaço *shopping center*, algumas respostas foram:

Ah, é muito importante porque eu acho bacana pela segurança, você vai e fica mais seguro, do que você tá numa praça ou num local aberto (Informação verbal).

Ambiente que te proporciona muitas facilidades, tanto para compras como para diversão e segurança para andar à vontade (Informação verbal)<sup>18</sup>.

Pode-se observar a segurança como um dos quesitos importantes e essenciais para trocar um espaço público, como por exemplo, uma praça, pelo *shopping center*, que é um espaço privado ou semipúblico. Espaços que são modificados também são constantemente discutidos nesse contexto da construção teórica e, principalmente, da prática do lazer, pois nas periferias, os espaços são esquecidos pelo poder público, e nas áreas centrais das cidades, os lugares são privatizados.

Assim como considerar ou não ir ao *shopping* para uma atividade de lazer, a segurança aparecia como um dos critérios em visitar o espaço:

[...] quando estou acompanhada de outras pessoas, geralmente, acabo vendo vitrines e entrando em lojas apenas para ver os produtos. Sem compromisso de comprar, apenas pra aproveitar

---

<sup>17</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

<sup>18</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.



a companhia e segurança do espaço. O fato de ter uma praça de alimentação colabora para transformar o momento com amigos num momento de confraternização. Esses elementos segurança, praça de alimentação e principalmente amigos, faz com que o momento nesse lugar seja de lazer (Informação verbal).

Sim, eu acho que sim, porque aqui é um ambiente agradável, é onde eu tenho segurança, coisas que não têm nas ruas, é onde eu possa admirar várias coisas que tem aqui dentro; enfim, várias coisas que dá pra fazer aqui (Informação verbal)<sup>19</sup>.

Para entender esse espaço, faz-se necessário identificar como as pessoas ocupam seu tempo livre. Equiparando atividades de lazer ao consumo, percebe-se que este fato que está relacionado com a globalização e que provoca profundas transformações sociais, culturais, políticas, econômicos e ainda, novos modos subjetivos. Dessa maneira, para a pergunta que norteou a entrevista, que foi: quais são as práticas de lazer que se costuma realizar no *shopping* Pátio Belém?, obtiveram-se as seguintes respostas:

Cinema e compras (Informação verbal).

Cinema, encontrar com os amigos e fazer compras (Informação verbal).

Cinema, passeio apenas, compras, brincar, lanchar (Informação verbal).

Quando tem dinheiro, é compras; quando não tenho, banho de vitrine (Informação verbal)<sup>20</sup>.

O interessante é verificar que a maioria dos entrevistados considera fazer compras uma atividade de lazer. Especifica-se que umas das temáticas deste texto enfatiza a privatização do lazer, entendido como um direito social que, por meio de práticas como as que os *shoppings centers* proporcionam, oferecem o mesmo como mais um serviço à disposição de seus consumidores, transformando o lazer em “lazer mercadoria”, “lazer mercadológico” ou, de acordo com Mascarenhas (2005), “mercolazer”.

---

<sup>19</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida autora, Belém, fevereiro, 2015.

<sup>20</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

Expõe-se quais os outros lugares da cidade de Belém visitados pelos frequentadores do Pátio Belém com o objetivo de realizar atividades de lazer; entre algumas respostas, destacam-se as seguintes:

Olha, eu gosto muito do Centro Histórico de Belém, eu gosto de ir nos museus; é, também gosto de ir em outros *shoppings* (Informação verbal).

Sempre o museu e praças, mas o *shopping* é mais seguro, só isso que muda, agora eu gosto de ir em local aberto também, o Portal da Amazônia (Informação verbal).

Orla, Praça da República, *shopping* Boulevard (Informação verbal)<sup>21</sup>.

Constatou-se, entre os outros lugares da cidade que os usuários do Pátio Belém frequentam para atividades de lazer, a presença de *shoppings*, e a segurança aparece mais uma vez como um dos motivos. Observou-se, que o movimento e a manutenção da lógica do capital são estratégias, para a criação de desejos. O consumo utiliza, principalmente, o marketing como uma forma de divulgação dessas necessidades apresentadas ao indivíduo; esses desejos são criados pelo mundo capitalista, que, ao mesmo tempo em que está presente, influencia nas ações dos indivíduos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos referentes ao lazer inserido no processo capitalista são cada vez mais necessários para entender a globalização e os seus efeitos na sociedade atual. Para tanto, neste estudo analisou-se a importância dos espaços privados, especificamente o *shopping center*, para a efetivação da cidadania, mais efetivamente da importância do lazer. Observou-se que apesar de o lazer estar presente como um dos direitos fundamentais dos cidadãos (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), ainda é pouco reconhecido pelo poder público como uma necessidade dos indivíduos para contribuição da formação social.

---

<sup>21</sup> Frequentadores do Pátio Belém. Entrevista concedida à autora, Belém, fevereiro, 2015.

A presente pesquisa pôde constatar que um dos fatores que fazem os usuários do Pátio Belém visitarem esse espaço, seja para a prática do lazer, ou não, é principalmente pelo fator segurança. Pode-se afirmar, assim, que a cidade e, conseqüentemente, os espaços públicos de lazer são inseguros para a sociedade belenense. Dessa maneira, os espaços privados ganham mais sentidos na sociedade contemporânea.

Por meio dessa perspectiva, quanto mais parecer importante e necessário que a prática do lazer, mesmo visualizado como mercadoria, proporcione a sensação de liberdade e de autonomia do consumidor-praticante, mais o mercado e os *shoppings centers* tenderão atingir seus objetivos. Dessa maneira, a autonomia e o direito que o cidadão sempre reivindicou são necessários para que o mercado se torne autônomo e muito mais livre para oferecer a vasta possibilidade de lazer e, ao mesmo tempo, conseguir alcançar o seu real objetivo que é o mercadológico.

Pode-se ressaltar que indivíduos ou grupos, em seus cotidianos, dão forma às suas práticas sociais, assim como estabelecimentos como os *shoppings centers*, que com suas características específicas e variadas transformam o seu espaço. Em outras palavras, surgem novas práticas decorrentes das representações criadas e atribuídas aos mesmos.

Portanto, a característica fundamental do serviço seria, então, sua autonomia com relação ao controle estatal, visto que sua finalidade estaria vinculada muito mais à facilitação da realização de atividades ao cliente e muito menos à garantia do direito constitucional do lazer. Com isso, exclui-se a intervenção do Estado, já que esse tipo de serviço não é instituído pelo poder público; o Estado não pode (e talvez queira ser ausente) regulamentar e fiscalizar. O controle destes estabelecimentos é feito com base nos interesses dos agentes privados que o detêm, além da satisfação do cliente. Como se vê na pesquisa, o cliente não é apenas cliente, é um consumidor dos produtos, serviços e espaço contidos no referido ambiente: o *shopping center*.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. O lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. Faculdade de Educação Física / UNICAMP. *Conexões*, v. 3, n. 1, 2005.
- ALMEIDA, R. C.; ANDRADE, L. T.; JAYME, J. G. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. *Cadernos Metrôpole* 21. p. 131-153. 10 sem. 2009.
- ALVES, G. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação do capitalismo global. In: Padilha, Valquíria (Org). *Dialética do lazer*. São Paulo: Editora Cortez. 2006.
- BAHIA, M. C. O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará. 2012. 300 f. *Tese* (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. A Construção Social do Lazer e sua Trajetória Científica. *Papers do NAEA* nº 309, 2013.
- CHAUÍ, Marilena, Introdução. In: LAFARGUE, P. *O Direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; UNES, 1999. p. 9-56.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva. 3a ed. 2001.
- LUCHIARI, Maria, T. D. P. *Patrimônio cultural – uso público e privatização do espaço urbano*. Salvador, 23-27 de maio de 2005.
- MASCARENHAS, Fernando. Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do Lazer. 2005. 308 f. *Tese* (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- PADILHA, Valquíria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer retificado*. – Campinas, SP: [s.n.], 2003.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VASQUES, M; DONAIRE, D. Um estudo sobre o lazer e entretenimento nos shopping centers regionais do município de São Paulo. In: *Licere*- v.1 (set. 1998).

# LAZER NA VELHICE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REFLEXÕES E VIVÊNCIAS DOS IDOSOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ZOÉ GUEIROS, BELÉM-PA

*Tainah da Cruz Sousa<sup>1</sup>*

*Lucília da Silva Matos<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo surgiu do interesse em identificar e analisar as práticas sociais que envolvem as categorias Lazer e Idoso no Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros (CCZG). Este estudo se configura como uma análise do que está escrito nos documentos do Centro e o que os idosos vivem e falam sobre o lazer e o ser idoso e apresenta reflexões e indicativos para os problemas analisados.

Nas últimas décadas, tornou-se evidente a ampliação da parcela populacional que compõe a faixa etária com 65 anos ou mais. Em 1991, este segmento correspondia a 4,8%, dos brasileiros; em 2000, os idosos constituíam 5,9% da população nacional, alcançando 7,4% em 2010. No âmbito regional, o segmento de idosos passou de 3,0%, em 1991, para 3,6%, em 2000, e alcançou, em 2010, 4,6% dos habitantes da Região Norte do Brasil (IBGE, 2010). Apesar deste aspecto positivo, o aumento do tempo médio de vida vem se convertendo num problema social.

---

<sup>1</sup> Turismóloga, Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPa) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Lazer e Ludicidade na Amazônia (MOÇARAI). E-mail: tainahsousa@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Especialização “FIPAM XXV: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer” do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará (UFPa/Campus Belém); Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Lazer e Ludicidade na Amazônia - MOÇARAI; luciliasmatos@gmail.com.

Esta situação pode ser evidenciada no CCZG. A cada semestre, há um aumento significativo do número de idosos matriculados. Por outro lado, o CCZG dispõe de uma infraestrutura mínima para atendê-los de forma satisfatória. Diante dessa problemática, levantamos os seguintes questionamentos: Como o Centro de Convivência Zoé Gueiros e os idosos atendidos compreendem o lazer? Quais as barreiras à vivência crítica e criativa do Lazer, pelos idosos do CCZG? De que forma o Lazer pode se configurar como um instrumento de autonomia e de autoconhecimento para esses idosos?

Para dar resposta às questões levantadas, o objetivo da pesquisa consistiu em analisar a definição conceitual das categorias Lazer e Idoso nos estatutos do CCZG e compreender como este idoso entende e vivencia o lazer, buscando esboçar pistas que possam vir a subsidiar futuras ações/propostas de lazer desta instituição. A partir desta perspectiva, inicialmente, foi realizada pesquisa documental nos arquivos do CCZG, tendo como objeto os relatórios e os projetos produzidos na instituição. Em seguida, realizou-se o levantamento das fontes teóricas, estudos e discussões acerca das categorias Idoso e Lazer, de forma a embasar e desenvolver a análise temática. Destacamos os seguintes autores: Alves Júnior (2009), Gomes (2006, 2008), Melo e Alves Jr. (2012), Goldman (2009), Okuma (1998) e Marcellino (1987, 1995, 1996).

Adotamos uma abordagem qualitativa, que permite uma aproximação entre teoria e dados, entre o contexto e a ação, compreendendo os fenômenos a partir da sua descrição e interpretação. Trata-se de um método de pesquisa no qual as experiências pessoais do pesquisador são de fundamental importância para a análise e compreensão dos fenômenos estudados (TEIXEIRA, 2010).

O trabalho de campo foi realizado no CCZG, entre 1º de outubro a 19 de dezembro de 2014. Neste período, atuamos como observadores participantes. Partimos do princípio de que “A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo” (GIL, 2008, p. 103).

Utilizamos entrevistas semiestruturadas, gravador e máquina fotográfica, com o consentimento dos entrevistados. Os dados empíricos foram tematizados e confrontados teoricamente. No total, foram entrevistados 40 idosos, selecionados a partir dos seguintes critérios: idoso a partir dos 60 anos<sup>3</sup> de idade, que estivesse matriculado no Centro de Convivência, no mínimo, por um ano e que participasse de pelo menos uma das atividades oferecidas pelo CCZG. Neste estudo, os interlocutores entrevistados foram identificados pelo termo “Idoso” ou “Idosa”, com referência ao gênero; utilizando a numeração sequencial: Idoso 1, Idosa 2, e assim por diante, com o intuito de preservar o anonimato dos informantes.

### **CONCEPÇÕES DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO, QUE PERMEIAM O “CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ZOÉ GUEIROS”**

O Centro de Convivência é uma Unidade Operacional da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), vinculada à Prefeitura Municipal de Belém, localizado no bairro do Tapanã<sup>4</sup>, para atender, prioritariamente, pessoas idosas da cidade de Belém, a partir dos 60 anos de idade. O Centro foi criado em 1994, sob a orientação de políticas segmentadas, que buscavam romper com o isolamento social e mostrar uma imagem positiva da velhice.

Posteriormente, a instituição passou a fundamentar sua missão institucional na concepção de “vivência”. Ela inclui o desenvolvimento de atividades socioeducativas e a organização para o usufruto de direitos. Com o processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Belém, cogitou-se a possibilidade do CCZG tornar-se um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Neste sentido, iria “romper” com o atendimento de serviços segmentados, passando a

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa, adotamos como referência cronológica da pessoa idosa, a partir dos 60 anos, pois, de acordo com a Lei nº 10.741, “idoso é aquele que possui idade igual ou superior a 60 anos” (ESTATUTO, 2003).

<sup>4</sup> O bairro do Tapanã localiza-se na periferia da cidade de Belém, entre a Rodovia Augusto Montenegro e a Rodovia Arthur Bernardes.



atender outras faixas etárias, passando a chamar-se, em seu novo traçado metodológico, de Centro de Convivência Intergeracional<sup>5</sup>Zoé Gueiros.

Atualmente, o CCZG atende pessoas de outras faixas etárias, porém, de forma bastante tímida. Durante a pesquisa de campo, ficou evidente que o principal fator que impediu a execução de um trabalho intergeracional mais efetivo foi a própria resistência dos idosos que afirmam preferir relacionar-se com pessoas da mesma faixa etária, e também a convicção político-pedagógica dos gestores acerca da importância do trabalho intergeracional.

A proposição metodológica do CCZG em todas as atividades complementares possibilitaria a escuta, o diálogo, a informação, a orientação e a discussão da realidade desses grupos ao longo de três etapas consecutivas: acolhimento, desenvolvimento de conteúdo específico e encerramento. Contudo, constatamos que a infraestrutura do CCZG impede a efetivação dessas etapas metodológicas.

No entanto, para alcançar esses objetivos, inferimos que muitas mudanças ainda se fazem necessárias. Entre elas, o agendamento das atividades em horários rígidos e sequenciados, circunstância que confere à imagem institucional do Centro uma “cara de academia”. Além disso, a referida programação dificulta o fortalecimento de vínculos intergeracionais, bem como a identificação dos riscos, inseguranças e vulnerabilidades das pessoas que frequentam CCZG.

## **LAZER COMO ATIVIDADES COMPLEMENTARES: VISÃO LIMITADA E PARCIAL DO LAZER**

Segundo os documentos do CCZG, a atividade principal do Centro consiste na realização de encontros mensais dos grupos de convivência. Nestas ocasiões, a pauta desses encontros enfoca temas do cotidiano

---

<sup>5</sup> A convivência intergeracional proporciona ganhos para pessoas de mais de uma geração, seja o idoso, a criança, o adolescente, o jovem ou o adulto. Ademais, permite a troca e a sociabilidade entre as gerações, a mediação de conflitos, fortalece os laços e promove a proteção social, principalmente para os indivíduos que apresentam alguma vulnerabilidade, em decorrência do ciclo de vida em que se encontram, como, por exemplo, a criança pequena ou o idoso com idade avançada (SCFVI, 2012).

geral e assuntos de interesse deste público, no intuito de provocar debates, desenvolver o senso crítico e melhorar o dia a dia da pessoa idosa. Já as atividades reconhecidamente vivenciadas, como e no lazer, são situadas como atividades complementares, e são executadas de forma desvinculada ao enfoque que norteia os referidos encontros e obedece a moldes segmentados por áreas de aplicação, tais como: esporte, lazer, arte e cultura.

Todas as atividades existentes no Centro de Convivência entre as quais hidroginástica, alongamento, dança, coral, seresta, recreação, artesanato, oficina de memória, encontro dos grupos de convivência, festas variadas, visita a espaços históricos e turísticos de Belém, passeios a praias, balneários e municípios próximos, têm relação com interesses abrangidos pelo lazer, quais sejam: físico-esportivos, artísticos, sociais, manuais, intelectuais (DUMAZEDIER, 1976) e turísticos (CAMARGO, 1980), bem exemplificados por Melo (2004) e Melo e Alves Jr. (2003), que fazem uma relação entre as experiências de lazer e esses campos de interesse. No entanto, essas atividades são tidas como complementares e desenvolvidas de forma estanque e sem relação mais profunda com o todo.

Possivelmente, a realização segmentada das atividades ocorra em razão da falta de conhecimento, aprofundamento e/ou até desinteresse em conceber o Lazer como um fenômeno social interligado à Cultura. Segundo (GOMES, 2006), muitos estudos no campo da gerontologia têm se dedicado à promoção de uma vida com mais qualidade na velhice, porém trazem poucas considerações sobre o Lazer, um dos fatores básicos para o exercício da cidadania. Na consulta aos documentos, relatórios e projetos da instituição, constatamos que as citações referentes ao Lazer ocorrem de forma reduzida, especialmente no novo traçado metodológico do CCZG, norteado pelas diretrizes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVI).

Embora essa situação exista, a cada semestre o número de idosos aumenta, e o CCZG segue sem estrutura física e recursos humanos suficientes para atender tal demanda de forma satisfatória. Até o segundo semestre de 2014, o Centro atendeu 400 idosos em seu espaço. Um

número grande, com relação à infraestrutura física do CCZG. A despeito destas dificuldades infraestruturais, a taxa de evasão dos matriculados é baixa, o que denota a existência de um sentimento de pertencimento ao CCZG, por parte dos idosos. Esta percepção foi reforçada pelos entrevistados, ao responderem ao seguinte questionamento: “O que o Zoé Gueiros significa para o senhor (a)”?

Na percepção de 18 entrevistados, o Centro significa convivência<sup>6</sup>, ou seja, estar com os amigos, interação social. 14 idosos responderam que o CCZG é uma “Segunda casa/Família/Tudo”. Destacamos algumas falas significativas obtidas durante as entrevistas que expressam esse sentimento:

Olha, aqui é assim, é o mesmo que seja a minha casa, tenho as minhas amigas e eu venho de segunda a quinta pra cá. Então é muito importante pra mim, porque meu filho saiu de casa, levou meu netinho de 4 anos eu senti um vazio muito grande, uma solidão, sabe? Mas agora eu não me sinto solitária [...] (Idosa 31)<sup>7</sup>. Ah! O Zoé<sup>8</sup>significa uma outra vida, porque é totalmente diferente da primeira, porque quando eu entrei aqui eu nunca tinha ido numa praia, minha vida era só trabalho e família, eu não tinha outra convivência fora disso; então, o centro de convivência me deu essa vida (Idosa 32)<sup>9</sup>.

Tendo em vista o exposto, pode-se inferir que os diferentes interesses do lazer desenvolvidos no Centro podem se constituir em potenciais instrumentos para o desenvolvimento humano e social dos idosos. Nesta perspectiva, faz-se importante superar a visão do Lazer como atividade estanque de períodos que levam simplesmente ao escape da realidade cotidiana. Acreditamos que a utilização da animação

---

<sup>6</sup> Entendo como uma vivência de um certo grupo/lugar que gera um sentimento de bem querer e que passa a fazer parte da rotina/cotidiano das pessoas envolvidas, gerando comportamentos que interferem nos rumos deste grupo/lugar.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 3 de dezembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.

<sup>8</sup> Zoé é uma forma carinhosa dos idosos nominarem o Centro de Convivência Zoé Gueiros.

<sup>9</sup> Entrevista concedida em 3 de dezembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.

cultural como ferramenta pedagógica pode despertar o senso crítico e reverter os equívocos conceituais citados neste trabalho, e que podem estar limitando a vivência crítica e criativa do Lazer pelos idosos.

### **“VELHO É AQUELE QUE NÃO PRESTA MAIS PRA NADA”: REFLEXÕES SOBRE O FORJAR DO CONCEITO DE IDOSO E SEU RECONHECIMENTO PELOS SUJEITOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA ZOÉ GUEIROS**

A “velhice” é um fenômeno histórico, social e cultural. Perpassa as trajetórias de vida pessoal e social e só pode ser compreendida em determinado tempo, espaço, classe social, relações de gênero, etnia, entre outras variáveis. Por conseguinte, exige uma abordagem multifacetada e multidisciplinar (GOLDMAN, 2009).

Ao longo da história, registram-se diversificadas conceituações referentes à “velhice”. No decorrer deste processo, o significado do termo vem assumindo conotações de cunho depreciativo e pejorativo. Apesar de ser uma fase da vida inerente à condição humana, a “velhice” é percebida como um assunto a ser tratado com reservas, e até mesmo de forma proibitiva. A prevalência desse estigma – e a negação da “velhice” – é legitimada pelo culto ao belo, à produtividade, atributos que contemplam os interesses do Capitalismo<sup>10</sup>. Para Okuma (1998, p.14), “Ser velho e envelhecer em nossa sociedade são conotados negativamente, originando-se até mesmo em preconceito contra o segmento idoso da população, nomeado *ageism* – ou, em português, *envelhecimento*”.

A despeito disso, quando as circunstâncias e o contexto político-social assim o exigem, as entidades ou instituições governamentais buscam “amenizar” ou “camuflar” a conotação negativa atribuída à palavra “velhice”. Tornou-se comum o uso de eufemismos, tais como: “Terceira Idade” (o próprio nome do Centro de Convivência adota esse

---

<sup>10</sup> Entendo o capitalismo como uma dinâmica de mercado que visa somente o lucro, não importando os meios utilizados para atingir tal objetivo. E possui a televisão como principal aliado para propagar seus padrões de comportamento social que influenciam a sociedade e causam impactos na vida cotidiana e seus significados em prol do lucro.

termo), “Melhor Idade” e ouros.

Parece-me que a *glamorização* não só é uma impropriedade teórica, como em nada contribui para a melhor consideração do idoso em nossa sociedade. Não se trata de colocar o idoso em contraposição do não idoso, mas respeitar a especificidade de cada idade, de cada momento da vida (MELO, 2003, p.60).

Para Neri (1993), a satisfação na velhice dependeria de uma capacidade de manter e restaurar o bem-estar subjetivo, em uma etapa da vida que a pessoa está mais exposta a crises de natureza biológica, psicológica e social, pois envelhecer bem significaria estar satisfeito com a vida atual e ter expectativas positivas em relação ao futuro.

Para detectar os vários olhares/possibilidades de estudar/entender a “velhice”, procuramos identificar o seu significado e os impactos causados na vida dos idosos, tendo como foco espacial a realidade cotidiana do CCZG. Por meio da observação participante, pôde-se perceber, de forma marcante, a carga negativa inserida na palavra “velhice”; bem como o sentido preconceituoso que o vocábulo suscita.

Durante as entrevistas, ao perguntarmos: “Em sua opinião, existe diferença entre velho e idoso?”, 53% dos entrevistados disseram que não; porém, os 47% restantes identificaram-se como idosos, ao responderem a pergunta complementar: “A partir disso, como o Senhor(a) se classifica?”. Nesta abordagem, destacamos falas marcantes que denotam a questão em foco:

[...] velho é aquele que não presta pra mais nada, né? [...] eu acho que o certo é a pessoa idosa, né? [...] eu me classifico como pessoa idosa, eu ainda tenho muita coisa pra fazer, ainda tenho capacidade de fazer muita coisa e quantos amigos meus tem a mesma disposição, capacidade aqui, até aqueles mesmo que andam com dificuldade que enxergam menos, não posso considerar eles como velhos, porque ainda tão se movimentando (Idoso 9)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 17 de novembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.

[...] velho é pano de chão e jornal jogado na vala, quando não têm nenhuma utilidade. Eu sou uma mulher que invento a minha terceira idade, e feliz, porque eu estou vivendo esta terceira idade da maneira que me foi proposta pelo lá de cima, como diz a Xuxa; e eu tô vivendo muito feliz (Idosa15)<sup>12</sup>.

A fala dos idosos revela que eles assimilaram a conotação negativa de “velhice”, e que para escamotear um possível sentimento da autodepreciação, adotaram a perspectiva, decamufagem da própria “velhice”. Os entrevistados chegaram a expressar uma classificação, na qual a palavra “velho” remete a alguém inútil; e o termo “idoso”, indica uma pessoa ativa, que ainda possui autonomia para a realização das atividades cotidianas.

Segundo Okuma (1998), essa fase da vida é marcada por um estereótipo social negativo, baseado no declínio biológico. Esta concepção se baseia num falso paradigma, pois denota que o envelhecimento causa incompetência comportamental e gera sérias perdas no âmbito social, tais como: *status*, respeito e valor. Destarte, infere-se que os idosos absorveram e passaram a replicar a conceituação utilizada sob a ótica hegemônica.

### **“LAZER É SE DIVERTIR”: ANÁLISE SOBRE A COMPREENSÃO PARCIAL DO LAZER E APONTAMENTOS PARA A SUA SUPERAÇÃO**

O Lazer, por se constituir num fenômeno social, está sujeito a um processo de transformações e interpretações relacionadas à sua conceituação ao longo do tempo. Ademais, com a crescente ampliação do tempo/momento vivido pela população idosa, a categoria Lazer adquiriu significativa relevância, ao ponto de se constituir num direito social. Em que pesem tais fatores, as conceituações limitadas/equivocadas sobre o Lazer ainda prevalecem no contexto contemporâneo. Usualmente, o Lazer é associado ao tempo do “não trabalho”.

Apesar de equivocadas e limitadas, estas noções e avaliações acerca do Lazer vêm adquirindo valor consensual, pois são impingidas

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida em 1º de dezembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.

à sociedade com a finalidade de legitimar as dinâmicas e justificar as contradições intrínsecas ao capital. A prevalência desta conotação mercantil do Lazer talvez sirva de empecilho para uma reflexão mais aprofundada da sociedade sobre este conceito. É possível, ainda, que a preponderância desta noção resulte da carência de estudos/esclarecimentos sobre o amplo sentido do conceito de Lazer.

Em razão da multiplicidade de conhecimentos produzidos sobre o Lazer, direcionamos os nossos estudos teóricos aos textos e publicações de conteúdo conceitual convergente aos estudos de autores como Marcellino, Alves Jr. e Gomes. Suas proposições têm como base o desenvolvimento de análises e enfoques críticos, de forma a ampliar e adequar os estudos à multifacetada conceituação já existente sobre o Lazer. Em suma, busca-se interpretar e dar significado ao Lazer como uma dimensão da cultura. Nesta perspectiva, o tema em foco se caracteriza pela vivência lúdica de manifestações culturais (jogos, danças, esportes, festas, literatura, música, pintura e outras manifestações artísticas, entre inúmeras possibilidades) no tempo/espço conquistado pelos sujeitos.

Quadro 1 – Entendimento de lazer do idoso do Centro de Convivência

<b>Função 2 - Divertimento, recreação, entretenimento</b>	
<b>Palavras-chave</b>	<b>Nº de respostas incidentes</b>
Dançar/cantar/brincar/rir/pular/ser criança	19
Diversão/festa	17
Passear	11
Prazer de viver/ser feliz/ser alegre/sentir-se bem	10
Conversar/encontrar os amigos	5
Viajar	4
Distração	3
Fazer o que gosta e tem vontade	3
Ir à praia/praca	2
Conhecer a vida/ajudar as pessoas	2
Atividade física	1
Satisfação física e mental	1
Não sabe o que significa	2
<b>Total de unidades de análise</b>	<b>80</b>

Fonte: Sousa, 2015.

Para obtermos uma visão geral e uma melhor interpretação das respostas do Quadro 1, extraímos as palavras-chave sobre o Lazer, enunciadas pelos idosos do CCZG. Percebe-se nas respostas incidentes que a maioria das conotações de Lazer aludem à função básica referente ao divertimento, à recreação e ao entretenimento. Assim, para 19 dos 40 entrevistados, o significado de Lazer equivale à prática de atividades como “Dançar, cantar, brincar, rir, pular, ser criança”. Também tivemos uma quantidade significativa de idosos que acham que o lazer é “Diversão e festa”:

Lazer é uma tarefa de diversão né; a gente praticando algum ato que a gente se sinta bem, uma brincadeira, conhecendo outras pessoas, lazer pra quem gosta de dançar essas coisas, eu não participo daqui das festas porque sou evangélica, não gosto (Idosa 7)<sup>13</sup>.

Constatamos, também, certa dificuldade em fornecer uma resposta sobre o tema. Pode-se afirmar que a dificuldade de elaborar e enunciar uma definição de Lazer não é exclusiva dos idosos entrevistados, mas se estende aos demais segmentos da sociedade brasileira. Tal situação se deve ao processo histórico de implantação das práticas de Lazer. Elas foram instituídas de forma associada às atividades de recreação. Estas, por sua vez, tiveram sua difusão vinculada à Educação, e na perspectiva de exercer o controle social. E, em decorrência disso, expressar sua possível inquietação em manifestações políticas poderia ameaçar a “ordem” e a “segurança” públicas. Assim, o Lazer era visto como um tempo livre e desocupado. Portanto, esse período deveria ser preenchido com uma proposta de recreação orientada, em geral, por professores de Educação Física (GOMES, 2008). A conceituação de Lazer adotada pelo Centro foi assimilada pelos idosos. Ou seja, o Lazer é interpretado de modo superficial, e praticado por meio de atividades estanques. No entanto, sabemos que:

[...] é fundamental que se compreenda o significado do lazer na vida do idoso e os desejos conscientes e inconscientes que o acompanham, a fim de possibilitar que ele ocupe um lugar de

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 17 de novembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.



sujeito, e não de simples objeto que “sorri, pula, dança” (BARRETO, 1997 *apud* GOMES, 2006, p. 116).

Quando a abordagem proposta é direcionada à pessoa idosa, obtém-se a faculdade de conhecer as demandas pessoais, as necessidades socioculturais e os anseios coletivos deste segmento do CCZG. Este enfoque também possibilita vincular estes fatores intangíveis à concretude das práticas de Lazer desenvolvidas pelos idosos. Assim, é possível sugerir uma maior diversificação no leque de opções de Lazer oferecidas pelo Centro, sem desconsiderar as atividades/vivências apreciadas pelos idosos, dentro e fora do CCZG.

A percepção de que a maioria dos idosos concentra suas atividades de Lazer no espaço do Centro foi confirmada na enunciação dos entrevistados, em resposta a seguinte questão: “O que o senhor (a) faz em seu tempo livre fora do Zoé Gueiros?”

Fora daqui eu não faço nada... (risos) (Idoso 6)<sup>14</sup>.

Nada... nada... é muito difícil eu sair no final de semana (Idosa 16)<sup>15</sup>.

Na minha casa, fico fazendo os serviços de casa, lavando, limpando, costurando (Idosa 39)<sup>16</sup>.

Ao ampliarmos o entendimento e o senso crítico em relação ao conceito de Lazer, é possível determinar adequadamente quais as atividades a serem realizadas no Centro, e para além deste. Destarte, é possível utilizar o Lazer como um instrumento que proporcione um leque de oportunidades/vivências, por meio da liberdade de escolha dos idosos, sem desconsiderar as atividades por eles vivenciadas. Gomes (2004) afirma que o lazer é uma dimensão da cultura e está construída socialmente a partir de quatro elementos:

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 17 de novembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.

<sup>15</sup> Entrevista concedida em 1º de dezembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2014, no Centro de Convivência Zoé Gueiros.

**Tempo**, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc.); **Espaço-lugar**, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer; **Manifestações culturais**, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento; **Ações**, que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade (GOMES, 2004. p.5).

Tais elementos apontam caminhos a serem seguidos para o que seria usufruir de um Lazer no campo da Cultura. Melo (2012) ressalta que o profissional de Lazer deve entender os conceitos que permeiam o seu objeto de trabalho, sem prejuízo a uma perspectiva crítica de que o Lazer, como todo fenômeno social, é permeado por aspectos negativos e positivos. Ou seja, o profissional deve buscar, sempre, uma visão ampliada sobre a inter-relação existente entre o Lazer e a Cultura.

Nesta perspectiva, acreditamos que a animação cultural pode ser uma ferramenta pedagógica fundamental para o processo de Educação, pelo e para o Lazer, no Centro de Convivência Zoé Gueiros. Isto porque percebemos como animação cultural o “[...] processo de intervenção pedagógica que tem a cultura como preocupação central e as linguagens como ferramentas principais. Entendemos que intervir nesse âmbito significa trabalhar não só com valores, mas também com percepções e sensibilidades” (MELO; ALVES JR., 2012, p. 62).

A educação para e pelo lazer nos remete à importância de primeiramente conhecer, para melhor entender; usufruir e evoluir na vivência desta prática. Marcellino (1996, p. 50) afirma que “o lazer é um veículo privilegiado de educação”, da mesma forma que “para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, procurando superar o conformismo, pela criticidade e pela criatividade”.

Esta visão não descarta o Lazer como divertimento, descanso, mas redireciona o conceito para um pensamento/conhecimento crítico, de que estes momentos devem ser usufruídos em proveito do próprio indivíduo e não como um controle alienante sobre ele. Entre as várias possibilidades para as quais a intervenção pedagógica pode proporcionar, destacam-se:

[...] a busca de novas formas de encarar a realidade social, direta ou indiretamente oferecidas pelo acesso a novas linguagens culturais; a percepção da necessidade de equilíbrio de consumo e participação direta nos momentos de lazer; a recuperação de bens culturais destruídos ou em processo de degradação como resultado da ação da indústria do entretenimento; a problematização dos prazeres; e a própria humanização dos indivíduos, estimulados a se entenderem como agentes do processo social (MELO, ALVES JR., 2012, p. 52).

A efetiva incorporação desses enunciados conceituais à proposta pedagógica do Centro de Convivência configura-se num grande desafio de execução possível e caráter transformador. Nesta perspectiva, para efetivar a animação cultural como ferramenta pedagógica, é necessário que a proposta pedagógica do CCZG passe por um processo de ressignificação quanto ao tema Lazer. Isso implica aprofundar a interpretação conceitual, de forma a executar com maior eficácia as atividades de Lazer, sem prejudicar as demais ações de Assistência Social concernentes à missão institucional do CCZG. A intenção não é a de desqualificar estas ações, mas sim a de agregar ideias e proposições, no sentido de melhor aperfeiçoar e direcionar as atividades de Lazer dentro e fora do CCZG. A consecução do processo de ressignificação do Lazer exige a realização de uma série de reuniões formativas continuadas, todas elas sob a mediação de um animador cultural, e tendo com foco inicial a equipe técnica do Centro de Convivência.

Vale lembrar que o Centro de Convivência possui um requisito essencial para o bom andamento da intervenção pedagógica do lazer, ou seja, uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da

educação física, assistente social, psicólogo, pedagogo, arte educador, educador social, professor de dança e de música; possui uma gama de profissionais com experiências/vivências diversas que enriqueceriam nossa proposta.

[...] se o âmbito de atuação do lazer não pode ser entendido por uma ótica disciplinar, o ideal seria montar uma equipe multidisciplinar, que, atuando em conjunto, comporia o programa com base em diversas experiências e visões (MELO, ALVES JR, 2012, p. 75).

A maior dificuldade seria o diálogo entre profissionais de diversas áreas, o que seria perfeitamente normal, e que traria um resultado compensador/enriquecedor pelos diferentes olhares/conhecimentos da equipe. A intenção é fazer com que esses profissionais enxerguem além de sua formação original e possam contribuir e melhor dialogar/contribuir com os idosos deste Centro. Não seria uma tarefa fácil, tampouco rápida; seria um trabalho de paciência, pois perpassa por um processo de transformação do que chamamos de *status quo*, para um contínuo caminho de aprendizagem, já que entendemos o Lazer como um fenômeno dinâmico, em constante processo de transformação conceitual.

Acreditamos que, no primeiro momento deste processo, poderemos aguçar/despertar o senso crítico, e assim acrescentar ideias que melhor direcionem o trato pedagógico do Centro; propostas factíveis de execução e que podem modificar, principalmente, a percepção e as práticas de Lazer dentro e fora do CCZG.

Neste processo de formação continuada envolvendo todos os sujeitos partícipes do Centro seria tecida uma nova percepção sobre o lazer, na ação de idealizar/praticar a animação cultural como ferramenta pedagógica. Trata-se de um processo que exige a participação de todos os que fazem parte do cotidiano do CCZG, no sentido de elaborar proposições e práticas que atendam aos anseios e necessidades da coletividade e, ao mesmo tempo, configurem-se em ferramentas que contribuam para a ampliação da autonomia e o senso crítico dos idosos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou a reflexão acerca das possibilidades de transformar o trato pedagógico do Centro de Convivência, a partir de uma conceituação/percepção do Lazer, não de forma segmentada, mas como um instrumento de mediação dos interesses daqueles que vivenciam a realidade contextual do CCZG. Vale lembrar que, de forma geral, o projeto funcional/temático do Centro de Convivência objetiva a aproximação da instituição com a pessoa idosa, de forma a identificar suas possíveis vulnerabilidades e, conseqüentemente, estimular a sua socialização, a sua autonomia. Acreditamos que tais objetivos podem ser alcançados por meio da “Educação para o Lazer e pelo Lazer”. Contudo, é importante frisar que a participação dos idosos no processo de transformação metodológica é de fundamental importância para o sucesso e melhoria nos serviços do Zoé Gueiros. Destarte, faz-se necessário capacitá-los, estimulando a percepção e o senso crítico que potencialmente dispõem. Como resultado, estes se tornarão idosocidadãos participativos, conscientes da necessidade de conhecer e afirmar a defesa de seus direitos.

Por fim, as propostas e indicativos aqui expostos, obviamente, resultam de uma reflexão crítica; mas, como pode ser constatado, não se configuram como uma avaliação arbitrária e/ou condenatória ao CCZG. As proposições se destinam ao aperfeiçoamento das atividades de Lazer – um aprimoramento que visa referenciar o Centro como um modelo de ambiente democrático, motivador e enriquecedor. Este é um espaço em que se valoriza o potencial dos idosos, estimulando-os a refletir sobre as suas relações sociais, seus sonhos e objetivos, capacitando-os para o enfrentamento dos problemas e circunstâncias adversas, que integram, de forma frequente ou eventual, o nosso cotidiano e, em especial, da população idosa.

## REFERÊNCIAS

ALVES JR, Edmundo de Drummond (Org.). *Envelhecimento e vida saudável*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

ALVES JR, Edmundo de Drummond. *A pastoral do Envelhecimento Ativo*. 2004. 621f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/pastoral.pdf>>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Art. 6<sup>a</sup> e 217. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. Estatuto do Idoso. *Lei no 10.741*. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto\\_idoso.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso.pdf)>.

CAMARGO, Luiz. *O que é lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DaMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter ‘*Antropological Blues*’ In: *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERRIGNO, José Carlos (Coord.). *A Terceira Idade*. v. 16, n. 34, 2005. Disponível em: <[http://www.sescsp.org.br/files/edicao\\_revista/851204ef-6479-405c-a9eb-380ba8c373f7.pdf](http://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/851204ef-6479-405c-a9eb-380ba8c373f7.pdf)>

FUNPAPA, *Projeto de Adequação do Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros ao SUAS 2010*. Centro de Convivência da Terceira Idade. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2010.

FUNPAPA, *Projeto de Apoio à Pessoa Idosa. Envelhecimento saudável: uma proposta político pedagógica para a 3<sup>a</sup> idade*. Centro de Convivência da Terceira Idade. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDMAN, Sara Nigri. As dimensões culturais, sociais e políticas do envelhecimento. In: ALVES JR, Edmundo (Org.). *Envelhecimento e vida saudável*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.p. 27-41.

GOMES, Christianne Luce. *Lazer, trabalho e educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, Christianne Luce. Verbete Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne. L. (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.119-126. Disponível em: <<https://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/lazer-concepcoes-versaofinal.pdf>>.

GOMES, Christianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

GOMES, Christianne Luce. *O lazer na velhice: reflexão sobre experiência de um grupo de idosos*. Revista Kairós, gerontologia, v. 9, n. 2, p. 113-167, 2006. Disponível em: <[https://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/kairosv9\\_n21.pdf](https://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/kairosv9_n21.pdf)>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010>>.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 11. ed. Campinas: Papiros, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. 2. ed. Campinas: Papiros, 1995.

MELO, Victor Andrade de. *Lazer e Minorias Sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. 2. ed. Berueri: Manole, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas. *Orientações Técnicas*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas: Papirus, 1993.

OKUMA, Silene Sumire. *O idoso e a atividade física*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

OLIVEIRA, Ivanilde. *A trama do conhecimento: Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa*. Campinas SP: Papirus, 2008.

PINHEIRO, Marcos; GOMES, Christianne. Lazer, velhice e instituição asilar: Reflexões baseadas na revisão de literatura e nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Recreação e Lazer (2001-2005). *A Terceira Idade*, v. 18, p. 27-38, 2007. Disponível em: <<https://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/lazer-velhice-e-instituic3a7c3a3o- asilar.pdf>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Núcleo Setorial de Planejamento. *Relatório de Gestão 2005-1010*. Belém: Fundação Papa João XXIII/PMB, 2010.

REQUIXA, Renato. *As dimensões do lazer*. Revista Brasileira de Educação Física e Desporto, n. 45, p. 54-76, 1980.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

WOLFF, Suzana. *Vivendo e envelhecendo: recorte de práticas sociais nos núcleos de vida saudável*. São Leopoldo:Unisinos, 2009.





# PONTOS TURÍSTICOS DE BELÉM: UM ESTUDO DOS PROBLEMAS OPERACIONAIS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO GUIA DE TURISMO

*Ângela Cristina do Mar de Jesus<sup>1</sup>*

*José Maria Reis e Souza Junior<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana Belém possui vários pontos turísticos que poderão ser estudados a partir da vivência de Guias de Turismo Regionais/PA. O objetivo do estudo foi identificar os problemas operacionais nos pontos turísticos de Belém do Pará, além de possíveis sugestões para os espaços que foram avaliados pelos Guias de Turismo Regional/PA. Portanto, contribuirá para o reconhecimento de que a cidade e seus atrativos estarão organizados e estruturados de forma benéfica, tanto para os moradores, como espaço de lazer e recreação, quanto aos que visitam, como experiência turística.

A abordagem metodológica da pesquisa foi técnico-operacional, realizada por meio da aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas de cunho quantitativo conceitual e qualitativo. Os profissionais avaliaram os pontos turísticos com base nas seguintes temáticas: Infraestrutura e Equipamentos; Sinalização Turística; Acessibilidade; Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos e Atendimento ao Guia

---

<sup>1</sup> Licenciada em Matemática (UEPA). Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA). Técnica em: Planejamento Turístico (IFPA), Guia de Turismo Regional, Nacional e América do Sul (IFPA) e Planejadora e Realizadora de Eventos (IFPA). Email: angeladomar@hotmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo (UFPA) e Mestre em Geografia (UFPA). Professor do Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu – FIPAM XXV: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA), Brasil. Email: zehma@hotmail.com.

de Turismo realizado por funcionários e servidores; além de sugerirem e/ou criticarem mudanças.

Foram sete atrativos turísticos avaliados: Estação das Docas, Complexo do Ver-o-Peso, Complexo Feliz Lusitânia, Parque Ambiental e Zoológico Mangal das Graças, espaço São José Liberto, Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré e Parque Zoobotânico Museu Paraense Emílio Goeldi.

O público-alvo desta pesquisa foi o Guia de Turismo Regional do Estado do Pará, que realiza a prestação de serviços turísticos, nos quais sua atividade é a recepção, o traslado (*in* ou *out*), o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais.

Os turistas ou visitantes também querem conhecer a cidade com os seus personagens reais, que são os próprios moradores, tendo em vista a originalidade e a hospitalidade de um bom anfitrião. Partindo desse ideal, o profissional Guia de Turismo Regional/PA está capacitado para atender o visitante/turista e satisfazer as suas necessidades.

A discussão conceitual para a pesquisa sobre o planejamento, aspectos do fenômeno, a complexidade das relações de pessoas e as interações entre elas se deu por meio de obras como Barretto (1991), Boullon (2002), Trigueiro (1999) e Hayllar (2011).

A discussão de conceitos e de aplicação na atividade do Guia de Turismo, relatando experiências pelo Guias de Turismo (GT) e intercalando com situações da prestação de serviço foram baseados nas obras de Mamede (2003), Chimenti e Tavares (2007), Campos e Serpa (2010), Picazo (2004) e Silva (2015).

Desse modo, esse está estruturado, no primeiro momento, com: discussões conceituais; a atividade turística e sua complexidade; as definições de oferta e o consumo do produto turístico. No segundo momento, encontra-se a pesquisa realizada com 15 profissionais Guias de Turismo Regional/PA e as suas avaliações dos atrativos turísticos de Belém que são mais comercializados pelas operadoras/agências.

## TURISMO E GUIAS DE TURISMO

Segundo Organização Mundial do Turismo - OMT, a abordagem econômica do turismo pode ser compreendida pela *Conta Satélite do Turismo* (CST, OMT, 1991), a qual revela que o guiamento turístico é um dos sete eixos da oferta turística. Entre eles, encontram-se: Alojamento; Agências de Viagens e Turismo; Operadores e Guias de Turismo; Alimentos e Bebidas; Transportes; Serviços Culturais; e Serviços de Lazer e Recreação.

No entanto, o guia de turismo é um profissional que, entre qualidades e atribuições, é quem representa uma agência ou operadora (MAMEDE, 2003); é um profissional polivalente, que participa da parte final do longo processo pelo qual passa o produto turístico (HINTZE, 2007); não é apenas um acompanhante ou orientador (CHIMENTI & TAVARES, 2007), e um produto turístico bem composto e atenderá as mais diversas expectativas do turista (CAMPOS & SERPA, 2010). Isso justifica a importância do profissional no desenvolvimento e execução da oferta turística.

Segundo Campos & Serpa (2010 p.36), “O consumidor do produto turístico leva apenas na lembrança todas as vantagens obtidas na aquisição; seu prazer e satisfação vêm embrulhados no sonho do pacote turístico”. Há na oferta turística e seu consumo como produto turístico, a intangibilidade do que é comercializado.

O guia de turismo é peça fundamental no processo turístico. Bem informado, é ele quem auxilia o consumidor a interpretar o espaço que este escolheu para vivenciar novas experiências. Picazo (2004, p.35) afirma que “os guias são profissionais em contato direto com o cliente. Deles depende em grande medida o grau de satisfação do cliente e, portanto, o êxito ou o fracasso do serviço turístico”. Quanto maior seu grau de compreensão e envolvimento com o ambiente, melhor a interpretação transmitida ao turista.

É uma das complexidades de atuação dos Guias de Turismo deixar o consumidor (visitante/turistas) vivenciar uma nova realidade no espaço

urbano; isso se reflete no poder de atração que as cidades exercem sobre as pessoas que residem e aquelas que visitam.

É nesse contexto de motivações/atrações que devemos somar as forças que buscam auxiliar na estruturação do turismo para que possa atender às necessidades dos turistas que visitam determinado lugar. Segundo Hayllar [Et al, 2011], os prestadores de serviços e os profissionais do turismo têm a função principal de satisfazer as necessidades dos turistas.

### *As operadoras e a roteirização*

As agências de viagens e turismo organizam e formatam os roteiros turísticos e os Guias de Turismo executam a operação turística. O agenciamento justifica sua importância econômica com destaque para conveniência do elo entre a oferta e a demanda turística. A criação da agência de turismo pode ser justificada pela sua importância econômica de fazer com que seja conveniente ao consumidor e a diminuição de custos de distribuição.

Cabe ao Guia de Turismo a condução pelos caminhos mais interessantes, porém com a preocupação de segurança de seus clientes e a certeza que o roteiro está de acordo com a condição de seus participantes (CAMPOS & SERPA, 2010).

Existe a formação de distintos roteiros que sejam capazes de adequar a complexidade dos componentes da oferta turística, de acordo com as necessidades, expectativas e condições financeiras do público consumidor. Como o profissional Guia de Turismo está em contato direto com o consumidor, os impasses e dificuldades serão resolvidos por ele, na representação de seu contratante (operadoras e as agências) para ter um bom andamento do seu atendimento. (CHIMENTI & TAVARES, 2007).

Segundo Trigueiro (1999), para criar uma imagem turística, é necessário causar impactos positivos, relevantes e de credibilidade de sorte a fazer penetrar na mente dos turistas atributos que os atraiam a essa localidade ou pontos turísticos.

### ***Execução de serviços turísticos***

Segundo a pesquisa de levantamento de dados sobre os roteiros que as operadoras/agências oferecem em Belém, a duração média dos passeios é de 3h as 4h. Iniciam-se, regularmente, no horário entre 8h a 9h da manhã e finalizam por volta de 12h as 13h. No período da tarde, iniciam entre as 14h e as 15h e são finalizados por volta de 17h30 até 18h30, por conta do horário de funcionamento dos pontos turísticos e do expediente dos funcionários e servidores públicos, e dependendo do período do ano ocorrem as pancadas de chuvas que podem ser fortes ou fracas; quando isso ocorre, os Guias de Turismo normalmente fazem a adaptação dos roteiros turísticos para melhor atender o turista/ visitante.

Normalmente, os tours em Belém são personalizados, no período da baixa estação, no primeiro semestre do ano. Logo, os Guias precisam ser experientes, para atender as necessidades de clientes Vips. Como pontua Chimenti & Tavares (2007), pode parecer mais fácil lidar com dois ou três turistas em vez de trinta, porém o Guia precisará conhecer a fundo o local visitado, pois quem determina a programação é o cliente, tendo um estudo e preparação com antecedência, e não improvisada.

### ***Oferta turística, atrativos e pontos turísticos***

Para o MTUR (2011), os atrativos turísticos “são elementos da natureza, da cultura e da sociedade – lugares, acontecimentos, objetos, pessoas, ações – que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhecê-los ou vivenciá-los”.

Boullon (2002 p. 57) considera que os atrativos turísticos são a matéria prima do turismo, sem o qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento da atividade turística. O oferecimento de um atrativo turístico ou de algum serviço turístico pode ser entendido por oferta turística. Segundo Boullon (2002 p.44), a oferta turística é “constituída pelos serviços fornecidos pelos elementos de empreendimento turístico e por alguns não turísticos, que são comercializados mediante um sistema turístico”.

Na atividade desempenhada pelo profissional Guia de Turismo os atrativos turísticos são abordados com a nomenclatura usual e cotidiana de ponto turístico, como se o descrevesse um determinado ponto (local, específico) de visitação e sua importância turística. O roteiro turístico é a sequência que os atrativos serão visualizados e/ou visitados, considerando a logística, a distância entre os atrativos, o fluxo de veículos, o que determina a rota a ser seguida e o tempo de deslocamento entre as atrações.

O Guia deve ter conhecimento geral e também específico dos atrativos locais, porém as informações e orientações devem ser dosadas para despertar o interesse dos turistas/visitantes e não cansá-los (CHIMENTI & TAVARES, 2007).

Segundo Brasil (2007 p. 15), “a roteirização confere realidade turística aos atrativos que estão dispersos através de sua integração e organização”. A atividade turística e sua operação precisam de organização sequencial e aproveitamento do tempo para que o visitante/turista possa apreciar as atrações da cidade num menor tempo possível. Por isso, torna-se importante a compactação e a organização de roteiros que se ajustem à demanda e à oferta do destino. Contudo, durante a execução dos roteiros turísticos em Belém, os pontos turísticos estudados estão localizados no centro de Belém, o que torna mais fácil o acesso e o tempo de deslocamento.

## ESTAÇÃO DAS DOCAS

Na análise quantitativa o tema Infraestrutura e Equipamentos foi considerado pela maioria dos profissionais com o conceito “Bom”, revelando que é necessária atenção aos banheiros e sua manutenção.

O tema Mobilidade Urbana Turística - veículos turísticos também foi conceituado com o “Bom”, pois para estacionar e realizar o embarque/desembarque não há tanto problemas operacionais, mesmo assim os veículos turísticos, muitas vezes, ficam em fila dupla pela entrada do Galpão 1, e o que ocasiona um desconforto e congestionamento da área porque está na proximidade da Feira do Ver-o-Peso e da parada de ônibus urbano.

Se formos considerar a outra entrada de acesso pelo Galpão 3, localizado próximo à escadinha e a subida da Av. Presidente Vargas, os veículos turísticos transitam facilmente, e há espaço para a condução de veículos maiores, do tipo *ld* ou *double deck* (com capacidade 35 a 52 pessoas, aproximadamente). Há uma vaga de estacionamento identificada para ônibus na área externa da estação das Docas, porém, na maioria das vezes, está ocupada por veículos menores e particulares. Neste local há sinalização vertical e não horizontal para ônibus.

Os temas Sinalização Turística e Acessibilidade obtiveram os conceitos “Bom/Regular”, pois ocorreu um empate entre a maioria dos profissionais quando atribuíram um conceito ao tema. Na avaliação qualitativa, observamos que ainda é inexistente a sinalização interna de embarque/desembarque de veículos turísticos de pequeno e médio porte no estacionamento interno da Estação das Docas. Segundo Castro e Figueiredo (2013 p. 199), “Foi observada também a ausência de uma sinalização que obedeça aos padrões normativos utilizados pelo turismo, ou alguma sinalização específica para os turistas, fato confirmado em entrevista com gestores e observação”.

Quanto à Acessibilidade, há escadas rolantes, escadas e um elevador com capacidade para 8 pessoas suportando até 560 kg. Para o Guia GT10, “Falta cobertura”, e há a necessidade de uma cobertura de acesso do Galpão 1 e 3, principalmente do ponto de embarque/desembarque até o acesso da parte interna do ponto turístico, porque quando o Guia de Turismo está em alguma prestação de serviço e se estiver chovendo, não há como parar e esperar a chuva passar para fazer embarque/desembarque na operação turística.

Outro fator importante para a acessibilidade, segundo Nóbrega e Silva (2011), é que a acessibilidade é razoável, visto que apresenta elevador, escadas, rampas, banheiros adaptados e vagas de estacionamento; porém, os autores revelam que as vagas de estacionamento são improvisadas e não possuem sinalização adequada e nem rampa de acesso, além dos paralelepípedos na orla que dificultam a caminhada dos idosos, de cadeirantes ou de deficientes visuais (NÓBREGA E SILVA, 2011).



O tema Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores obteve o conceito “Regular”. Observa-se que os profissionais Guias de Turismo não são reconhecidos. Os mesmos relatam o seguinte: GT1: “Nunca recebi atendimento direcionado ao Guia”; GT2: “Praticamente não existe”; GT9: “Parceria? Poucos pontos reconhecem a importância do guia”. Essa atitude pode ocasionar constrangimentos entre os profissionais dos setores do turismo, pois o Guia de Turismo, quando está com um número considerável de turistas, fornece boas taxas extras aos restaurantes e garçons. Porém, segundo o entrevistado GT8, não há recíproca: “Não vejo parceria com os guias de turismo, nem em comissionamento e muito menos em cortesia nos restaurantes”.

As sugestões dos Guias de Turismo Regionais/PA foram: Melhorar a limpeza e manutenção dos banheiros; Melhorar o atendimento realizado pelos garçons e do setor do artesanato; Agendamento de visitas técnicas e negociações de parcerias com os lojistas e proprietários de restaurantes por meio do Sindicato de Guias de Turismo do Pará (SINGTUR/PA); Delimitar um estacionamento para veículos turísticos de pequeno e médio porte na parte interna próximo à entrada pelo Galpão 1; Sinalizar ou até mesmo intervir no espaço com a construção de uma entrada para os pedestres no Galpão 1, pois pedestres e veículos utilizam o mesmo acesso à Estação.

## COMPLEXO DO VER-O-PESO

Neste atrativo, o único tema que recebeu o conceito “Bom” e “Regular” ao mesmo tempo, na opinião dos pesquisados foi o Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores. Para os entrevistados, os feirantes e os funcionários e/ou servidores de órgãos como a Companhia Independente de Polícia Turística – CIPTUR, que integra o Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar, e agentes da Secretaria de Municipal de Economia - SECOM, oferecem um bom atendimento aos Guias de Turismo na Feira do Ver-o-Peso, conforme os seguintes relatos: Guia GT3: “Os feirantes são simpáticos

e os servidores da SECOM”; GT5: “Geral boa, por conta da CIPTUR”; e GT10: “Simpatia é o ponto forte”. Segundo Tomazi (2011), o Ver-o-Peso é “visto como umas das mais alegres e comercialmente importantes áreas da cidade”.

Os dois temas que receberam o conceito “regular” foram Infraestrutura e Equipamentos e Acessibilidade. Em relação ao tema Infraestrutura e Equipamentos, para os entrevistados, são necessários reparos e manutenção nos prédios como o Solar da Beira e limpeza nos banheiros. A higiene da Feira, em geral, necessita de uma maior organização, desde a parte física até a manipulação de alimentos. Quanto à Acessibilidade, os Guias revelam que é necessária nova cobertura e que ainda precisa de algumas melhorias, além de necessidades básicas como exemplificam Nóbrega e Silva (2011), como placas em braile, rampas de acesso e calçamento adequados para os Portadores de Necessidades Especiais – PNEs, para idosos e gestantes que circulam pela Feira.

O tema Mobilidade Urbana Turística - veículos turísticos recebeu pela maioria dos pesquisados o conceito “Regular e Péssimo”, demonstrando empate entre as opiniões na pesquisa, porém em visitas e observações há sinalização para ônibus, que fica situado entre a segunda parada de ônibus urbano e a sinalização horizontal para os taxis. Na execução dos passeios ou tours, normalmente a vaga de estacionamento para veículos turísticos encontra-se ocupada por outros veículos. Outro assunto importante em relação a este tema é a insegurança na Feira, visto que há uma maior movimentação de pessoas e ocorrem os furtos realizados pelos chamados “descuidistas” e “batedores de carteira”. A maioria dos visitantes e turistas está despreocupada e não sabe que estão vulneráveis. Alguns Guias telefonam para a CIPTUR para acompanharem os grupos na área.

A Sinalização Turística recebeu o conceito “Péssimo” pela maioria dos pesquisados. Em novembro de 2014, ocorreu a implantação de uma parte da sinalização prevista pela Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém – BELEMTUR, em que seriam investidos recursos para os 34 municípios do Brasil que possuem cidades históricas, entre eles o

município de Belém, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Turismo (DOL, 2013). Porém, no início do ano de 2015 foi implantada a outra parte da sinalização turística, que identifica os setores e divisões espaciais de comercialização de produtos.

As sugestões dos Guias de Turismo foram: Melhorar a limpeza e manutenção dos banheiros; Realizar uma campanha educativa e preventiva com os envolvidos de todos os setores da Feira; Estabelecer multas ou punições para as pessoas que utilizam indevidamente o local para as necessidades fisiológicas e para aquelas que sujam; Ter em alguns locais de grande movimentação um quadro de aviso e que sejam distribuídas cartilhas educativas.

## **COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA**

Os temas Infraestrutura e Equipamentos, Sinalização Turística, Acessibilidade, Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos receberam o conceito “Bom”, o que demonstra que eles possuem boa conservação e precisam de alguns reparos e de manutenção, como podemos constatar nas expressões: GT2: “Em geral, estes pontos turísticos estão bem mantidos”; GT13: “Pintura na Catedral, e os demais manutenção e conservação”. Outra constatação foi em relação à falta de mapas e legendas em outros idiomas dentro dos espaços turísticos, como o Museu do Encontro, localizado dentro do Forte do Presépio. A sinalização de vagas para o estacionamento de veículos turísticos é um grande entrave para a atividade, pois não há um ordenamento, nem conscientização e sensibilização dos agentes que trabalham na Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB, como podemos constatar a partir das afirmações do profissional GT3: “Falta organização junto à SEMOB para a sinalização turística”, e “demarcação do estacionamento para veículos turísticos junto à SEMOB”.

O tema Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores apresentou o conceito “Regular” atribuído pelos Guias de Turismo, pois geralmente os funcionários e/ou servidores destes espaços

turísticos não acompanham os grupos que os Guias conduzem, e muitas vezes apenas os cumprimentam e, conseqüentemente, os turistas durante a execução dos serviços turísticos.

As sugestões dos Guias de Turismo foram: Manutenção geral, nos seus aspectos paisagísticos, como pintura, e alguns reparos; Criação de legendas em outros idiomas e em braile; Implantação de lanchonetes no entorno; Verificar a possibilidade de adequação de elevadores para o Museu de Arte Sacra; Fixação e sinalização de vagas de estacionamento para os veículos turísticos, e a criação de vagas de estacionamento de sistema rotativo; Reuniões por meio do Singtur/PA para a conscientização e sensibilização dos agentes da SEMOB.

### **PARQUE AMBIENTAL E ZOOLOGICO MANGAL DAS GARÇAS**

O Parque recebeu o conceito “Excelente” para os temas Infraestrutura e Equipamentos e Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores. Os temas Sinalização Turística, Acessibilidade e Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos receberam o conceito “Bom”, indicando que há necessidade de pequenos reparos. O tema Acessibilidade releva que são necessárias algumas adaptações, como confirma o estudo de Nóbrega e Silva (2011), que mostra que no Parque não há banheiros adaptados, placas em braile e nem vagas de estacionamento reservada para deficientes.

As sugestões dos Guias de Turismo foram: Adaptar um circuito interno; Fixar e sinalizar uma vaga de estacionamento para veículos turísticos de pequeno porte dentro do estacionamento do Parque, desde que os veículos estejam devidamente identificados com o registro do Cadastur nas laterais ou com identificação da empresa de turismo; Identificar e sinalizar vagas de estacionamento para veículos turísticos fora do Parque; Identificar por meio de placas as espécies da flora e fauna. O Parque Ambiental e zoológico Mangal das Garças foi considerado o melhor pela avaliação dos Guias de Turismo Regionais/PA, pois apresentou mínimos problemas operacionais na execução da prestação de serviço.

## ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO

A temática Infraestrutura e Equipamentos foi conceituado com “Excelente”. A maioria das temáticas recebeu o conceito “Bom”: Sinalização Turística, Acessibilidade, Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos e Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores.

No tema Sinalização Turística, ocorrem algumas confusões quanto ao nome do ponto turístico, pois algumas pessoas o chamam de Polo Joalheiro, outras ainda de Presídio e poucas chamam de Espaço São José Liberto; isso pode causar falhas na comunicação e na prestação de serviço realizado pelo Guia, visto que os consumidores estarão pensando ou imaginando ser outro ponto turístico, porque o mesmo possui outras denominações.

A Acessibilidade necessita de pequenas adaptações. O local apresenta elevador para cadeirantes, porém durante a visitação não   utilizado porque não há espaços para serem visitados no piso superior, visto que o espaço   restrito aos funcionários e   administra o.

A temática Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos pode ser descrita com o que diz GT2: “O espaço   amplo, geralmente os veículos se deslocam para as sombras das árvores da Praça (Praça Amazonas). E quando estamos saindo com o grupo, eles (veículos) se aproximam”. O local ainda não apresenta problemas graves de estacionamento de veículos turísticos, no entanto se aumentar a demanda de visitantes e turistas, haverá a necessidade de adaptar o espaço para atendê-los. Nele também não há sinaliza o e nem delimita o de vagas de estacionamento para veículos turísticos.

O Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores obteve poucos problemas. Outro problema relacionado ao atendimento segundo os profissionais   sobre a parceria (“comissão”, o valor repassado aos profissionais   de 10% da venda direta) com o Espaço São José Liberto. Desde o ano de 2009, o Polo Joalheiro e os profissionais vinculados ao Singtur/PA estabeleceram uma parceria aos

profissionais que fazem a interligação entre os visitantes/turista e os vendedores de jóias e demais produtos do espaço. Segundo Silva (2015), Guia de Turismo Regional Pará e conselheiro da Diretoria do Singtur/PA, no ano de 2014, os Guias de Turismo Regionais/PA foram responsáveis pela movimentação total de vendas diretas de R\$ 43.500,00, e supera esse total em vendas indiretas e por indicações do espaço para os visitantes/turistas de Belém. Além disso, Silva (2015) enfatiza que essa parceria poderá ser repetida em outros lugares que possuem a demanda de turistas como bares, restaurantes, shoppings, entre outras opções de turismo e lazer de Belém.

As sugestões dos Guias de Turismo foram: Melhorar a iluminação da produção de jóias, duas ilhas com serviços especializados em ourivesaria e lapidação; Verificar a possibilidade de um horário de funcionamento estendido, por se tratar de um espaço de comercialização; Organização de folhetos informativos das programações; Manutenção e fiscalização do Espaço Jardim da Liberdade, pois muitos turistas levam “furtam” os quartzos.

### **BASÍLICA SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ**

O tema Infraestrutura e Equipamentos recebeu pela maioria dos Guias de Turismo Regionais/PA “Excelente”, identificando que são necessários reparos nos banheiros, pois encontram-se um pouco deteriorados. Os temas Acessibilidade e Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos foram conceituados como “Bom”; no primeiro tema não houve nenhuma reclamação sobre algum problema operacional de acessibilidade, no segundo há problemas operacionais para conseguir estacionar os veículos de turismo. Há no local placas e sinalização vertical, no entanto veículos de grande porte, como ônibus semileito e leito com até 4 eixos não conseguem estacionar porque o local é inadequado, possui pequeno espaço para manobra e a rua é estreita e é, geralmente, ocupado por veículos particulares. Os Guias de Turismo realizam o embarque/desembarque na Avenida Nazaré próximo à parada de ônibus urbano, o que ocasiona congestionamento e em algumas

situações multas, conforme descrevem alguns profissionais: GT3: “Não há como estacionar um veículo turísticos de grande ou médio porte na lateral da Basílica. Nós (Guias de Turismo) acabamos estacionando os veículos em lugares irregulares”; GT10: “Péssima, além de problemas para parar no local, temos problemas com a SEMOB”.

O tema que recebeu o conceito “Bom e Regular”, ao mesmo tempo, foi o Sinalização Turística; ela pode ser percebida em dois momentos 1) Identificação do atrativo e seus dados históricos; 2) Sinalização do estacionamento.

O Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores recebeu o conceito “Regular”, como relata o Guia GT1: “Nem sempre estão (os funcionários) disponíveis para nos atender”; e por GT2: “Falta mais um trabalho de aproximação da parte operacional da Igreja com os Guias de Turismo”.

As sugestões dos Guias de Turismo foram: Organizar um planejamento participativo com a Diretoria do Círio e os Guias de Turismo, por meio do Singtur/PA; Estabelecer diálogos com os funcionários que estão atendendo o público na Basílica; Estabelecer uma parceria para o estacionamento gratuito para veículo turístico de pequeno porte no estacionamento da Basílica, desde que os veículos estejam devidamente identificados com o registro do Cadastur nas laterais ou com identificação das empresas turísticas; Estabelecer diálogos com a SEMOB para que seja realizada a troca do local destinado para o estacionamento de veículos turísticos e devidamente sinalizado; Negociação de parceria de comissão aos profissionais com a Loja de Produtos Religiosos Lírio Mimoso, que fica ao lado da Basílica.

## **PARQUE ZOOBOTÂNICO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI**

O tema Infraestrutura e Equipamentos recebeu pela maioria dos pesquisados o conceito “Bom e Regular”. Na pesquisa, verificamos que o Parque deve passar por uma manutenção periódica de seus atrativos, pois muitos Guias, como o GT3, revelaram que necessitam “de mais atenção

à reforma e conservação, e reparos na pintura”; para o GT10, “É um das piores atrações, totalmente degradado”. Outros profissionais falaram sobre o calçamento, que encontra-se comprometido com muitos buracos, o que pode dificultar a condução, o guiamento. É necessário melhorar os espaços internos do Parque; alguns desses estão em reforma. Diante disso, podemos citar o que diz GT2: “Calçadas internas e externas com muitos buracos. Espaços, como o aquário e a áreas das cobras, das onças, precisam urgente serem abertos e terem melhoramentos para os animais”.

Os temas Sinalização Turística, Acessibilidade, Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos e Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores foram conceituados com “Regular”. Isso demonstra que existem muitas deficiências e reclamações dos pesquisados com relação a este ponto turístico.

Acerca da Acessibilidade, a pesquisa de Nóbrega e Silva (2011) confirma que ainda há muitas deficiências no Parque. Os autores afirmam que não há placas em braile, rampas de acesso na maioria das atrações internas do Parque, e nem banheiros adaptados. Porém, em relação à disponibilidade de banheiros no Parque já melhorou muito quanto à estrutura, e higiene, pois em anos anteriores os banheiros encontravam-se em péssimo estado.

O tema Sinalização Turística pode ser dividida em duas partes, a interna e a externa. A sinalização turística interna existe em alguns espaços do Parque, porém há dificuldade de visualização, por estar longe ou por estar com alguma parte ilegível, podendo ocorrer duplicidade de placas para esclarecer determinada atração interna do Parque. Há também a deficiência de placas para a identificação da fauna e flora amazônica, o que dificulta, em parte, algumas explicações e orientações dos Guias de Turismo Regionais/PA, como exemplifica GT10: “Péssimo, a atração não possui praticamente nenhuma sinalização interna e as que ainda existem estão em péssimo estado”.

A sinalização turística externa pode ser entendida em dois momentos, o primeiro para a identificação e sinalização do Parque, em que está escrito no calçamento de entrada o nome do Parque e uma placa



de sinalização turística com os detalhes histórico-culturais. No segundo momento, há a sinalização para ônibus, que fica localizada próximo à saída do Parque.

Nesse sentido, podemos incluir o tema Mobilidade Urbana Turística - Veículos Turísticos, pois existe a vaga sinalizada para ônibus, porém sempre estão ocupados com outros veículos. Quanto ao tema Acessibilidade, muitos profissionais confirmaram que há deficiências, como exemplificam GT2: “Falta melhorias em todos os aspectos”; e GT10: “Muito ruim também”. Podemos confirmar, a partir de Nóbrega e Silva (2011), que o Parque possui apenas um elevador na atração Rocinha, e no restante do espaço não há rampas próximas às atrações internas, placas em braile e banheiros adaptados. Somente na entrada e na saída do parque há a rampa de acesso. Portanto, o Parque também apresenta deficiências quanto ao tema Acessibilidade.

O Atendimento ao Guia de Turismo realizado por funcionários e servidores também apresentou-se de forma deficiente para a maioria dos Guias; podemos citar o que diz GT2: “Não existe, pois não temos pessoas que trabalhem na instituição ou circulando pelo Parque”. Segundo GT3: “Somos bem atendidos quando precisamos, só que temos que ir ao departamento”; GT10 afirma que existem “Somente os funcionários da bilheteria, os monitores não existem mais”.

As sugestões dos Guias de Turismo foram: Identificação dos atrativos em braile; Manutenção geral do Parque; Necessidade de comunicação da instituição dos Guias de Turismo (Singtur/PA); Reciclagem profissional dos Guias de Turismo, mais visitas técnicas com responsáveis pelo espaço.

## **ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS**

Os resultados da pesquisa demonstraram que os atrativos turísticos precisam de manutenção, adaptação e requalificação para a atividade turística, observados a oferta e a experiência turística na parte central da cidade de Belém.

Os atrativos turísticos foram avaliados de acordo com os problemas operacionais encontrados com a atividade de guiamento. Do melhor para o pior desempenho, segundo a opinião dos Guias, foram: 1) Parque Ecológico Mangal das Garças; 2) Espaço São José Liberto; 3) Complexo Feliz Lusitânia; 4) Estação das Docas; 5) Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré; 6) Parque Zoobotânico Museu Paraense Emílio Goeldi; e 7) Complexo do Ver-o-Peso.

O complexo do Ver-o-Peso possui importância histórica, patrimonial e cultural, é um marco da formação territorial do município, e por isso tem um valor simbólico considerável para a população, ao mesmo tempo em que é um atrativo turístico muito relevante, contudo não percebemos esta relevância por parte dos poderes públicos, que há muito não desenvolvem ações de requalificação urbanística e turística, ao ponto que pudessem ser percebidas nesta pesquisa. Há uma complexidade de aspirações, porque para o morador é comum ir à feira para comprar determinados produtos e para o turista/visitante é o momento de interagir com a cultura local, que é composta pelos mais variados setores da feira, além de experimentar o cotidiano da cidade. No entanto, é um espaço cultural (uma feira livre) que não foi idealizado para ser um atrativo/ponto turístico, sua importância é complexa, por isso atrai muitos frequentadores e visitantes.

O Parque Ecológico Mangal das Garças foi considerado o melhor na avaliação, pois apresentou poucos problemas durante a prestação de serviço. Ele foi elogiado, pela organização, estruturação e atendimento. Contudo, vale ressaltar que a composição desse atrativo turístico foi planejada e é recente na cidade, inaugurada em 2005. Portanto, podemos enfatizar que os aspectos históricos e culturais deste atrativo, relacionados com a população local, não foram diagnosticados nesta pesquisa, podendo ser analisada e debatida em outra pesquisa, com outro foco de estudo.

Os resultados demonstram que são necessárias reuniões e discussões de pessoas, empresas e órgãos representativos dos mais variados setores da cadeia produtiva do turismo em Belém, de modo que

se verifiquem os impactos positivos e negativos para o desenvolvimento da atividade, e algumas dessas questões são debatidas no Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, o FOMENTUR.

Torna-se necessário, também, haver uma instância de governança do turismo em âmbito municipal que seja efetiva e eficiente, uma vez que o chamado Conselho Municipal de Turismo de Belém – COMTUR há muito tempo não se reúne, e não tem prestígio político algum para fazer este papel.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da pesquisa surgiu da observação das reuniões do Singtur/PA, nas quais os Guias de Turismo Regionais relatavam as suas dificuldades de realização do roteiro turístico em Belém, que são inúmeras, desde a estrutural até a pessoal. Dessa forma, com os resultados obtidos pela coleta de dados, por meio dos questionários, foi possível verificar os relatos e opiniões operacionais, em que foram revelados seus anseios e desejos de buscar melhoria de condições de trabalho. Essas condições de trabalho, muitas vezes, são questionadas pela pessoa que está sendo conduzida/orientada (o visitante e/ou turista), mas nem sempre podem ser resolvidas pelo profissional que está ali representando a operadora turística ou empresa turística que o contratou.

A operação turística precisa ser tratada como uma das principais ferramentas para obter uma boa qualidade na prestação de serviço, de forma que seja benéfica para a experiência turística no local receptor. Barretto (1995) afirma que o sucesso da atividade turística depende da qualidade de seus equipamentos, dos prestadores de serviço e da interação entre os elementos componentes.

O Guia de Turismo tem como ambiente de trabalho a cidade e seus atrativos turísticos, Assim como outras profissões, de modo geral, possuem seu espaço físico, como por exemplo, o advogado com seu escritório, o professor e a sala de aula, entre outros que poderíamos enumerar aqui.

As informações, a orientação e condução transformam a experiência turística. Vale ressaltar que os atrativos turísticos devem estar com boas condições de utilização, tanto para o morador quanto para o visitante/turista.

Conclui-se que o Guia de Turismo é o profissional que interage com o maior número de pessoas e outros profissionais da área de turismo, ou não, que estejam prontos para desempenhar suas atividades e atender às necessidades de forma satisfatória ao viajante.

Com os resultados da pesquisa, podemos concluir que deverão ocorrer reuniões juntos às administrações dos atrativos turísticos estudados, como as reuniões do FOMENTUR, contando com a intermediação do Singtur/PA, com o agendamento de reuniões e visitas técnicas. Será um trabalho demorado, devido à amplitude e órgãos envolvidos, e intercalados com as prioridades de planejamento e gestão pública, além de disponibilidade de recursos financeiros.

Após os resultados desta pesquisa, alguns representantes de órgãos de gestão do turismo em Belém demonstraram interesse em resolver essas questões e lacunas da classe. Em certo período, alguns desses problemas poderão ser resolvidos junto aos gestores dos espaços turísticos e assim, melhorar o atendimento das pessoas que se beneficiam na experiência turística em Belém. Se a cidade estiver estruturada para os moradores e para os visitantes/turista, conseqüentemente atrairá mais pessoas para visitar e morar na cidade de Belém do Pará.

## REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarida. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas/São Paulo: Papirus, 1995.

BRASIL, Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 51p.:il.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: Edusc, 2002.

CAMPOS, Fernando Henrique; SERPA, Esmeralda Macedo. *Guia de Turismo: Viagens técnicas e avaliação*. 1ed. São Paulo: Érica, 2010.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; FIGUEIREDO, Silvio Lima. *Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará*. In: AZEVEDO, Francisco Fransulado [et al.] (org.). *Turismo em foco*. Belém: NAEA, 2013.

CHIMENTI, Silvia; TAVARES, Adriana de Menezes. *Guia de turismo: o profissional e a profissão*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

DOL, Diário On-line. *Belém receberá recursos para sinalização turística*. Jornal Diário do Pará versão On-line. Belém: 09 de agosto, 2013. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-170878>>>. Acesso em: 06 de novembro de 2014.

HAYLLAR, Bruce; EDWARD, Deborah; GRIFFIN, Tonny; ALDRIGUI. *Turismo em cidades: Espaços urbanos, lugares turísticos*. Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo. Bruce Hayllar [Et al]; Tradução Ana Paula Spolone Jorge Camargo. – Rio de Janeiro: Eliever, 2011.

HINTZE, Helio. *Guia de turismo: formação e perfil profissional*. São Paulo: Roca, 2007.

MAMEDE, Glasdston. *Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções*. Barueri, SP: Manole, 2003.

MTUR, Inventário da Oferta Turística/Ana Clévia Guerreiro Lima (Coord.) – Brasília: Ministério do Turismo, 2011.38p. Disponível em:<< [http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao\\_da\\_oferta\\_turistica.pdf](http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf)>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça, SILVA, Mayra Aline Pereira da. *Turismo Social na Amazônia: uma avaliação acerca do acesso aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, Pará, Brasil*. Revista Geográfica de América Central, Norteamérica, 2, Fev. 2012.

Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1871>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2015.

OMT, Organização Mundial Do Turismo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

PICAZO, Carlos. *Asistencia y guía a grupos turísticos*. Madrid: ed Síntesis, 1996.

SILVA, Fábio Romero Oliveira e. *Parceria de sucesso: Polo Joalheiro e Guias de Turismo!* (2015, 21 de fevereiro). Blog Fábio Romero...Turismólogo e Amazonida. Disponível em: <<<http://fabioromero.blogspot.com.br/2015/02/parceria-de-sucesso-polo-joalheiro-e.html>>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2015.

TOMAZY, Vicente Torres. *Urbanização turística em Belém – PA*. In: XIV Encontro Nacional do ANPUR, maio de 2011. Rio de Janeiro - RJ – Brasil, Anais..., Rio, p. 23 a 27, maio de 2011.

TRIGUEIRO, Carlos Meira. *Marketing & Turismo: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.



# GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO DO LAZER E DO TURISMO NA ORLA FLUVIAL DE BELÉM-PA

*Jean Cláudio Carneiro Miranda<sup>1</sup>*

*Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da atividade turística vem sendo, nas últimas décadas do séc. XX e início do séc. XXI, um dos principais responsáveis pela geração de emprego e de renda, o que vem se revelando, inclusive, nos discursos políticos. O turismo tem sido alvo dos poderes públicos que objetivam os ganhos econômicos que a atividade proporciona, como o aumento do produto interno e a movimentação da economia. De acordo com Rodrigues (2006), o turismo e o lazer vêm assumindo, na contemporaneidade, especialmente em países centrais do capitalismo e, em regiões mais ricas de países emergentes, uma importância antes não imaginada, sendo designados por muitos como uma das principais atividades da pós-modernidade.

Em relação à região amazônica, a atividade turística foi proposta como mais uma alternativa de desenvolvimento para a região, demonstrado pelo Plano de Turismo da Amazônia (PTA) elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no qual a atividade turística foi apresentada como um segmento potencial da economia que pode ser incentivado e desenvolvido como forma de garantir o crescimento social e econômico regional. Porém, no contexto

---

<sup>1</sup> Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer - NAEA/UFPa. Belém/PA. jeanmiranda08@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPa) wilkernobrega@yahoo.com.br.



da região, de acordo com Nóbrega (2013), vários esforços foram realizados para sanar os problemas de planejamento e gestão, contudo os resultados esperados não foram satisfatórios quando relacionados ao turismo.

O Estado do Pará, Unidade Federativa que compõe a Amazônia Legal, assim como sua capital, Belém, possuem inúmeros atrativos que podem ser aproveitados para o desenvolvimento da atividade turística em vários segmentos, como: natureza, aventura, religioso, sol e praia, cultural, eventos, negócios, lazer, entre outros. Nesse contexto, de atrativo para lazer e turismo, a orla fluvial da cidade passa a ter um novo significado diante dos governos municipal e estadual, revelado por meio dos projetos de intervenções urbanas, objeto do presente estudo.

Em Belém, a orla fluvial da cidade foi historicamente ocupada por moradores locais e empresas privadas, fazendo com que o acesso ao rio fosse limitado ao público. Na tentativa de reverter este cenário, o poder público passou a desenvolver projetos de intervenção urbanística na orla de Belém, objetivando restaurar a relação da população com as águas que circundam a cidade.

Na verdade, essas ações são estratégias que o estado vem utilizando para revitalizar as orlas, denominadas de “marketing das cidades”. Alguns benefícios do estado são: atrair novos investidores, gerar novas receitas por meio de impostos, entre outros, porém a população que reside nestas áreas vem sendo penalizada nesse processo. Ainda na visão de Amaral (2005), o que vem sendo observado nas atuais práticas de gestão e de planejamento urbano é uma preocupação dos poderes públicos – municipal e estadual – em inverter essa disposição histórica de ocupação privada por meio de intervenções urbanas que reforcem o uso público do espaço e promovam uma abertura dos rios para a coletividade.

Entre os projetos de intervenção urbanísticos destinados ao turismo e ao lazer de moradores e visitantes em Belém, destacam-se o Complexo Ver-o-Rio e o Portal da Amazônia, objetos do presente estudo, ambos implementados pela Prefeitura Municipal de Belém - PMB. O primeiro, pensado inicialmente como projeto de intervenção urbana, foi

inaugurado em 1999 e faz parte de um projeto maior que é o Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém (PRO-BELÉM) (Costa, 2013), objetivando a valorização da fisionomia da cidade. O segundo é composto por dois grandes projetos: a Macrodrenagem da Estrada Nova e a Orla de Belém, seguido pela abertura da orla até a Universidade Federal do Pará (UFPA), e tem por objetivo tornar o Portal da Amazônia uma iniciativa de desenvolvimento à cidade de Belém (MIRANDA, 2013).

## **GESTÃO PÚBLICA, TURISMO E LAZER**

A participação governamental tem aumentado no mundo inteiro, inclusive acompanhando o crescimento do setor turístico, ou seja, quanto maior é a relevância do turismo para um determinado país, maior é o envolvimento do governo na atividade, sobretudo por meio do investimento financeiro nas ações de planejamento e gestão a fim de aumentar o fluxo de visitantes. Isso tem ocorrido desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), quando o turismo se tornou um fenômeno de massa (TADINI; MELQUÍADES, 2010).

Assim, a definição da função do poder público em relação ao setor turístico não é uma tarefa que possa ser facilmente gerida, pois as atribuições podem variar em razão do sistema político e dos interesses de cada país, estado ou município, mas em qualquer situação, a intervenção do Estado é fundamental para o desenvolvimento da atividade. Para Tadini e Melquíades (2010), as atividades que envolvem o planejamento e a gestão do turismo estão sempre associadas a ações políticas no âmbito dos governos.

No Brasil, podemos destacar algumas iniciativas da gestão federal na área do turismo nas últimas décadas, como a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), hoje instituto, pelo Decreto-Lei nº. 55 de 18 de novembro de 1966, que definiu a política nacional de turismo e criou o Conselho Nacional de Turismo. A função da EMBRATUR, até os anos de 1980, foi a criação de uma “imagem” positiva do Brasil enquanto destinação turística, objetivando captar uma demanda externa

de turistas por meio de campanhas publicitárias. Outra medida tomada pela EMBRATUR foi a criação do Plano Nacional do Turismo (PLANTUR), em julho de 1992, com o objetivo de aplicar as medidas estabelecidas pela Política Nacional do Turismo.

Em janeiro de 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTur), implementando um modelo de gestão pública descentralizada, ao articular propostas da Política Nacional do Turismo com os governos dos estados e dos municípios, com a intenção de integrar as políticas públicas, iniciativa privada, e o 3º Setor, elaborando, assim, propostas conjuntas para o incentivo ao turismo em escala regional. Dessa maneira, as políticas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística visam dar suporte à infraestrutura e flexibilizar as legislações a favor dos investimentos privados nacionais e internacionais.

O crescimento e a popularização da atividade turística, verificado a partir do final do século XIX, motivaram a necessidade do planejamento e da gestão estratégica da atividade nas esferas pública e privada. Dessa forma, de acordo com Garcia e Ashton (2006), o processo de planejamento do turismo e o estabelecimento de políticas públicas, relacionadas à vocação e adequadas à oferta/demanda turística, são de competência do setor público. Seu papel vem, gradativamente, ganhando importância, à medida que vem exercendo a função de regulador da atividade e de responsável pela infraestrutura básica necessária.

De acordo com Beni (1999), o planejamento da atividade turística subentende um conceito fundamental: é um sistema inter-relacionado de fatores da oferta e da demanda. Os fatores da demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços. Os atrativos turísticos são os aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos, e todas as atividades desenvolvidas em função deles. Os fatores da oferta turística, em seu conjunto, podem ser denominados de produto turístico. Hall (2001) *apud* Cruz (2006, p. 342) destaca que:

Embora o planejamento não seja uma panacéia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo.

O Brasil tem passado pela constante necessidade de reflexão e de planejamento da atividade turística de uma maneira integrada, devido a seu incremento em distintas áreas do território nacional, como também pelo aumento de sua relevância, tanto para a promoção de economias regionais quanto pelo fato de ter se tornado um vetor de transformações socioespaciais. Ferreira e Gomes (2011), em suas análises, afirmam que tal necessidade é resultado da posição marginal a que o planejamento do turismo é conduzido no âmbito da gestão pública, apesar de reconhecer a atividade como segmento gerador de emprego e renda.

Nesse contexto, o planejamento dos espaços públicos em áreas urbanas destinados ao lazer e ao turismo tem a cada dia se tornado mais emergente, visto que o crescente processo de urbanização, de acordo com Bahia *et al* (2008), causa preocupações em relação à criação e à manutenção de espaços e de equipamentos de lazer nas grandes metrópoles, o que leva a problemas relacionados à qualidade de vida da população.

Assim, na visão de Fonseca e Nóbrega (2012), o lazer está voltado para a liberdade de escolha do sujeito em vivenciar algum tipo de atividade que não inclua algum tipo de ocupação obrigatória, podendo assim ser o ato de dialogar com os amigos, descansar, viajar, ou realizar qualquer ação que seja conveniente para ele, tornando-se uma alternativa valiosa para o preenchimento do tempo e das necessidades individuais. Dumazedier (1980) *apud* Silva e Miranda (2013, p. 96) destaca o lazer como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Para Bahia e Figueiredo (2013), o debate perpassa pela necessidade do tempo livre em resposta à exploração do trabalho e à utilização desse tempo para atividades de divertimento, desenvolvimento pessoal e de descanso. Assim, o lazer agora transformado em direito, precisa ser democratizado e garantido, e, assim, as políticas públicas precisam garantir essas necessidades.

Alguns estudos, como os de Bahia *et al* (2008), por exemplo, sobre espaços públicos de lazer nas cidades, demonstram um acesso limitado em determinadas áreas, indicando questões de exclusão social. Esses espaços têm sido pensados dentro de uma lógica mercadológica, a qual, na teoria, seria acessível a todos, mas, na prática, transforma-se em produto de consumo de poucos; ainda que público, poucos são os beneficiados.

A democratização dos espaços públicos de lazer deve ser pensada constantemente nas discussões das políticas de lazer por parte dos poderes públicos. Nesse sentido, a democratização desses espaços está intimamente relacionada ao exercício da cidadania e a gestão pública deve priorizar a participação popular na construção e dinamização de espaços de lazer na cidade.

## **GESTÃO DE ORLA URBANA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

A palavra orla tem sido utilizada com vários sentidos, dependendo dos fins a que se destina a pesquisa, ou mesmo do método e/ou da ciência utilizados (Amaral, 2005). Para o mesmo autor, os critérios mais utilizados para essa definição têm sido os seguintes: o natural, o socioeconômico e o político. O primeiro diz respeito aos limites geográficos e às interações entre terras e águas. O segundo e o terceiro são divididos em dois elementos fundamentais: o padrão de uso do solo e a divisão político-administrativa, esta relacionada, no caso brasileiro, a um recorte espacial municipal.

O padrão de uso do solo se apresenta como elemento definidor da diversidade de ocupação de seu uso, já que, ao longo de sua extensão, é possível encontrar diversas formas de ocupação do solo e as mais variadas

manifestações de atividades humanas, como por exemplo, de habitação, de atividades comerciais, de atividades extrativas, entre outras. Assim, os locais às margens de corpos d'água sempre foram estratégicos, por servirem de fonte de recursos naturais para reprodução da vida, e são alvos de um contínuo processo de ocupação que se intensificou especialmente com o advento da urbanização do espaço mundial.

O tema de gestão de orla é estudado em várias áreas de conhecimento, como a Sociologia, a Arquitetura, a Geologia, a Biologia, a Geografia, as Engenharias, além do turismo. Todavia, ainda há dificuldades de encontrar estudos direcionados especificamente para gestão de espaços situados em orlas urbanas no Brasil e na Amazônia e, principalmente, sobre os processos de qualificação de lazer e turismo nessas orlas.

### ***A Gestão da Orla em Belém-PA***

Na região amazônica, os rios são os principais elementos formadores da realidade socioeconômica regional e a população criou com eles, ao passar do tempo, uma relação simbólica, sendo utilizado como meio de transporte, de comércio, de lazer ou de turismo. De acordo com Trindade JR. *et al* (2006), Belém desde sua fundação, em 1616, sempre apresentou um forte vínculo com o elemento hídrico, denominando-se “ribeirinha” sua primeira fase de crescimento, a exemplo de outras cidades da Amazônia que surgiram antes dos anos de 1960.

Nesse sentido, a cidade de Belém, desde o início do seu processo de colonização, teve o papel de principal entreposto comercial da região, fato esse que colaborou para um intenso processo de ocupação de sua orla fluvial, a qual passou a ser utilizada especialmente com objetivos portuários. Para Santos (2007), esse processo ocorreu sem o devido controle por parte do poder público, que deixou esse espaço à mercê de disputas do interesse privado (atividades portuárias e comerciais), fato que concorreu para retirar do cotidiano dos belenenses o contato direto com o rio e a baía que circundam a capital do estado.

De acordo com Santos (2002 *apud* Costa, 2013), o intenso processo de ocupação das orlas localizadas em áreas urbanas vem tornando o

contato com essas faixas litorâneas um privilégio de poucos cidadãos e, nesse contexto, a orla fluvial de Belém não foge à regra. Assim, a cidade de Belém que, durante seu processo de urbanização, se expandiu com a construção de vias e de imóveis com suas faixadas voltadas para o lado oposto às águas fluviais que margeiam a cidade, hoje, busca resgatar essa relação do cidadão com o rio por meio de políticas públicas de intervenções urbanas fragmentadas e padronizadas.

Para exemplificar, podem ser observados os processos de revitalização da orla desenvolvidos pelo governo estadual, com um forte apelo turístico, tendo como pano de fundo o rio e seus demais atrativos naturais, e o discurso oficial aponta para a contribuição no desenvolvimento do turismo no Estado do Pará.

De acordo com Figueiredo e Nóbrega (2009), a partir de 1997, o poder público municipal inicia uma série de intervenções para mudar a configuração da cidade, há muito sem transformações em nenhum sentido ou setor. Da mesma forma, o governo estadual passa a executar projetos mais polêmicos destinados ao lazer e ao turismo.

Diferentemente do que é proposto pelo governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Belém utilizou, no que afirma Costa (2013), como prática de gestão urbana, o planejamento participativo no qual a orla da cidade é redesenhada (arquitetônica e urbanisticamente), com apelo na cultura e na paisagem regional. Também de acordo com Costa (2013 *apud* Trindade Junior *et al*, 2005), essas propostas de intervenção municipais menos ousadas, sob o ponto de vista urbanístico e arquitetônico, têm no remodelamento da orla fluvial da cidade um espaço público de educação, de lazer, de emprego e de renda, além da contemplação. Para exemplificar, podemos citar o Complexo Ver-o-Rio e o Portal da Amazônia, objetos deste estudo.

Assim, começam-se a observar, desde o final dos anos de 1990, projetos que buscam revitalizar e a reestruturar, urbanisticamente, algumas áreas pontuais orla fluvial da cidade, buscando constituir as chamadas “janelas para o rio”, que têm como objetivo principal resgatar o contato dos moradores/visitantes com os principais cursos d’água que

circundam a porção continental da cidade de Belém: a Baía do Guajará e o Rio Guamá.

## **O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO NA ORLA DE BELÉM: O CASO DO PROJETO VER-O-RIO E DO PORTAL DA AMAZÔNIA**

Nos últimos anos, vem sendo desenvolvida, na orla de Belém, uma série de intervenções urbanas realizadas pelo Governo do Estado do Pará e pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Esses processos de intervenções fazem parte de um projeto mais abrangente para orla da cidade, as chamadas “janelas para o rio”. A partir desse novo contexto, procurou-se discutir, por meio da análise das intervenções urbanas realizadas na orla de Belém - o Projeto Ver-o-Rio e o Portal da Amazônia - os processos de qualificação que nortearam essas intervenções, além da possível construção de uma nova imagem para Belém.

O Projeto Ver-o-Rio é uma intervenção urbana realizada pela Prefeitura de Belém na orla fluvial da cidade, objetivando uma retomada do contato da cidade com o Rio Guamá e com a Baía do Guajará, ou seja, um resgate da identidade ribeirinha da população, impedida pelo processo indiscriminado de ocupação privada da orla por grandes empresas que desenvolviam atividades de transporte, de comércio e de indústria e que foram nela se instalando ao longo das décadas.

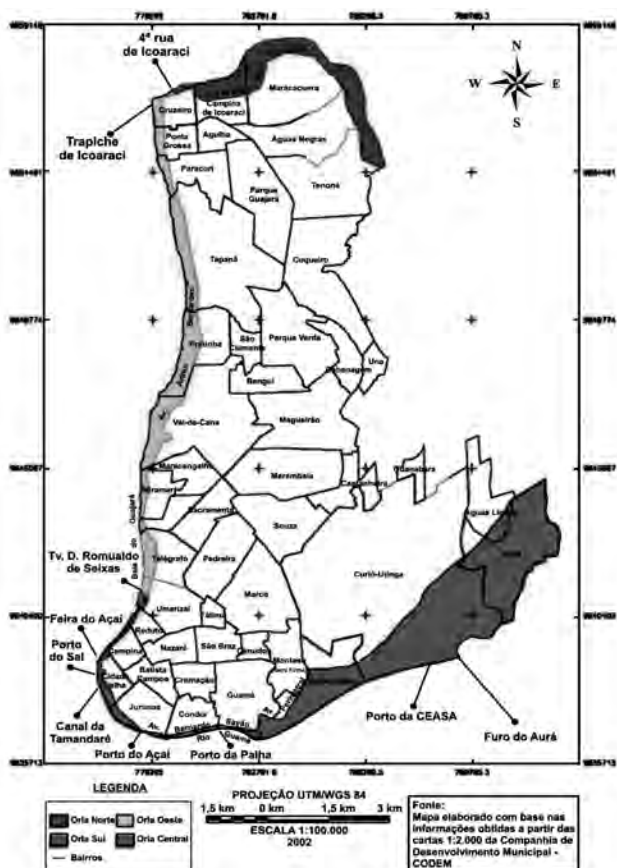
Essa retomada de contato com as águas faz parte de um projeto mais abrangente desenvolvido pela Prefeitura para a orla fluvial de Belém que, por meio do Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém (PRÓ-BELÉM), objetiva: valorizar a fisionomia da cidade, pela visualização de seus elementos singulares, agregando-a ao convívio da população; ordenar as atividades culturais, de lazer, de tráfego e transporte; e recuperar a paisagem urbana, bem como a qualidade ambiental (BELÉM, 2000).

Para Costa (2013), um aspecto importante inserido nos objetivos do Projeto Ver-o-Rio para a orla da cidade é o desenvolvimento da atividade turística a partir de um processo de (re)qualificação da área em um centro de turismo e de lazer e a criação de infraestrutura que contribuam para o desenvolvimento da atividade turística.



O Complexo Ver o Rio faz parte da orla central da cidade – Zona do Ambiente urbano (ZAU 5) – a Zona Central da orla que, conforme apontado no mapa 01, se refere à faixa da orla de Belém que vai do canal da Tamararé, na esquina da Rua São Boaventura, no bairro da Cidade Velha, até o Projeto Ver-o-Rio, no bairro do Reduto. O projeto Ver-o-Rio refere-se à intervenção realizada pela Prefeitura de Belém na área central da cidade, às margens da baía de Guajará, na confluência da Av. Ruy Barata com a Av. Visconde de Souza Franco (Doca) até a Soares Carneiro (Santos, 2002 *apud* Amaral, 2005).

Mapa 1: Subdivisão da Orla Fluvial de Belém (PA)



Fonte: Adaptado de Amaral (p. 94, 2005).

A proposta do projeto foi viabilizada no ano de 1999, quando o poder público objetivou reestruturar e requalificar a orla, consistindo na realização de uma intervenção urbana que promovesse a desobstrução de uma área de uso privado, transformando-a em um espaço voltado ao lazer e ao turismo. Na visão do projeto:

A urbanização Ver-o-Rio, corresponde a uma intervenção urbanística para trechos da orla continental do Município de Belém, que encontram-se degradados e/ou ocupados por atividades privadas, objetivando torná-los um espaço público aberto, com infra-estrutura, equipamentos e mobiliário urbanos apropriados, onde possam a ser desenvolvidas atividades referentes ao lazer, ao turismo ou à contemplação da paisagem (BELÉM, 2000, p. 32).

Em linhas gerais, de acordo com Amaral (2005), o projeto Ver-o-Rio foi pensado para ser executado em quatro etapas principais: a primeira está localizada em um fragmento da orla de Belém, referente à abertura da Av. Rui Barata e à construção da Praça Ver-o-Rio. A segunda etapa corresponde à construção de um muro de arrimo que, depois de aterrado, deu origem a uma área com diversos bancos para contemplação do rio e para a convivência dos visitantes. A terceira consistiu na construção de um trapiche linear paralelo ao continente com aproximadamente 100 metros de extensão e na construção de um lago de aproximadamente 3.369 m<sup>2</sup> quadrados, que objetiva a realização de passeios de pedalinhos. Em sua quarta etapa, objetivava promover o acesso da Trav. Dom Pedro I à Av. Ruy Barata, que seria prolongada, e a construção um Centro Internacional de Convenções.

Essa última etapa era fundamental para a conclusão do projeto, pois por meio dela é que seria realizada a integração e complementação de todas as outras etapas do projeto. No entanto, esta última fase do projeto não foi concluída, devido não haver acordo entre a empresa privada instalada no local e a PMB, que tentou durante oito anos na justiça, porém sem obter resultados favoráveis.

Além de buscar a desobstrução de ruas e abertura de outras, apresenta ainda praça, quiosques de comidas, de bebidas e de lanches,

palco para shows, *playground*, além de bancos e de parapeitos para contemplação da baía do Guajará, posto da Guarda Municipal, banheiros públicos, lago, ponte, quadra poliesportiva de areia, Memorial dos Povos Indígenas, além de um Memorial dos Povos Negros e Afrodescendentes, o qual chegou a ser iniciado, mas não foi concluído, conforme foi constatado em pesquisa de campo realizada na área de estudo.

No projeto Ver-o-Rio, os detalhes foram pensados com um caráter regionalista, com a cobertura dos quiosques constituída de piaçava, que reproduz o movimento da cobra grande; as calçadas têm a presença de desenhos marajoaras; a rua recebe o nome do poeta Rui Barata; os equipamentos de lazer para as crianças foram inspirados nos brinquedos de miriti. De acordo com Costa (2013), projetos de intervenção urbana como o Ver-o-Rio visam desenvolver-se arquitetonicamente por meio de traços característicos da regionalidade amazônica, objetivando o uso coletivo e público dos equipamentos urbanos, que podem ser explorados por cooperativas articuladas com projetos sociais de geração de emprego e renda da PMB.

Na proposta de planejamento e gestão da intervenção urbana do Projeto Ver-o-Rio, o município teve por princípio a preocupação de criar uma cidade para o morador com o uso coletivo e público do espaço, incrementando a geração de emprego e de renda, além do turismo. Assim, o espaço tornou-se uma nova opção de lazer público na orla da cidade, além de se configurar como mais um ponto turístico da cidade. Essa visão é corroborada pelos estudos de Bahia *et al* (2008), quando discutem o papel do poder público em implementar políticas que sejam capazes de criar na cidade espaços e equipamentos destinados ao lazer coletivo da população.

Assim, o projeto Ver-o-Rio busca redefinir e qualificar o uso da orla fluvial de Belém, recuperando espaços públicos de contato com o rio. Nesta análise, é possível identificar que a intervenção urbanística visa, na sua essência, democratizar o uso e a ocupação de uma faixa de orla fluvial, historicamente privatizada e excludente, em um espaço público coletivo de lazer e turismo.

A área do projeto Ver-o-Rio enfrentou um estado crítico de abandono no período (2005-2012) seguinte ao da gestão que o implantou. Essa situação foi constatada em várias visitas à área do projeto durante o período citado e confirmado, mais recentemente, durante a realização do presente estudo em entrevistas informais realizadas com os funcionários dos quiosques da área do projeto. No período de julho a outubro de 2013, o projeto foi revitalizado, com a recuperação do piso de pedras portuguesas, das passarelas e da ponte de madeira, do piso e do telhado do Memorial dos Povos Indígenas, casa da Guarda Municipal, *playgrounds* e quadra poliesportiva, além dos quiosques.

A área metropolitana de Belém, por sofrer, historicamente, de um grande inchaço populacional, e ser ocupada por atividades particulares de portos, comércio informal, indústrias e serviços, além de ocupações de moradias irregulares, tem contribuído para que a visualização do rio Guamá e o acesso à orla fluvial da cidade pela população sejam limitados e, em muitos casos, impedidos completamente.

As áreas de influência do Portal da Amazônia caracterizam-se por processos históricos de degradação socioambiental e são marcadas pela escassez de investimentos públicos em infraestrutura urbana, reunindo os bairros localizados na parte central de Belém, mais especificamente em sua região sul. A história desses bairros se confunde com a história de ocupação das margens do rio Guamá, no início do século XX, a partir da expansão econômica de Belém, em diferentes momentos históricos (SILVA; CRUZ; CASTRO, s/d).

O projeto Portal da Amazônia faz parte da proposta de saneamento e de intervenção urbana da Bacia da Estrada Nova, lançada pela Prefeitura Municipal de Belém no ano de 2006, que foi nomeada posteriormente Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). De acordo com Leão (2013), a obra se justifica pela necessidade de solucionar velhos problemas de urbanização e de saneamento para uma área que era formada, em sua maior parte, por ocupação de uso informal e por uma população de baixa renda.

O projeto denominado Orla da Estrada Nova ou Portal da Amazônia 1ª Etapa, que está sendo construído na Orla Sul da cidade

sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) da PMB, foi inaugurado em junho de 2012. De acordo com Araújo Jr. (2013), o projeto de intervenção urbanística abrangeu em torno de 2,2 km (dois quilômetros e duzentos metros) de extensão de aterro hidráulico de 70m (setenta metros) de largura sobre o leito do Rio Guamá. Constituiu-se na implantação de uma via de circulação com quatro pistas e uma área de lazer e de circulação composta por passeio público, ciclovias, estacionamentos, quadras poliesportivas e parques infantis, bancos para contemplação com vista livre para o Rio Guamá.

O projeto Portal da Amazônia tem como principais características uma extensão de 29,8 km e estende-se do limite de Belém com Ananindeua até o arsenal da marinha, nos limites da orla central. Trata-se de uma subdivisão da orla que margeia o rio Guamá, que banha a cidade ao sul. Na direção da orla central, predominam fábricas, feiras, portos, comércios e áreas de moradia e lazer. Esta fração da orla é também ocupada por portos, trapiches e feiras, que fazem parte da logística necessária às atividades econômicas e sociais, e que expressam a materialidade da identidade ribeirinha da cidade (SILVA; CRUZ; CASTRO, s/d, p. 04).

De acordo com Souza e Silva (2010), o processo de ocupação dessa área foi intensificado devido à construção de um dique margeando o rio, chamado de dique da Estrada Nova, marco de expansão de Belém para a zona sul, e que foi construído nos anos de 1940, objetivando conter os alagamentos que invariavelmente ocorriam nessa área, devido às condições geomorfológicas dos terrenos.

A obra prevê a construção de 6 km de orla entre o Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, a orla possui 1,5 km, cruzando as ruas Osvaldo de Caldas Brito, Tamoios e Mundurucus, que corresponde a 68% da primeira parte prevista pelo projeto (DIÁRIO ONLINE, 2012 *apud* SOUSA *et al* 2013).

Na visão da PMB:

O projeto Portal da Amazônia, em desenvolvimento desde 2005, deverá mudar a frente da cidade, abrindo uma grande “janela” para o rio, melhorando o saneamento da área e incrementando o turismo.

Com o projeto, a prefeitura pretende fazer com que Belém desponte definitivamente para o turismo com objetivo de gerar emprego e renda, ao lado de outros atrativos turísticos como a Estação das Docas, Casa das Onze Janelas e o Mangal das Garças (Prefeitura Municipal de Belém [PMB], s/d).

Para Souza; Silva (2010), o poder público neste projeto urbanístico torna-se o principal agente urbano de transformação do espaço, por produzir nesta área mudanças físicas substanciais para a vida da população que mora no local, os visitantes oriundos da cidade de Belém e os turistas. A área apresenta quiosques de alvenaria com venda de bebidas e de comidas, ciclovia, quadras polivalentes, bancos e calçadão para contemplação do rio Guamá, áreas arborizadas, posto da Guarda Municipal de Belém, espaços para eventos e shows além de estacionamento.

Posteriormente à inauguração da primeira etapa do Portal da Amazônia e da macrodrenagem da sub-bacia 01 e constatado em visitas ao local, observou-se que foram priorizadas a intervenção viária e a construção do parque cultural, inserindo novos usos na área ligados a serviços de lazer e de turismo. No entanto, de acordo com Leão (2013), problemas próprios a uma área com particularidades precárias, como a questão da habitação e da própria urbanização, ainda podem ser observados do outro lado da avenida beira-rio, em que casas em palafitas coexistem ao lado de blocos de apartamentos de interesse social inacabados. Dessa forma, ficam configurados contrastes entre o que se propunha como um parque cultural moderno, de um lado, e a pobreza habitacional, do outro.

A maior parte do trecho atingido pelo projeto é caracterizada pela grande presença de portos comerciais relacionados ao transporte de mercadorias e de pessoas, além de apresentar uma grande quantidade de trapiches de madeira, de oficinas mecânicas, de feiras, de pequenos comércios etc. A visão do poder público municipal sobre o projeto, por vezes, mostra-se em desacerto com a dos usuários diretos e indiretos dos portos e das feiras localizadas às margens do Rio Guamá, uma vez

que estes representam fonte de emprego e de renda que fazem parte da história da cidade, bem como tem função de abastecimento de certos gêneros alimentícios.

Assim, o Portal da Amazônia e o PROMABEN, com o intento de qualificar urbanisticamente a cidade e a sua orla, consideraram aspectos culturais como os relacionados à paisagem e à sua contemplação, porém acabaram por negligenciar aspectos econômicos, como o do setor comércio, o qual tem nos portos e feiras formas de escoamento da produção.

O quadro 01 sintetiza as características principais dos dois projetos objetos do presente estudo.

Quadro 1 – Síntese comparativa dos Projetos Ver-o-Rio e Portal da Amazônia

Elementos de Análise	Ver-o-Rio	Portal da Amazônia
Localização/ Inauguração	Orla Central/(1999)	Orla Sul/(2012)
Gestão/Plano-Programa	Municipal/PRÓ-BELÉM	Municipal/PROMABEM/ ORBE
Quanto à forma	Regionalismo Identidade regional Simplicidade	Padronização arquitetônica Identidade global Arrojo arquitetônico
Quanto ao uso	Público/Coletivo	Público/Coletivo
Quanto ao mercado	Cooperativas Fins sociais Objetivos endógenos Cidade para o morador	Empresa individual Mercado Objetivos exógenos Cidade para o turismo

Fonte: Miranda; Nóbrega (2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos de pesquisa que têm, sobretudo, no centro de suas discussões, a relação da sociedade com seu espaço e as relações socioespaciais, ainda se apresentam em aberto vistas às dinâmicas naturais da atividade turística, do lazer e, sobretudo, do processo de requalificação das cidades brasileiras. Foi possível perceber, durante

a realização desta pesquisa, o quanto a orla passou a ter destaque no contexto do planejamento e da gestão urbana quando, na maioria das vezes, há carência de espaços públicos destinados à prática do turismo, do lazer e da contemplação.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou contribuir, ainda que de forma teórica, com a análise dos processos de qualificação da orla fluvial de Belém e os novos usos públicos e coletivos a ela atribuídos pelo poder público. Reflete também sobre a gestão dos usos da orla para fins de turismo e lazer.

O Projeto Ver-o-Rio, enquanto projeto de intervenção urbana e de qualificação para lazer e turismo na orla da cidade, recuperou uma área antes sem o acesso da população da cidade, inserindo famílias carentes nos espaços de comercialização; criou infraestrutura para lazer e turismo no complexo, além de afirmar valores culturais da região registrados na arquitetura, sem desprezar o vínculo da população com o rio. Este projeto constitui-se em um modelo de qualificação para o lazer e o turismo na cidade que primou pela inclusão social e pela geração de emprego e renda, reafirmando a atividade turística enquanto elemento de desenvolvimento econômico e social.

Quanto ao Portal da Amazônia, inserido em um projeto ainda maior, que é o de saneamento da Bacia da Estrada Nova, observou-se que o discurso oficial é o de mudar a frente da cidade, abrindo uma grande janela para o rio. Visou à melhoria do saneamento da área de abrangência do projeto e um incremento ao desenvolvimento da atividade turística e de lazer em Belém nos moldes de projetos exógenos já concretizados em grandes centros urbanos de outras regiões do país. Fica clara, no projeto, a necessidade de reafirmar uma nova imagem para a cidade, de forma a torná-la mais competitiva na atração de investimentos para a atividade turística e como destino turístico na região norte do país.

No contexto de qualificar a orla da cidade para atividades de lazer e turismo, dotando-a de infraestrutura urbana, as obras finalizadas e em curso do Portal da Amazônia não levaram em conta as dinâmicas sociais e ambientais do espaço já ocupado há algumas décadas e suas relações



com o rio. O processo de qualificação para novos usos da orla urbana sul da cidade parece ser uma alternativa legítima, mas poderia ter sido desenvolvido de forma mais integrativa e democrática.

No projeto Ver-o-Rio, houve um maior cuidado em elaborar propostas alternativas para a sociedade e para a cidade, constituída na produção de espaços públicos de apropriação coletiva e sem restrições de uso. Já no caso do Portal da Amazônia, priorizou-se o embelezamento da cidade e a criação de oportunidade para o turismo em detrimento do atendimento das principais demandas das pessoas afetadas pelo projeto. Ainda hoje, conforme constatado na realização deste estudo, coexistem palafitas e moradores que aguardam a entrega de blocos de apartamentos previstos para o local. Houve remanejamento de moradores, o que, de certa forma, modificou suas características socioeconômicas. Além disso, essa primeira etapa do projeto Portal da Amazônia não possui nenhum equipamento ligado à atividade portuária e comercial ligada ao rio, podendo-se concluir que, de certa forma, a nova orla estaria desassociada ao modo de vida praticado no local.

Assim, a partir das intervenções urbanas de qualificação para o lazer e o turismo realizadas na orla fluvial pela Prefeitura de Belém, conclui-se que houve uma preocupação em produzir uma nova imagem para a cidade associada ao rio e às águas. Constatou-se a propagação do resgate do rio como uma conquista diante do caos urbano da cidade e que com o passar das décadas negou a sua natureza ribeirinha. Neste sentido, novos valores contemporâneos vão se impondo diante dos processos de qualificação da orla fluvial da cidade que promovem um reencontro com a beira-rio por meio de novos espaços públicos destinados ao lazer e ao turismo.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M. D. B. *A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)*. 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). NAEA/UFPA, Belém, 2005.

ARAÚJO JÚNIOR, A. C. R. Apropriação e usos do litoral urbano de Belém Pará: portal da Amazônia em questão. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 25, p. 183-199, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/75180>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

BAHIA, M. C. et al. Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém/PA. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008. p. 59-77.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. Políticas públicas de lazer em Belém e abordagens intersetoriais. In: AZEVEDO, F. F. et al. (Orgs). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013. p. 248-268.

\_\_\_\_\_. *Plano de reestruturação da orla de Belém* (PRO – Belém). Belém: PMB, 2000.

BENI, M. C. Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo. *Turismo em Análise*, São Paulo, 10 (1): 7-17, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63455/66200>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

COSTA, M. J. B. *Gestão de orla urbana e turismo sustentável: reflexões e proposições a partir do projeto do complexo Ver-o-Rio em Belém (PA)*. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Belém: NUMA/UFPA, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4495>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

CRUZ, R. C. A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M; SILVEIRA, M. L. (Orgs). *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 337-350. Disponível em: <[bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2014.

FERREIRA, L. S.; GOMES, R. C. C. Organização das políticas públicas de turismo no Brasil e no Rio Grande do Norte. *Revista da ANPEGE*, v.7, n.7, jan.-jul., p. 49-59, 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/112>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Políticas Públicas y Gestión del Turismo en la Amazonía. *Estudios Turísticos*, n.180, p. 129-140, 2009. Disponível em: <<http://www.iet.tourspain.es/img-iet/revistas/ret-180-2009-pag129-140.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

FONSECA, I. L.; NÓBREGA, W. R. M. Lazer e terceira idade: um estudo acerca dos espaços e equipamentos públicos no município de Parelhas/RN. *Turismo: Estudos e Práticas - UERN*, Mossoró/RN, vol.1, n.2, p. 61-79, jul.-dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/view/337>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

GARCIA, R. K. O.; ASHTON, M. S. G. Gestão Pública em Turismo: a necessidade de uma visão estratégica para o planejamento e a condução da atividade turística de forma sustentável. In: SeminTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, IV, 2006, Caxias do Sul. *Anais... Caxias do Sul: UCS*, 2006. p. 1-15. Disponível em: <[http://www.uces.br/ucs/tpISemMenu/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_4/gt14](http://www.uces.br/ucs/tpISemMenu/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/gt14)>. Acesso em: 26 nov. 2013.

LEÃO, M. B. M. S. Projeto Portal da Amazônia: contradições na orla de Belém/PA. In: Encontros Nacionais da ANPUR, 2013, v.15, *Anais... Disponível em: <*<http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4228/4098>*>. Acesso em: 23 nov. 2014.*

MIRANDA, L. S. Valorização do Espaço Urbanístico da Cidade: O Caso do Portal da Amazônia em Belém. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, VII, 2013, Belém. *Anais... Disponível em: <*<http://www.anaisnapegs.com.br/2013/dmdocuments/1749.pdf>*>. Acesso em: 23 nov. 2014.*

NÓBREGA, W. R. M. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no estado do Pará. In: AZEVEDO, F. F. et al. (Org.). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013. p. 92-115.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. *Portal da Amazônia muda cara de Belém*. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=25&conteudo=2747>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

RODRIGUES, A. B. Espaços de turismo e de lazer urbanos – uma leitura geográfica. *Aportes y Transferências*. v.10. n.1. p. 22-34. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2006.

SANTOS, E. R. C. Vem ver-o-rio: Planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA). In: Encontros Nacionais da ANPUR, XII, 2007, Belém. *Anais...* Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2353>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

SILVA, I. S.; CRUZ, S. H. R.; CASTRO, E. M. R. Renovação urbana na orla fluvial de Belém: uso socioambiental, trabalho e moradia na área de influência do projeto portal da Amazônia. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, XXIX, 2013. *Anais...* Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15\\_Souza\\_Silva\\_RibeiroCruz.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15_Souza_Silva_RibeiroCruz.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

SILVA, M. D. G.; MIRANDA, E. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v.2, n.2, p. 94-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3079/2097>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

SOUSA, G. A.; SILVA, S. M. A. Projeto Portal da Amazônia: Análise Sócio-Espacial da Reorganização Geográfica da Sub-Bacia 1 da Orla de Belém. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, II, 2010, Belém. *Anais...* Disponível em: <[www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/.../GT12-477-455-20100831232014.pdf](http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/.../GT12-477-455-20100831232014.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2015.

SOUSA, Y. M. et al. Gestão Social e Parceria: O Caso do Portal da Amazônia, Belém – PA. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, VII, 2013, Belém. *Anais...* Disponível em: <[www.anaisenapegs.com.br/2013/dmdocuments/1749.pdf](http://www.anaisenapegs.com.br/2013/dmdocuments/1749.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2014.

TADINI, R. F.; MELQUÍADES, T. O papel do setor público no turismo. In: CASTRO, D. *Fundamentos do Turismo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. v.2. p. 91-109. Disponível em: <<http://teca.cecierj.edu.br/popUpVisualizar.php?id=48262>>. Acesso em: 24 nov. 2013.



# **PARTICIPAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO: UMA AVALIAÇÃO DO PORTAL DA AMAZÔNIA, BELÉM-PA**

*Andréa Marília Demetrio Gaia Vieira<sup>1</sup>*

*Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega<sup>2</sup>*

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho discorre sobre a relevância da participação popular no processo de desenvolvimento de políticas públicas e ações voltadas ao setor turístico, uma vez que, além de o turismo ser considerado como vetor de desenvolvimento econômico, deve ser entendido, também, pelo seu papel social, pois impacta em diversos campos, tais como: ambiental, histórico, cultural, urbanístico, lazer e espacial.

Assim, analisa-se a dimensão do protagonismo do cidadão nos processos de elaboração, implantação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para o turismo, e por meio de quais mecanismos isso se dá, buscando-se saber: Qual a concepção de participação popular presente no projeto Portal da Amazônia, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belém?

O principal objetivo desta pesquisa é identificar se houve participação da população no projeto Portal da Amazônia, obra esta que a Prefeitura considera importante para o desenvolvimento do turismo em Belém.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela UFPA, especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer - UFPA. Belém – PA. E-mail: mariliagaia@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFRN). E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br.

Utilizou-se como metodologia, o estudo de caso, permitindo o levantamento de múltiplas fontes de pesquisa para analisar o objeto de estudo. Os instrumentos de coleta de dados ocorreram com base na pesquisa bibliográfica e documental. Foram realizadas, ainda, entrevistas estruturadas e semiestruturadas com gestores de dois órgãos municipais que são responsáveis pelo projeto em análise: a Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

A partir da pesquisa, percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o turismo, no sentido de buscar um maior envolvimento da participação popular para que haja o verdadeiro exercício de cidadania e do desenvolvimento local.

### **O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ORGANISMOS OFICIAIS**

As políticas públicas de turismo, em tese, são concebidas pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal. Espera-se que o Estado regulador, que é aquele que, por meio de medidas legislativas, elabora normas, orienta a iniciativa privada, regula preços, reprime o abuso econômico, tudo com o intuito de não lesar os interesses sociais, seja um interventor, isto é, quando necessário ao interesse coletivo o Estado há de intervir diretamente nas políticas econômicas. Em alguns países, o Estado age apenas como mediador das políticas de turismo, sendo chamado de Estado regulatório. De acordo com Costa et. al (2001, p. 102) apud. Henz (2009, p. 46):

A intervenção do Estado na atividade turística tem como principal objetivo potencializar os benefícios econômicos e sociais proporcionados pelo turismo. Em resultado da natureza compósito do produto turístico e do elevado grau de fragmentação da indústria, o setor privado não tem capacidade para desenvolver determinadas ações pelo que é fundamental o papel desempenhado pelo Estado.

Para Goeldner *et. al.* (2002, p. 294), a política pública de turismo é:

Um conjunto de regulamentações, regras e diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Nesse sentido, há previsão legal para o desenvolvimento de tais políticas nas constituições federal e estadual. No caso do Pará, e no Plano Diretor do Município, em Belém, há a previsão prevista nas legislações específicas dos órgãos públicos que são responsáveis pelo desenvolvimento do turismo. Na esfera federal, o órgão responsável pelo planejamento e gerenciamento do setor é o Ministério do Turismo (MTur); na esfera estadual, a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR); e na esfera municipal, a Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR). O esforço conjunto destes diferentes organismos deve convergir num processo que possa unir crescimento com desenvolvimento, nas suas diferentes óticas, como já apontadas anteriormente.

É importante ressaltar que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, pois a ideia de desenvolvimento, segundo Bursztyn *et al.* (2009, p. 78), “tem sido em geral vista por uma perspectiva economicista que a vincula à noção de prosperidade e a associa ao processo de produção de riquezas, o crescimento econômico das nações”, ou seja, o crescimento econômico leva em conta indicadores econômicos, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), desconsiderando outros fatores que levam ao pleno desenvolvimento, tais como o cultural, o social e o ambiental. De acordo com Cavalcanti (2002, p. 77):

O modelo da economia em expansão destrói e degrada em larga escala o meio ambiente, além de criar a ilusão de que, crescendo a economia, tem-se desenvolvimento. Furtado, nesse contexto, trata ainda do empobrecimento cultural que a destruição pelo desenvolvimento de culturas “arcaicas” e a homogeneização cultural provocam.



Ou seja, avaliar o desenvolvimento com base no crescimento econômico é um erro, visto que os indicadores econômicos não retratam a realidade social, ambiental e cultural de um povo, pois como aponta Furtado (1983, p. 116):

Quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. Desta forma, a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes.

Em oposição a essa concepção de desenvolvimento, surge um novo modelo pautado na sustentabilidade que, segundo Sachs (1993), adota as seguintes dimensões: social, espacial, ecológica, cultural e econômica. Desse modo, o desenvolvimento sustentável surge como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Na esfera federal, nos últimos anos, a partir da regulamentação da Política Nacional de Turismo, há um significativo esforço no processo de desenvolvimento e implementação das políticas públicas para o turismo. Este movimento iniciou de forma mais incisiva a partir de 2003, e hoje, de acordo com Brasil (2013), há vários programas em ação, criação de sistema, coleta de dados, realização de cadastros, regulação, fomento e qualificação dos serviços, estruturação dos destinos, promoção dos produtos turísticos entre outros.

No âmbito estadual, a Constituição do Estado do Pará, em seu art. 230, §2º, prevê que:

O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, adotarão política buscando proporcionar condições necessárias para o incremento do setor, assegurando respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vier a ser explorado, utilizando como instrumento básico de intervenção o plano diretor de

turismo, estabelecido de acordo com o potencial das diferentes microrregiões e com a participação dos Municípios interessados sendo as ações realizadas de forma integrada com a iniciativa privada, cabendo ao Poder Público o controle de qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas de turismo.

Assim, a Lei nº 4.368, de 09 de dezembro de 1971, autorizou a constituição da Sociedade de Economia Mista, denominada Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), que tinha por objeto o incremento das atividades relacionadas com o turismo.

Após quatro décadas, os atores interessados no processo de desenvolvimento turístico do Estado do Pará dispuseram, por meio da Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, de um Sistema Estadual de Gestão do Turismo e de uma Secretaria de Estado de Turismo. A partir de então, a PARATUR teve suas atribuições reduzidas, passando a ser responsável basicamente pelo marketing turístico e pela organização de produtos e destinos orientados para o mercado nacional e internacional. Porém, recentemente, a Lei nº 8.093, de 30 de dezembro de 2014, autorizou a extinção da PARATUR, e em 01 de janeiro de 2015, as funções que eram atribuídas anteriormente a ela foram acrescidas às da SETUR.

De acordo com Nóbrega (2012, p. 111), “a política pública define qual o problema a ser solucionado na estrutura socioeconômica de uma determinada sociedade e indica as ações e instrumentos que deverão ser utilizados para se atingir tal finalidade”. No estado do Pará, embora haja previsão legal, órgão público e um sistema de gestão voltados para o desenvolvimento das políticas públicas de turismo, percebe-se uma dificuldade no processo de efetividade das ações por parte da esfera estadual, sobretudo quando se trata da interiorização da política. O Plano Ver-O-Pará – Plano estratégico de turismo do estado do Pará 2012-2020, por exemplo, ilustra o foco pautado basicamente no aspecto mercadológico, com previsão de ações para alguns poucos municípios do estado em um universo de 144 municípios.

Já na esfera municipal, o turismo se encontra pautado nas diretrizes da política de desenvolvimento econômico de Belém, nos incisos XXII,

XXIII, XXIV e XXV, do artigo 8º do Plano Diretor do município que prevê, entre outros pontos: a promoção e incentivo do turismo como atividade estratégica; a promoção dos produtos turísticos nos diversos segmentos; a criação e fortalecimento da imagem dos produtos turísticos para divulgação nos mercados nacional e internacional; o fomento de políticas para dinamização e reabilitação socioeconômica, cultural e turística no Centro Histórico de Belém.

O órgão de turismo responsável pelas políticas públicas no município é a BELEMTUR, criada pela Lei nº 8.291, de 30 de dezembro de 2003, “que tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relacionadas com o turismo no Município de Belém, nos termos da política nacional do turismo”. Porém, antes de ser uma Coordenadoria, a BELEMTUR já existia desde outubro de 1986, mas com a personalidade jurídica de sociedade de economia mista denominada Companhia de Turismo de Belém (BELTUR), que um mês depois passou a utilizar a sigla BELEMTUR; mas nunca o órgão desenvolveu políticas públicas para o turismo e ficou abandonado por uma década. Em 1997, tomou posse no executivo municipal um governo de caráter popular que:

Assumi o compromisso de não apenas reativar o órgão de turismo criado em 1986, a BELEMTUR, mas também de fazê-lo assumir seu papel de gestor público da política de turismo para o município de Belém, atitude que foi aprovada por unanimidade pelo *trade* turístico da cidade (RODRIGUES, 2002, p. 158).

Porém, nas últimas três gestões (2005 – até os dias atuais), este é um órgão que não cumpre mais com o seu papel, visto que foi abandonado novamente, juntamente com o interesse de desenvolver políticas públicas para o município, pois não desenvolve projetos, não fiscaliza, não dispõe de orçamento necessário, não fomenta políticas, entre outras ações que deveria efetivar, além de ter abandonado as ações conquistadas no período compreendido entre 1997-2004.

De acordo com Beni (2006, p. 91), “as políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade”; portanto, compete aos órgãos públicos de

turismo elaborar, normatizar, executar e gerir tais políticas. Nesse *interim*, a BELEMTUR não tem cumprido seu papel, nem nos projetos de iniciativa da própria Prefeitura voltados ao turismo. O objeto de estudo desta pesquisa, o Portal da Amazônia, é um exemplo elucidativo que demonstra o inexpressivo papel da BELEMTUR no processo de condução das diferentes etapas, tanto na concepção quanto na execução daquela obra.

## **PARTICIPAÇÃO POPULAR NO TURISMO**

Com o processo de democratização, iniciado na década de 1980 no território brasileiro, muitas mudanças ocorreram na relação entre o Estado e a sociedade, em função da busca pela minimização das desigualdades sociais. Muito se tem falado em participação popular, e esta pesquisa utilizou como base conceitual a ótica utilizada por Bordenave (1983, p. 22), que diz que “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”; ele afirma ainda que há participação ativa e passiva, portanto, uma pessoa pode participar efetivamente, fazendo, tomando e tendo parte, ou parcialmente, e há ainda, aqueles que simplesmente não participam.

A busca do povo por processos de participação popular aumentou, principalmente, a partir da instalação dos regimes autoritários que assolaram a América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, período marcado pelo tolhimento da liberdade de expressão, práticas de tortura e de desrespeito à dignidade humana, à cidadania e à democracia. Nesse contexto, surgiram vários movimentos sociais cujo um dos motes foi a reivindicação de um Estado mais democrático, além de lutar pelo fim dos regimes ditatoriais.

Após o fim da ditadura no Brasil, em 1985, as mobilizações sociais continuaram, e uma das principais foi o movimento pelas “Diretas Já”. Houve ainda a mobilização para a elaboração da Nova Constituinte, o movimento “Participação Popular na Constituinte”, que contou com 72 mil sugestões da população e aprovaram várias emendas populares, por isso a Constituição brasileira ficou conhecida como Constituição Cidadã, sendo promulgada em 1988, porém as eleições diretas só ocorreram em

1989. Com a promulgação da nova Constituição, a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito, no qual o poder deve emanar do povo, por meio de representantes, ou diretamente, e um de seus fundamentos é a cidadania.

A cidadania, segundo Manzini-Covre (2002, p. 11), “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente” abrangendo concomitantemente os direitos civis, políticos e sociais. A autora diz ainda que “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (MANZINI-COVRE, 2002, p. 10).

Já a democracia, regime político adotado no Brasil, “no sentido etimológico da palavra, significa o ‘governo do povo’, o ‘governo da maioria’” (ROSENFELD, 1994, p. 7), e “como poder popular (demos = povo; krathos = poder), a democracia exige que a lei seja feita por aqueles que irão cumpri-la e que exprima seus direitos” (CHAUÍ, 2008, p. 69). Sendo assim, “a democracia exige a ampliação da representação pela participação e a descoberta de outros procedimentos que garantam a participação como ato político efetivo que aumenta a cada criação de um novo direito” (CHAUÍ, 2008, p. 70). Ou seja, a “democracia não é apenas um método de governo onde existem eleições. [...] Democracia é um estado de participação” (BORDENAVE, 1983, p.8).

Percebe-se assim que, tanto a cidadania, quanto a democracia, para que realmente existam, prescindem da participação do povo, assim como:

A participação popular é condição fundamental para a concepção de políticas públicas que busquem diminuir as desigualdades através da definição de estratégias adequadas, de construção do desenvolvimento local sustentável, visando à melhoria das condições de vida das populações socialmente menos favorecidas (NÓBREGA, 2006, p. 37).

O processo de implementação da participação popular indica a necessidade, por meio do poder público, em criar mecanismos de participação, para que, em conjunto com os cidadãos, se definam as

políticas públicas de forma democrática e descentralizada, sem tirar do poder público as suas competências previstas em lei.

De acordo com Figueiredo (1998, p. 379), “seria importante garantir que as populações tenham acesso a decisões tão significativas, no sentido em que suas necessidades sejam sempre levadas em consideração”. Desta maneira, a participação deve ocorrer em todas as etapas do processo, desde a decisão do que seria prioridade e do planejamento, bem como das fases posteriores, tais como execução, fiscalização e avaliação, assim o cidadão será protagonista no desenvolvimento de tais políticas.

Segundo Bordenave (1983), os graus de participação que podem ser alcançados, “do ponto de vista do menor ou maior acesso ao controle das decisões pelos membros”, vão da mera informação, grau em que os membros são apenas informados acerca das decisões, até a autogestão, em que anula a diferença entre administradores e administrados.

Teixeira et. al. diz que com as mobilizações ocorridas após a ditadura, vários movimentos passaram a discutir sobre as políticas de distribuição dos recursos públicos que sempre privilegiaram as classes elitizadas, deixando as camadas mais pobres sempre à margem das políticas públicas. Assim, buscou-se uma forma de disputar tais recursos municipais com intuito de atender às demandas populares e minimizar as desigualdades. Segundo Teixeira et. al. (s.d., p.5), foi a partir de 1986 que:

Em Vila Velha e Uberlândia (MG), iniciaram-se experiências concretas de discussão do Orçamento Municipal com a população. Mas, foi em Porto Alegre, a partir de 1989, que a experiência de “Orçamento Participativo” ganhou maior visibilidade, vindo a ser premiada nacional e internacionalmente.

O Orçamento Participativo (OP) visa proporcionar aos cidadãos a possibilidade de participar das melhorias de sua cidade, invertendo prioridades e definindo o destino que será dado aos recursos públicos locais. No período compreendido entre 1997 a 2000, o OP contou com 140 municípios que implantaram tal prática, conforme “uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP), publicada no início de 2003” (TEIXEIRA, s.d., p. 5). Numa pesquisa mais recente, realizada

nos anos de 2011 e 2012, pela Rede Brasileira de Orçamento Participativo e disponibilizado em seu sítio eletrônico, chegou-se a um total de 353 experiências municipais de orçamento participativo no Brasil.

Belém foi um dos municípios que, no período de 1997 a 2000, no mandato do Partido dos Trabalhadores (PT), implantou o OP, época na qual se buscou o rompimento com as “práticas políticas comuns na sociedade, como o clientelismo, o paternalismo e a submissão à classe dominante” (RODRIGUES, 2002, p. 30). Foi um momento em que a população decidiu por obras e ações que mudaram a vida delas e ao mesmo tempo foram positivas ao turismo, a exemplo do Ver-O-Rio, projeto que abriu “janelas” para o rio, mas que não foi apenas um projeto de intervenção urbana na orla, uma vez que:

Incorpora famílias pobres nos espaços de comercialização, que recupera uma área antes inacessível a qualquer cidadão e que cria condições infra-estruturais de lazer, de afirmação de valores culturais expressos na arquitetura e em momentos da história da cidade ali registrada, é sem dúvida, uma intervenção turística da maior importância e fiel ao princípio acima abordado. Toda a política de turismo desenvolvida pelo Governo do Povo busca, portanto, a inclusão, a formação e a geração de emprego e renda para a cidade através do exercício da cidadania (RODRIGUES, 2002, p. 154).

Esse governo implantou espaços e instrumentos de participação e vários programas e ações para o município, na área do turismo, tais como: elaboração do Plano Municipal de Turismo (PNMT), criação do Conselho Municipal de Turismo paritário e com representantes escolhidos em fórum amplo de discussão, adesão ao PNMT, Ver-O-Rio, Táxi Turismo, Turismo Cidadão, política de marketing turístico, participação de Belém nas principais feiras de turismo do Brasil, construção de terminal fluvial turístico, implantação de Postos de Informações Turísticas (PIT), trilhas turísticas entre outros.

No entanto, as gestões que sucederam tal governo não deram continuidade às práticas de participação popular desenvolvidas, nem mantiveram os projetos e ações executados e voltados ao turismo oriundos

da vontade popular e/ou voltados à maioria do povo. Atualmente, não há nenhuma política pensada para a área do turismo em Belém.

Durante os últimos anos, alguns estados e municípios têm buscado, além do OP, outras formas de desenvolver práticas que proporcionem ao cidadão a sua participação nas políticas públicas de alguma forma; alguns desses instrumentos e espaços de participação são: fóruns, conselhos, conferências, câmaras, ouvidorias, OPs, audiências públicas, consultas públicas e ferramentas digitais. Conforme o instrumento utilizado, há variações na finalidade, podendo ser fiscalizador, consultivo, mobilizador e deliberativo. Mas nenhum abrange ainda um modelo que garanta a participação plena, porém despertam para o crescimento da consciência social e incentivam a busca pelo pleno exercício da cidadania.

No âmbito federal, o poder público também tem implantado tais mecanismos; segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013, p. 19), “os principais espaços de participação social e diálogo existentes na administração pública federal” são: Conselhos de Política Pública, Conferências de políticas públicas, Ouvidoria Pública, Audiências públicas, Consultas públicas, Grupos de Trabalho, Reuniões, Mesas de negociação ou Mesas de diálogo, PPAs Participativos.

Na maioria dos estados e municípios do Brasil, o formato mais comum para se garantir minimamente a participação popular e o controle social é a criação de conselhos e fóruns, sendo em sua maioria, consultivos e com composição por indicações do chefe do órgão gestor, portanto, geralmente não representam, verdadeiramente, os anseios da população, como por exemplo, no estado do Pará, onde a atual gestão (2015-2018), que foi reeleita, não criou nenhuma ferramenta participativa. Na área do turismo, tem-se o Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR-PA); criado desde 2003, é um órgão consultivo e mobilizador, composto na totalidade por quarenta e um representantes, sendo que o presidente do FOMENTUR é o secretário de turismo do Estado<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O FOMENTUR, de acordo com seu regimento, tem a seguinte composição: I-Entidades do Poder Público Estadual: SETUR, SECTET, SECULT, SEMAS, BELEMTUR, PM e SECOM; II- Representantes de Órgão Federal: Banco da Amazônia, Banco do



## PORTAL DA AMAZÔNIA

Em Belém, analisou-se a estrutura construída denominada de “Portal da Amazônia”, que é composta por dois grandes projetos: a macrodrenagem da Estrada Nova (PROMABEN) e a Orla de Belém (ORBE). Ressalta-se que a BELEMTUR não teve participação na obra, nem no planejamento, tampouco na execução.

Para a criação e execução do Portal da Amazônia, que foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo Federal, utilizou-se o discurso dos princípios, diretrizes e objetivos instituídos pelo Plano Diretor de Belém, que prevê a democratização e a participação popular, como já dito anteriormente.

A Prefeitura Municipal de Belém afirma que a obra visa a “um investimento na saúde, no meio ambiente, na geração de emprego, na qualidade de vida e, acima de tudo, no resgate da dignidade de quem vive em condições de extrema pobreza e exclusão social”. O projeto Portal da Amazônia prevê:

A abertura da orla até a Universidade Federal do Pará, com seis pistas, de 70 metros de largura, com área de passeio, estacionamento e ciclovias. Parte do espaço deverá ser reservado para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro (PMB, 2014).

É a partir dessa obra que a Prefeitura prevê que “Belém desponte definitivamente para o turismo com objetivo de gerar emprego e renda” (PMB, 2014). O objetivo do PROMABEN e da ORBE é, segundo a PMB apud SOUSA et. al.(2014, p. 30):

Brasil, CEF, INFRAERO, Museu Paraense Emílio Goeldi e UFPA; III- Outras Entidades Públicas Estaduais: HANGAR, Comissão de Turismo e Esporte da ALEPA e FAMEP; IV- Entidades da iniciativa privada e ONG's: ABAV/PA, ABBTUR/PA, ABRASEL/PA, ABRAJET/PA, ABLA/PA, ABIH/PA; ABETA-PA, Argonautas (representante das ONG's), Belém Convention & Visitors Bureau do Pará, FEAPA (Representante das IES), FAEPA, FACIAPA, FECOMÉRCIO, FIEPA, SEBRAE, SINDETUR, SIGTUR/PA, Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Pará e SINTRATUR; V- Representação dos Fóruns Regionais de Turismo dos seis Polos do Estado.

Melhorar a qualidade de vida dos moradores da localidade da Estrada Nova, com a macrodrenagem e, paralelo a isso, realizar ações de responsabilidade social para população beneficiadas/atingidas pela macrodrenagem como cursos de capacitação, emprego e renda para as famílias remanejadas das áreas afetadas pelas obras. (PROMABEN, 2012; PMB, 2012). A ORBE tem o intuito de complementar as ações do PROMABEN, beneficiando mais de 200 mil pessoas e toda a população de Belém, abrindo à cidade a janela para o rio e proporcionar uma infraestrutura adequada para a prática de esportes ao ar livre, realização de eventos, turismo e lazer.

Porém, na prática, tais valores e metas apontados pelo Plano Diretor e pelos objetivos dos projetos, tanto do PROMABEN quanto do ORBE, não se concretizaram, principalmente no que tange à gestão democrática e participação popular, tão mencionadas na lei supracitada, como pode se observar na fala do munícipe afetado diretamente pela obra:

Os moradores foram para a reunião com a esperança de poder colaborar com o projeto. Eles estavam lá para negociar, e os “caras” do PROMABEN estavam pra impor as coisas, sem escutar a população. E nos sentimos excluídos desta participação (Líder comunitário da Rua dos Caripunas da Beira Mar) (SOUSA et. al, 2014, p. 30-31).

Desde o início do projeto, ocorreram, e ainda ocorrem, muitos conflitos entre os moradores e o governo municipal, principalmente com relação à realocação daqueles para outros bairros que fogem à realidade a qual eles estavam acostumados. Gomes, Curcino e Tavares (2013) relatam tal situação por meio da fala de um morador que lá vive há 22 anos:

Eles vão nos jogar pra onde? Todo mundo trabalha aqui, tem gente que é marreteiro no Ver-o-Peso [...]. Não tem condições, vai fazer muitos trabalhadores, pais de família perder o emprego [...]. O Pirão deu material pra gente fazer essa rua aqui, nós moradores que fizemos tudinho isso, aí com essa obra da prefeitura escangalharam e deixaram a rua assim (Entrevista realizada com o morador Senhor João Batista, 2012).

Ou seja, não há diálogo e menos ainda participação popular, a relação estabelecida é completamente verticalizada, os cidadãos são tolhidos em seus direitos à participação, à cidade, à dignidade, às suas raízes identitárias, ao acesso aos mecanismos de planejamento, execução e fiscalização das políticas desenvolvidas pelo governo. De acordo com Chauí (1994, p. 27), vivemos numa:

Sociedade verticalizada e hierarquizada (embora não o percebamos) na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma da cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma do mando e da obediência entre um superior e um inferior (quando os sujeitos sociais são percebidos como diferentes, a diferença não sendo vista como assimetria, mas como desigualdade).

Vale destacar que esses atores que foram ou serão remanejados contra a vontade, acabarão perdendo o acesso ao lazer, cultura, turismo, esporte, rio, e tudo o que é proposto como benefícios pela obra em questão, sendo, mais uma vez, colocados à margem das políticas públicas locais. Ressalta-se que a área para a qual serão remanejados é para um prédio no Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre localizado à Avenida Almirante Barroso, bem distante do local e da realidade a que eles vivenciam há anos.

Há outro grupo de residentes que morariam no entorno da orla, conforme projeto inicial, em unidades habitacionais que seriam construídas pela prefeitura, porém, até hoje as unidades não foram entregues; contudo, eles recebem auxílio moradia, gerando mais insatisfação por parte dos moradores.

Quadro 1 – Síntese dos mecanismos de participação

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO	AÇÕES	PARTICIPAÇÃO
Comitê de Famílias (6 moradores – 3 titulares e 3 suplentes)	Escolha das Unidades Habitacionais no reassentamento.	sim
	Elaboração da Convenção condominial.	sim
	Após reassentamento o comitê foi substituído pelos representantes dos blocos - eleição.	sim

Comitê de Comerciantes	Não foi constituído, pois os moradores insatisfeitos não concordaram com a eleição, ficando para ser convocada nova reunião no 1º semestre de 2015, em função das unidades comerciais ainda não estarem disponíveis, sendo que alguns dos Comerciantes, inclusive os de atividade náutica, foram indenizados, outros recebem auxílio-comércio.	não
Escritório de Gestão Participativa (EGP)	Formaliza a adesão da população afetada às alternativas de remanejamento; faz o acompanhamento das mudanças dos moradores que foram reassentados e dos remanejados; acompanha a etapa de demolição dos imóveis indenizados; faz entrega de documentos.	não
Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO)	Composta por 11 representantes titulares, com a função de visitar o canteiro de obras mensalmente.	não
Programa de Participação Comunitária (PPC)	Principais atividades executadas: (i) eleição do Comitê de Famílias, CAO e Representantes provisórios do Conjunto Habitacional; (ii) processo de escolha das unidades habitacionais; (iii) reuniões e visitas periódicas às obras com as lideranças membros da CAO; (iv) mobilização comunitária para realização de reuniões <b>informativas</b> e audiências públicas.	não

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Bordenave (1983) aponta que as decisões podem ser organizadas em diferentes níveis, do mais alto ao mais baixo, segundo sua relevância: Nível 1 – Formulação da doutrina e da política da instituição; Nível 2 – Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias; Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos; Nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações; Nível 5 – Execução das ações; Nível 6 – Avaliação dos resultados.

Assim, observa-se que os mecanismos de participação utilizados no Portal da Amazônia propiciaram à comunidade a oportunidade de

decisão apenas nos níveis 5 e 6 supracitados, ficando restrita a algumas “lideranças”, sendo que estas não decidiram sobre algo demasiadamente relevante; por exemplo, não terá tanta repercussão na vida do reassentado qual a unidade habitacional será sua, e sim se ele deseja ser remanejado ou para onde ele irá.

Nota-se, portanto, que ainda não há verdadeiramente um trilhar rumo à participação, pois “quando o governo controla a participação do povo, mas não é controlado pelo povo, é sinal de que ainda falta muito para se chegar à sociedade participativa” (BORDENAVE, 1983, p. 36).

Percebe-se ainda que a preocupação da gestão é priorizar as imposições do BID em detrimento das prioridades e necessidades exigidas pela população local, ou seja, é a lógica de manter e implantar o modelo hegemônico de gestão de cidades, imposto pelo capital, que executa grandes obras, para poder vender a cidade, se submetendo a “interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2000, p. 78).

Figura 1 – Imagem da maquete original do projeto em 2011



Fonte: LEÃO, 2013, p. 12.

Figura 2 – Área construída do Portal da Amazônia



Fonte: Google Maps, acesso em 19/02/2015.

O projeto do Portal da Amazônia prevê a construção de uma orla com a extensão de seis quilômetros, no trecho compreendido entre o Parque Mangal das Garças até a Universidade Federal do Pará. A primeira

etapa foi concluída em junho de 2012, com apenas 1,5 quilômetros dos 2,2 Km propostos. O trecho compreendido está localizado entre o Mangal das Garças até a Rua dos Mundurucus. A obra possui duas quadras polivalentes, estacionamento, ciclovia, quatro quiosques, bancos de praça, brinquedos, um posto fixo da Polícia Militar (PM), e havia equipamentos de ginástica, mas foram depredados. Necessita de várias estruturas tais como: guarda-corpo, manutenção aos equipamentos existentes, arborização, PIT, segurança (inclusive, a falta de segurança fez com que restaurantes que funcionavam nos quiosques fossem desativados), além de revitalização das instalações elétricas, que estão precárias, entre outras.

Segundo a SEURB, está em análise uma reorganização dos vendedores ambulantes do local pela Secretaria Municipal de Economia (SECON), bem como, uma provável readaptação da base da Guarda Municipal; ela informou que não há PIT, nem previsão de instalação de um, nem tampouco existe uma política voltada para o turismo, apenas foi executada uma obra em que se percebeu possuir potencial turístico. Informou ainda, que houve uma revitalização da orla, e os quiosques que estavam abandonados foram reformados e entregues aos empresários do setor alimentício, sob a forma de permissão, que os utilizarão e ficarão responsáveis pela sua manutenção.

A dúvida é: por que escolher empresários, quando poderiam ser contemplados os moradores que desenvolviam no local seus empreendimentos e não têm mais como desempenhar suas atividades em função da obra? Ou ainda, por que não incentivá-los a criarem cooperativas para utilizarem esse bem público, a exemplo do que foi desenvolvido pela gestão municipal de 1997-2004? Segundo Edmilson Rodrigues (2012, p. 150), acerca dessa gestão: “como diretriz de governo, às cooperativas formadas durante o curso, é concedido o direito de uso, para fins de prestação de serviços, dos logradouros públicos recuperados e/ou construídos pelo município”.

As atividades desenvolvidas na orla pela Prefeitura são eventos que, em geral, são de responsabilidade da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL). Além disso, ainda há o desenvolvimento de alguns

projetos no local realizados pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca da participação popular, nota-se que vários municípios e estados já deram o passo inicial rumo a este caminho que leva às gestões descentralizadas e democráticas, horizontalizando as relações entre Estado e sociedade, além da busca por um desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

Em Belém, percebe-se que é necessário que haja um resgate da prática da participação popular, ocorrida na gestão entre 1997-2004, a qual desenvolveu políticas públicas pautadas na participação. Atualmente, não há participação do povo, e sim um discurso demagógico de que a gestão incentiva e desenvolve ações a partir da participação popular. Devem-se rever as políticas adotadas, ou pelo menos colocar em prática o que está previsto no Plano Diretor, implementando e garantindo a participação popular e o acesso da população às decisões que envolvem desde a formulação até a fiscalização das políticas públicas locais, respeitando e garantindo o funcionamento dos fóruns existentes.

Quanto ao Portal da Amazônia, este é um projeto no qual não houve participação popular; ele criou instâncias de “participação” apenas informativas, direcionadas a poucas “lideranças”, distanciando-se dos graus e níveis de participação propostos por Bordenave (1983). A única participação existente foi a dos remanejados, mas a escolha de suas unidades habitacionais no local foi imposta pela Prefeitura, que não respeitou os anseios dos mesmos, pois foram remanejados para um ambiente alheio às vivências, necessidades e vontade deles. Esta atitude demonstra a falta de vontade do poder público municipal em propiciar a participação popular nas políticas públicas locais.

O projeto também não contou com a participação de profissionais, ou mesmo, dos órgãos oficiais de turismo, o que é contraditório uma vez que o mesmo, segundo o Estado, é um projeto turístico.

A ausência da BELEMTUR no projeto demonstra a falta de compromisso da Prefeitura com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o turismo municipal; percebe-se, assim, que, ainda que disponham de órgãos, leis e diretrizes para a condução de políticas públicas para o setor, isso somente não é suficiente, visto que somos reféns de uma democracia representativa, e dependemos, portanto, de vontades dos nossos representantes.

Finalmente, deve-se mudar a concepção de gestão do atual governo, bem como incentivar a população para que a mesma se organize e busque relações participativas e democráticas com as instâncias governamentais, buscando melhorias nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento turístico.

## REFERÊNCIAS

BELÉM (Município). Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém [recurso eletrônico]. [Belém]: Prefeitura Municipal de Belém; Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2008. 1 CD-ROM. Lei nº 8.655/08 - *Plano Diretor do Município de Belém* - Coleção de Mapas.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.291, de 30 de dezembro de 2003. Altera a estrutura da administração pública municipal, cria a Coordenadoria Municipal de Turismo - BELEMTUR, extingue a Companhia de Turismo de Belém - BELEMTUR, e dá outras providências. Belém, PA: 2003. Disponível em: <http://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/574531/lei-8291-03>.*

BENI, M. C. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Braziliense. 1983.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.



\_\_\_\_\_. *Decreto n. 7.381, de 02 de dezembro de 2010*. Regulamenta a Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm) .

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Brasília, DF: 1991.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm).

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. *Programa Gespública - Participação e Controle Social: Instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais*. Brasília; MP, SEGEP, 2013. Versão 1/2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016*. Brasília, DF: 2013.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciências Sociais*. Ano 1, nº. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org). *Os anos 90: políticas e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: FGV, 1988.

FIGUEIREDO, S. L. Mecanismos de Participação Popular em Turismo: A Experiência de Belém do Pará. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.). *Turismo com Ética*. vol. 1. 2ª ed. Fortaleza: UECE, 1998, p. 374-389.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ - FOMENTUR. *Regimento Interno*. Belém: [recurso eletrônico]. Disponível em: <[http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/regimento\\_interno.pdf](http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/regimento_interno.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2014.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE J. R. B.; MCINTOSH, R. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, D.; CURCINO, T.; TAVARES, A. Os contrastes sócio espaciais na cidade de Belém: O caso do Portal da Amazônia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA - SIMPURB, XIII, 2013, Rio de Janeiro. *Anais - Grupo de Trabalho n.º 14 - Desigualdade sócio-espacial e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: UERJ.

HENZ, A. P. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: a interferência da política nacional de turismo entre 2003 e 2007 no direcionamento das políticas estaduais. *Dissertação* (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú: 2009.

LEÃO, M. B. M. S. Projeto Portal da Amazônia: Contradições na Orla de Belém/PA. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, XV, 2013, Recife. *Anais – Sessão Temática 1 - Produção e estruturação da cidade e da metrópole no “novo desenvolvimentismo”*. Recife: ANPUR.

MANZINI COVRE, M. L. *O Que É Cidadania*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Braziliense. 2002.

NÓBREGA, W. R. M. Participação Popular e as Políticas Públicas de Turismo na Amazônia: O Proecotur no Distrito de Mosqueiro, Belém - PA. *Dissertação* (Mestrado em Cultura e Turismo) –Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Universidade Federal da Bahia – UFBA, Ilhéus: 2006.

\_\_\_\_\_. Turismo e Políticas Públicas na Amazônia Brasileira: Instâncias de Governança e Desenvolvimento nos Municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. *Tese* (Doutoramento em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA, Belém: 2012.

PARÁ. Constituição (1989). *Constituição do Estado do Pará*. Belém, PA: Assembléia Legislativa, 1989.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Companhia Paraense de Turismo; Secretaria Estadual de Turismo. *Plano Ver-O-Pará – Plano estratégico de turismo do estado do Pará 2012-2020 – Relatório Executivo*. Belém, PA: 2012. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/relatório-executivo>.

\_\_\_\_\_. Lei n. 7.593, de 28 de dezembro de 2011. Cria o Sistema Estadual de Gestão do Turismo, a Secretaria de Estado de Turismo, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Poder Executivo, Belém, PA: 29 dez. 2011. Caderno 1, p. 15.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.096, de 1º de janeiro de 2015. Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Poder Executivo, Belém, PA: 1º jan. 2015. p. 5.

RODRIGUES, E. B. (Org.). *Luzes na Floresta: a experiência democrática e popular em Belém (1997-2000)*. Belém: Labor Editorial, 2002.

ROSENFELD, D. L. *O Que É Democracia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Braziliense. 2003.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Fundap, 1993.

SOUSA, Y. M. et al. *Gestão Social e Governança Urbana: O Caso do Portal da Amazônia, Belém – PA*. Administração Pública e Gestão Social. Jan-Mar/2014. ISSN 2175-5787. p. 27-34.

\_\_\_\_\_. *Gestão Social e Parceria: O Caso do Portal da Amazônia, Belém – Pa*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL

– ENAPEGS, VII, 2013, Belém. *Anais - Eixo Temático 3 - Gestão Social de Políticas Públicas*. Disponível em <[www.anaisenapegs.com.br/2013/](http://www.anaisenapegs.com.br/2013/)>. Acesso em 27 set. 2014.

TEIXEIRA, A. C. et al. *Orçamento participativo: democratização da gestão pública e controle social*. Rio de Janeiro: FASE-FNPP, s.d. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/orcamento-participativo-democratizacao-da-gestao-publica-e-controle-social/>>. Acesso em 05 jan. 2015.

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C. MARICATO, E. (Org.). *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 75-103.



# CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TURISMO NO PLANO PLURIANUAL DA PREFEITURA DE BELÉM NOS ANOS 2014 – 2017

*Francisco Soares Chagas Neto*<sup>1</sup>

*Oriana Trindade Almeida*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A atividade turística no Brasil vem se desenvolvendo no ponto de vista econômico nos últimos anos. O ano de 2014, por exemplo, atingiu o valor dessa movimentação e chegou a US\$ 6,9 bilhões com a atividade no Brasil, o maior valor desde 1990, tendo em vista que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro esteve perto do patamar do crescimento 0% (MTUR, 2014); ou seja, o Turismo foi uma das poucas atividades que cresceram durante o período de estagnação econômica. Projeções do *World Travel Tourism Council* (WTTC) indicam que esses números irão continuar subindo até o ano de 2023 (WTTC, 2013).

Atribui-se grande parte desse crescimento ao estímulo realizado pelas políticas públicas dos governos, em nível federal, estadual e municipal. Estas políticas têm sido desenvolvidas desde 2003 com a criação do Ministério do Turismo, que desenvolveu uma política de gestão que foca no Planejamento Estratégico, a qual resultou no Plano Nacional de Turismo 2003-2006, 2007-2010 e 2013-2016. Esse documento se tornou base referencial das políticas de Turismo no Brasil, de acordo com o artigo 4 da Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2010).

Como resultado dessa política de gestão voltada ao planejamento estratégico implantada, percebe-se que o Turismo teve um aumento

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo (UFPA). Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA).

<sup>2</sup> Economista (UFPB). Doutora em Ciências Socioambientais (University of London – Inglaterra). Professora do NAEA.

considerável de orçamento, subindo de cento e vinte e sete milhões em 2003 (primeiro ano de criação do MTUR), para dois e meio bilhões de dotação orçamentária autorizada em 2010 (MTUR, 2013).

Porém, nos anos de 2011 e 2012, quando não havia os Planos Nacionais, o orçamento foi cortado pela metade, chegando ao valor de 1,2 bilhões no ano de 2012. Esse fato pode ser atribuído, entre outros motivos, à falta de planejamento estratégico para o setor que, influenciado pelo processo político e embates com outros Ministérios, perdeu parte de sua dotação orçamentária nesse período.

Dessa maneira, considera-se que o Planejamento Estratégico setorial é um elemento essencial para a decisão política relacionada à dotação orçamentária. Segundo Lemos (2013), a maioria das metas relacionadas com o Turismo nos dois últimos Planos Plurianuais do governo federal levou em consideração as diretrizes estabelecidas nos Planos Nacionais de Turismo.

Esses planos têm mostrado a importância do Planejamento turístico estratégico em relação ao estabelecimento das metas dos Planos Plurianuais. Entretanto, nem todos os estados e municípios atuam dessa forma sobre seus investimentos governamentais. Os municípios que não possuem um planejamento turístico estratégico têm dificuldades em estabelecer metas de Turismo nos Planos Plurianuais, definindo, em muitos casos, metas não exequíveis, provocando a falta de investimentos para o setor, devido ao risco de que essas ações não tenham retorno para a administração pública; quando existem investimentos, eles são de baixo impacto na atividade, normalmente se restringindo a *marketing* e propaganda.

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, localizada na região Norte do país, delineou oito metas no Plano Plurianual vigente (2014-2017), baseadas em ações pontuais e não articuladas aos indicadores estabelecidos, que resulta num orçamento baixo, como o de 2014, o qual foi previsto apenas R\$ 2,087 milhões, sendo que desse total R\$ 1,7 milhão é destinado às despesas de custeio (administrativo e recursos humanos) e R\$ 370 mil em despesas de capital (investimento em *marketing* e projetos de fomento da atividade turística), resultando em um valor consideravelmente baixo do orçamento da prefeitura municipal para investir na atividade turística (BELÉM, 2013).

Dessa maneira, o trabalho objetiva analisar as características, desafios e perspectivas da Gestão Pública em Turismo baseados nas ações delineadas no Plano Plurianual 2014-2017 e a importância de um planejamento turístico estratégico para o aumento de investimentos no setor.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A abordagem do trabalho considera que o Planejamento Turístico é um fenômeno que, integrado ao planejamento municipal, sofre influências da gestão municipal, destacando-se os aspectos políticos, sociais, econômicos que influenciam na tomada de decisão do investimento público municipal.

Nesse sentido, é importante perceber que a pesquisa documental ajuda a compreender a trajetória de um planejamento, por meio de seus instrumentos de planejamento e orçamento em que, integrado a uma análise de suas estruturas, ajuda a perceber os motivos da falta de investimentos públicos em turismo, levando-se em consideração a forma de planejamento da atividade e de que forma as mudanças de paradigmas, ou a aplicabilidade de métodos científicos de planejamento podem corroborar para o desenvolvimento da atividade turística no município de Belém.

Para a execução deste trabalho, foram levantados documentos pertinentes ao tema, como legislações e planos anteriores. Além disso, foi realizada a análise acerca dos seguintes documentos: o Plano Plurianual 2014-2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, do ano de 2014, nos quais foi analisada a aplicabilidade dos aspectos teóricos relacionados ao Planejamento Estratégico Governamental e Planejamento Turístico.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**

A análise das formas de planejamento realizada pela administração pública apresenta uma discussão referente às políticas públicas. Dye



(1984 *apud* SOUZA, 2006) afirma que elas são o processo decisório do Governo, o qual decide, ou não, fazer uma determinada ação. Nesse processo decisório, a racionalidade é um elemento importante (SOUZA 2006) e o planejamento é “um ato racional de escolha de um determinado futuro” (DIAS; MATOS, 2012, p. 132).

As Políticas Públicas têm como essência o embate entre as ideias e interesses (SOUZA, 2006) e esses conflitos são materializados em decisões tomadas, escolhas realizadas, formas de implementação e avaliação (HOFLING, 2001), podendo se tornar planos; de acordo com Matus (2006, p. 115), “é uma mediação entre o conhecimento e a ação”, sendo estes concebidos como o desdobramento das políticas públicas (SOUZA, 2006), tornando-se elementos essenciais de governos que aplicam a perspectiva da Administração Pública Gerencial (HEIDEMANN, 2009) e que prezam pela eficácia no desenvolvimento de suas políticas.

Quando o Estado não consegue atingir seus objetivos, muitas vezes são criadas algumas instituições não governamentais que atuam no sentido de suprir a necessidade da sociedade em determinado aspecto. Nesse contexto, não significa que o Estado perdeu a sua capacidade de intervenção na sociedade, e sim que essas Políticas Públicas se tornaram mais complexas do ponto de vista de sua concepção (SOUZA, 2006).

O aspecto relacionado à responsabilidade do Estado perante as Políticas Públicas pode ser visto a partir das discussões do ciclo do processo decisório da política pública. De acordo com Monteiro (2006), esse processo de tomada de decisão, normalmente, é realizado em duas vias, de forma voluntária e involuntária. A primeira leva em consideração o poder do Estado em identificar as necessidades da população, denominado rastreamento governamental, ou ainda leva em consideração a pressão de alguns grupos da sociedade que apresentam ao Estado os seus problemas a serem resolvidos (MONTEIRO, 2006). A forma involuntária é praticada pelo Estado quando ocorre alguma situação de crise, em que o Estado necessita agir de forma rápida, quando o tempo se torna um fator crucial nesse processo de tomada de decisões (MONTEIRO, 2006).

Durante o processo de rastreio governamental, técnicos do Estado realizam estudos para identificar os problemas e as soluções necessárias para a sua resolução. Nesse sentido, o Estado seleciona então os problemas a serem sanados, além de suas formas de resolução, baseados em fatores internos, no que diz respeito aos interesses do Governo e externos, levando-se em consideração as pressões sociais e políticas acerca de determinado tema ou ação (MONTEIRO, 2006).

Nesse processo, o Planejamento Governamental leva em consideração a necessidade de realizar ações planejadas, como o diagnóstico e delimitação de estratégias para atingir os objetivos de determinada política, tendo por base que a tomada de decisão do Governo terá um embasamento maior, possibilitando a minimização dos erros na escolha de determinadas ações (DIAS; MATOS, 2012).

Essa forma de tomada de decisão se tornou evidente na atual agenda das Políticas Públicas devido à perspectiva neoinstitucionalista de gestão pública, que identifica as instituições e regras como essenciais e colaboram para a relevância que os Estados-Nações possuem acerca da eficiência na aplicação dessas políticas (SOUZA, 2006).

#### *Planejamento governamental no Brasil e os planos plurianuais*

O Brasil tem adotado uma visão positivista acerca do planejamento governamental, no qual os planos são as soluções necessárias para os problemas do país (OLIVEIRA, 2006). Nesse processo, tornou-se comum essa prática, fazendo do Brasil um país tradicional na prática do planejamento (PARES; VALLE, 2006). Os Planos devem ser vistos como uma forma de controle das variáveis futuras, mas as ações do Governo não devem ser restritas a ele, dado que existem inúmeras situações que não são controladas e que podem mudar os rumos desse planejamento (MATOS, 2006).

Desde o início da República, foram criados planos para o desenvolvimento do país, como os de desenvolvimento da agricultura cafeeira, considerado um marco para o planejamento governamental no Brasil (CARDOSO JUNIOR, 2011). Porém, somente a partir dos anos de

1930 e 1940 até a década de 1970 esses planos foram intensificados. Pode-se exemplificar o Plano Salte, no Governo Vargas, o Plano de Metas do governo JK, os Planos Nacionais de Desenvolvimento, dos Governos Militares, entre outros. Na década de 1980, houve uma relativa redução na quantidade desses planos, devido à instabilidade econômica à época (CARDOSO JUNIOR, 2011).

Nesse contexto, alguns autores apontam que esses planos foram permeados por falhas. Oliveira (2006) afirma que isso ocorre devido à concepção que os Governos brasileiros têm ao considerar os Planos como instrumentos de controle da sociedade, em vez de colocá-los como um importante instrumento político e social, o qual pode ser construído socialmente, com os vários atores (OLIVEIRA, 2006).

A partir da constituição de 1988, instituiu-se uma nova forma de Planejamento determinado no artigo 165 da constituição (BRASIL, 1988), em que os Planos Plurianuais se tornam os principais instrumentos de planejamento governamental normatizados.

Dessa forma, Cavalcante estabelece que “O Plano possui um papel de coordenador das ações do governo federal, podendo subordinar aos seus propósitos todas as iniciativas [...]” (2007, p. 130); ou seja, o Plano passa a se tornar o principal agente organizador das Políticas Públicas, nesse caso do Governo Federal. A institucionalização desse plano no nível estadual também resultou no seu estabelecimento no nível de estados e municípios brasileiros.

Segundo Pares e Valle (2006), o plano tem um duplo propósito: organizar as políticas públicas de governo de acordo com as necessidades da sociedade, não somente pelo orçamento, mas também pela prática do planejamento de médio prazo; e servir para o controle da política fiscal (SOUZA, 2006).

O primeiro Plano Plurianual foi realizado no período do Governo Collor, de 1991 a 1995, o qual foi considerado um fracasso do ponto de vista do Planejamento, justificado pela crise econômica ocorrida no período (CAVALCANTE, 2007).

No segundo período, no qual se inicia a reforma do Estado brasileiro, que passa a adotar o método gerencial, influenciado pelas políticas neoliberais (PARES; VALLE, 2006), surge o Plano Brasil em Ação, de 1996-1999, sendo considerada uma experiência-piloto responsável pelo processo de integração de planejamento e orçamento, porém muito criticado devido à desarticulação entre o órgão gerenciador do Plano e os órgãos setorializados da administração pública federal (CAVALCANTE, 2007).

A partir do período do plano posterior 2000-2003, inicia-se um aperfeiçoamento dos Planos Plurianuais, em que a gestão Plano-orçamento passa a ser totalmente integrada e a avaliação dos resultados passa a ser peça essencial nesse modelo constituído (PARES e VALLE, 2006; CAVALCANTE, 2007).

No período de 2004 a 2007, inicia-se a constituição do Plano Plurianual denominado “Brasil de Todos”, que implementa a participação da sociedade organizada na constituição desse plano, além da identificação dos problemas sociais, suas causas, público-alvo para transformá-los em objetivos e programas, e a responsabilização dos resultados aos gerentes dos programas se fortalece, ressaltando a ideia da gestão por resultados (PARES; VALLE, 2006; CAVALCANTE, 2007).

Os planos posteriores, de 2008-2011 e de 2012-2015, têm aperfeiçoado os processos constituídos nos planos anteriores, pressionando os Ministérios setoriais a realizarem Planos setorializados, contribuindo com o planejamento setorial. Nesse processo, foram construídos os Planos Nacionais de Saúde, Educação, Meio Ambiente, Cultura, Turismo, entre outros. Dessa forma, eles possibilitaram o acesso aos recursos públicos de maneira planejada e com um mínimo de embasamento com foco na eficiência na aplicação desses recursos, característica da perspectiva da Gestão Pública gerencialista.

Os planos plurianuais têm se tornado um instrumento de planejamento governamental relevante do ponto de vista do processo decisório dos investimentos públicos no Brasil, condicionando esses investimentos a um método planejado, proporcionando que os vários Ministérios construam Planos, programas e projetos para justificar esses investimentos.

Essa afirmação é ratificada em alguns artigos, como o de Azeredo (2004), que analisa os investimentos em infraestrutura no Plano Plurianual, discorrendo sobre a importância dos subsetores de transporte, energia e telecomunicações de realizarem um planejamento que constitua metas, planos e programas consistentes, pois em seu artigo ele afirma que o Plano Plurianual 2004-2007 possui vários problemas nesses subsetores devido à falta de um planejamento consistente e integrado.

Assim, os setores começaram a desenvolver planos setoriais plurianuais, como o Plano Plurianual de Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde (BRAVO, 2001), Plano Plurianual do Ministério da Educação (FONSECA, 2009), Plano Plurianual de Cultura, ligado ao Ministério da Cultura (RUBIN, 2008). Além disso, alguns programas setoriais foram integrados aos Planos Plurianuais, após a confecção de seus planos, como a Política Nacional de Promoção em Saúde, que foi incorporada ao Plano Plurianual Brasil de Todos (MALTA *et al.*, 2009). O Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Lazer da Cidade, vinculados ao Ministério do Esporte, foram incorporados ao Plano Plurianual Avança Brasil (SUASSUNA, 2009).

### *Planejamento turístico*

A atividade turística demonstra-se um importante fenômeno social; ela é vista como uma atividade econômica que tem sido uma alternativa de desenvolvimento em muitos países. O governo, de acordo com Nóbrega (2012, p. 92),

vem planejando o setor com fins de proporcionar o desenvolvimento de diferentes regiões, dadas as particularidades paisagísticas, climáticas, de demanda de visitantes, no intuito de garantir melhoria, na qualidade de vida, tanto para residentes quanto para visitantes.

Dessa maneira, o desenvolvimento econômico, somado aos benefícios sociais trazidos pela atividade turística, torna-se um importante instrumento para o desenvolvimento dos países, estados e municípios.

Os governos criam estruturas organizacionais públicas para planejar e fomentar o desenvolvimento da atividade. Dessa forma, o planejamento turístico deve realizar o ordenamento da atividade, contemplando ações e estratégias que impliquem o desenvolvimento dos destinos turísticos (territórios que possuam oferta de atrativos turísticos). Essas ações devem ter em vista a construção de infraestrutura básica (estradas, aeroportos, hidrovias, saúde, educação e saneamento) e de apoio ao turismo (postos de informações, centro de eventos, culturais), a estruturação dos atrativos turísticos (edificações históricas, praias, eventos culturais etc.), o fomento às empresas de apoio ao turismo (hotéis, restaurantes, bares, agências, casas de câmbio), ações de *marketing*, além de ações de monitoramento desse desenvolvimento, tendo em vista que os maiores beneficiados deverão ser as comunidades receptoras, minimizando os impactos negativos constituídos pela atividade envolvendo esses atores no planejamento do Turismo (IGNARRA, 2013).

Dessa forma, o planejamento da atividade turística é constituído pelos órgãos governamentais, com vistas a minimizar os impactos negativos decorrentes do mercado turístico, tais como a exclusão de alguns setores da sociedade, a degradação ambiental, o controle da atividade pelos grandes empreendimentos, entre outros (HALL, 2001). Nesse sentido, o planejamento turístico pode ser realizado tendo em vista quatro vertentes de acordo com Getz (1987 *apud* HALL, 2001): o fomento, a abordagem econômica, a físico-espacial e a voltada para as comunidades.

Nesse contexto, Hall (2001) considera a ação de fomento uma forma de planejar o turismo com vistas a trazer benefícios econômicos, por meio do aumento de turistas, proporcionando maiores divisas para as comunidades receptoras, como o fomento ao turismo de massa (tipo de turismo com uma demanda significativa de turistas, com pouco interesse em seus impactos). Como ações dessa forma de planejamento, pode-se exemplificar, no Brasil, a constituição de normas regulamentadoras e as políticas de incentivos fiscais criadas na década de 1970 (BENI, 2007).

A abordagem econômica do Turismo é semelhante ao planejamento voltado ao fomento, em que o Turismo é visto pelos governantes como

uma atividade econômica semelhante às outras, sendo, então, considerada geradora de renda e emprego e colaboradora na Balança Comercial Nacional (HALL, 2001). Um dos exemplos dessas ações são as atividades de *marketing* turístico, realizadas a partir da criação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), em 1966, e a construção de infraestruturas que proporcionem o desenvolvimento da atividade turística, vista nos Planos de Desenvolvimento Turístico (BENI, 2007). Atualmente, os Planos Nacionais de Turismo também são voltados para o aumento de empregos e de divisas para o país (MTUR, 2007; MTUR, 2013).

A abordagem denominada físico-espacial tem relação com o planejamento constituído a partir de estudos de geógrafos, planejadores do uso do solo, entre outros que atuam no planejamento dos recursos naturais. Essa abordagem foi potencializada a partir de discussões ambientais na década de 1970 (HALL, 2011). Essa forma de planejamento no Brasil tem sido vista, em planos como o Programa de Ecoturismo na Amazônia, desenhado pelo Ministério do Meio Ambiente (BENI, 2007), além do Plano Nacional de Municipalização do Turismo e o Plano de Regionalização do Turismo, ambos com foco no processo de desenvolvimento do turismo, tendo em vista o território.

A abordagem relacionada ao planejamento comunitário tem sido discutida após os impactos negativos provocados pelo turismo, principalmente da ordem social e ambiental (HALL, 2001); então, ele se desenvolve como uma alternativa com os princípios da participação popular. Essa forma de planejamento ainda tem sido incipiente na esfera governamental, porém já existem ações, como editais de apoio ao Turismo de Base Local e Produção Associada ao Turismo, que são relacionadas a esse planejamento comunitário (BRASIL, 2007).

As políticas de planejamento da atividade turística não são análogas às formas de atuação de um Governo (HALL, 2001); por isso, esse planejamento setorial deve se alinhar às formas de planejamento governamental no intuito de obter os investimentos no setor. A visão do turismo como fator de desenvolvimento econômico ainda permeia pelos principais instrumentos de planejamento turístico dos governos, porém,

devido à agenda dos governos estarem em processos de modificação, outras formas de planejamento, sendo a físico-espacial e comunitária, têm assumido iniciativas consideráveis.

De acordo com autores como Beni (2007), acredita-se que o planejamento turístico tem concorrido com outras pautas setoriais ao longo de sua história, por sempre fazer parte de outros Ministérios, ou ter uma estrutura como a EMBRATUR, a qual não disponibiliza de uma estrutura administrativa e orçamento que compatibilizem com as necessidades do setor; então, a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, possibilitou que a estrutura do planejamento turístico se fortalecesse no âmbito governamental, o que pode ser comprovado no aumento de seu orçamento e na constituição de instrumentos de planejamento como o Plano Nacional de Turismo, a partir de 2003 (BENI, 2007).

O Planejamento turístico no âmbito do governo veio se estruturando ao longo do século XX, culminando na criação do Ministério do Turismo, em 2003, que proporcionou uma estrutura administrativa que fortalecesse esse planejamento, comprovado no aumento do seu orçamento e constituição de instrumentos como o Plano Nacional de Turismo (BENI, 2007). Porém, não existe uma regulamentação e fiscalização desse orçamento do Ministério do Turismo, proporcionando que esses investimentos sejam intrínsecos a interesses de políticos de determinadas localidades, justificados pelo desenvolvimento da atividade turística (AMARAL JUNIOR, 2012).

Nesse processo, uma das formas dos Estados e Municípios acessarem os recursos do Ministério do Turismo é por meio da transferência de recursos, por meio de convênios entre os referidos órgãos, porém para acesso a esses recursos são necessários projetos que serão avaliados pelo Governo Federal, tendo em vista a legislação vigente.

## **BELÉM E O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E TURÍSTICO**

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, fica localizada no Norte do país, fazendo parte da região Amazônica e com uma população



de, aproximadamente, 1,4 milhão de habitantes (IBGE, 2010), sendo uma das principais cidades do Norte do Brasil, cuja região metropolitana é composta por mais cinco cidades.

Belém foi constituída na foz do Rio Amazonas, em 1616, a partir da chegada dos portugueses, onde instalaram um forte (Forte do Presépio). Na época, a principal atividade econômica era o extrativismo, porém, com o seu desenvolvimento, foi se tornando uma cidade permeada pelo comércio e serviços, apresentando, em 2010, o PIB (Produto Interno Bruto) de catorze bilhões para serviços, dois bilhões para indústria e trinta e um bilhões para a agropecuária (IBGE, 2011).

Na perspectiva da Administração Pública, a cidade de Belém se desenvolveu como os municípios brasileiros existentes, a partir do século XIX, tendo a sua estrutura administrativa atrelada ao Estado do Grão-Pará, de acordo com a constituição dos anos de 1824 e 1891, e posteriormente ao Estado do Pará, ratificado na constituição de 1937 e de 1967 (MELLO, 2001).

Dessa maneira, os municípios, tal como Belém, passaram a ter determinadas autonomias, efetivamente no século XX, ratificado na constituição de 1934, 1945 e efetivamente em 1988 (MELLO, 2001).

O planejamento da Prefeitura de Belém foi autorizado somente a partir do final da década de 1960, por meio da Lei 6.757 de 22 de dezembro de 69 (BELÉM, 1969). A literatura referente a esse plano tem sido pequena, o que resulta em dificuldades em reconhecer os desdobramentos dessa lei; porém, sabe-se que em 1971 foi instituído um Plano Plurianual (BELÉM, 1970), que tinha como perspectiva as diretrizes estabelecidas nele. Nesse processo, os Planos Plurianuais começam a ser estabelecidos em face das leis, instituídas em 1970 e 1972, para os triênios seguintes (BELÉM, 1970;1972).

Pode-se destacar que esses dois Planos Plurianuais estabeleciam orçamentos para os triênios seguintes, de acordo com alguns setores municipais, sendo uma iniciativa em termos de se realizar planejamento municipal em nível de gestão; mas, de fato, não existem registros na legislação de outros planos plurianuais ou semelhantes até a década de 1990, mostrando que, possivelmente, esse plano não foi implementado.

A partir da década de 1990, após a legislação de 1988, que estabeleceu o Plano Plurianual como elemento essencial do planejamento governamental, em 1990 a Lei Orgânica Municipal de Belém também estabeleceu a obrigatoriedade do Plano no Município de Belém, que foi instituído a partir de 1993, válido para os quatro anos seguintes e que, desde então, vem sendo constituído regularmente nesse processo (BELÉM, 1993; 1999; 2001; 2005; 2009; 2013).

Na cidade de Belém, a atividade turística é administrada pela coordenadoria municipal de turismo de Belém – BELEMTUR, criada em 1986, mas logo desativada em 1987, retornando às suas atividades somente no ano de 1997, com a missão de “Implementar a política municipal de Turismo (...)” (BELEMTUR, 2006, p. 54). Ou seja, o órgão é responsável pelo gerenciamento das ações voltadas para o Turismo. Vale ressaltar que a BELEMTUR é subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito; sendo assim, seu orçamento depende de autorização direta do Prefeito Municipal.

Nesse contexto, pode-se constatar que a BELEMTUR não possui uma trajetória de planejamento estratégico, tendo em vista que seu último plano foi realizado em 2006, tendo validade até o ano de 2010. Sendo assim, hoje o órgão atua sem um planejamento estratégico, instituindo suas ações por meio de demandas pontuais.

#### *Caracterização, Desafios e Perspectivas – Plano Plurianual 2014-2017*

O Plano Plurianual da Prefeitura de Belém, 2014-2017, desenvolvido ao longo do ano de 2013, tem como tema “Belém 400 anos: Reconstrução da Cidade Rumo ao Desenvolvimento Sustentável” (BELÉM, 2013), propiciado pelas comemorações de 400 anos da cidade de Belém, realizadas no ano de 2016. O Plano em consideração às políticas de desenvolvimento sustentável tem estado na pauta da esfera pública nos últimos anos. Ele apresenta características da Administração Pública Gerencial, sendo influenciado pela nova forma de Gestão Pública, que vem se desenvolvendo no Brasil, dado que apresenta uma missão, visão e valores que devem ser permeados durante a sua vigência.

O Plano desenvolve quatro dimensões estratégicas, sendo uma voltada à gestão pública, denominada “Gestão e Governança com Transparência”; outra voltada para os programas econômicos e sociais do governo com tema “igualdade econômica e social”; outro tópico chamado “infraestrutura e ordenamento urbano”, que envolve os programas de moradia, de mobilidade e saneamento; e um outro tópico voltado para a “integração metropolitana”, no qual se encontra o principal programa dessa gestão, o *Bus Rapid Transit* (BRT), voltado para o desenvolvimento do transporte público de Belém (BELÉM, 2013).

Nesse plano, outra característica da atual gestão pública gerencial diz respeito à forma de Gestão do Plano, que pretende atuar no sentido de implantar um sistema de monitoramento, principalmente acerca das ações prioritárias, além de implantar um sistema de informações municipais, um método matriarcal para implantação das políticas públicas setoriais e mecanismos de controle social e de transparência (BELÉM 2013).

Nesse processo, pode-se perceber que a avaliação e o monitoramento serão importantes no processo de Gestão do Plano; porém, deve-se analisar de que forma um método matriarcal de implantação de políticas públicas setoriais é viável, levando-se em consideração as particularidades de cada setor e de que forma esse controle social e de transparência será executado, pois o acesso poderá estar disponível à população; além disso, é importante que esses canais possam ter facilidade de acesso, para que todos os interessados consigam acessar as informações desejadas.

O orçamento estabelecido no Plano Plurianual é dividido em programas, mas não define o valor disponível para cada meta e ação, como é normalmente observado em outros Planos Plurianuais. De acordo com a apresentação do Plano, essa metodologia ocorreu para que haja distinção de PPA e Orçamento (BELÉM, 2013), sendo que o orçamento se encontra somente nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa decisão dificulta compreender a dimensão do investimento nos quatro anos, pois a LDO e LOA são instituídas em cada ano.

*O turismo no plano plurianual de Belém – características, desafios e perspectivas*

A atividade do Turismo é vista no Plano Plurianual no Programa de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, dentro da dimensão estratégica “Igualdade Econômica e Social” (BELÉM, 2013). Nessa perspectiva, pode-se entender que as ações da prefeitura preconizam o desenvolvimento da atividade turística de acordo com a sustentabilidade e permitem benefícios econômicos e sociais. Nesse contexto, percebe-se que a atividade turística é apresentada no Plano Plurianual como uma atividade geradora de renda e economia, além de uma possibilidade de colaborar para a sustentabilidade da cidade; ou seja, em seu discurso, o Turismo torna-se um elemento importante para o plano Plurianual 2014-2017, levando-se em consideração a sua missão e visão (BELÉM, 2013).

Nessa perspectiva, o Plano Plurianual considera a atividade turística prioritária na estratégia governamental e que a mesma deve ser articulada às outras ações da prefeitura, voltadas à cultura, à infraestrutura e ao ordenamento urbano (BELÉM, 2013). Nesse contexto, o Plano ainda preconiza que o Turismo irá se tornar uma importante atividade econômica e que deve apresentar um planejamento estratégico para ter os seus objetivos alcançados (BELÉM, 2013).

Nesse processo, foi estabelecido um objetivo voltado especificamente ao Turismo que condiz em “Estruturar, promover e divulgar os destinos turísticos do município” (BELÉM, 2013, p. 69). Esse objetivo considera ações de estruturação, promoção e divulgação, que se constituem nas estratégias para o desenvolvimento do Turismo (IGNARRA, 2013); porém, nele não se considera a constituição de um Plano Municipal de Turismo um elemento de planejamento importante para a realização dessas estratégias.

No plano plurianual de 2014-2017, foram constituídas oito iniciativas, relacionadas ao objetivo mencionado, as quais estão localizadas na figura 1, segmentadas de acordo com as vertentes de planejamento turístico, identificadas por Hall (2001):

Figura 1: iniciativas previstas no plano plurianual de belém - 2014-2017

Formas de Planejamento	Iniciativas de Turismo Plano Plurianual 2014 – 2017
Abordagem de Fomento	Divulgar Belém como polo de atratividade nacional e internacional nos diversos seguimentos do turismo; Estimular a criação de plataformas público-privadas de promoção, comercialização e implementação de ações e projetos.
Abordagem Econômica	Elaborar o Plano de marketing e desenvolvimento do turismo em Belém; Implantar comunicação visual turística na cidade de Belém; Promover cursos técnicos, com certificação, para os profissionais envolvidos na cadeia do turismo em parceria com o Governo Estadual; Implantar e reativar Centros de Atendimento aos Turistas.
Abordagem Físico-Espacial	-----
Abordagem Comunitária	-----
Atividades de Educação Cultura e Lazer	Incentivar o belenense a visitar os espaços e pontos turísticos do município; Incentivar alunos da rede pública a visitar os espaços e pontos turísticos da cidade.

Fonte: Adaptada pelo autor com fontes de Hall (2001) e Belém (2013, p. 70 e 71).

A maioria das iniciativas preconizadas pela prefeitura de Belém diz respeito à abordagem de fomento e econômica do Turismo; dessa forma, percebe-se o interesse do plano em desenvolver a atividade turística intrínseca à perspectiva do Governo Federal, tendo em vista a ideia do Turismo como gerador de empregos, renda e divisas (ver figura 1).

Além disso, percebe-se que quatro das nove iniciativas estão ligadas ao *marketing* turístico, voltado para captar cada vez mais turistas, reforçando a vertente econômica do Plano; porém, ao mesmo tempo, não existem iniciativas que propiciem a minimização dos impactos provenientes do aumento desses turistas na cidade, induzindo que esses irão trazer somente benefícios ao município.

O plano também define ações de capacitação dos profissionais da cadeia produtiva do Turismo, preconizando a absorção desses no mercado, porém não foram consideradas iniciativas que possibilitem a absorção desses profissionais no mercado.

Além disso, essas capacitações devem ser avaliadas no sentido de se adequar à população local, a fim de não transformar esses profissionais em produtos mercantilizados da atividade turística, retirando a singularidade e autenticidade, as quais os turistas procuram nos destinos visitados.

O Plano Plurianual também tem duas iniciativas previstas, voltadas para a população conhecer os pontos turísticos do município, a serem realizadas em parcerias com a Fundação Cultural do Município de Belém e Secretaria Municipal de Educação. Porém, essas ações são confundidas com políticas públicas voltadas para o Turismo, não sendo consideradas no planejamento turístico, pois não influenciam diretamente no desenvolvimento da atividade (MCINTOSH, *apud* AZEVEDO *et al.*, 2013). Entretanto, tais atividades colaboram para a atividade turística no processo de sua identidade local.

O orçamento da Prefeitura Municipal de Belém do ano de 2014, estabelecido na LOA, foi de aproximadamente 2,1 milhões de reais (BELÉM, 2013), superando o orçamento de 2013, sendo proporcional ao aumento do orçamento da prefeitura. Desse total previsto, 1,7 milhões é relativo a despesas de custeio (administrativo e recursos humanos). Sendo assim, somente o valor de R\$ 370mil é despesa de capital, ou seja, voltado para investimentos no planejamento da atividade turística, do qual foram criados os programas de *marketing* turístico, qualificação, fomento ao turismo e implantação e manutenção de Centro de Atendimento ao Turismo para o recebimento desse recurso (BELÉM, 2013).

## CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

A partir das discussões acerca do Planejamento Governamental e Planejamento Turístico, percebe-se que no Plano Plurianual 2014-2017

da cidade de Belém há necessidade de um planejamento que constitua um Plano Municipal de Turismo, levando-se em consideração que seu último Plano no setor é do ano de 2006, não possuindo mais validade. A constituição desse Plano acarreta uma tomada de decisão acerca das políticas públicas de Turismo com um embasamento técnico.

Hoje, os indicadores delineados para o Turismo no Plano Plurianual são inconsistentes com as ações, ou seja, os indicadores utilizados para compreender se as políticas surtiram o efeito sofrem influências diferentes dos resultados das ações, sendo assim indicadores inválidos de análise dos resultados. Nessa perspectiva, é interessante a constituição de um Plano Municipal de Turismo, tendo em vista que, após as pesquisas e análises realizadas, indicadores de desempenho mais consistentes serão colocados, possibilitando, dessa forma, o aumento no orçamento, levando-se em consideração a consistência do planejamento, que terá ações e resultados mais alinhados, com a perspectiva da prefeitura municipal de Belém.

Nesse contexto, a falta de um plano de Turismo em vigência para o Município de Belém dificulta justificar orçamentos para o setor, devido às disputas políticas na esfera pública, e não permite que este setor capte orçamento sem um planejamento anterior, tendo em vista que o Turismo se encontra na mesma dimensão estratégica de setores da sociedade que possuem maior visibilidade perante a população, como saúde, segurança e educação.

A Figura 1 mostra que a vertente do planejamento turístico relacionada ao fomento e à dimensão econômica prevalece, não havendo ações em relação à dimensão físico-espacial e comunitária, contrariando o discurso da Prefeitura de Belém de possibilitar que na atividade turística haja um desenvolvimento sustentável.

Além disso, é possível visualizar que a Prefeitura Municipal de Belém não estabeleceu ações que planejem o território e beneficiem as diversas comunidades do município, sendo um ponto importante, tendo em vista as atuais discussões do Turismo e o seu desenvolvimento sustentável, o qual é mencionado no próprio plano.

Conclui-se, nesse contexto, que o orçamento voltado à atividade turística é prejudicado devido a fatores relacionados à administração setorial, levando-se em consideração que ela não possui um planejamento estratégico que possibilite um acesso melhor a esses recursos. Além disso, há falhas no planejamento gerencial, que ainda não considera a atividade turística e seu potencial, mediante reflexo da sustentabilidade, utilizando-se de um discurso em seu texto-base no qual não são encontradas iniciativas preconizadas para o Turismo, percebendo-se a falta de articulação entre o órgão setorial de turismo e a prefeitura.

## REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, J. B. C. Dimensão Financeira e Análise de Investimentos. In: BENI, M. C. (org.). *Turismo, Planejamento estratégico e capacidade de gestão*. São Paulo: Manole, 2012.

AZEREDO, L. C. L. *Investimento em Infra-estrutura no Plano Plurianual 2004-2007: Uma visão geral*. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> Acesso em 22 abr 2014.

AZEVEDO, F. F. *et al.* Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F. *et al.* (org.). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013.

BELÉM. *Plano Plurianual. 2014 – 2017. Reconstrução da cidade rumo ao Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Prefeitura, 2013. Disponível em: <[WWW.belem.pa.gov.br](http://WWW.belem.pa.gov.br)> Acesso em 22 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei Orçamentária Anual 2014*. Belém: Prefeitura, 2013. Disponível em: <[www.belem.pa.gov.br](http://www.belem.pa.gov.br)> Acesso em 22 abr. 2014

\_\_\_\_\_. *Lei Ordinária n.º 6846, 16 setembro de 1970: Estabelece o Plano Plurianual de Investimentos para o triênio de 1971-1973*. Belém: Prefeitura, 1970.

\_\_\_\_\_. *Lei Ordinária n.º 6908, 14 novembro de 1972: Estabelece o Plano Plurianual de Investimentos para o triênio de 1973-1975*. Belém: Prefeitura, 1972.



\_\_\_\_\_. *Lei Ordinária n.º 7671, 16 dezembro de 1993*: Institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 1994-1997 e da outras providências. Belém: Prefeitura, 1993.

\_\_\_\_\_. *Lei Ordinária n.º 7876, 30 de Março de 1999*: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 1998-2001 e da outras providências. Belém: Prefeitura, 1999.

\_\_\_\_\_. *Lei Ordinária n.º 8105, 28 de Dezembro de 2001*: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2002-2005 e da outras providências. Belém: Prefeitura, 2001.

\_\_\_\_\_. *Lei Ordinária n.º 8483, 29 de Dezembro de 2005*: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2006-2009 e da outras providências. Belém: Prefeitura, 2005.

BELEMTUR. Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém. *Plano de desenvolvimento turístico de Belém: 2006-2009*, Belém, 2006.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 12 ed. São Paulo: Editora Senac, 2007.

BRAVO, M. I. S. *Política de Saúde no Brasil*. Revista Serviço Social e Saúde, 2001. Disponível em <[www.fnepas.org.br](http://www.fnepas.org.br)> Acesso em 16 jun 2014. No prelo.

BRASIL. *Lei do Turismo e Legislação Correlata*. Brasília: Senado Federal, 2010.

CARDOSO JUNIOR, J. C. *Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil*: Elementos para resignificar o debate e capacitar o estado. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> Acesso em 22 abr. 2014.

CAVALCANTE, P. L. *O Plano Plurianual: resultados das mais recentes reformas do planejamento e orçamento no Brasil*. Revista do serviço público. Brasília. Vol. 58 n. 2, p. 129 – 150, abr/ jun 2007.

DIAS, R.; MATOS, F. *Políticas Públicas: princípios e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

FONSECA, M. *Políticas Públicas para a qualidade da Educação Brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social*. Cadernos Cedes, Campinas, Vol. 29, n. 78, p. 153 – 177. mai/ago, 2009.

HALL, C. M. *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos* (Coleção Turismo Contexto). São Paulo: Contexto, 2001.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (org). *Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. 3 ed. São Paulo: Cenage Learning. Rio de Janeiro: Editora do Senac, 2013.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)> Acesso em: 28 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Produto Interno Bruto dos Municípios. Brasília: IBGE, 2011. Disponível em <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)> Acesso em: 28 set. 2014.

LE MOS, C. C. *Planejamento do Turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos do setor*. Revista da Administração Pública. Vol. 47, n 6 1401 – 1427. Rio de Janeiro: FGV, Nov/Dez 2013.

MALTA, C. D. et. al. *A Política Nacional de Promoção em Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS*. Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde. Brasília, Vol. 18, n 1, jan/mar, 2009.

MATUS, C. O Plano como aposta. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org.). *Planejamento e Orçamento Governamental: Coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

MELLO, D. L. Governo e Administração Municipal: Experiência Brasileira. *Revista da Administração Pública*. Rio de Janeiro Vol. 2, n 35, p 79-76. Mar/abr, 2001.

MONTEIRO, J. V. O processo decisório da política. In: *Políticas Públicas: Coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. *Plano Nacional do Turismo 2007 – 2010*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em < [www.mtur.gov.br](http://www.mtur.gov.br)> Acesso em 10 jun 2014.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional do Turismo 2013 – 2016*. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em < [www.mtur.gov.br](http://www.mtur.gov.br)> Acesso em 10 jun 2014.

NOBREGA, W. *Turismo: Planejamento e Políticas Públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista da Administração Pública*. Ano 40, n. 1, p. 273 – 288, mar/abr 2006.

PARES, A.; VALLE, B. A retomada do planejamento governamental do Brasil e seus desafios. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org.). *Planejamento e Orçamento Governamental: Coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

RUBIN, A. A. C. Plano Nacional de Cultura em Debate. *Políticas Culturais em Revista*. Bahia. Vol. 2, n. 1, p. 59 – 72, 2008. Disponível em: <[www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br)> Acesso em 17 jun 2014.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em: 21 abr. 2014.

SUASSUNA, D. M. F. A. O Programa Esporte e Lazer da Cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais. 2009. Trabalho apresentado Congresso Brasileiro do Esporte (*anais*). Salvador, 2009. 16 v.

WTTC. *Travel and Tourism Economic Impact: Brasil*. Londres: World Travel and Tourism Council, 2013.

# IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE NO POLO TURÍSTICO MARAJÓ-PA E DESAFIOS À GESTÃO INTERSETORIAL

*Raissa Maciel da Silva*<sup>1</sup>

*Simaia Mercês*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades que mais movimentam divisas, geram empregos e promovem o crescimento econômico no mundo. Muitos países desenvolvidos incentivam o turismo como suplemento a outros setores econômicos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT, 2003). No entanto, para que a atividade turística se desenvolva, é fundamental que as localidades possuam boa infraestrutura, em especial a de transporte, que permita o acesso do turista ao destino turístico.

Transporte e turismo têm uma característica em comum: a intersectorialidade. Ambos agregam uma gama de outros setores que devem ser levados em conta nas fases de diagnóstico, planejamento e implementação de projetos. O sistema de transporte não deve ser considerado apenas por si, ao contrário, deve ser visto em sentido mais amplo, de modo a atender aos setores da economia e as necessidades da população. Esta tarefa é efetivada com uma estratégia de mobilidade (OWEN, 1975). As estratégias de mobilidade devem ser definidas com base em estudos prévios de oferta e demanda, cabendo aos setores econômicos manifestarem suas necessidades de transporte (LOHMANN; CASTRO, 2013). Dessa forma, o planejamento do turismo deve manifestar

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo (FACTUR/UFPA), especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e Lazer (NAEA/UFPA). Atuou como consultora de viagem em turismo receptivo regional em Belém e em turismo emissor nacional e internacional. Hoje presta consultoria em viagens internacionais de estudos e intercâmbio.

<sup>2</sup> Professora do NAEA. Doutora e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

as necessidades de mobilidade e identificar as falhas do sistema de transporte para o setor.

Neste trabalho, a partir de investigação sobre a efetivação de projeto de infraestrutura de transporte para a área de interesse turístico na Amazônia brasileira e de indicativos encontrados como responsáveis pela não implementação de intervenções propostas, enfatiza-se a importância da gestão intersetorial para o desenvolvimento, tanto do turismo como do transporte local.

Foi estudado o caso do projeto Melhoria de Acessibilidade Fluvial e Terrestre do Marajó, que integra o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (Plano Ver-o-Pará) (PARÁ, 2011b). A Ilha de Marajó é um dos maiores atrativos turísticos do Estado do Pará, com potencial para desenvolver mais de um tipo de segmento turístico, com destaque ao turismo ecológico. Apesar de possuir atrativos, e de acordo com o contexto amazônico, a Ilha sofre historicamente com infraestrutura de transporte precária. No sistema de transporte fluvial, os terminais portuários regionais encontram-se defasados, com baixa ou nenhuma acessibilidade, não oferecendo a estrutura necessária para transporte de passageiros, e as embarcações são inadequadas (MT - Ministério dos Transportes, 2010).

As vias do sistema rodoviário complementar encontram-se em péssimo estado de conservação, com inadequados terminais intermodais, gerando altos custos de deslocamento. As dificuldades de deslocamento na e para a Ilha são, historicamente, apontadas pelos órgãos públicos, pelo empresariado e pelos profissionais da área como um dos empecilhos para o desenvolvimento do turismo local.

Inicialmente, este trabalho aborda a importância do transporte para o desenvolvimento do turismo. Em seguida, contextualiza o projeto Melhoria de Acessibilidade Fluvial e Terrestre do Marajó nas políticas de turismo nacionais e estaduais. No item 3, são apresentados os resultados da investigação acerca da implementação do projeto. A investigação teve abordagem qualitativa, de caráter descritivo, e contemplou as atividades de pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo, utilizando as técnicas de observação e aplicação de entrevistas.

Os resultados da investigação apontam para a não implementação de ações no sistema de transporte previstas no projeto, que são de suma importância para o turismo na região. Como possível causa da não implementação das ações, entrevistados sugerem a inexistência da gestão intersetorial. Embora possa haver várias outras razões que, isolada ou conjuntamente, acarretem a não efetivação do planejamento de turismo para a região, admite-se que a gestão intersetorial tem um papel relevante para compatibilizar as ações nos setores transporte e turismo e promover o alcance das metas estabelecidas no planejamento.

## **TURISMO E TRANSPORTE NO BRASIL**

O turismo é um dos setores cujo crescimento mais rapidamente contribui para o desenvolvimento socioeconômico em muitos países. O volume de negócios se iguala, ou até ultrapassa, ao dos setores de exportação de óleo, produtos alimentícios e automobilístico em alguns países desenvolvidos e tem se tornado uma importante fonte de recursos para alguns países em desenvolvimento (OMT, 2011). Isso, em grande parte, se deve aos investimentos em infraestrutura de transporte. A função dos transportes na cadeia do sistema de turismo é importante, especialmente em localidades de grande potencial turístico em que a infraestrutura de transporte ainda não atende a esta demanda.

Silva (2014) afirma que as ações de intervenção no sistema de transporte (terminais, vias, serviços, veículos e equipamentos de apoio ao viajante) refletem na qualidade do turismo. Por isso, um bom sistema de transporte é um dos pilares para tornar uma localidade atrativa aos turistas, aumentando a competitividade do destino no mercado. Assim, o planejador de turismo deve considerar o desenvolvimento das tecnologias de transporte e investir na infraestrutura da localidade para dinamizar o fluxo de turistas.

Um dos princípios do planejamento no turismo é o estudo qualitativo da infraestrutura básica de acesso que o núcleo receptor dispõe. Este estudo vai além das necessidades de uso dos equipamentos de

infraestrutura pela população residente. Deve perpassar pela hiperutilização ou subutilização desses equipamentos de acordo com a sazonalidade dos fluxos de turistas – baixa e alta temporada (NASCIMENTO, 2012).

A gestão pública tem o papel central de intervir na implementação do planejamento, com o objetivo de dinamizar fluxos turísticos por meio do melhoramento da infraestrutura, principalmente em destinos em que o turismo pode atuar como um setor que contribua para o desenvolvimento local. Assim, a gestão intersetorial é a mais adequada como um meio de execução do planejamento turístico para atender às diversas demandas.

No entanto, há indicativos de que o setor de transporte, tomado por si só, seguiu concepções desintegradoras nos últimos anos, principalmente a partir da criação de duas agências reguladoras de modais de transporte: a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), ambas subordinadas ao Ministério dos Transportes. Em 2006, foi criada ainda a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), subordinada ao Ministério da Defesa. Apesar de serem diferenciados, os modais de transporte devem ser regulados de forma coordenada e devem ser vistos como partes integrantes de um sistema único.

Nesse caso, uma única agência reguladora trataria as especificidades de cada modal, sem perder o olhar sistêmico (LOHMANN; TRISCHLER, 2012). Além disso, em consequência de políticas econômicas de curto prazo, o planejamento teve descontinuidade, sem políticas públicas consistentes de restauração e expansão de infraestrutura de transporte. Com a degradação do transporte, as atividades econômicas dependentes do setor tornaram-se onerosas, sendo um obstáculo ao crescimento e à competitividade do país (BARAT, 2004). Para o turismo, isso reflete no encarecimento das viagens, tanto para turistas domésticos quanto para turistas internacionais que vêm ao Brasil. Por consequência, o país, de modo geral, perde competitividade no mercado turístico, tornando-se emissor de turistas ao invés de receptor.

As políticas públicas de turismo no Brasil, a partir da década de 1990, tiveram a maior parte de seus recursos voltados a melhorar o

acesso à região Nordeste do país, que até então encontrava-se precário, por via rodoviária. A vocação dessa região para o Turismo de Sol e Praia, somada à infraestrutura construída no local, viabilizou investimentos de redes de hotéis e resorts internacionais, aumentando a oferta turística e, conseqüentemente, os fluxos turísticos (CRUZ, 2005).

## **AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E NO ESTADO DO PARÁ**

Seguindo o caminho inverso do ocorrido na região Nordeste, na Amazônia quase nenhum projeto de infraestrutura teve algum efeito sobre o setor de turismo. Este fato reflete nos dias atuais, pois a região se encontra como a menos visitada por turistas nacionais e internacionais, segundo os relatórios governamentais apresentados pelo Ministério do Turismo desde sua criação, no ano de 2003. A Amazônia é apontada como uma região com grande potencial turístico, principalmente para o segmento de ecoturismo, porém ainda sofre com a falta de transporte de qualidade e infraestrutura turística. As políticas públicas do turismo na região têm um histórico de descontinuidade, quase sempre desvinculadas de outros setores da gestão pública. Os resultados das políticas públicas de turismo na Amazônia tiveram pouca efetividade, pouca participação local em sua implantação e pouco desenvolvimento de infraestrutura básica e turística (NÓBREGA, 2008).

Como ocorrido em várias regiões do mundo, o turismo também chegou à Amazônia, sendo apresentado pelo poder público como um meio de desenvolvimento local. Esforços foram feitos para sanar problemas relacionados ao planejamento e principalmente à gestão do turismo na região, mas houve poucos avanços, apesar de algumas ações programadas durante as décadas 1970-1990 terem sido realizadas. Ainda apresentando um cenário de gestão desfavorável, o turismo desperta interesse de atores públicos e privados e da população local, principalmente em destinos turísticos dotados de atrações naturais e patrimônio material e imaterial específicos (NÓBREGA, 2013).



Por conta dos poucos resultados bem-sucedidos no planejamento e na gestão do turismo na Amazônia, a região tem incipiente participação no mercado turístico brasileiro, tendo como uma das causas a infraestrutura de transporte ainda precária, que não atende às demandas de modo satisfatório (PRIDEAUX; LOHMANN, 2009).

O Estado do Pará, segundo maior da Amazônia brasileira, foi contemplado com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional a partir dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, na década de 1970, elaborados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Estes planos desencadearam uma discussão sobre a biodiversidade e seu uso para vários projetos na Amazônia, incluindo os turísticos. Algumas ações prévias à implementação foram realizadas, como estudos de mercado, elaboração de diagnósticos de desenvolvimento turístico e a implantação de obras infraestruturais para a mobilidade e dinamização de fluxos turísticos (NÓBREGA, 2013).

Entre os programas governamentais desenvolvidos a partir desse período, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), atualmente conduzido pelo Ministério do Turismo (MTUR), que tem o objetivo de investir em ações para consolidar a Política Nacional de Turismo e a gestão descentralizada do setor nos âmbitos federal, estadual e municipal. Em 2008, a implantação do Prodetur no Estado do Pará foi autorizada para investimentos nos polos turísticos Belém, Marajó e Tapajós (BRASIL, s.d.).

Os polos turísticos foram criados artificialmente com o intuito de incentivar o crescimento de forma mais equilibrada entre as regiões (NÓBREGA, 2013). No entanto, considerando-se o exemplo do Prodetur, em que alguns polos foram priorizados, percebe-se que na prática os investimentos são direcionados aos polos que possuem maiores demandas para o mercado turístico, em especial em função de seus atrativos.

No Governo do Estado do Pará, foram criados o Sistema Estadual de Gestão do Turismo (SEGETUR) e a Secretaria de Estado de Turismo do Pará, pela Lei N.º 7.593 de 28 de dezembro de 2011. Este sistema tem como função promover o desenvolvimento turístico do Estado de forma

integrada e articulada com os órgãos que o compõem, inseridos no Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR), além da Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR-PA). Os componentes do FOMENTUR-PA se dividem em entidades do poder público, órgãos federais, entidades públicas estaduais, iniciativa privada, organizações não governamentais e Fóruns Regionais de Turismo dos polos do Pará, totalizando mais de 40 entidades (PARÁ, 2011b). Apesar de ter uma grande quantidade de participantes, não integra o FOMENTUR-PA nenhum órgão ligado ao setor de transportes. No caso de projetos de transporte turístico, cabe aos fóruns regionais dos polos do Pará a função de implementar as obras em parceria com a SETUR-PA.

A partir de então, a política turística do Estado do Pará foi iniciada com o Plano Ver-o-Pará, inserida na agenda mínima de governo no quadriênio 2011/2014. O turismo foi contemplado com R\$ 110 milhões pela Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, por meio da hoje extinta Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), órgão que era destinado a executar projetos de promoção turística, acessibilidade e transporte, qualificação, infraestrutura, entre outros (PARÁ, 2011b). Com a extinção da PARATUR, todas as ações de turismo ficaram a encargo da SETUR-PA.

O Plano Ver-o-Pará segue os preceitos do Plano Nacional de Turismo (PNT), sendo o turismo definido como um meio para redução das desigualdades sociais, geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população local. Ainda assim, poucos resultados podem ser notados mesmo nos polos turísticos citados como prioritários, como é o caso do Marajó.

## **POLO TURÍSTICO MARAJÓ E A PROPOSTA PARA MELHORAMENTO DA MOBILIDADE NO PLANO VER-O-PARÁ**

O arquipélago do Marajó, situado integralmente no Estado do Pará, possui a maior ilha fluviomarina do mundo. Está incluído na mesorregião geográfica do Marajó, que inclui, além do arquipélago, uma

porção continental do Pará, somando uma aérea de cerca de 105 mil km<sup>2</sup>. É composto por 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (PARÁ, 2007 apud SANTANA, 2012).

O turismo surgiu como atividade produtiva local entre as décadas de 1970 e 1980 integrado à política de desenvolvimento para a Amazônia (FIGUEIREDO, 1996 apud SANTANA, 2012). Os primeiros hotéis foram construídos com financiamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, e Soure passou a ter a melhor infraestrutura turística do polo Marajó (SANTANA, 2012). Os investimentos dos planos de desenvolvimento nem sempre tiveram sucesso e, apesar dessas iniciativas governamentais, houve pouco progresso.

Segundo o Relatório Analítico do Território do Marajó (UFP/MDA, 2012), o arquipélago ainda goza de alto grau de isolamento apontado pelos indicadores socioeconômicos e culturais que mostram que essa região foi historicamente abandonada pela ausência ou baixa capilaridade das políticas públicas, de serviços infraestruturais e de equipamentos coletivos de promoção e proteção social voltados ao desenvolvimento socioterritorial. Estes efeitos são atribuídos ao modelo de intervenção estatal no setor turismo, que concentra a maior parte dos investimentos no polo Belém, capital do Estado do Pará.

O PRODETUR - Pará elegeu o polo Marajó como um dos prioritários para receber investimentos. Entre os municípios contemplados estão Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. O critério de escolha desses municípios é baseado nos fluxos turísticos já existentes e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os recursos do Prodetur correspondem a US\$ 44 milhões, sendo 60% advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Deste total, US\$ 9,478 milhões serão direcionados a infraestrutura e serviços básicos, como infraestrutura de acesso e transporte (BRASIL, s. d.).

Com o intuito de mudar o cenário de defasagem infraestrutural de transporte com vistas a dinamizar fluxos turísticos, o Macroprograma

de Qualidade do Plano Ver-o-Pará foi destinado a melhorar serviços como sinalização e informação; qualificação de profissionais de turismo; infraestrutura urbana e acessibilidade. Este macroprograma inclui o Programa de Infraestrutura turística, que propõe projetos de melhoria de acessibilidade nos polos turísticos Belém, Tapajós, Araguaia-Tocantins e Marajó.

Para o Marajó, o programa tem como um dos projetos Melhoria de Acessibilidade Fluvial e Terrestre, cujas ações deveriam ser realizadas no ano 2012, conforme cronograma que consta no Plano Ver-o-Pará (Quadro 1).

Quadro 1 – Ações do projeto Melhoria de Acessibilidade Fluvial e Terrestre - Polo Marajó

AÇÃO	OBRAS
<b>Ação 89:</b> Reforma/ampliação ou revitalização de portos, trapiches e terminais de passageiros.	Terminal Hidroviário de Belém Luiz Rebelo Neto (Figura 1); Porto Camará (Figura 2); Trapiche de Soure.
<b>Ação 90:</b> Revitalização e pavimentação de estradas intermunicipais e de acesso a atrativos.	PA 154, conhecida como Transmarajoara (liga os municípios de Salvaterra, Soure e Cachoeira do Arari).
<b>Ação 91:</b> Construção de ponte sobre o rio Paracauari.	Rio Paracauari, que divide os municípios de Salvaterra e Soure.

**Fontes:** Plano Ver-o-Pará e Diagnóstico do Transporte no Marajó.

As principais estruturas do sistema de transporte para o polo Marajó são alvo de proposições do projeto de “Melhoria da Acessibilidade Fluvial e Terrestre do Marajó” (Projeto número 30 do Plano Ver-o-Pará), tendo como base o Diagnóstico do Transporte para o Marajó (PARÁ, 2011a). Com base no diagnóstico e no Plano Ver-o-Pará, bem como nas pesquisas in loco, foi possível verificar quais eram os problemas existentes antes da implementação do projeto e o que, de fato, foi realizado ao término do prazo que consta no cronograma de 2012. A partir desta análise, surgiram os questionamentos em relação à posição da gestão pública de turismo do Estado frente aos principais problemas que persistiram mesmo após

o planejamento e captação de recursos disponíveis para a realização do projeto de Melhoria de Acessibilidade Fluvial e Terrestre do Marajó.

### **IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE MOBILIDADE (ANO 2012)**

Das ações previstas no projeto de Melhoria de Acessibilidade Fluvial e Terrestre do Marajó, constatou-se que, das três ações, a 89 e a 90 foram parcialmente realizadas. Entre os terminais citados na ação 89, apenas o Terminal Hidroviário de Belém Luiz Rebelo Neto teve sua obra concluída. A obra foi inaugurada em maio de 2014, com nova estrutura e serviços para os passageiros. O espaço do terminal passou a ser climatizado, com novos guichês de venda de passagens, novas rampas, sala de embarque e lanchonetes, além de lojas e quiosques de artesanato, que até então eram inexistentes.

O Porto Camará e o Trapiche de Soure continuaram nas condições relatadas no Diagnóstico do Transporte para o Marajó apresentado pela Secretaria de Estado de Turismo – SETUR-PA (PARÁ, 2011a). O terminal do Camará e o Trapiche de Soure têm as instalações fora dos padrões adequados às normas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. O desembarque no Porto Camará é feito de forma desorganizada e insegura. Muitos passageiros, literalmente, pulam do barco no momento do desembarque, sem utilizar as rampas que dão acesso ao terminal. Não há acesso adequado para pessoas com mobilidade reduzida e não há informações de como o passageiro pode se deslocar para outras localidades.

Durante a pesquisa, foram constatados problemas que já haviam sido assinalados no Diagnóstico do Transporte para o Marajó: a falta de ordenação e a visível má qualidade no transporte (PARÁ, 2011). A maior dificuldade apontada pela Secretaria na gestão do transporte turístico é a falta de parceria entre os municípios (principalmente entre Salvaterra e Soure), ainda que haja tentativas de diálogo. Os fóruns realizados nem sempre têm participação simultânea destes e dos outros municípios. Há casos em que mais de uma reunião é realizada para abordar o mesmo assunto, por conta da falta de comparecimento dos representantes

dos municípios à reunião, o que acaba por dificultar a comunicação e provocar atrasos na tomada de decisões e estabelecimento de parcerias.

A ação 90 do projeto, referente à revitalização e pavimentação de estradas intermunicipais e de acesso a atrativos, estava parcialmente realizada no trecho que parte do porto Camará até o município de Soure. Este trecho é realizado pela rodovia PA-154, conhecida como Transmarajoara, que no momento da pesquisa de campo se encontrava em ótimo estado de conservação. Após a travessia em balsa de Salvaterra para Soure, o cenário é outro. Neste trecho da rodovia (que continua após o trecho fluvial), observaram-se muitos buracos e trechos de estrada de terra. No entanto, no segundo período de visita, notou-se que parte do trabalho de asfaltamento da via tinha sido iniciado.

O mau estado de conservação das estradas contribui para o encarecimento do custo de transporte, principalmente para os visitantes que usam o serviço de táxis. Os altos gastos de manutenção de veículos são repassados aos passageiros que, como já foi dito, têm poucas opções de deslocamento no local. Segundo a Secretaria de Estado de Turismo, em épocas de chuva, a rodovia fica submersa e em alguns trechos os moradores ficam ilhados, sem poder se deslocar. Sobre a solução deste problema, a maior dificuldade apontada pela SETUR-PA é que alguns trechos da Transmarajoara passam por áreas protegidas e estão sob administração de legislação ambiental específica e restrita, sendo este mais um ponto destacado da falta de diálogo com outros setores.

A terceira e última ação (número 91) do projeto refere-se à construção da ponte sobre o rio Paracauari. Apesar de constar no Plano Ver-o-Pará, a assessoria da Secretaria de Estado de Turismo afirmou que esta obra dificilmente sairá do papel, por conta da profundidade do rio, fator que encareceria não somente a construção da ponte como a sua manutenção. A posição da assessoria é que seria praticamente impossível a sua construção.

Nas entrevistas realizadas na SETUR-PA, ficou claro que o órgão está ciente de que as atuais condições do transporte para o Marajó, de modo geral, não estão adequadas ao mínimo esperado, não somente

para uso turístico. Segundo a Diretoria de Produtos Turísticos do órgão, não existe na Amazônia brasileira nenhuma empresa que trabalhe com a tecnologia de navegação adequada e ideal para a nossa região.

A solução proposta pela Secretaria de Estado de Turismo para locais de difícil acesso é o planejamento de uma rota aérea, a fim de inseri-los no crescimento de fluxos turísticos, de comércio e de investimentos regionais. No entanto, esta medida é de difícil realização pelo pequeno número de empresas interessadas em investir. As taxas e impostos são elevados e a estrutura necessária é inexistente em municípios pequenos, pois faltam terminais em boas condições, as pistas são de difícil operação e falta combustível para o reabastecimento de aeronaves, aumentando assim os custos com a manutenção (PARÁ, 2011b).

Vale ressaltar que na gestão 2015/2018 do Governo do Estado do Pará ocorreu uma reforma administrativa, na qual, entre outros, foi extinta a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR). Deste modo, no período em que ocorreu a pesquisa, a SETUR-PA passava por uma fase de transição em que estava ocorrendo um reordenamento interno de funções. Sendo assim, este apresentou-se como mais um fator que oferece barreira para a resolução deste e de outros projetos do Plano Ver-o-Pará.

## **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSETORIALIDADE**

A implementação de políticas públicas pode ser considerada uma questão de pesquisa ainda pouco explorada do ponto de vista empírico, pois há poucos estudos que privilegiam a análise das políticas públicas no momento de sua implementação (ARRETCHE, 2003 apud SANTOS, 2011). Em geral, as análises e pesquisas sobre políticas públicas, principalmente no turismo, discorrem sobre a fase do processo de planejamento ou sobre seus resultados finais.

Para que as políticas públicas sejam implementadas, condições essenciais devem ser dadas previamente. A legislação e os fundos correspondentes à política pública já devem ter sido aprovados, e acordos

com entidades envolvidas já devem ter sido acertados previamente, oportunizando maiores chances de que sejam realizadas. Outras variáveis também devem ser analisadas, como aspectos sociais, econômicos, ecológicos e políticos (NAJBERG; BARBOSA, 2006).

Em muitos casos, a implementação de políticas públicas perpassa mais de um setor para se concretizar; por esta razão a gestão intersetorial é fundamental. Este modelo de gestão ganhou notoriedade no Brasil a partir do advento da Constituição Federal de 1988, quando se instituiu o reordenamento das relações institucionais na gestão pública. Neste movimento de democratização, a gestão descentralizada surgiu como um processo de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos, para tornar o aparelho estatal mais ágil e eficaz, criando novas instâncias de poder e redefinindo as relações entre Estado e sociedade (COMERLATTO; COLLISELLI; KLEBA; MATIELLO; RENK, 2007).

Para Santos (2011), a intersetorialidade é um modelo de gestão de políticas públicas que se baseia na contratualização de relações entre diferentes setores, em que responsabilidades, metas e recursos são compartilhados, e que deve criar uma relação de respeito à autonomia de cada setor, mas também de interdependência. O que na prática ocorre é que cada setor segue uma lógica profissional e um domínio de ideias; no entanto, não há um consenso quanto a uma única referência e orientação. Ao contrário, existe uma espécie de jogo de conflitos e discussões em torno das ideias e estratégias que integram essa lógica setorial.

Santos (2011) ainda afirma que a intersetorialidade visa substituir uma estrutura governamental competitiva, dando lugar a uma gestão cooperativa, a partir da descentralização das ações, da transferência de poder central às unidades territoriais e da promoção de estruturas de oportunidades, como canais de comunicação, informação e participação intersetorial. Deste modo, a descentralização ou centralização na gestão da política define as estratégias, os modos de ação e o compartilhamento de recursos e informações.

Para que a intersetorialidade seja eficiente, devem ocorrer mudanças nas organizações, como em outros setores da sociedade. As



ações intersetoriais se concretizam com a compreensão compartilhada das finalidades, objetivos, ações e indicadores dos programas e projetos e se tornam práticas articuladas, acarretando impactos na qualidade de vida da população. Deste modo, o processo ganha consistência, pois os grupos populacionais passam a ser sujeitos e não objetos da intervenção (COMERLATTO; COLLISELLI; KLEBA; MATIELLO; RENK, 2007).

Para que a intersectorialidade e as redes sejam eficazes na gestão pública, deve haver uma mudança das práticas das organizações, não somente públicas como também privadas, de modo que a possibilidade de participar se homogeneíze entre os setores público, privado e a sociedade. Hoje o elo entre os setores ainda é fraco, com baixa troca de informações, experiências e trabalho em equipe (SANTOS, 2011).

Considerando esses fatos, pode-se dizer que um dos princípios básicos que devem nortear a gestão pública é a intersectorialidade. No caso do turismo, por se tratar de um setor que se compõe da soma de vários outros setores que juntos o fazem funcionar, a parceria entre várias instâncias do setor público, setor privado e sociedade é primordial. Entre os setores que compõem o turismo, o setor de transporte garantiria um de seus requisitos primários, que consiste nos deslocamentos dos consumidores ao destino final. Deste modo, é necessário que haja bom diálogo entre os organismos setoriais para dinamizar o turismo em uma localidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as dificuldades de implementação da maioria das ações relativas a transporte previstas no projeto Melhoria da Acessibilidade Fluvial e Terrestre do Marajó poderiam ser mais bem enfrentadas se houvesse uma gestão intersectorial consolidada. Apesar de os documentos oficiais indicarem que as parcerias entre diversos setores devem existir, na prática isto quase não ocorre. Em muitos casos, um esforço mais efetivo da própria SETUR poderia incentivar outros setores da gestão pública e do setor privado a debater e a criar novas parcerias no momento do planejamento.

Ocorre que o planejamento do turismo é desvinculado de qualquer outro setor, desde a fase do diagnóstico. As parcerias, quando ocorrem, são feitas após o planejamento, implicando uma implementação falha e, na maioria dos casos, sem resultados efetivos. Apesar de outros fatores influenciarem a fase de execução dos projetos (fatores climáticos, político-administrativos e ecológicos), pode-se concluir que a implementação das ações passa por uma série de dificuldades de execução em função da ausência de intersetorialidade, tanto entre os órgãos públicos estaduais e municipais quanto entre outros setores também afetados pelas ações do projeto, como é o caso do transporte. Assim, projetos são adiados e, em sua maioria, sem previsão de conclusão.

A falta de investimentos no setor de transporte dificulta o interesse de investidores da cadeia do turismo. Como consequência, os fluxos turísticos ficam prejudicados pela baixa qualidade e altos custos de deslocamento. Esse problema, que afeta o turismo local no Marajó, mas historicamente assola a região, se mostra ainda sem solução para curto e médio prazos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. M. de. Transportes e planificação do turismo. *Revista Turismo em Análise*, v. 3, n. 2, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64160>>. Acesso em: 06 de jun. de 2014.

BARAT, J. *Infra-estruturas e crescimento: reforma do Estado e inclusão social*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2004.

BRASIL. Programa de Desenvolvimento do Turismo: Seção Pará. Belém, s.d.

COMERLATTO, D. et al. *Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais* Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 265-271 jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a15v10n2>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CRUZ, R. de C. A. da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234/12254>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

LOHMANN, G.; CASTRO, R. Transporte e Desenvolvimento de destinos turísticos. In: LOHMANN, G.; FRAGA, C.; CASTRO, R. *Transportes e destinos turísticos: planejamento e gestão*. Eduardo Sanovicz (coord.) – 1 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

\_\_\_\_\_; TRISCHLER, J. Tourism transport issues in Brazil. In: *Tourism in Brazil: Environment, management and segments*. G. Lohmann e D. Dredge (orgs.). Routledge: Londres e Nova Iorque, 2012.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT. Diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário. MT: Brasília, 2010 (Edição revisada). Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/Modal/Hidroviario/PNHidroviario.pdf>>.

NAJBERG, E.; BARBOSA, N. B. *Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas*. INTERFACE - Natal/RN - v. 3 - n. 2 - jul./dez. 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/Raissa/Downloads/Najberg\\_Barbosa\\_2006\\_Abordagens-sobre-o-Processo-de\\_21308.pdf](file:///C:/Users/Raissa/Downloads/Najberg_Barbosa_2006_Abordagens-sobre-o-Processo-de_21308.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

NASCIMENTO, R. C. do. Reflexões sobre planejamento turístico regional no limite do Sístur. In: *Turismo, planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters* / Mário Carlos Beni (Org.) – Barueri, SP: Manole, 2012.

NÓBREGA, W. R. de M. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará. In: *Turismo em Foco* / Francisco Fransualdo Azevedo et al. (org.) – Belém, NAEA, 2013. (p. 92 – 115).

\_\_\_\_\_. Perspectivas e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: discussões acerca do Proecotur no Estado do Pará. In: *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional* / Silvio Lima Figueiredo (Org.) – Belém: NAEA, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. *Tourism highlights*. UNWTO, 2011. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights11enhr.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Turismo internacional: uma perspectiva global*. Organização Mundial do Turismo e rede de Educação da OMT na Universidade do Havá em Manoa (EUA), Universidade de Calgary (Canadá) e na James Cook University, e por Chuck Y. Gee e Eduardo Fayos-Solá (organizadores). Roberto Cataldo Costa (tradução). – 2ª ed. – Porto Alegre: Bookmann, 2003.

OWEN, Wilfred. *Estratégia para os transportes*. Biblioteca pioneira de administração e negócios: São Paulo, 1975. PARÁ. *Diagnóstico do transporte para o Marajó*. Paratur – Companhia Paraense de Turismo. Pará, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Ver-o-Pará: plano estratégico de turismo do Estado do Pará 2012 - 2020 – relatório executivo*. Pará, 2011b. Disponível em: <[http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano\\_ver-o-para.pdf](http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano_ver-o-para.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2014.

PRIDEAUX, B., LOHMANN, G. *River Tourism*. In: *The Amazon: a river tourism frontier*. B. Prideaux e M. Cooper. CABI Publishing: Cambridge, 2009. (p. 147 – 164).

SANTANA, E. de J. M. *Políticas públicas de turismo na Ilha do Marajó: turismo e apropriação da paisagem no município de Soure – Pará*. Dissertação de mestrado em Geografia - PPGeo/IFCH, Universidade Federal do Pará. Belém, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/5012/1/Dissertacao\\_PoliticPublicasTurismo.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/5012/1/Dissertacao_PoliticPublicasTurismo.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SANTOS, N. N. dos. *A intersectorialidade como de gestão de políticas de combate à pobreza: o Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos*. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://isags-unasul.org/ismoodle/isags/local/pdf/>>

modulo6/intersetorialidade\_como\_modelo\_de\_gestao\_brasil.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, E. A. M. da. Modelo de avaliação da influência dos sistemas de transportes para o turismo no desenvolvimento regional. Doutorado em Transportes (tese). Universidade de Brasília: Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.transportes.unb.br/downloads/teses/001-2014.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Relatório Analítico do Território do Marajó. Belém, 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

# TURISMO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Kassia Suelem Farias*<sup>1</sup>

*Juliana Azevedo Hamoy*<sup>2</sup>

*Silvio Lima Figueiredo*<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O entendimento do fenômeno do turismo e de suas relações com as políticas públicas, o planejamento e o desenvolvimento necessita de aportes teórico-metodológicos que possam dar conta da sua complexidade. Para essa compreensão, é necessário entender a gênese e o desenvolvimento do fenômeno das práticas relacionadas ao turismo. Uma série de fatos que marcaram a trajetória do turismo está interligada diretamente aos processos histórico-econômicos mundiais. Para Figueiredo (2012, p. 242), a partir da Revolução Industrial, o surgimento da “máquina a vapor revolucionou o transporte com navios e posteriormente, as locomotivas e trens”, e o mundo tornou-se mais conhecido. A curiosidade impulsionava os viajantes pelas regiões ainda não conhecidas do globo, e as guerras e ameaças faziam migrar populações. Pouco a pouco, essas viagens foram se desenvolvendo e crescendo quantitativamente a ponto de movimentar todos os setores da sociedade. Com isso, o turismo é visto por muitos como um “fenômeno”

---

<sup>1</sup> Graduação em Turismo (Bacharelado) pela UFPA; Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA); Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA).

<sup>2</sup> Graduação em Turismo (Bacharelado) pela UFPA; Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA); Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA).

<sup>3</sup> Mestre em Planejamento – NAEA/UFPA, Doutor em Comunicação - ECA/USP; realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne. Professor/pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

no sentido de atingir direta e/ou indiretamente a economia, a sociedade e o ambiente visitado.

Compreender o turismo como um fenômeno cada vez mais propicia questionamentos sobre suas consequências (positivas e negativas) que perpassam por todos os setores econômicos (primário como a agricultura e secundários como a indústria) e pela sociedade. Contudo, seria um equívoco afirmar que a atividade em questão causa apenas o desenvolvimento.

Conforme Solha (2006), as políticas de desenvolvimento para o turismo começam a ter importância quando surgem indícios de fortes impactos nos destinos ou quando afetam a economia da cadeia produtiva, “antes disso, caracteriza-se pela espontaneidade, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, obedecendo apenas à lei de mercado” (SOLHA, 2006, p.90). Essa preocupação tardia com o turismo pode acarretar danos irreversíveis, se fazendo necessário o planejamento da atividade, uma vez que se forem observadas determinadas questões de desenvolvimento e justiça socioambiental, o turismo pode trazer benefícios escalonados, seja para o meio ambiente ou para a sociedade receptora.

O turismo incorpora um conjunto de produtos e serviços de diferentes setores para o funcionamento da sua cadeia, como por exemplo: Transportes (ônibus, avião, trens, navios etc.); Infraestrutura urbana; Empresas de alimentos e bebidas e de hospedagem e Operadoras de Viagens. Além dos produtos e serviços que diretamente envolvem o funcionamento do turismo, existem aqueles que indiretamente são aquecidos por esse fenômeno, como as lojas de conveniências, vestuários e souvenirs, que implicam fortemente no desenvolvimento do local ou região.

Por ser uma atividade complexa, tem se orientado por diferentes áreas de pesquisas. Azevedo *et al.* (2013) ressaltam as abordagens socioantropológicas que avaliam a viagem como rito de passagem, considerando as motivações e as implicações socioculturais a partir da viagem e turismo. Outros estudos, no entanto, a entendem sob a perspectiva econômica, assim como identificam a atividade como sendo um importante instrumento para o desenvolvimento de um país. Sabendo

disso, os autores enfatizam a necessidade de “estudar/ compreender o turismo em um mix de abordagens multidisciplinar e interdisciplinar” (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 13), que dão base para a sua organização e seu planejamento.

Nesse trabalho, debateremos os principais aspectos teórico-metodológicos que relacionam o turismo às políticas públicas, ao planejamento do turismo e, finalmente, ao desenvolvimento por meio do turismo.

## **TURISMO E DESENVOLVIMENTO, CONCEITOS COMPLEMENTARES?**

As teorias sobre o turismo são paradoxais, já que existem conceituações sob enfoques econômico, social, ambiental e algumas envolvem ainda a ideia de sustentabilidade. Essas discussões têm instigado pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, tais como: turismólogos, economistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos, entre outros, que tendem, na maior parte das vezes, a explicar e analisar o turismo sob a ótica de seu conhecimento disciplinar.

No Brasil, o conceito trabalhado pelo Ministério do Turismo (MTUR) é o mesmo da Organização Mundial do Turismo (OMT): o turismo “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros” (OMT, 2001, p.3). Porém, essa é uma visão aparentemente vaga, que não compreende a complexidade da atividade. Bacal (2003) teoriza o turismo com um olhar mais econômico e de gestão, no qual é necessário o gasto em bens e serviços:

Um processo que contém um conjunto de relações e fenômenos existentes nos deslocamentos voluntários, caracterizados pelo afastamento da morada permanente – com intenção de retorno – com utilização total ou parcial dos bens e serviços orientados para a satisfação das necessidades dos viajantes, considerando os diferentes motivos de deslocamento (BACAL, 2003, p.112).



A conceituação de Bacal, ao contrário da OMT, considera o uso (mesmo que parcial) dos serviços, tais como hotéis, restaurantes, táxis e outros também como uma caracterização do fenômeno. Como uma apreensão social, Lemos (1996) aponta o turismo como um fenômeno social, no qual sua força econômica é fundamental para a melhoria da qualidade de vida, por meio das muitas atividades que ele propicia. Nessa conceituação, observa-se uma preocupação social, cujos estudos e planejamentos fazem parte, de modo indissociável, da atividade turística.

Como atividade econômica, o turismo é uma atividade considerada recente, ainda que existam estudos sobre os deslocamentos realizados pelo homem em diversos períodos da história ocidental. Esses deslocamentos aconteciam por diversos motivos: para estudos, por causa de guerras, peregrinações etc. Mesmo com a existência desses deslocamentos, não necessariamente ligado ao lazer, não se pode caracterizá-los como turismo, que, além da motivação do lazer, possui características básicas como: o deslocamento, o transporte e a hospedagem.

Como atividade econômica, o setor público esforça-se para planejá-lo. Segundo Azevedo *et al.*, (2013, p. 92), “o poder público vem planejando e gerenciando o setor com fins de proporcionar o desenvolvimento de diferentes regiões [...] no intuito de garantir melhoria na qualidade de vida tanto para residentes quanto aos viajantes”. É a partir disso que os Estados definem seus objetivos, formulam e programam suas ações estratégicas visando garantir que todos os envolvidos nessa atividade usufruam dos seus benefícios. Deste modo:

[...] se houver essa percepção e se for desenvolvido um planejamento adequado, poderão ser proporcionados benefícios que vão além do aumento do Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo não somente para as necessidades de crescimento econômico como também para as necessidades da população local (FARIAS, 2014, p.192).

O pensamento desenvolvimentista interligado ao turismo é inicialmente baseado nas premissas econômicas, em que, com a utilização dos serviços de determinado local, o capital se mantém aquecido e

circula mais entre os diversos setores escalonados. O que muitas vezes não é considerado é o aspecto do desenvolvimento sociocultural como um todo, assim como o bem-estar dos moradores do local visitado, as possibilidades de autogestão e os reforços de autodeterminação.

A relação entre visitante e visitado é um dos “nós” mais complexos dessa agora atividade. Para a pessoa que visita, é importante observar que quando se faz uma viagem a determinado lugar, o viajante entra em contato com novas culturas, novos hábitos e novas experiências, o que passa a influenciar inclusive sua percepção sobre o mundo. E quando esse visitante volta ao seu lugar de origem, dificilmente ele retorna com os mesmos pensamentos com os quais saiu. Para Figueiredo (2012), a ideia de desenvolvimento é assimilada pela atividade turística, porque ser desenvolvido requer riqueza, tempo disponível para usufruir dessa riqueza e “aproveitar a vida”.

O autor diz ainda que “o turismo faz parte do mecanismo da busca da prosperidade e da paz, e da busca da felicidade” (FIGUEIREDO, 2012, p. 356). Essas buscas são constantes na vida da pessoa. Então, partindo do pressuposto que todos buscam prosperidade, paz e felicidade e que a prática do turismo está relacionada com os meios de encontrar/ter/ser essas realizações, é inegável a importância dessa atividade para quem a pratica.

Com foco no lugar que recebe o viajante, o desenvolvimento socioeconômico pode ser melhor compreendido, já que envolve vários setores da economia. Porém, antes de continuar sobre o desenvolvimento econômico, se faz importante uma observação sobre o desenvolvimento econômico e o crescimento econômico. Como cita Dias (2003, p.67), o desenvolvimento econômico é constituído como um “processo de mudanças qualitativas estruturais e de longo prazo da economia e que visa obter a melhoria das condições de vida das populações”, ou seja, o desenvolvimento econômico está pautado no aspecto da economia, com uma série de questões quantitativas, mas também considerando empregos, ganhos de salário médio e outros numa estrutura que causa conseqüentemente o bem-estar social.

Atualmente, grande parte dos países segue a lógica capitalista do acúmulo de capital; com isso, vem se tornando cada vez maior o desafio de diminuir as disparidades e desigualdades entre os grupos. Como afirma Bresser-Pereira (2007), construir sociedades homogêneas, sem grandes desigualdades, Estados fortes, estáveis politicamente e dotados de legitimidade, é essencial para o desenvolvimento econômico, e é um desafio que as sociedades democráticas modernas enfrentam. Apesar da gama de consequências (positivas e negativas) da atividade turística, a lógica capitalista insiste em focar prioritariamente no lado econômico, promovendo muitas vezes em democracias ainda não estruturadas, ações conservadoras e que prejudicam a diminuição de desigualdades.

Cruz (2006) contribui ao afirmar que pelo contexto deste modo de produção em que vivemos, com a concentração de bens e riquezas e de exclusão social intrínseca ao capitalismo, é importante que existam debates sobre a capacidade da atividade turística e seu potencial de minimizar as disparidades no conjunto social, econômico e cultural.

Celso Furtado (2004, p.484) afirma que o crescimento econômico, “tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento econômico se caracteriza por seu “projeto social subjacente”. Para o autor, o processo de desenvolvimento econômico, ao contrário, deve objetivar o desenvolvimento social, por meio de uma distribuição de renda mais igualitária e, portanto, mais justa, além de repercutir no bom funcionamento das políticas públicas – desenvolvimento político; e na equilibrada utilização dos recursos naturais – desenvolvimento sustentável.

Sachs (2004, p. 38) corrobora com este pensamento ao afirmar que existe o desenvolvimento includente e um crescimento excludente, dizendo que “a maneira de definir desenvolvimento includente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido na bibliografia latino-americana como ‘excludente’ do mercado de consumo e ‘concentrador’ de renda e de riqueza”.

Outro conceito importante a ser considerado é sobre o desenvolvimento sustentável. Este por sua vez, “surge no contexto de

enfrentamento da crise ambiental” (REIS; ALMEIDA, 2012, p.162) e propõe um novo olhar para o desenfreado crescimento econômico mundial. Tal proposta está atrelada diretamente aos discursos ambientalistas, mas também esconde as tentativas de controle dos recursos naturais pelos países chamados “desenvolvidos” (BANERJEE, 2006). Os impactos sociais também passaram a ser discutidos, pois têm afetado intensamente a existência das populações que têm uma relação cosmológica com a natureza.

Sachs(1993,p.30)sugere,então,o conceito de “[...] desenvolvimento socioeconômico equitativo, ou ecodesenvolvimento”, que, conforme Nascimento (2009), deu início a uma série de estudos importantes, tal qual o da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) denominado “Our common future” (Nosso Futuro Comum), do qual surgiu o termo “desenvolvimento sustentável”, cujo propósito “[...] responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras” (CMMAD, 1987 *apud* BUARQUE, 2001, p. 68). Esse protocolo, também conhecido como relatório Brundtland, pode ser considerado um marco sobre o desenvolvimento sustentável, pois prevê a proteção ambiental em longo prazo e desenvolvimento econômico. De acordo com Figueiredo:

Desenvolvimento sustentável seria então o desenvolvimento que, ao contrário das concepções tradicionais, pressupõe uma forma de viver e de agir, em que a finalidade da produção e do consumo é proporcionar o bem-estar da maioria da população, provocar um impacto menor no meio ambiente, através de novas formas de conhecimento sobre a relação homem/natureza (FIGUEIREDO, 1999, p. 39).

Esse conceito recente permite discutir novas práticas de produção econômica no espaço, para que assim seja estabelecido um desenvolvimento mais igualitário e responsável, no que concerne ao consumo dos recursos naturais e sociais pelo mercado. Observa-se, portanto, que, ao longo dos anos, o conceito de desenvolvimento foi

além das questões estritamente econômicas de um lugar, passando a ser tratado como um processo complexo que envolve mudanças de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social (OLIVEIRA, 2002). De qualquer maneira, o crescimento econômico ainda tem sido considerado, por muitos, como o principal motivador do desenvolvimento.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS, GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE**

Por ser uma das grandes atividades econômicas do mundo (HALL, 2001), o turismo tem despertado o interesse de muitos atores. Observa-se então, a importância da intervenção política no processo de desenvolvimento do turismo que, conforme Hall (2001), Nóbrega e Figueiredo (2012), são respostas aos efeitos indesejados que a atividade vem causando, especialmente em âmbito local. Por este motivo, existe a necessidade de ser, pelo menos em teoria, “ordenada pela intervenção de profissionais do desenvolvimento, planejadores de territórios, *experts* de técnicas, encarregados de fazer valer o bom planejamento das realidades humanas e naturais” (FIGUEIREDO, 2012, p.359). Para isso, cada vez mais estudos sobre políticas públicas em turismo vêm sendo criados, a fim de contribuir para o seu desenvolvimento de forma mais justa, comprometida com o local e com as particularidades regionais.

As políticas públicas existem e acontecem de acordo com os fatos ocorridos na sociedade, bem como nas relações entre as esferas de poder. Acerca da conceituação de políticas públicas, Dye (1984, apud SOUZA, 2006, p. 24) define de modo sucinto que “é tudo que o governo decide fazer ou não”. Souza (2006, p.26) ressalta que a formulação das políticas públicas “[...] constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Deste modo, a elaboração de políticas públicas deve estar voltada para atingir o escopo do governo de zelar pelo bem-estar social e promover o desenvolvimento.

De modo geral, entende-se por políticas públicas:

[...] o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2006, p. 74).

Assim, política pública nada mais é que o gerenciamento de diferentes interesses transformados em instrumentos legais que objetivam distribuir ou tentar distribuir, de forma equitativa, os bens e serviços públicos, de modo que se efetivem os direitos previstos na constituição federal. Tais direitos desdobram-se desde o acesso à saúde, à educação, à segurança, ao lazer etc. Souza (2006, p. 26) ressalta que, como um campo de conhecimento, a política pública tem o propósito de “ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Modelos teóricos, como o ciclo da política pública, procuram analisar o processo contínuo de criação da política. Conforme ainda Souza (2006), é formada por vários estágios, constituindo um processo dinâmico de aprendizagem que perpassam por: 1) elaboração de uma agenda, na qual as propostas são colocadas em pauta; 2) formulação da proposta; 3) escolha de alternativas/opções; 4) implementação; e 5) avaliação das políticas públicas (KINGDON, 1994).

Quando as políticas públicas são pensadas e elaboradas, estas “desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas” (SOUZA, 2006, p. 26), criando, portanto um processo complexo e interativo. A criação das políticas públicas envolve questões burocráticas que vai desde a necessidade/ problema até a articulação de todos os envolvidos em busca de uma solução.

A definição dos problemas a serem colocados na agenda é resultado de uma intensa negociação entre grupos e classes, e suas representações, interessados em solucioná-los. Pinto (2008) destaca

dois grupos de interesses: atores governamentais (representantes do Executivo, do Legislativo e os servidores públicos), que “estabelecem as prioridades do processo de construção da agenda, decidindo acerca das políticas públicas” (PINTO, 2008, p. 31); e os atores não governamentais (os especialistas, os grupos de interesses, a mídia e a opinião pública). Souza (2006) classifica esses dois grupos como visíveis e invisíveis, sendo que os participantes do grupo visíveis definem a agenda enquanto que os invisíveis propõem alternativas.

Hall (2001) observa que os processos de planejamento e de políticas públicas estão intimamente ligados, visto que “a elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade”, ou seja, “recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (EASTON, 1965 *apud* SOUZA, 2006, p. 24), o que torna necessário sua compreensão conceitual de forma multidisciplinar, uma vez que ela pode ser objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento por “comportar vários olhares” (SOUZA, 2006, p. 26).

O Estado nesse processo tem uma significativa importância, se não a principal, pois é responsável pelo planejamento e coordenação de diferentes setores da sociedade (social, econômico, político, cultural, ambiental etc.). Sobre a importância do Estado, Tomazzoni (2009, p.44) enfatiza que o ele é “o maior responsável pelo desenvolvimento dos países atrasados” e, portanto, obtém a obrigação fundamental do desenvolvimento. É válido ressaltar, no entanto, que a participação da sociedade na elaboração das políticas aplicadas pelo Estado é também fundamental, pois:

Pensar em política é cuidar dos diversos problemas inerentes à questão de interesse da coletividade, portanto a participação ou não do processo político nos torna responsável pelas decisões de escala macro, bem como pelas ações em menores proporções (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 20).

E sobre a necessidade da participação no processo político, Schneider (2005, p. 37) destaca que política pública não é um assunto exclusivo de uma “hierarquia governamental”, pois se encontra em redes, nas quais diferentes instituições e atores sociais estão envolvidos. As “redes de políticas incorporam assim muitos atores de diferentes subsetores sociais e políticos no contexto de produção de uma política” (SCHNEIDER, 2005, p. 37); isso faz referência ao processo de governança, o qual pressupõe que o governo não está limitado somente à condução do Estado, ou seja, “o governo pelo governo” (SCHNEIDER, 2005, p. 34), mas sim num mecanismo de condução centrada nos atores. Deste modo, a forma como o Estado se relaciona com a sociedade interfere, conseqüentemente, no grau de governança do Estado e na governabilidade da sociedade, assim como na elaboração das políticas públicas e na sua implementação.

Tais contextos podem ser observados em diferentes níveis e áreas da política nacional até redes parcerias-público-privadas locais e áreas de política nacional até redes transnacionais de organizações, nas quais cooperam governos e organizações não-governamentais para tentar resolver problemas globais. Frequentemente essas configurações modernas de formulação de políticas públicas são de tal maneira híbrida ou hierárquica, que os níveis não são sempre claramente separados, mas, ao contrário, atores de diferentes níveis com frequência cooperam no processo de produção de políticas (SCHNEIDER, 2005, p. 38).

“A Organização pública é, nesse sentido, potencialmente controlada, por todos” (SCHNEIDER, 2005, p. 41). Para Fleury (2002), a multiplicidade de atores sociais envolvidos no processo político decisório, seja na formulação, execução ou controle de ações públicas, sinaliza para o florescimento de uma sociedade policêntrica, que privilegia a diversidade e o diálogo. Isso implica na produção de confiança, facilitando assim maior comunicação, negociação e a construção de acordos que contemplem diversos interesses.



A definição de governança apontada por Santos (1997) “refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, entre outras, questões ligadas ao formato político institucional do processo decisório [...]”. Logo, pode ser assim interpretada como a relação estabelecida entre o governo e a sociedade para a condução das políticas públicas, o que conduz aos melhores resultados das mesmas, além de contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável. Farias e Figueiredo (2015, p.580) ressaltam que “a implementação das políticas públicas está fortemente imbricada em estruturas de governança” que conduzem os arranjos institucionais para dar “sustentação à cooperação, à coordenação e à negociação” (SILVA; MELO, 2000, p. 15).

A dimensão política do planejamento, conforme Baptista (2000, p. 17), se caracteriza por ser “um processo contínuo de tomadas de decisões, inscritas nas relações de poder” e articula-se ao jogo político de diferentes grupos que representam um todo. Tal processo necessita de uma análise crítica das diferentes problemáticas existentes que determinam a importância da participação dos diversos segmentos da população, como sujeito político (BAPTISTA, 2000). Vale frisar que o planejamento e as políticas públicas devem garantir a democratização do bem público e, para que isto se efetive, os grupos organizados e os movimentos sociais são elementos importantes para fiscalizar e controlar o processo da tomada de decisão dos atores políticos envolvidos.

Quando se trata de planejar ações derivadas de qualquer agrupamento humano, deve-se compreender toda a complexidade dessa abordagem e aceitar que o planejamento (aqui compreendido como ação governamental) deve corresponder às expectativas da sociedade como um todo. E, para ser eficaz, o planejamento deve ser um processo dinâmico e permanente que incorpore, o mais próximo possível, a complexidade da realidade que pretende organizar (DIAS, 2003, p. 88). Em vista disso, Dias (2003) afirma que se deve analisar o espaço físico, período de duração e extensão do plano. Estes, se projetados corretamente, serão responsáveis pelo bom desenvolvimento das políticas públicas.

O quadro abaixo apresentado por Baptista (2000) sintetiza essa dinâmica de processo racional das fases do planejamento.

Quadro 1 – Síntese da dinâmica do processo de planejamento

Processo Racional	Fases Metodológicas	Documentos decorrentes
Reflexão	(Re) construção do objeto	Proposta preliminar
	Estudo de situação Estabelecimento de prioridades	Diagnósticos
	Propostas alternativas	Estudos de viabilidade - Anteprojetos
Decisão	Escolha de prioridade Escolha de alternativa Definição de objetivos e metas	Planos, Programas Projetos
Ação	Implementação Implantação Execução Controle	Roteiros Rotinas Normas/Manuais Relatórios
Retorno da Reflexão	Avaliação Retomada do processo	Relatórios avaliativos Novos planos, programas e projetos.

Fonte: Baptista (2000, p. 29).

Conforme se observa no quadro 01, um processo racional permite que o planejamento se organize por meio de operações interligadas que se desdobram em fases metodológicas. Esta ideia é reforçada por Hall (2001), ao afirmar que o planejamento “é um processo de pensamento humano e ação baseada nesse pensamento – presente, passado, futuro [...]” que se afirmam na tomada de decisão.

## PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL E NO PARÁ

O planejamento do turismo está relacionado com o “[...] planejamento econômico de um país” (PETROCCHI, 2001, p.73), o que consubstancia a necessidade de estabelecer políticas públicas para turismo de maneira que a atividade consiga trazer não só melhorias econômicas, mas também benefícios sociais e ambientais.

Organizar e planejar um local para receber pessoas de diferentes países requer, sem dúvida, uma compreensão ampla da atividade. Isso porque depende direta e indiretamente de outros setores governamentais que não sejam somente as secretarias ou órgãos ligados diretamente ao turismo. Sobre este aspecto, Farias (2014, p. 191) observa que mesmo “[...] quando existem políticas próprias do turismo, sabe-se, porém, que estas dependem diretamente de outras instâncias do governo” e que por este motivo:

A vinculação com outras políticas públicas é decisiva para o desenvolvimento do turismo no local, assim, a atividade não depende somente de questões que proporcionam a viagem e a recepção do turista, como a estrutura física dos aeroportos, dos hotéis e restaurantes. Precisa ser considerado como uma atividade complexa, que proporcione o bem estar dos moradores do local e dos turistas [...] (FARIAS, 2014, p.191).

Assim, o desenvolvimento do turismo deveria trazer o bem estar das populações receptoras. Sobre o planejamento turístico, Molina e Rodriguez (2005) afirmam a importância de dividir esse processo em etapas para que seja possível visualizar melhor a situação. Os autores sugerem as seguintes etapas:

Quadro 2 - Etapas do processo de planejamento

Diagnóstico	Analisa-se a situação atual do objeto a ser planejado, para que se possa compreender sua formação e sua função.
Prognóstico	É feita uma projeção das possibilidades encontradas (possíveis soluções), e devem ser estipuladas as condições futuras do planejamento a longo, médio e curto prazo
Fins (ou objetivos)	Essa etapa consiste na identificação dos fins, que podem ser quali ou quantitativos. E devem ser fixados os objetivos e metas do processo, bem como as entidades que serão responsáveis e os critérios a serem considerados (critérios políticos, sociais, econômicos e técnicos).
Estratégias	Os meios para os fins (objetivos) serem alcançados, devendo ser flexível para que seja possível se adequar a novas possíveis situações.

Instrumentos	Referente a instrumentos que dão suporte ao plano, que condicionam os objetivos e as estratégias. Os principais instrumentos são: Financiamento, pressupostos de saída (gasto público), pressupostos de entrada (receitas públicas) e as normas jurídicas.
Fase de aplicação	Após a elaboração do plano e as fases anteriores, a ideia inicial da transformação é posta em prática.
Programação	Está ligado à fase de aplicação e envolve a seleção dos instrumentos de desenvolvimento. “Mediante a programação pode-se determinar com exatidão os diferentes passos, atividades e tarefas que dão forma ao desenvolvimento.” (MOLINA, 2005, p.105). Para tanto, devem ser estipulados prazos para a conclusão das atividades.
Avaliação (ou instrumentação)	O planejamento é um processo que deve ser cíclico e dinâmico. Consiste na permanente avaliação do que foi inicialmente idealizado e o modo como esse planejamento afetou os envolvidos.

Fonte: Farias e Hamoy (2014), com base em Molina e Rodriguez (2005).

Para Barretto (2005, p. 67), o planejamento do turismo pode ser dividido em três níveis de complexidade, sendo eles: 1. Planejamento de primeiro nível: excursões, viagens; 2. Planejamento de segundo nível: transformações de locais em núcleos turísticos, revitalização de núcleos preexistentes e criação de novos núcleos ou instalações turísticas; e 3. Planejamento de terceiro nível: criação de políticas nacionais para incentivar a atividade turística no país e organizá-la.

Observa-se que os níveis dois e três exercem um maior grau de importância para o desenvolvimento do turismo, uma vez que necessitam da articulação de diferentes atores sociais, tornando-o um processo complexo. Barretto afirma que:

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos (BARRETTO, 2002, p.88).

No âmbito público, esse processo é geralmente realizado por uma gama de profissionais de diversas áreas que visam solucionar um problema. Antes de ser elaborado qualquer plano, é vital para o processo que os moradores da área saibam como tudo vai ser realizado e aceitem a mudança. Mais do que isso, é importante que as proposições partam dos atores envolvidos no processo, principalmente a população interessada nas mudanças, essa ideia tem encontrado abrigo nas concepções mais modernas de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável.

Para que isso seja possível, alguns mecanismos vêm sendo implantados e testados nos processos de formulação de políticas e de planejamento governamental, inclusive no turismo. Além das representações mais tradicionais exemplificadas principalmente pela democracia representativa, os órgãos e instituições governamentais vêm inserindo a participação das comunidades e populações em seus processos de decisão.

Assim, podem ser realizados encontros para que os gestores e responsáveis pelo planejamento informem e conversem com a comunidade. De acordo com Dias (2003), a relação entre a comunidade e os atores deve ser com base em “(...) conhecimento completo de seus interesses e de suas aspirações ao envolver-se num esforço de planejamento”. Portanto, é imperativa a participação dos envolvidos. Como afirma Bordenave (1994), o processo participativo possibilita que a sociedade se aproprie do desenvolvimento; isso porque ao participar de planejamentos e implementações de ações, os participantes envolvidos sentem-se proprietários e até corresponsáveis pelo êxito, ou não.

O envolvimento da cadeia produtiva de turismo, juntamente com outras instâncias do governo, tem se tornado necessário para o melhor desenvolvimento da atividade, tendo em vista que o turismo é “[...] resultado de um *continuum* de atividades relacionadas ao planejamento que vão do local ao global” (HALL, 2001, p. 30). Neste caso, o relacionamento de diferentes atores no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo é primordial para o êxito no resultado das ações, principalmente

para aquelas que têm em vista não somente o bem-estar do turista, como também a melhoria da qualidade de vida do morador.

Tomazzoni (2009) evidencia um dos obstáculos para alcance de uma maior articulação da cadeia produtiva ao afirmar que:

Muitos empresários brasileiros acreditam que o Estado, os governos, ou as prefeituras devem efetivamente ser investidores e empreendedores da atividade turística, colocando-a como prioridade na pauta de suas propostas de orçamento [...]. Por outro lado, uma das funções e responsabilidades dos empresários e executivos da iniciativa privada é organizar-se para fortalecer seus segmentos, exigindo dos governos o cumprimento das ações que lhes são de real competência (TOMAZZONI, 2009, p. 86).

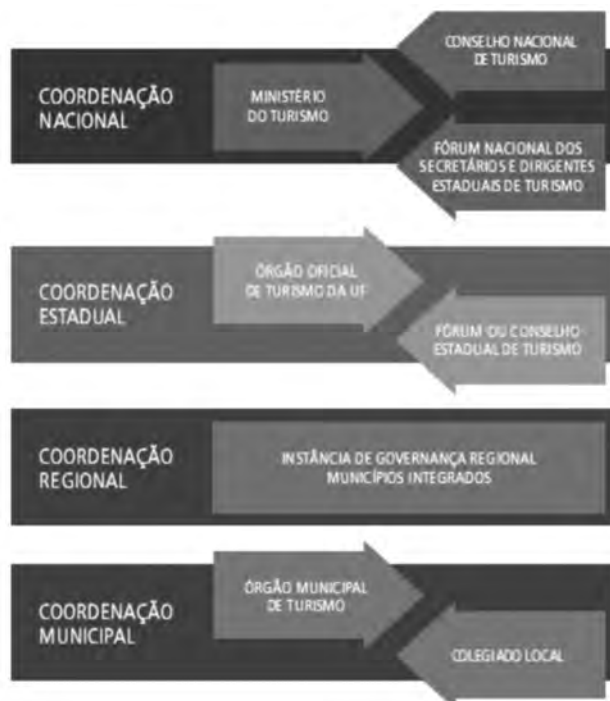
Destaca-se a importância de cada ator social envolvido no processo de desenvolvimento do turismo. No dizer de Tomazzoni (2009), a responsabilidade deve ser compartilhada, cabendo ao Estado criar os instrumentos políticos, os empresários se organizarem, fortalecendo a categoria e a sociedade civil participar de todo processo, de modo que possibilite um desenvolvimento do turismo mais justo e sustentável.

Desde a criação do Ministério de Turismo (MTUR), em 2003, planos, programas e projetos estão sendo criados na perspectiva de desenvolver a atividade de forma que promova a diminuição das desigualdades regionais e sociais além da geração de emprego e distribuição de renda. Essa proposta contribuiu para a criação do Programa de Regionalização de Turismo (PRT) Roteiros do Brasil, pautado nas orientações contidas no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, cujo objetivo era diversificar a oferta turística do Brasil. Com o lançamento do PNT 2007-2010, denominado de “Turismo – uma viagem de inclusão”, o PRT migra de programa de Roteiros Integrados para política de desenvolvimento do turismo, ou seja, passou a estar entre os sete macroprogramas do PNT 2007 – 2010, que é o Macroprograma de Estruturação e diversificação da oferta turística.

A participação constituiu a principal estratégia para implementação do Programa de Regionalização no país. A proposta é criar e fortalecer os

grupos que representavam a cadeia produtiva de turismo (público, privado e sociedade civil organizada), de forma a garantir a governabilidade entre os atores participantes do processo. Dessa forma sugeriu-se a criação de “instâncias de governança”, a partir do fortalecimento do processo de gestão compartilhada entre o Governo federal, Estadual, municipal, como Conselho Nacional de Turismo (CNT), Fórum Nacional de Turismo (FORNATUR), fóruns e conselhos estaduais como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Estrutura de Coordenação da Gestão Descentralizada



Fonte: Brasil, 2007, p. 23.

O PRT destacou em vários sentidos a descentralização das ações, a revalorização dos lugares e territórios, a emergência da dimensão local com participação dos residentes, por meio da representação de diferentes atores da sociedade em instâncias de governança, no intuito de aproximar mais os interesses de diferentes grupos sociais, dar maior

celeridade às tomadas de decisões, e garantir o provimento de recursos direcionados ao desenvolvimento do turismo regional.

As instâncias de governança, de acordo com o MTUR (2004), são órgãos colegiados, constituídos por atores dos setores público e privado e da sociedade civil organizada. Essas instâncias tratam do desenvolvimento da atividade turística nas áreas de abrangência do PRT e viabilizam o desenvolvimento compartilhado e integrado dos setores. Os “Fóruns e os Conselhos Estaduais de Turismo cumprem um papel fundamental na descentralização e operacionalização das políticas e recomendações, constituindo um canal de interlocução entre o governo federal e os destinos, nas regiões turísticas e nos municípios” (BRASIL, 2007, p.23).

Compreender o Programa de Regionalização do Turismo é assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o meio ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, coma cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento. Incorpora, também, o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais como estratégico, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, que se reflete no estado bem-estar das populações (BRASIL, 2004, p. 11).

Isso poderia ter trazido, a priori, um maior comprometimento das políticas de desenvolvimento do turismo com as parcerias dos sujeitos sociais entre regiões, municípios e comunidades. No entanto, a participação e envolvimento dos diversos atores da cadeia produtiva do turismo com o município e com a região envolvida, em geral, não são considerados na implementação das políticas públicas.

Conforme a avaliação do PRT– Roteiros do Brasil (BRASIL, 2010), um dos maiores obstáculos foi a criação de bases para a implementação das propostas, o que implica numa “proposta de mudança de cultura política e administrativa no Brasil” (BRASIL, 2010, p 42).



Se por um lado, o Mtur apresenta, na atualidade, uma estrutura institucional correta e apta a planejar e promover o espaço turístico nacional com diretrizes norteadoras e estruturantes do processo de regionalização do turismo, por outro lado, os estados e municípios ainda enfrentam enormes dificuldades para entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade em seus limites político-territoriais às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas (BENI; CURY, 2012, p.505).

A limitação dos estados e municípios no que tange ao prosseguimento das diretrizes do Mtur deve ser analisada com atenção, isso porque, ainda que os objetivos do ministério sejam positivos para os atores da cadeia produtiva do turismo, estes são aplicados de modo generalizado a todas as regiões do país. O PRT surgiu com a meta de regionalizar as ações desenvolvimentistas acerca do turismo.

Os polos turísticos identificados e selecionados pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará como prioritários foram: Belém, Marajó e Tapajós, pois seguiam os critérios indicados pela Companhia Paraense de Turismo (PARATUR).

O polo Araguaia/Tocantins, embora tenha sido selecionado numa primeira oficina proposta pela PARATUR, não obteve resultados satisfatórios para integrar a proposta, uma vez que, não atendia aos critérios estabelecidos pela PARATUR. Foram então definidos apenas três roteiros turísticos pelo Ministério de Turismo em conjunto com o então órgão oficial de turismo do Pará – PARATUR – a saber: Amazônia do Marajó (Salvaterra e Soure); Tapajós: Amazônia selva e história (Belterra e Santarém); e Amazônia Quilombola (Acará e Ponta de Pedras). Conforme Nóbrega (2012), o município de Belém, a capital do estado do Pará, tem destaque nos três roteiros.

## CONCLUSÃO

Muitos aspectos fazem parte da trajetória de planejamento e políticas públicas do turismo para fomentar desenvolvimento no Brasil

e no Estado do Pará. O marco incontornável é a criação do Ministério do Turismo em 2003. Apesar das tentativas, muitas pesquisas demonstram os entraves que ainda persistem no planejamento da atividade e da dinamização dessas práticas no país (SOLHA, 2006, FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, NÓBREGA, 2012, entre outros). Estes aspectos demonstram que a divisão de ações entre as esferas de governo se envolve, principalmente, por jogos políticos que dificultam a continuidade das ações propostas na atual política de regionalização, por exemplo.

É importante ressaltar que a PARATUR, criada em 1971, com a responsabilidade de elaborar e implementar as políticas públicas de Estado, foi extinta no final de 2014. Para realizar suas atividades, foi criada em dezembro de 2011 a Secretaria de Turismo (SETUR). Com a criação da SETUR, a PARATUR passou a fazer parte da secretaria, porém com suas atividades voltadas para o marketing. Quando, em 2014, o governador do Estado sancionou a lei nº 430/14 sobre a extinção e liquidação da PARATUR, houve a sucessão de todas as suas atividades, convênios e quadro de pessoal para a já estruturada SETUR/PA.

Muitos municípios e regiões do Estado se encontram sem apoio nas pretensões de dinamização do turismo. A decisão pelos polos, ainda que traga consolidação relativa dos mesmos na cadeia produtiva nacional e internacional do turismo, demonstra a dificuldade das ações em rede se consolidarem, e pressupõem a participação de outros territórios hierarquicamente organizados.

A relação entre os agentes da política, incluindo o poder público, os empresários e as comunidades, necessita de estâncias de participação que efetivamente funcionem, em arenas públicas de negociação para políticas públicas que possam desenvolver o turismo e, ao mesmo tempo, produzir desenvolvimento equitativo e sustentável, sem a efetiva observação dos elementos constituintes do planejamento turístico, das políticas públicas para o turismo e do estímulo ao desenvolvimento; assim, fica mais distante o alcance dos propagados benefícios dessa atividade.

Portanto, como nos mostram Castro e Figueiredo (2014), o desenvolvimento raramente consegue ganhar fôlego se essas instâncias,

arenas e espaços públicos não suscitarem a participação de diversos grupos e classes. Se a participação desses grupos no processo não for equitativa e relevante, o desenvolvimento atrelado ao turismo não conseguirá sair do nível do discurso, e funcionará apenas para implementação de políticas públicas sem eficácia.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. de M.; MARANHÃO, C. H. da S. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F. et. al. (ORG). *Turismo em foco*. Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.

BACAL, S. *Lazer e universo dos possíveis*. São Paulo: ALEPH, 2003.

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O Desenvolvimento Sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. *Contra discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Rev. - Belém: UNAMAZ/NAEA, 2006.

BAPTISTA, M. V. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. p. 13-38.

BARRETTO, M. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

\_\_\_\_\_. *Planejamento e organização em Turismo*. 7. Ed. Campinas: Papyrus, 2002.

BENI, M. C.; CURY, M. J. F. Bases territoriais e redes do cluster de turismo. In: BENI, M. C (Org). *Turismo: Planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri, SP: Manole, 2012, p.487 - 516.

BONETI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. - Ijuí – RS: Unijuí, 2006.

BORDENAVE, J. *O que é participação*. 8ª ed. São Paulo: Braziliense, 1994.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Avaliação do PRT- Rotas do Brasil: resumo executivo*. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo, 2007 – 2010*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. *Plano de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais*. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas, 2003 – 2007*. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.

BUARQUE, S. C. Desenvolvimento sustentável: em busca de uma teoria da complexidade do desenvolvimento. *Revista de Ciências da Administração*, Recife, ano I, v. 1, 2001.

CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. O lugar do desenvolvimento nas Arenas Políticas. In: Edna Maria Ramos de Castro; Silvio Lima Figueiredo. (Org.). *Sociedade, campo social espaço público*. 1ed. Belem: Editora NAEA/UFPA, v. 3, p. 07-13, 2014.

CRUZ, R. de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. Org. Amália Inês G. de Lemos; Monica Arroyo y Maria Silveira. 1º edição. São Paulo: USP, 2006.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIAS, K. S. S. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. *Revista de Turismo Contemporâneo – RTC*, Natal, v. 2, n. 2, p. 183-205, jul./dez. 2014.

FARIAS, K. S. S.; FIGUEIREDO, S. L. Políticas públicas e turismo: avaliação da participação e das instâncias de governança em Abaetetuba (Pará, Brasil). *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 575-600, setembro-dezembro de 2015.

FIGUEIREDO, S. L. Viajar, consumir, desenvolver. O 'Manuel d antitourisme' de Rodolphe Christin. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1 – jun 2012. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2012.

\_\_\_\_\_, *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NOBREGA, W. R. M. (Org.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA, 2015. p. 11-37.

FLEURY, S. M. F. O desafio da gestão das redes de políticas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa, l. *Anais...*, Lisboa, p. 8-11, oct. 2002 CLAD, 2002.

HALL, C. M. *Planejamento Turístico. Políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

KINGDON, J. W. *AGENDAS, Alternatives and public policies*. United States of America: Addison-Wesley Longman, 1994.

LEMONS, A. I. G. *Turismo: impactos sócio-ambientais*. São Paulo: Hucitec. 1996.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NASCIMENTO, V.L.Q. *Políticas públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Polo Belém/Costa Atlântica*. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, v. 5, n.2, mai, 2002, p. 41-48.

OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

PETROCCHI, M. *Gestão de polos turísticos*. São Paulo: Futura 2001.

PINTO, I. C. de M. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de políticas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008.

REIS, A. A. dos.; ALMEIDA, O. T. de. Desenvolvimento sustentável e estratégia de uso dos recursos naturais em áreas de várzea no Baixo Tocantins, Amazônia. In: ALMEIDA, O. T. de; Figueiredo, S. L.; TRINDADE JÚNIOR, S. C da. (orgs.). *Desenvolvimento & Sustentabilidade*. Belém: NAEA, 2012.

SACHS, I. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

SANTOS, M. H. C de. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, nº3, 1997. p. 335-376.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, jan./jun. 2005, p. 29-58.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. NEPP-UNICAMP. 2000, p. 2-16. Caderno n. 48.

SOLHA, K. T. Política de turismo: Desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D. V. D.M; SOLHA, K. T. *Planejamento Turístico*. Barueri, SP: Manole, 2006.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

TOMAZZONI, E. L. *Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2009.

“O resultado das pesquisas desenvolvidas no curso está sintetizado nos vinte textos publicados neste livro, que constituem fontes importantes sobre o “planejamento e a gestão pública do turismo e do lazer”, em experiências existentes em Belém e em outros municípios do Estado do Pará”

*Hélder Ferreira Isayama*

“Este livro apresenta vinte capítulos oriundos dos trabalhos de conclusão do curso “Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer”, e aborda temas relacionados aos municípios do Pará, assim como ilhas, parques estaduais, museus, patrimônio arquitetônico, praças, centros de convivência, centros culturais, orla fluvial etc., diferentes espaços onde o planejamento e a gestão pública devem ser pensados, planejados e gerenciados de forma séria, profissional, contínua e responsável”

*Mirian Rejowski*



ISBN: 978-85-7143-151-5

